REVISTA DO INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DO RIO DE JANEIRO

IHGRJ

Ano 21 • Número 21
2014

REVISTA
DO
I N S T I T U T O
H I S T Ó R I C O
E GEOGRÁFICO
DO
RIO DE JANEIRO

ano 21, número 21, 2014

I NSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DO RIO DE JANEIRO
Fundado em 1957

Diretoria
Biênio 2013-2014

Presidente: *Paulo Knauss de Mendonça*
Vice-Presidente: *Esther Caldas Bertoletti*
1º Secretário: *Roberto Schmidt de Almeida*
2ª Secretária: *Miridan Britto Falci*
1º Tesoureiro: *Fernando Tasso Fragoso Pires*
2º Tesoureiro: *Alex Nicolaeff*

Conselho Fiscal
Efetivos
Eliana Rezende Furtado de Mendonça
Lucia Helena Pereira da Silva
Roberto Guião de Souza Lima

Suplentes
Marcus Antônio Monteiro Nogueira
Mary Lucy Murray Del Priore
Salvador Mata e Silva

Comissões Especiais
Admissão e Exclusão de Sócios
Lucia Maria Paschoal Guimarães
José Antônio Duque Estrada de Barros
Victorino Coutinho Chermont de Miranda

Comissões Especiais
História, Geografia e Cartografia
Arno Wehling
Maria de Lourdes Viana Lyra
Nelson de Castro Senra

Ciências Auxiliares da História
Jaime Antunes da Silva
Ondemar Ferreira Dias Junior
Vera Lúcia Botrel Tostes

Redação da Revista e/ou Anuário
Ângela de Azevedo Baloussier Ancora da Luz
Marco Aurélio Martins Santos
Surama Conde Sá Pinto

Reconhecido de Utilidade Pública Municipal pela Lei n. 3.492 de 14.01.2003
Reconhecido de Utilidade Pública estadual pelo Título Declaratório n. 620, de 03 10.2006

REVISTA
DO
INSTITUTO
HISTÓRICO
E GEOGRÁFICO
DO
RIO DE JANEIRO

IHGRJ

ano 21, número 21, 2014

Rio de Janeiro
2014

REVISTA do INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DO RIO DE JANEIRO
ano 21, número 21, 2014

Copyright by Instituto Histórico e Geográfico do Rio de Janeiro - 2014
Impresso no Brasil - *Printed in Brazil*

Editora Responsável
Miridan Britto Falci

Conselho Editorial
Angela Ancora da Luz
Olínio Gomes Paschoal Coelho
Surama Conde Sá Pinto

CIP-BRASIL. CATALOGAÇÃO-NA-FONTE
SINDICATO NACIONAL DOS EDITORES DE LIVROS, RJ

R349
Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio de Janeiro - V.1, n.1 (1987).-,-
Rio de Janeiro : IHGRJ, 1987-.
v. : il.
Descrição baseada em: V. 20, n. 20 (2013)
Inclui bibliografia
ISSN 1519-5678
1. Rio de Janeiro (Estado) - História - Periódicos. 2. Brasil - História - Periódicos. 3. Cultura - Periódicos. I. Instituto Histórico e Geográfico do Rio de Janeiro.
11-0722. CDD: 981.53
CDU: 94(815.3)
07.02.11 07.02.11 024393

INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DO RIO DE JANEIRO
Av. Augusto Severo, 8, 12º andar – Glória
20021-040 – Rio de Janeiro – RJ
e-mail: ihgrj@ihgrj.org.br
home page: www.ihgrj.org.br
CNPJ: 01.469.848/0001-27

O Instituto Histórico e Geográfico do Rio de Janeiro não é responsável pelas opiniões presentes nos artigos, sendo de inteira e exclusiva responsabilidade de seus autores, inclusive quanto aos direitos autorais de textos e imagens.

REVISTA do INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DO RIO DE JANEIRO
ano 21, número 21, 2014

SUMÁRIO

Apresentação – 9

ARTIGOS

HENRIVILLE, A PRIMEIRA AGLOMERAÇÃO URBANA EUROPEIA NA GUANABARA – 15
Vasco Mariz

A VILA SANTO ANTÔNIO DE SÁ E O CONVENTO SÃO BOAVENTURA – 29
Maria Beltrão

MESTRE VALENTIM:
UM PASSO À FRENTE DE SEU TEMPO – 45
Angela Ancora da Luz

JOSÉ GONÇALVES DA SILVA À NAÇÃO BRASILEIRA – 59
Nilma Teixeira Accioli

A PRESENÇA DOS ITALIANOS EM VALENÇA – 71
Fernando Antonio Ielpo Jannuzzi Junior

IMIGRANTES NA VILLA DE PARAHYBA DO SUL – 93
Cinara Jorge

PETRÓPOLIS – CIDADE DE PEDRO:
CAPITAL DE VERÃO DO IMPÉRIO – 107
Vera Lucia Cabana Andrade

VULGARIZAÇÃO CIENTÍFICA PARA CIVILIZAR O PAÍS:
CONFERÊNCIAS E CURSOS PÚBLICOS NO RIO DE JANEIRO (1870-1889) – 119
Karoline Carula

RIO DE JANEIRO: CIDADE-ESPETÁCULO
E GRANDES EVENTOS – 139
Ana Maria Ribeiro de Andrade
Marta de Almeida

"BONDES METAMORFOSEADOS EM GÔNDOLAS"
E UM RIO DE JANEIRO TRANSFORMADO EM VENEZA:
BREVES REFLEXÕES SOBRE AS ENCHENTES NA PRIMEIRA REPÚBLICA – 161
Andrea Casa Nova Maia

O ZICARTOLA – 183
Neusa Fernandes

THALITA DE OLIVEIRA CASADEI (1921-2014) – 189
Salvador Mata e Silva

SAUDAÇÕES E DISCURSOS

SAUDANDO MARY DEL PRIORE – 197
Cybelle de Ipanema

POR QUE ESCREVER A CIDADE?
MACEDO: UM LETRADO NO RIO DE JANEIRO – 207
Mary Lucy Murray del Priore

INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DO RIO DE JANEIRO

SESSÃO MAGNA – 55 ANOS
Historiografia fluminense: a contribuição do IHGRJ – 221
Paulo Knauss

Relatório das atividades ano de 2014 – 229

Quadro Social – 231

Fundadores – 253

NORMAS DE PUBLICAÇÕES – 257

APRESENTAÇÃO

Este novo número da *Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio de Janeiro* enriquece a bibliografia sobre a história da cidade e do estado do Rio de Janeiro e oferece um leque dos temas de estudos e pesquisas que têm animado a vida institucional do IHGRJ.

O número abre com a interrogação sobre a história de cidades desaparecidas. O artigo de Vasco Mariz traz à luz o debate sobre a existência de Henriville como primeiro projeto de cidade, expressão da tentativa de ocupação da região pela ação colonizadora francesa no tempo da França Antártica e que antecedeu a atual cidade do Rio de Janeiro, fundada pelos conquistadores portugueses. Em seguida, Maria Beltrão, a partir de pesquisa arqueológica, ilumina a história antiga da vila de Santo Antonio de Sá, criada no século XVII no bojo do processo de colonização portuguesa da capitania do Rio de Janeiro e que se extinguiu em meados do século XIX, mas cuja existência ainda marca a paisagem fluminense pelas ruínas do seu convento de São Boaventura.

Os dois trabalhos seguintes analisam a ação de dois personagens históricos. Angela Ancora da Luz apresenta um painel da obra artística de Mestre Valentim, o importante escultor do fim do século XVIII, cuja criação ainda se inscreve no espaço da cidade do Rio de Janeiro. Nilma Teixeira Accioli investiga a trajetória do traficante de escravos de Cabo Frio, José Gonçalves da Silva, para discutir a importância do comércio ilegal de escravos em Cabo Frio, na segunda metade do século XIX.

A imigração europeia na região do estado do Rio de Janeiro constitui o objeto de estudo dos artigos de Fernando Antonio Ielpo Jannuzzi Junior, que analisa a presença dos imigrantes italianos no município fluminense de Valença, e de Cinara Jorge, que estuda o caso

da imigração em Parahyba do Sul. Ambos os estudos contribuem para reconhecer a imigração europeia como um fato importante da história fluminense.

Outros artigos da revista apresentam como a história urbana tem sido um campo valioso para a expansão da pesquisa sobre a história da cidade e do estado do Rio de Janeiro.

O artigo de Vera Lucia Cabana Andrade propõe pensar as relações entre cidade e turismo a partir do caso de Petrópolis, que se definiu como cidade de veraneio desde o século XIX. De outro lado, a reflexão sobre a ciência como fato urbano é abordada nos dois artigos seguintes. Em sua pesquisa, Karoline Carula demonstra como as conferências e cursos públicos se tornaram um fator de mobilização da vida urbana da cidade do Rio de Janeiro nas décadas de 1870 e 1880, favorecendo a difusão científica. Ana Maria Ribeiro de Andrade e Marta de Almeida analisam como a imagem moderna do Rio de Janeiro, no início do século XX, foi promovida a partir da organização na cidade de congressos científicos internacionais, destacando o 3º Congresso Científico Latino-Americano, realizado em 1905, e o 4º Congresso Médico Latino-Americano, de 1909. A história das enchentes na cidade do Rio de Janeiro é o tema do artigo de Andréa Casa Nova Maia, cujo artigo contribui para revisitar a história das reformas urbanas da época do prefeito Pereira Passos por um novo enfoque. A sociabilidade urbana se constitui ainda como tema de Neusa Fernandes, que apresenta como o restaurante Zicartola, criado nos anos de 1960, se constituiu como um ponto de atração e de encontro de compositores, sambistas e intelectuais.

O conjunto de artigos se completa ainda com uma homenagem, de autoria de Salvador da Mata e Silva, à historiadora Thalita de Oliveira Casadei (1921-2014), sócia do IHGRJ falecida em 2014, cuja obra com vários títulos se distingue no panorama da história fluminense.

Este número da Revista do IHGRJ se completa ainda com a saudação de Cybele de Ipanema recebendo como sócia do IHGRJ a historiadora Mary del Priore, cujo discurso de posse valoriza a impor-

tância da cidade do Rio de Janeiro na obra e na trajetória do escritor Joaquim Manoel de Macedo.

Por fim, os textos institucionais encerram o conjunto de trabalhos publicados. A contribuição do IHGRJ à historiografia fluminense é destacada em discurso do presidente Paulo Knauss, enquanto as realizações do ano de 2014 são apresentadas pelo 1° Secretário Roberto Schmidt de Almeida no relatório anual de atividades.

Os Editores.

REVISTA do INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DO RIO DE JANEIRO
ano 21, número 21, 2014

ARTIGOS

HENRIVILLE, A PRIMEIRA AGLOMERAÇÃO URBANA EUROPEIA NA GUANABARA[1]

Vasco Mariz[2]

Os cariocas vão comemorar no ano próximo os 450 anos da fundação da cidade do Rio de Janeiro em 1565. No entanto, não devemos esquecer a fugaz existência de Henriville, futura cidade fundada nove anos antes pelo almirante francês Nicolas Durand de Villegagnon para ser a sede da França Antártica, a primeira aglomeração urbana européia na baía da Guanabara. Sua curta história é fascinante e vou tentar contar-lhes esta tarde.

Mary del Priore em sua resenha deste livro, iniciou seu artigo dizendo: "Imagine o leitor o atual parque do Flamengo ocupado por uma pequena cidade, com casas feitas de tijolos, terra, palha e conchas, chamada Henriville. Imagine mais: plantações de frutas e hortaliças além de um lindo jardim ao longo da praia. Dobrados sobre os canteiros, dezenas de franceses, alguns escoceses e algumas centenas de índios trabalhavam sob o calor de um maçarico. Percorrendo sombreadas alamedas de coqueiros, um francês alto enfiado num traje fechado e de gola dura, conversa em tupi, com um "principal" indígena, nu. O assunto? A necessidade, ou não, dos rituais de antropofagia. Os amigos são Nicolas Durand de Villegagnon e o cacique Cunhambebe."

No dia 1º de março de 1565 foi oficialmente fundada a cidade do Rio de Janeiro pelos portugueses, de acordo com o marco que está na igreja de São Sebastião, na rua Haddock Lobo, Tijuca, onde também jaz Estácio de Sá. Alguns autores põem em dúvida essa data

---

[1] Palestra proferida no Instituto Histórico do Rio de Janeiro a 13/03/2014.

[2] Vasco Mariz é sócio emérito do IHGB e autor, em parceria com Lucien Provençal, do livro *Villegagnon e a França Antártica, uma reavaliação*, editora Nova Fronteira, Rio de Janeiro, 2ª edição, 2005.

porque teria sido apenas a posse da terra. No entanto, quase dez anos antes, a 10 de novembro de 1555, Villegagnon chegara à baía da Guanabara. Semanas depois, ele escolheu a ilha de Serigipe (que ainda hoje leva o seu nome) para lá construir o forte Coligny, homenagem ao ministro francês que o protegia. Deu o nome de França Antártica à nova colônia que estava fundando, o que aliás não foi apropriado, já que a Guanabara está perto é do Trópico do Capricórnio. Ao mesmo tempo, deu o nome de Henriville, em homenagem ao rei Henrique II, às instalações urbanas que estava começando a construir em terra firme, defronte à ilha, na atual praia do Flamengo.

O marco da possível fundação do Rio de Janeiro foi levado da Urca, em 1567, para o morro do Castelo e quando o morro foi demolido em 1922, instalaram-no na igreja de São Sebastião, na Tijuca, terminada em 1931. Hoje em dia vê-se na pracinha diante do Centro de Capacitação do Exército, ao lado do Forte São João, na Urca, uma coluna com uma placa instalada a 15 de novembro de 1914, pelo Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, em substituição ao marco original da fundação da cidade em 1565.

Na realidade, aquela Henriville teve vida muito efêmera (pouco mais de quatro anos) e não chegou a ser uma verdadeira cidade, constituída administrativamente. Jean de Léry negou até a sua existência. Era apenas um conjunto de casas de frágil construção com um plano inicial de urbanismo, ainda provisório. Henriville estava localizada entre o rio Carioca e o morro da Glória e lá viviam numerosos franceses (sessenta, escreveu Villegagnon em carta ao duque de Guise), renegados normandos e indígenas com eles relacionados e que trabalhavam na construção do forte Coligny e nas plantações vizinhas, que abasteciam os colonos e os índios ali sediados.

Em março de 1560, a esquadra portuguesa de Mem de Sá cercou a ilha de Serigipe e bombardeou-a sem cessar durante três dias sem resultado. Tiveram mais baixas do que os franceses. Desistiram provisoriamente e cometeram então um grande erro no afã de vingança: atacaram e destruíram completamente a pequena povoação inerme que produzia comida para centenas de franceses e indígenas, o

que poderiam ter aproveitado depois da sua vitória. Essa região teve depois numerosos aterros e está densamente construída, o que torna impossível encontrar restos da aldeia inicial de tão frágil construção.

O saudoso historiador almirante Max Justo Guedes comentou comigo que se pode considerar Villegagnon como o *pré*-fundador do Rio de Janeiro, mas alguns historiadores discordam de classificações como *pré*. Conversando a respeito com Arno Wehling, lembrou o presidente do IHGB que a cidade de Buenos Aires também teve dois fundadores: Pedro de Mendoza em 1536, com uma efêmera instalação (tal como Henriville), e Juan de Garay, em 1580, que fez a implantação definitiva da cidade propriamente dita. Aparentemente, parece inegável que tanto o Rio de Janeiro quanto Buenos Aires tiveram de fato dois fundadores, que devem ser lembrados e honrados como tal. O ilustre historiador Evaldo Cabral de Melo concordou com esta interpretação. Já Elysio Belchior, um especialista no Rio de Janeiro do século XVI, considera Henriville apenas o "embrião de uma cidade que não veio a ser". Outros historiadores julgam que Villegagnon não pode ser considerado o fundador porque *não houve continuidade na implantação da cidade.* Isto é, a povoação não continuou a existir, não chegou a se transformar em uma verdadeira cidade. Esta também é a minha posição a respeito. Henriville não teve continuidade, pois foi arrasada completamente em 1560. A cidade do Rio de Janeiro foi-se expandindo aos poucos, mas só chegou à região do Flamengo no século XVIII.

No entanto, a carta de Villegagnon ao duque de Guise, de 1557, não deixa dúvidas sobre a existência de Henriville, onde residiam pelo menos sessenta franceses e muitos indígenas que trabalhavam no forte Coligny e nas plantações vizinhas, que abasteciam a colônia. Do mesmo modo, no precioso livro de André Thevet há dois mapas onde está assinalada claramente a localização da aldeia de Henriville. E o pastor Richer, no seu odioso panfleto escrito em Paris contra Villegagnon, de 1561, afirma também: "Henriville é uma aldeia de porcos que se enriquecem com fraudes e imposturas de Satan". Portanto, a povoação existiu, embora não tenha durado mais de quatro anos. Recordamos porém que o hábito de construir casas com

tijolos só foi vulgarizado no Brasil a partir de 1850. Antes disso, habitualmente construiam-se casas de pedra ou de madeira. Assim sendo, julgamos necessário separar os dois temas polêmicos:

1) Ao contrário do que escreveu Jean de Léry, a povoação de Henriville (ou ainda Ville Henri, ou ainda Henryville) existiu mesmo. Todavia alguns escritores como Vivaldo Coroacy e Othon Costa, e historiadores como Guilherme Frota, do IHGB, continuam a duvidar da sua existência. O próprio Gastão Cruls afirmou que "ficou apenas em projeto a fundação de Henriville". Mas, afinal de contas, se assim fosse onde estariam morando os numerosos franceses que chegaram com Villegagnon, além dos renegados normandos anteriormente residentes na Guanabara e os indígenas que trabalhavam no Forte Coligny? E aqueles que trabalhavam nas plantações que abasteciam toda aquela gente? Mesmo descontando uma centena de franceses que moravam na ilha ou viviam com os indígenas, e ainda os numerosos marinheiros que ficaram nos navios, ainda sobrava muitíssima gente e a conclusão lógica é de que eles realmente habitavam em algum lugar perto, em Henriville, na praia do Flamengo, ao lado do rio Carioca, que lhes fornecia água potável o ano todo.

2) Quanto à hipótese aventada de que Villegagnon tenha sido efetivamente o fundador, ou mesmo o pré-fundador, da cidade do Rio de Janeiro, essa interpretação não é aceitável. Henriville não teve *continuidade*, depois de que foi destruída no início de 1560 pelos portugueses. O fato de a cidade fundada pelos portugueses haver chegado bem mais tarde até o Flamengo, onde havia sido instalada a precária povoação francesa, isso em nada se deveu aos franceses. Ao contrário, em São Luís do Maranhão, a primazia é francesa, já que o local onde foi construído o Forte São Luís serve de fundação hoje ao próprio palácio do governo daquele Estado. Destarte, a diferença parece clara, como bem sublinhou João Hermes Pereira de Araújo, ex-embaixador do Brasil na França, no proveitoso debate sobre o assunto, que ocorreu na sessão do CEPHAS, no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, do dia 17 de maio de 2000.

Nesse interessante debate o general Meira Matos defendeu a posição de que, de maneira alguma, se poderia reconhecer Villegagnon como fundador do Rio de Janeiro, já que, em decorrência do Tratado de Tordesilhas, só os portugueses tinham legitimidade para isso. Esse argumento nos pareceu risível, porque os franceses, holandeses e ingleses jamais reconheceram a validade daquele tratado, que dividia o mundo entre portugueses e espanhóis. Se Villegagnon houvesse recebido os reforços solicitados, dificilmente os portugueses teriam conseguido expulsar os franceses da Guanabara. Somente sete anos após a queda do Forte Coligny tiveram os portugueses condições militares suficientes para tentar dominar definitivamente os franceses, que se entrincheiravam no morro da Glória e na ilha do Governador. Já os holandeses ficaram vinte e quatro anos no Nordeste e só foram vencidos e expulsos quando lhe faltaram reforços substanciais da metrópole devido à guerra entre ingleses e holandeses.

Por tudo isso, seria um exagero afirmar que o verdadeiro fundador da cidade do Rio de Janeiro foi Villegagnon, no início de 1556. Os portugueses, depois de colocar o marco na Urca em 1565, *nove anos depois*, não ficaram naquela região isolada e estreita da baía. Após a derrota final dos franceses em 1567, os lusos vieram instalar-se no morro do Castelo. Se Villegagnon colocou algum marco para formalizar a fundação de Henriville, não foi encontrado, embora isso seja até provável, pois ele escreveu ao rei relatando o fato. Se assim foi, tudo indica que os portugueses o tenham destruído. Portanto Henriville foi apenas um embrião de cidade, mas ela existiu..

Acreditamos porém que as autoridades culturais cariocas bem poderiam fazer alguma homenagem a Villegagnon, o fundador de Henriville, tal como erigir um busto seu nos belos jardins do aterro do Flamengo, talvez defronte à rua Barão do Flamengo, sob a qual ainda corre o rio Carioca, que fornecia água potável à povoação de Henriville e ao forte Coligny. Em novembro de 2015 seria um momento apropriado para essa homenagem.

Embora Villegagnon não possa ser considerado o fundador do Rio de Janeiro, ele foi, sem dúvida, o fundador da *primeira aglo-*

meração urbana européia na baía de Guanabara. Ela só durou pouco mais de quatro anos (1555-60) e não teve continuidade, mas existiu. Só muito mais tarde é que a cidade portuguesa do Rio de Janeiro se estendeu até a praia do Flamengo.. Só teria sobrevivido a chamada "casa de pedra", onde aliás viveria bem mais tarde o juiz Pedro Martins Namorado, primeiro presidente da Câmara Municipal do Rio de Janeiro, que veio de São Vicente. A "casa de pedra" de Martim Afonso de Souza deve ter sido a tão falada *briqueterie* de Villegagnon, a olaria onde preparavam os tijolos para a construção de Henriville e de algumas instalações no Forte Coligny. Os franceses utilizavam a água do rio Carioca para a olaria.

Lembramos finalmente que, após a sua primeira derrota em 1560, os franceses fugiram para o morro da Glória (*Mont Henri*), que fica a pouco mais de um quilômetro da foz daquele pequeno rio, que teve papel tão significativo para o abastecimento de água da França Antártica.. Portanto, o domínio francês na Guanabara, isto é, na região da atual praia do Flamengo e Glória, durou cerca de onze anos, de 1556 a 1567.

Cito a seguir a carta de Villegagnon ao seu protetor e amigo,o duque de Guise, escrita a Guanabara a 31 de março de 1557, que é a verdadeira certidão de nascimento de Henriville.

> *Ao meu senhor, monsenhor e duque de Guise, par de França.*
>
> *Meu Senhor, por sua graça, favoreceu tanto os nossos negócios que terminei minha fortaleza e a coloquei em tal estado que penso ainda não ter visto uma outra tão fácil de guardar. Por isso pude colocar em terra sessenta pessoas num forte de madeira que fiz à vista de meu castelo, ao alcance da minha artilharia, onde eles têm o cuidado de plantar e semear para viver de seu trabalho.*
>
> *Prendi uns quarenta escravos de uma aldeia de inimigos que destruí. Mandei visitar todas as nossas fronteiras depois da partida de nossos navios e experimentar a vontade dos amigos de nossos vizinhos. Tive uma resposta muito boa. Eles me prometeram se rebelar e persegui-los quando eu quiser. Nossos selvagens preparam um exército de mais de três mil homens para vingar os danos que aqueles*

nossos vizinhos lhes fizeram no ano passado. Eu mandei um navio em boa ordem costear todo o país até trinta e seis graus aproximando-se do nosso polo, onde tenho notícia de que os castelhanos vêm por terra do Peru procurar metais. Espero que envieis notícias pelo primeiro de nossos navios.

Eu vos suplico, Senhor, ser meu intercessor junto ao Rei afim de que ele não me abandone, mas que lhe apraza me socorrer com algum dinheiro para ajudar a trazer meus navios, e espero satisfazer o seu desejo, de sorte que não terá o socorro que lhe aprouver me conceder por mal empregado. Suplico ao criador, meu Senhor, vos dar uma vida muito longa e feliz, a realização de vossos nobres desejos. De vossa fortaleza de Coligny, na França Antártica, 31 de março de 1557.

Vosso mui humilde e mui obediente servidor.

Villegagnon

A carta foi levada a Paris pelo sobrinho de Villegagnon, Bois-le-Comte, e entregue pessoalmente ao duque de Guise, amigo e protetor do almirante. François de Lorraine, vigésimo duque de Guise, irmão do Rei Henrique II e general dos exércitos reais, ficara muito grato a Villegagnon por haver raptado dos ingleses a sua jovem sobrinha Mary Stuart, rainha da Escócia..

Esta carta foi descoberta em 1929 no arquivo que pertencera a Michel Begon, ex-governador do Canadá francês no século XVIII. A carta foi arrematada em leilão em Londres pelo preço de US$60.000.00 (cerca de R$150.000,00 ao cambio de fins de 2014), por iniciativa do almirante Max Justo Guedes, então diretor geral do Patrimônio da Marinha brasileira, e colocada no Museu Naval do Rio de Janeiro, onde pode ser examinada pelos interessados.

Termino estas considerações iniciais citando o ilustre historiador Evaldo Cabral de Mello, um grande pesquisador:

"Os historiadores padecem de um tipo de ansiedade que consiste no temor de que o terreno não tenha ficado inteiramente limpo, vale

> *dizer que ainda exista, escondido em algum desvão de arquivo, um texto por consultar. Insegurança pueril (...) Sempre haverá alguns documentos que lhe escaparão". (MELLO, 2000: p. 18)*

Outros autores comentaram a existência de Henriville e dentre eles destaco o jovem historiador Luiz Fabiano Tavares, vencedor do concurso dos 400 anos de São Luís do Maranhão, em 2012. Um atento estudioso das andanças dos franceses no Brasil colonial, ele é autor de dois livros primorosos: *Entre Genebra e a Guanabara* e *Da Guanabara ao Sena,* ambos de 2011. Luiz Fabiano assim comentou a pequena existência de Henriville:

> *"(...) além do mais o solo da ilha de Serigipe era de cultivo muito difícil e a alimentação dos ocupantes devia ser toda de proveniência externa, inicialmente comprada aos índios através de escambo e posteriormente trazida do foco colonial francês no continente, Henriville. Nessa povoação instalada próxima às águas da baía, cultivavam-se hortaliças, mandioca e legumes, utilizando algas como fertilizantes, técnica que Villegagnon trouxera do Mediterrâneo. Henriville era defendida por um fortim de madeira que abrigava sessenta homens franceses e mais um número equivalente de indígenas escravizados.*
>
> *A existência de Henriville constituiu questão longamente discutida devido ao fato de que Jean de Léry, ao contraditar André Thévet, afirmou que este representa em seu livro uma cidade que nunca existira. De fato, Thévet representa em sua obra, através de um mapa que, diga-se de passagem, certamente foi composto por algum artista e não por Thévet, ainda que isso não exclua o fato de que o franciscano deva ter aceitado essa imagem. Vê-se uma cidade de proporções imensas para a época, como as grandes conglomerações urbanas européias, o que de modo algum corresponde à realidade. No entanto, se Thévet peca por excesso, Léry peca pela falta e, ao negar Henriville deixa a desejar em relação à verdade. No entanto, Léry não chega a negar propriamente a existência de um assentamento francês no local (praia do Flamengo), mas diz que nunca fora este correspondente àquilo que Thévet mostrara em sua obra e diz que a aglomeração se chamaria briqueterie (olaria). No entanto, as pesquisas atuais apontam de modo conclusivo para a existência de um agrupamento urbano ali existente, afirmado não*

apenas por Thévet, mas pelo próprio Villegagnon, assim como por seus adversários huguenotes em seus virulentos panfletos divulgados na França." (TAVARES, 2011a: p. 47-48)

Ficando assim a localização da pequena cidade francesa devidamente registrada, isto é, na atual praia do Flamengo entre o rio Carioca, que lhe fornecia água abundante e permanente o ano todo, e a colina da Glória atual, ou Uruçumirim, como era conhecida a aldeia de tapuias lá instalada, urge fazer uma projeção para tentar identificá-la nos dias de hoje. O eixo básico certamente era o rio Carioca, que provinha do Corcovado e descia serpenteando a encosta, morros abaixo, pelo atual bairro das Laranjeiras, recebendo mais água de pequenos córregos e descendo até a praia . Esse eixo é bem visível ainda hoje em dia porque o rio Carioca corre por baixo da ampla rua Barão do Flamengo, muito mais larga do que as demais ruas paralelas e indicando que algo importante passa em baixo dela. Confesso que cada vez que passo pela praça José de Alencar e pela rua Barão do Flamengo sempre me lembro de Henriville e fico imaginando como teria sido a vida naquele local tão bonito da Guanabara naquela época, hoje tão distante. 460 anos !....

Primeiramente é necessário recordar que a linha d´água no século XVI na região estava bem distante do atual belíssimo parque de Roberto Burle Marx e da Lota Macedo Soares. Houve diversos aterros em épocas diferentes até a época do governador Carlos Lacerda. Calcula-se que a linha d´água do tempo de Villegagnon se situaria hoje na linha que vem de Botafogo pelas rua Senador Vergueiro, praça José de Alencar, largo do Machado, rua do Catete chegando até o bairro da Glória. A praia naquela época deveria estar por ali. Um historiador cético já afirmou que, ao se construírem tantos arranha-ceus na região e feitas profundas escavações, é impossível que não se tenha encontrado restos de Henriville. Diria eu que naquela época não se construíam casas sólidas, de pedra ou cimento, como hoje. Tudo era de tijolos, madeira, conchas e folhagem, o que é totalmente perecível. E se alguns restos de Henriville foram encontrados ao fazer as escavações, não houve preocupação de informar às autoridades e aos historiadores.. Sabe-se que à beira da praia havia alamedas de plantas, palmeiras

provavelmente, e canteiros de flores, por onde Villegagnon costumava passear com o chefe indígena Cunhambebe.

Deixando de lado aquela bonita nota introdutória da ilustre historiadora Mary del Priore, vale a oportunidade de tentar lembrar como era aquela ampla região do atual bairro do Flamengo, onde surgia uma nova cidade, a primeira aglomeração urbana européia na Guanabara. Para começar devemos dizer que o rio Carioca era muito caprichoso em seu itinerário em direção à praia e ao mar. À certa altura do percurso, já na pequena planície, o rio já razoavelmente caudaloso partia-se em dois braços: um que se dirige diretamente à praia, onde Villegagnon escolhera a sua margem esquerda junto à areia para iniciar a construção da novel povoação, e outro ramo que dobrava à esquerda em direção à colina da Glória, correndo quase paralelo à praia e, um pouco adiante, formando uma espécie de laguna. Quem melhor estudou o percurso do rio Carioca foi o competente historiador brasiliense Fernando Lourenço Fernandes, paciente pesquisador no Brasil nascente e em além-mar, que realizou um brilhante estudo, ainda inédito, do qual vou reproduzir alguns trechos mais interessantes.

> *"Historiadores alinham a comunidade de Henriville na praia do Flamengo o que, pelas mesmas razões táticas, implica aceitar ali a olaria, ainda que se possa admitir o transporte das manufaturas – não obstante a carência de animais de carga ou tração – em barcos, desde os fornos até os canteiros de obras, o caso da edificação da fortaleza na ilha de Serigipe. Chermont de Brito desloca o projeto da vila para perto do morro do Leripe (o outeiro da Glória, segundo ele) e adjacências.*
>
> *A hipótese de que a briqueterie tenha sido instalada na "Casa de Pedra", próximo ao leito principal do Carioca, é também aventada por Vasco Mariz e Lucien Provençal. Os testemunhos, por assim dizer "arqueológicos", recolhidos nas escavações para a medição do termo da cidade em 1667 e que partia justamente do citado prédio, localizaram os vetustos alicerces de edificação bem chegados ao morro da Viúva, na extremidade oposta da praia do Flamengo. Se considerado o arco da praia balizado pelos dois morros, o da Glória e o da Viúva, a flecha descansa entre as ruas Almirante Tamandaré e Machado de Assis, grosso modo, nas adjacências daquela torrente,*

apartando a idéia de proximidade ou de contigüidade entre o curso do rio e aquela velha construção, que para alguns publicistas, seria da época de Martim Afonso de Souza (c.1531).

O estudo de Heulhard comentado por Gilberto Ferrez, situa a olaria dos franceses no paralelo da ilha-bastião, deslocando conseqüentemente o terreiro da cerâmica mais para a base do morro do Castelo, na impossibilidade de operar nos paúes do Boqueirão, se aceita com rigor a posição geográfica alvitrada. De outro modo, elide-se o mencionado alinhamento.

Até 1770, pelo menos, o bairro não havia sido drenado, situação equivalente, em termos, à dos dias de Villegagnon. A falta de escoamento dos brejos e a conformação do terreno levam a uma outra questão. Constituindo bacia pantanosa quase todo o lado ímpar da atual rua do Catete, notadamente no arco entre o palácio do Catete e o largo da Glória, como poderia escorrer para o mar o leito secundário do rio Carioca (nessa mesma banda da praia) contornando o Outeiro?

É intrigante não ter encontrado o rio Carioca – contido, retardado pelos pântanos e diferenças do terreno – uma saída natural junto à encosta do outeiro da Glória (em vez do lado oposto) no Flamengo, seguindo por onde é hoje a rua Silveira Martins até o mar. Teria existido essa foz em outros tempos?

(...)

Como se nota, as condições para operar o canteiro da olaria de Villegagnon seriam, aparentemente, bem mais favoráveis para os lados da banda Sul e Sudoeste do morro da Glória, no Catete, do que em qualquer outro lugar daquele eixo de 4 km entre os morros do Castelo e o da Viúva, mormente se considerado o fator matéria-prima. Descartando os charcos e o próprio curso do Carioca, a presença de fontes de água para a manipulação do barro é testemunhada, até o final do século XIX, em sítios da rua Pedro Américo e, não há como duvidar, também acessíveis no próprio morro da Glória.

Telhas e tijolos, transportados em balsas de troncos, seriam levados à praia da Glória e distribuídos. Embarcação auxiliar dessa época

de navios à vela e capazes de suportar cargas pesadas, as jangadas de pranchas ou de toras acompanhavam o serviço dos ancoradouros. Guiadas por um simples governalho, desciam a corrente dos rios, transitavam com facilidade pelas zonas pantanosas, venciam a arrebentação nas praias e, rebocadas, cumpriam tarefas nas águas restritas de litorais abrigados." (FERNANDES, 2013)

Após este comentário sobre como seria Henriville e deixou de existir, é quando aparece o simpático personagem do jovem português Estácio de Sá, o fundador oficial da cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro, em 1565. Tudo indica que Estácio foi realmente um rapaz extraordinário. Ele exortava os soldados no cumprimento do dever e certa vez teria dito uma frase que ficou na história: "Levantemos esta cidade que ficará por memória do nosso heroísmo e de exemplo às vindouras gerações para ser a rainha das províncias e o empório das riquezas do mundo". Os céticos afirmam que não havia taquígrafos nem gravadores naquela época para registrar tal frase, que é demasiado altissonante para a época. Seja como for, podemos até aceitar a relativa autenticidade dessa bonita frase de Estácio de Sá, que teria sobrevivido graças à tradição oral.

Aqui finalmente me parece oportuno lembrar que o famoso marco da fundação do Rio de Janeiro não é muito confiável. O historiador Paulo Knauss considera que ele é muito parecido com outros marcos, chamados de *padrão*. O marco não significaria a fundação de uma cidade, mas apenas a afirmação da *posse da terra*. O próprio padre Anchieta, recentemente canonizado pelo papa Francisco, atribuiu a fundação da cidade a Mem de Sá. O ato da fundação teria ocorrido somente em 1567, no morro do Castelo, depois da expulsão dos franceses. .Seja como for, vamos continuar a aceitar a bonita lenda de que Estácio de Sá foi mesmo o nosso fundador, na Urca. É a versão oficial consagrada. Devemos porém considerar esse ato de fundação da cidade como um processo em andamento, que se inicia com a posse na terra em 1565, a partir da Urca, até a cerimônia da verdadeira fundação da cidade no morro do Castelo, dois anos depois, por Mem de Sá. Esta é a curiosa história de Henriville.

Referências Bibliográficas

BELCHIOR, Elysio. *Conquistadores e Povoadores do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: 1965.

BONNICHON, Phillipe e GUEDES, Max Justo. *História Naval Brasileira.* Rio de Janeiro: Serviço de Documentação da Marinha, 1975.

BRITTO, Chermont de. *Villegaignon, o rei do Brasil*; Apresentação e notas por Vasco Mariz.2ª ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 2002.

DOURADOS, Mecenas. *A cidade do Rio de Janeiro e sua fundação em 1567.*

FERNANDES, Fernando Lourenço. *O conceito tático em Villegagnon. A olaria e Henriville.* 2013. Estudo inédito.

KNAUSS DE MENDONÇA, Paulo. *Rio de Janeiro da pacificação; franceses e portugueses na disputa colonial*. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal da Cultura, 1991.

LÉRY, Jean de. *Viagem à terra do Brasil.* Rio de Janeiro: Fundação Darcy Ribeiro, 2009.

MARIZ, Vasco & PROVENÇAL, Lucien. *Villegagnon e a França Antártica.* Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2000.

MARIZ, Vasco (org.) *As relações históricas França-Brasil no período colonial.* Rio de Janeiro: Biblioteca do Exercito, 2006.

MELLO, Evaldo Cabral de. *O Nome e o sangue*. Rio de Janeiro: Topbooks, 2000.

PEILLARD, Léonce. *Villegagnon, vice-amiral de Bretagne et vice-roi du Brésil.* Paris: Perrin, 1991.

TASSO FRAGOSO, Augusto. *Os franceses no Rio de Janeiro*; Apresentação de Vasco Mariz. 4ª ed. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 2004.

TAVARES, Luiz Fabiano. *Entre Genebra e a Guanabara.* Rio de Janeiro: Topbooks, 2011a.

_____. *Da Guanabara ao Sena*, Niterói: EDUFF, 2011b.

THEVET, André. Les singularitez de la France Antarctique. Paris: Chandeigne, 1997.

Resumo

O texto procura discutir a existência de Henriville como a primeira aglomeração européia na Guanabara, fundada para ser sede da França Antártica.

Palavras-chave: Rio de Janeiro - século XVI; França Antártica; Henriville

Abstract

The paper aimes to discuss the existence of Henriville as the first European settlement founded at the Guanabara bay, that intendet to be the capital of Antartic France.

Keywords: *Rio de Janeiro - XVIth Century, Antartic France, Henriville.*

Recebido em 13 de março de 2014. Aprovado em 03 de setembro de 2014.

A VILA SANTO ANTÔNIO DE SÁ E O CONVENTO SÃO BOAVENTURA[1]

Maria Beltrão[2]

Introdução

A propriedade da antiga Fazenda Macacu, onde estão as ruínas do convento, pertencia a particulares e, hoje, é de propriedade da Petrobrás. É o local de instalação do Comperj – novo complexo petroquímico do Rio de Janeiro.

O local se apresenta como de grande diversidade cultural, tanto de bens materiais quanto imateriais, com o potencial de contribuição em diversas áreas: o processo de desenvolvimento no Rio de Janeiro; as características econômicas vigentes entre o século XVI e o século XIX; o transporte fluvial e o impacto da introdução das vias férreas na economia do Rio de Janeiro; as características das construções religiosas franciscanas; a formação religiosa no período colonial, dentre outros.

A memória local popular registra a lenda de que três potes de ouro teriam sido enterrados no convento quando foi abandonado. Essa lenda provocou a vandalização e a saques no local, inclusive a dos restos mortais (provavelmente de frades e autoridades locais que estavam enterrados na capela da Ordem Terceira).

---

[1] Este artigo resume aspectos da pesquisa que resultou no livro: BELTRÃO, Maria. *A Vila de Santo Antonio de Sá e o Convento de São Boaventura*: Arqueologia, memória e patrimônio. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2014.

[2] Doutora em Antropologia (Arqueologia) e Geologia, Professora Titular de Arqueologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro, Museu Nacional. Entre suas inúmeras publicações, destaca-se *Pré-História do Estado do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Forense, 1978. Membro de diversas entidades acadêmicas, é sócia titular do IHGB e do IHGRJ.

O levantamento e estudo dos vestígios arqueológicos pré-coloniais e históricos existentes visam ao reconhecimento da história local, especialmente pela inexistência de trabalhos de investigação anteriores e consequente integridade do sitio. As prospecções e a pesquisa arqueológica buscam os subsídios para o conhecimento da história da região, identificando a Vila Santo Antônio de Sá, que se localizava a frente do Convento de São Boaventura e era formada pela casa da câmara e a cadeia; a Igreja Matriz de Santo Antônio de Sá e o conjunto de casas térreas.

As ruínas do Convento foram tombadas pelo Instituto do Patrimônio Histórico Nacional – IPHAN em 1980, e posteriormente foi tombado a nível estadual e municipal. O sítio arqueológico Fazenda Macacu foi registrado nos Livros do Tombo do IPHAN em 2000.

Breve Histórico

A Vila Santo Antônio de Sá e o Convento São Boaventura possuem uma história quase tão antiga quanto a chegada dos colonizadores. Mostram a estreita relação entre a Coroa Portuguesa e a Igreja Católica no processo de colonização do território brasileiro.

O Rio Macacu era o mais importante que desembocava a nordeste do recôncavo da Baía da Guanabara. Este rio era a via de escoamento de toda a produção agrícola da região com destino direto à cidade do Rio de Janeiro. A localização de uma vila às margens do rio Macacu era economicamente muito bem vista, pois as vias fluviais e marítimas eram as melhores opções de transportes na época.

A primeira sesmaria fixou-se em um povoado que se tornou Freguesia (território sob jurisdição eclesiástica; esta torna-se candidata a vila com a residência de um pároco) em 1612, com a construção de uma capela e permissão para a construção de uma Igreja da Matriz com pároco residente para ministrar os sacramentos. A Capela, que dará origem à Igreja Matriz Santo Antônio de Sá, foi promovida a Paróquia em 1644, tornando-se uma das quatro primeiras paróquias no recôncavo do Rio de Janeiro. Assim, Santo Antônio de Sá foi a primeira povoação do Rio de Janeiro, tornando-se vila em 1697.

Com o crescimento da população, foi construído um convento no local, chamado de São Boaventura, que começou a ser erguido em 1649. O Convento era dedicado à formação de religiosos e servia também de abrigo para os frades que pregavam nos arredores. Mas seu principal objetivo era a conversão dos índios (Tamoios, Tupinambás, Tupiniquins, Puris e Coroados) que viviam na região. E muitos deles não aceitavam a presença dos frades, muito menos a catequese que lhes era imposta.

A doação de sesmarias fez parte do projeto de colonização portuguesa na Colônia depois da primeira invasão francesa. Depois, as terras foram doadas aos jesuítas. Entre as terras recebidas pelos jesuítas do Rio de Janeiro, a mais importante parece ter sido a de Macacu, doada por Miguel de Moura, escrivão da Fazenda d'El-Rei, em 1571, correspondendo a doze mil braças de ambas as partes do rio Macacu (Serafim Leite, 1938). Pelos marcos dos jesuítas descritos nos documentos de redemarcação no século XVIII, estes ficaram com as terras à margem esquerda do Macacu, não incluindo as áreas do Cassarebu, já que nos séculos XVI e XVII sesmarias foram concedidas nestas áreas do Cassrebu e também em Tapacoará (posteriormente Santo Antônio de Sá e São João de Itaboraí).

A Freguesia tornou-se Vila em 1697, a segunda a ser fundada no Estado e a primeira do interior. Era um ponto de passagem importante para as tropas que iam para o interior e também para Minas Gerais. Rapidamente tornou-se um importante entreposto comercial, abrangendo os atuais municípios de Magé, Itaboraí Sant'Anna de Japuíba e Rio Bonito.

Entre 1828 e 1829, ocorreram as chamadas febres de Macacu (malárias, epidemias de cólera e febre amarela) e com as péssimas condições sanitárias e enchentes frequentes, boa parte da população foi dizimada.

Novas rotas de acesso ao interior do Estado e principalmente a Minas Gerais foram sendo abertas, condenando a região ao esquecimento. A Vila entrou em decadência e, em 1868, a sede do município de Santo Antônio de Sá foi transferida para o "arraial" da freguesia de

Sant'Anna de Macacu (hoje Sant'Anna de Japuíba, distrito do município de Cachoeira de Macacu) e, em 1875, a freguesia de Santo Antônio de Sá é anexada ao município de Itaboraí. Em 1872, o convento foi fechado.

Nas proximidades do Convento, segundo os registros históricos, estariam situados os remanescentes de uma cadeia, de um cemitério, um pelourinho, uma forca, além de outras construções da Vila.

A Pesquisa

A metodologia utilizada para a pesquisa arqueológica foi adaptada às necessidades da pesquisa para que se pudesse alcançar uma visão de conjunto da totalidade de estruturas do sítio pesquisado, situando-as no processo de ocupação da área. As atividades foram programadas diariamente para que a pesquisa transcorresse de forma harmoniosa, atendendo aos procedimentos do trabalho da arqueologia com suas obrigações de campo e laboratoriais.

A diretriz conceitual e as primeiras ações de pesquisa configuraram os ajustes do trabalho, a integração das equipes multidisciplinares e a definição das atividades e suas respectivas etapas. Na sequencia inicial, as fases de execução foram planejadas de modo a efetivar as conexões metodológicas da Arqueologia às pesquisas históricas e aos trabalhos de georreferenciamento, ou seja, levantamentos topográficos e cadastrais que foram executados no âmbito no projeto. Os registros visuais históricos e o estado atual, desde o início dos trabalhos e os sítios foram cotejados a partir da análise de cartas fotogramétricas e da sobreposição de mapas e imagens.

As leituras derivadas da análise bibliográfica e iconográficas se delineiavam, especialmente, em juntar dados, entrecruzando-os com as mais diversas interpretações historiográficas, cadastrais e topográficas, além de outros recursos atualmente disponíveis. Assim, além da utilização de registros com instrumentos, e de inspeções visuais sobre o estado de conservação, foram executados trabalhos de verificação e análise das referências históricas, o que resultou na possibilidade de definir algumas áreas para sondagens e prospecções.

Nesse sentido, as primeiras sondagens de vestígios arqueológicos foram realizadas com base no conhecimento da situação histórica passada e atual, considerando a organização urbano-arquitetônica da vila e do convento e os principais materiais e técnicas construtivas de suas estruturas, incluindo-se os estudos de seus respectivos revestimentos.

Os trabalhos de pesquisa historiográfica foram realizados em bibliotecas e arquivos de igrejas e cartórios de Itaboraí e do Rio de Janeiro. Foram também efetuados contatos com funcionários de instituições congêneres em São Paulo e Niterói para o levantamento de informações bibliográficas e a verificação de dados iconográficos. Além da leitura de renomados estudiosos no assunto, foram confeccionados interpretações e cruzamentos de dados em documentos antigos com a ajuda de moradores da localidade, guardadores e zeladores desses acervos.

As prospecções e sondagens foram definidas a partir da divisão da extensão do sítio em um total de quatro áreas – as duas primeiras abrangendo os lados norte e sul do acesso às ruínas, as demais, os de leste e oeste –, e tiveram por objetivo compreender a distribuição dos vestígios arqueológicos em superfície e em profundidade. A partir dos resultados obtidos se estabeleceram as diretrizes para a demarcação e o quadriculamento do sítio, de forma a efetuar coletas sistemáticas intensivas e facilitar as análises sobre as ocupações evidenciadas. As sondagens foram iniciadas com a limpeza superficial da área, seguida do levantamento planialtimétrico, da definição do subquadriculamento e da abertura de perfis, trincheiras e decapagens por níveis naturais.

A escavação alternou níveis artificiais e naturais, estes últimos quando necessários à exposição de estruturas de pedras e/ou pisos de ocupação. O registro dos dados foi realizado em caderno de campo e em fichas próprias, e as etapas de trabalho foram diariamente fotografadas. Os procedimentos, executados de forma sistemática no espaço delimitado do sítio, objetivaram, primordialmente, o achado de vestígios arqueológicos que permitissem compreender o que se passou no local e interpretar o contexto em estudo.

As atividades foram realizadas de forma que

*os vestígios de ocupação humana fossem investigados segundo os conceitos da especificidade da arqueologia histórica quanto à obtenção de subsídios interpretativos;

* a delimitação e o registro de sítios fossem feitos de acordo com o estabelecido na ficha produzida pelo IPHAN para o Cadastro Nacional de Sítios Arqueológicos/CNSA;

*o que trabalho de escavação e coleta se desenvolvesse em áreas designadas pela importância para a construção de informações científicas voltadas para a localidade e sua inserção regional;

* que as fichas de registro de materiais de campo e fotografias permitiram que alcançassem uma maior economia de tempo, revestindo-se assim de maior eficiência;

* que as atividades de laboratório fossem desenvolvidas paralelamente à escavação, e consistissem na limpeza do material, na classificação geral e consolidação dos vestígios encontrados para posterior cadastro e tombamento (no âmbito do laboratório foi possível, ainda, a produção de elementos que redirecionaram os trabalhos de campo);

* que as coleções de materiais resultantes das pesquisas fossem devidamente acondicionadas em sacos de PVC, etiquetados com as referências de campo e encaminhados aos laboratórios de Arqueologia e Antropologia Biológica para análise;

* que fossem realizados levantamentos bibliográficos e prospecções verbais para solidificação do conhecimento histórico da área.

O material coletado foi encaminhado ao Museu Nacional/UFRJ, onde, após o tratamento curatorial, estará disponível à exploração científico-cultural, de acordo com as normas institucionais para consulta às Coleções Científicas.

A Torre Sineira e seu entorno

As pesquisas na área da torre e em seu entorno começaram em abril de 2008 e buscaram verificar possíveis pisos internos e externos.

Surpreendentemente, em seu interior encontramos grande quantidade de restos esqueléticos humanos de diferentes idades e sexos desarticulados e misturados, não sendo possível determinar *in loco* que segmentos ósseos pertenciam a esse ou àquele indivíduo. O local é semelhante a um "gaveteiro" de depósito de ossos pós-exumação. O sedimento que os encobria provavelmente foi retirado da igreja na época da construção da torre, ou houve reaproveitamento de área da própria igreja para assentar a torre sineira, levando a supor uma construção posterior.

Após o salvamento de parte dos segmentos ósseos encontrados na estrutura quadrangular, realizamos uma investigação estratigráfica que englobou parte das paredes internas a oeste e norte, seguindo até as paredes da estrutura quadrangular.

Em todas as áreas exploradas da torre sineira foram resgatados materiais em ferro, fragmentos de faiança e de vidros, cobre, restos esqueléticos humanos, tecido, entre outros.

A Igreja Matriz de Santo Antônio

Nos limites do aramado que circundava a torre, delimitou-se parte dos resquícios de alicerces da parede lateral da igreja e parte da frontal. Prosseguiu-se a retirada de sedimento dessa área interna, rebaixando o solo até à Camada I, devido ao fato já relatado de camadas de sedimentos intrusivas.

Na ocasião em que o piso foi delimitado, localizamos restos esqueléticos humanos avulsos na área próxima à parede externa sul da torre, assentados sobre o solo e ocupando espaço da extremidade sul em direção a oeste. Fizemos a sondagem na área sem retirá-los, partindo da parede sul/leste com piso em direção ao portal de entrada principal da torre. Encontramos amostras ósseas humanas desarticu-

ladas, com 45% dos segmentos ósseos presentes, e resgatamos três sepultamentos incompletos.

Na área foram localizados vestígios arqueológicos representados por fragmentos de louças, restos esqueléticos humanos, cerâmica, cravos, vidros de janela, tecidos, imagem religiosa, tranca de porta, diversos artefatos em ferro e resíduos e buracos de esteio, entre outros.

A Casa da Fazenda

Na busca de uma limpeza superficial no espaço em que situava a fazenda, foi feita uma limpeza nos meses de setembro e outubro de 2008. O trabalho teve início no muro e seguiu na direção da sede em busca de vestígios que pudessem lançar luz sobre as antigas construções da vila. Foi possível verificar a existência de um *continuum* nos vestígios de assentamentos da área da fazenda Macacu, no que diz respeito à forma e à idade. A própria vila de Porto das Caixas, hoje sede do distrito em que se situa o remanescente da antiga Vila de Santo Antônio de Sá, apresenta, a céu aberto, o que certamente foi o sítio arqueológico em questão, com suas casas de fazenda, ruas construídas em blocos de pedra; mesmo em algumas edificações modernas chama atenção a composição de alguns muros, ainda erigidos em blocos de pedra. Na casa da fazenda há também pisos feitos em lajota de barro cozido recobertos por uma pigmentação avermelhada. Em um dos remanescentes de edificação da Vila encontramos vestígios de reboco com a mesma pigmentação avermelhada.

Apesar de a construção ter sido reaproveitada em diferentes épocas até o início do século XX, verificou-se que sob rebocos modernos, os tijolos e pisos se assemelhavam aos encontrados nos remanescentes de edificações da Vila de Santo Antônio de Sá.

O Cemitério da Fazenda Macacu

O local deste cemitério é tradicionalmente citado como a área do primeiro cemitério de Porto das Caixas, ocupado sem autorização formal dos frades em 1855. O cemitério faz parte do Sítio Arqueológico Fazenda Macacu, posicionado ao norte das ruínas do Convento de

São Boaventura. Para delimitá-lo, foi necessária a confecção de uma ponte provisória, ao término da qual, realizados os procedimentos de delimitação, encontraram-se vestígios arqueológicos.

Materiais Arqueológicos coletados

Todo o material recuperado no Sítio Arqueológico Fazenda Macacu data do período histórico, nada tendo sido descoberto referente a período anterior (pré-história). No que se refere à cerâmica, encontramos apenas fragmentos. O material cultural do tipo metal, apesar de oxidado pelo tempo foi recuperado quase íntegro como, exemplo, é possível citar os restos construtivos de portas, janelas, argolas etc. A grande diversidade de material cultural recuperado no sítio sugere que foram grandes a presença e a diversidade dos grupos sociais que habitaram a área. Em maior quantidade, o material recuperado é composto de fragmentos de louça, e, em menor, de artefatos de cerâmica não coberta. Embora se tenha confirmado a presença de conchas inteiras e trituradas na composição da argamassa usada nas paredes e entre tijolos das ruínas do Convento de São Boaventura e da Torre Sineira da Igreja Matriz, possivelmente extraídas de antigos sambaquis − dada a ocorrência de inúmeros sítios deste tipo na área antes da chegada do europeu −, nenhum vestígio desses primeiros ocupantes, responsáveis pela construção dos Sambaquis, foi encontrado durante os trabalhos de pesquisa.

O material arqueológico recolido em campo após a higienização, triagem e acondicionamento foi analisado para sua identificação e classificação. A análise minuciosa se apoiou no uso de lupa, microscópio e consulta a bibliografia especializada.

A função de cada peça encontrada, sempre que possível, foi identificada e igualmente registrada a forma original do fragmento. No sítio foram encontrados fragmentos de louças, cerâmicas, metais e vidros. Para cada classe de material são estudados:

Louças: marca, lugar de origem, decoração, estilo, padrão, período de fabricação, espessura e forma.

Cerâmica: tratamento tecnológico, manufatura, tipologia, espessura, tipo de queima, decoração e forma.

Vidro: marca, lugar de origem, decoração, estilo, padrão, período de fabricação, espessura e forma.

Metal: identificação de características particulares.

Presença de faianças portuguesas do século XVII, porcelana chinesa do século XVIII e louça inglesa do século XIX: pesquisa

Uma das linhas de pesquisa aberta pelos trabalhos no sítio arqueológico Fazenda Macacu foi sem dúvida propiciada pela descoberta dos fragmentos de cerâmica, material surgido em quantidade expressiva, cuja diversidade pôde nos ajudar no balizamento de mapas sociais em épocas diversas, dentro do contexto de vila. Em meio ao conjunto resgatado, podemos isolar três grupos principais: o das faianças portuguesas seiscentistas, o das porcelanas chinesas setecentistas e o das louças (*earthenwares*) europeias (inglesas, francesas, holandesas) oitocentistas.

Registros Humanos

Os restos faunísticos foram coletados em sua grande parte por intermédio do peneiramento dos sedimentos, de forma a recuperar as peças de pequena dimensão, não visíveis de imediato durante a decapagem. Grande parte dos enterramentos localizados haviam sido vandalizados, mas foram retirados pelos especialistas, segundo técnicas e métodos modernos da antropologia biológica.

Foi na capela da Ordem Terceira, onde não se encontraram pisos e lápides, que se evidenciaram enterramentos. Os restos esqueléticos haviam sido removidos dos caixões, cujos fragmentos se apresentavam recobertos por tecido verde e emoldurados por galão também na cor verde, fixado com percevejos pintados com esmalte da mesma cor. Todo o material osteológico humano foi encaminhado ao Laboratório de Antropologia Biológica do Museu Nacional da UFRJ. Higienizou-se, com uso de pincéis e escovas de cerdas macias, o mate-

rial encontrado com resquícios de sedimentos, sempre respeitando os agrupamentos em embalagens originais. Fragmentos esporádicos de tecidos e outros elementos associados a sepultamentos foram limpos e acondicionados em sacos separados.

Em uma primeira análise, pode-se dizer que o material encontra-se bastante fragmentado, embora as diáfises estejam inteiras ou passíveis de recuperação. As análises prévias sugerem a presença de múltiplos indivíduos, provavelmente oito, de idades variadas, mas jovens: um maxilar apresenta significativa abrasão dentária e alguns ossos exibem artroses. Apesar da fragmentação, as condições gerais de preservação macroscópica são boas, sendo a ação mecânica pregressa a responsável pelos maiores danos ao material.

As sondagens realizadas no sítio e em seu entorno revelaram

* que, no adro do convento, o piso da entrada é do tipo tijoleira e as peças de granito que formam o degrau ou soleira do nártex, do tipo "peito de pomba";

* que diferentes estruturas de tijolos podem configurar alicerces de diversas estruturas da antiga vila;

* que, possivelmente, placas em granito serviam para pavimentar os caminhos do antigo porto;

* a existência de parte de um muro de arrimo da vila e

* a presença de estruturas de casas com diversos cômodos.

No interior do convento foi assinalada a provável existência de um túnel que deverá ser objeto de posterior investigação. Na margem oposta do antigo leito do rio Macacu, hoje coberta por vegetação tropical, há o registro de algumas construções.

Outros materiais encontrados: lâminas de machados, ferraduras, projéteis de arma de fogo de formato redondo, projéteis de arma de fogo, cabos de ferro e botões.

Os trabalhos de laboratórios

As atividades laboratoriais se iniciaram simultaneamente aos trabalhos de campo em razão da necessidade de reprocessamento dos materiais arqueológicos enviados do campo para o laboratório. Para facilitar o manuseio de toda a coleção resgatada, o material foi separado em caixas, com base na procedência por sondagens, setores e natureza. Priorizamos a curadoria por sondagem e/ou delimitações realizadas no campo. As análises laboratoriais das amostras passaram pelo processo de limpeza e secagem (curadoria), e depois foram contadas e lançadas em fichas próprias. Todo o processo foi fotografado com o objetivo de formar um banco de imagens.

Todas as peças deverão receber do setor um número de tombamento, a fim de que possam ser alocadas e preparadas para futuras pesquisas.

Os procedimentos desenvolvidos no laboratório do Setor de Antropologia Biológica – MN/UFRJ procuraram dar continuidade às pesquisas de campo no resgate do material esquelético humano. A obtenção dos dados de campo previu seu manuseio, análise e interpretação dentro de uma sequência temporal.

A coleta de amostras, realizada no campo, em setores diferenciados da Torre Sineira e da Igreja Matriz, permitiu obter elementos para uma avaliação coerente do seu conteúdo geral e de seus espaços particulares. As escavações praticadas nesses setores para delimitação das estruturas complementaram as observações anteriores, possibilitando a construção de sequências com base estratigráfica, intercaladas com a coleta superficial e em profundidade.

As amostras esqueléticas humanas, ao serem recolhidas, foram acondicionadas em sacos plásticos de PVC, devidamente etiquetados. As dimensões dos próprios sacos plásticos resultaram da experimentação, pois deviam conter o mínimo ideal de peças para que a integridade dos segmentos ósseos fosse mantida.

Encerrada a limpeza e a secagem de todas as amostras, iniciamos a análise do material. Em primeiro lugar, foi feita a contagem do número mínimo de indivíduos, pois todas as amostras ósseas humanas resgatadas foram encontradas sem conexão anatômica aparente e completamente misturadas umas às outras, não nos permitindo avaliar se pertenciam ou não a um mesmo indivíduo.

Apesar de a coleção ser pequena, as análises paleopatológicas nos permitiram conhecer os padrões de saúde-doença da população. Procuramos classificar os indivíduos pelo sexo e idade, e os resultados vêm sendo apresentados em reuniões científicas.

Considerações Finais

A Vila Santo Antônio de Sá representou um marco importante no Brasil Colonial. Os registros históricos são dispersos e merecem uma atenção maior do que foi possível no âmbito desse projeto, como, por exemplo: a relação escravocrata no Brasil Colonial, a colonização portuguesa no Rio de Janeiro e os recursos naturais disponíveis e explorados no Estado do Rio de Janeiro nos séculos XVI a XIX. Vários temas são de interesse do projeto e da história da localidade e do Brasil e merecem ser explorados.

O projeto se desenvolveu com as devidas autorizações do IPHAN e da Petrobras Cultural, em um período de dois anos, a contar do mês de fevereiro de 2007. Foram realizados diversos levantamentos − topográficos, arquitetônicos, mapeamentos com GPR, GPS, levantamentos geomorfológicos, entre outros – com o propósito de acrescentar informações e auxílio para os trabalhos arqueológicos.

Não limitamos as tarefas ao trabalho de resgate em campo e, assim, simultaneamente, foram feitos levantamentos bibliográficos, prospecções verbais e encaminhamentos a outras áreas arqueológicas dentro do perímetro urbano de Porto das Caixas. Procuramos explorar todas as potencialidades do sítio arqueológico.

É importante enfatizar que buscamos, no prazo de que dispúnhamos, e mesmo com as interrupções ocasionadas pelas intempé-

ries que acometeram por grandes períodos a área do sítio, trabalhar de forma que pudéssemos resgatar parte da história da população que ali viveu, através de seus vestígios materiais e da distribuição de suas edificações.

Portanto, resta agora registrar nossas diversas tentativas para manter a área do sítio conservada no período de nossa permanência. Embora pouco se tenha feito para a conservação de todo o patrimônio cultural ali presente, foram realizadas obras de contenção das paredes das ruínas do Convento de São Boaventura, mas as rachaduras existentes nos portais continuam em processo de dilatação, e o crescimento excessivo da cobertura vegetal em todo o sítio facilita a degradação de suas estruturas.

Resumo

O artigo apresenta os resultados de pesquisa arqueológica sobre as ruínas da antiga Vila Santo Antonio de Sá e do convento de São Boaventura, existentes em Itaboraí, município do Estado do Rio de Janeiro. O estudo investiga a história de uma das vilas mais antigas da história regional, cuja origem data do povoamento da área iniciado no início do século XVII. Em 1644, foi criada a freguesia, seguida logo depois pela construção do convento, iniciada em 1649. A vila foi criada no ano de 1697. Em princípios do século XIX, um ciclo de epidemias levou ao fim da vida urbana, restando hoje as ruínas do passado da vila, cuja importância histórica são reconhecidas como patrimônio cultural federal e estadual.

Palavras-chave: Vila de Santo Antonio de Sá, RJ; História urbana; Arqueologia histórica.

Abstract

The article presents the results of an archaeological research on the ruins of the old Vila Santo Antonio de Sá and the convent of St. Bonaventure, existing in Itaboraí, municipality of the State of Rio de Janeiro. The study investigates the history of one of the oldest villages

in the region, which dates back to the settlement of the area in the early XVIIth century. In 1644, the parish was created, followed soon after by the construction of the convent started in 1649. The village was created in the year of 1697. In the early XIXth century, a cycle of epidemics led to the end of the urban life, leaving today the ruins of past the village, which historical significance are recognized as federal and state cultural heritage.

Keywords: *Vila de Santo Antonio de Sá, RJ; Urban history; Historical Archeology.*

Recebido em 28 de novembro de 2014. Aprovado em 15 de dezembro de 2014.

MESTRE VALENTIM: UM PASSO À FRENTE DE SEU TEMPO

Angela Ancora da Luz[1]

Foi por volta de 1745 que nasceu Valentim da Fonseca e Silva, conhecido como "Mestre Valentim", cuja obra se recorta como das mais significativas de sua época. Tudo é impreciso nas informações de seus dados biográficos. Especula-se que seu pai seria Francisco Ferreira da Silva, que trabalhara em Serro Frio, Minas Gerais, local em que Valentim teria nascido.

Dos documentos existentes, os mais antigos talvez sejam o "Inventário de Valentim da Fonseca, 1813", e o artigo datado 1856 escrito por Manuel de Araújo Porto-alegre e publicado na Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro de 1856. Nele encontramos que Valentim seria "filho de um fidalgote português contratador de diamantes e de uma crioula natural do Brasil". (PORTO ALEGRE, 1856)

Segundo o arquiteto e historiador, Gustavo-Rocha Peixoto, em comunicação apresentada no Encontro da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo, ANPARQ, 2010, Rio de Janeiro:

> *"Porto-alegre tinha o projeto de biografar uma grande série de artistas brasileiros. Escreveu só três artigos respectivamente dedicados ao pintor Francisco Pedro do Amaral, ao compositor e regente padre José Maurício Nunes Garcia e ao escultor e arquiteto mestre Valentim da Fonseca e Silva" (PEIXOTO,)*

---

[1] Doutorado em História – IFCS/UFRJ, sócia efetiva do Instituto Histórico e Geográfico do Rio de Janeiro – IHGRJ.

Outras fontes de pesquisa podem ser buscadas em jornais, nas informações das atividades do Mestre sempre em referência as suas obras. Todas as informações que apresentamos são respaldadas por trabalhos científicos, sobretudo os acadêmicos, em publicações hoje existentes destes pesquisadores e, algumas vezes buscadas em *websites*. Contudo, o que gostaríamos de destacar é que partimos dos documentos irrefutáveis, que são as suas obras, nas quais os pensamentos, as emoções e suas propostas documentam a grande contribuição que o artista trouxe à arte brasileira.

Para Giulio Carlo Argan, a arte é um fazer que se "faz" no presente, *"aqui e agora, não ontem ou amanhã"* (ARGAN, 1992: p. 35), a arte cria objetos, os materializa. Estes, por sua vez, são documentos da passagem do homem sobre o planeta, mas existem sempre no presente. A História da Arte, por exemplo, não reconstrói um desenvolvimento progressivo, e, ainda segundo Argan, ela se dá diante do fenômeno. Vamos tomar estas obras, esculturas, chafarizes, paisagismo e arquitetura para apresentar o Mestre Valentim.

Da sua vida, o que nos é permitido saber, é que teria ido para Portugal, acompanhando o pai, e lá aprendera o ofício de toreuta. Permaneceu além-mar até cerca de seus 25 anos, quando retornou ao Rio, em 1770, fixando-se no centro da cidade, pois vai estabelecer uma loja, que era oficina e residência. Localizava-se na Rua do Sabão, entre a Rua dos Ourives e do Bom Jesus. Ele estava no centro comercial da cidade, mas, não podia ser patrão, pois sua condição de mestiço o impedia, já que estes eram considerados "infames pela raça". Filia-se, então, à Irmandade dos Pardos de Nossa Senhora do Rosário e São Benedito. Especula-se, também, que teria pertencido à Maçonaria. Dois anos depois inicia o trabalho de decoração interna da Igreja da Venerável Ordem Terceira de Nossa Senhora do Carmo, na Rua Direita hoje, Primeiro de Março.

Mestre Valentim é um artista à frente de seu tempo, pois conseguiu harmonizar em suas obras as qualidades de artista e técnico artesão. Deixou que em seu corpo transitasse o passado e o futuro, trabalhou com arte religiosa e laica, reuniu em seu imaginário os estímu-

los de um espírito clássico e nativista, oscilando entre a carga barroca e a fragilidade rococó. Manifestou conhecimentos avançados em seu tempo, preocupando-se com a ordem higiênica, eliminando focos de insalubridade na cidade, a partir de seus projetos urbanísticos, como se destaca no projeto e construção do primeiro jardim de lazer do Rio de Janeiro, o Passeio Público.

O local do Passeio Público, em fins de século XVIII, era um local inóspito, um "pântano pestilento", pois assim se observa a condição da Lagoa do Boqueirão da Ajuda que ocupava aquela área. Encontramos uma boa descrição no que escreve Joaquim Manuel de Macedo:

> *"É verdade que o Boqueirão da Ajuda oferecia uma vista magnífica, mas a lagoa que ali se encontrava era repugnante.(...) Mostrava-se de feio aspecto, às vezes exalava um cheiro desagradável e, na opinião de muitos, passava por ser um foco de peste". (MACEDO, 1991: p. 51)*

O mau cheiro era proveniente do uso que se fazia da lagoa, pois ali se despejavam os dejetos da cidade. Para Manuel de Araújo era um lugar "desestimado", com pouquíssimas moradias, e, ainda segundo ele, apesar de tudo, era um local em que crianças tomavam banho enquanto bois atravessavam o "charco"... Interrompia-se o fluxo da cidade, pois a lagoa era obstáculo à ligação com o caminho do Engenho d´El Rei, que levava à zona sul. Era um divisor de águas, que impedia a expansão da cidade por cortar a circulação necessária ao movimento norte x sul.

Quando a gripe Zamparina[2] assolou a cidade do Rio de Janeiro, imediatamente se pensou na situação da lagoa, o maior dos focos a ser debelado. A gripe deixava sequelas, em muitos casos, provocando perturbações no sistema nervoso e locomotor. Era necessário que se fizesse uma intervenção urbanística na cidade de modo a transformar aquele local.

---

[2] O surto da gripe recebeu o nome da cantora italiana Zamparina, que morreu pela moléstia em 1780.

O Rio de Janeiro era governado, desde 1779, pelo vice-rei D. Luis de Vasconcelos, cujo governo foi marcado por obras de melhoramentos e embelezamento da cidade, que contava à época, com cerca de cinqüenta e cinco mil habitantes. Ele se torna amigo de Valentim da Fonseca, percebendo a sensibilidade e modernidade do artista ao seu tempo. Assim, Mestre Valentim é convidado a desenvolver um projeto urbanístico que venha a transformar aquele pântano, contribuindo para a solução de vários problemas, inclusive o da expansão da cidade.

Na Lapa, o pequeno morro das Mangueiras havia sido desmontado, tornando possível o aterro da lagoa naquela área insalubre. O processo de desmonte, aterro e jardim será entregue a Mestre Valentim. Ele utilizou o entulho do desmanche do morro para aterrar o local desértico e insalubre. O projeto de um grande parque, um jardim no lugar do mau cheiro, é a resposta que a cidade precisava. Atrair pessoas, transformar todas as condições negativas em seu oposto é a proposta de Valentim. Aqui no Brasil não havia, ainda, a cultura dos jardins, como na Europa. Um lugar de lazer, de "passeio público", o que fez do projeto de Mestre Valentim o nosso primeiro jardim público, pois as áreas ajardinadas eram de particulares, nas moradias dos bens nascidos. Dotar a cidade de um jardim que, em si, traduzisse a possibilidade de oferecer a todos as condições iguais de prazer era, no mínimo, uma idéia à frente do seu tempo. Mestre Valentim se inspira no modelo de jardim cortesão das residências palacianas dos séculos XVI – XVIII, na França, mas não abandona o espírito barroco.

Contudo, se não bastasse o que representou do ponto de vista paisagístico e de saúde pública, o jardim garantiu a possibilidade de continuidade do eixo da cidade, dando condições para seu crescimento.

Segundo o historiador da arte Carlos Gonçalves Terra, pode-se considerar o Passeio Público como o primeiro jardim construído junto ao tecido urbano e quando se observa o mapa do Rio de Janeiro, na época, comprova-se também a importância geográfica do lugar para a expansão da cidade:

> *"(...) o Passeio Público seria o primeiro jardim estruturado às proximidades do contexto urbano. Inaugurado em 1783, teria sua própria história ligada ao desenvolvimento do Rio de Janeiro. Pelos registros existentes constata-se que ele foi traçado nos moldes de um jardim francês – a perspectiva infinita proporcionada pelo mar que chegava até sua beirada, as 'pelouses' e os caminhos retilíneos estão entre os diversos elementos utilizados." (TERRA, 2009: p. 43)*

Valentim dotou o jardim de um muro e construiu um cais para que o mesmo não fosse invadido pelas águas do mar. Temos assim uma solução que, no mínimo, representa um grande avanço do ponto de vista paisagístico e urbanístico, dotando o Rio de Janeiro de uma área de integração que se constituiu como elemento de ligação dos pólos de um mesmo eixo ordenador da cidade.

Além de inscrever o Rio de Janeiro no rol das metrópoles que buscavam o progresso, Mestre Valentim também completou a obra do jardim com vários elementos decorativos como chafarizes, estátuas e pavilhões, obras de sua autoria. Tratava-se de uma espécie de jardim botânico e museu ao ar livre, e, neste particular observa-se que, mais uma vez o artista crioulo está um passo à frente de seu tempo.

A flora escolhida seguiu princípios essenciais para a composição de jardins tropicais com árvores altas como mangueiras, tamarineiras, jaqueiras, jambeiros, palmeiras, cedros, pinheiros e outras espécies que pudessem dar sombra ao visitante, amenizando o calor da cidade e criando uma atmosfera aprazível para o público em geral.

Dentre as obras que decoram o jardim público destacamos a Fonte dos Amores, com jacarés de bronze entrelaçados, que despejavam água pela boca, a qual era recolhida por um tanque semicircular; a Bica do Menino, também uma fonte, em que a água é vertida por um cágado seguro pelas mãos do cupido, as duas pirâmides de granito carioca com medalhões de pedra de lioz, também conhecidos por obeliscos, por sua verticalidade acentuada, além de dois pavilhões, com as figuras de Apolo e Mercúrio. É com esta composição de peças escultóricas e de flora tropical que Valentim estrutura este "jardim de prazeres".

É dele, também, o portão de ferro forjado por onde se inicia o acesso ao jardim. O pórtico com pilares de pedra lavrada, que recebe o portão e o sustenta cria um interessante diálogo entre a pedra e o ferro, entre a elegância de linhas mais sóbrias no pórtico e a leveza rococó das guirlandas do portão, destacando-se o medalhão de bronze dourado, com dupla face, que encima o conjunto. Em sua parte interna trazia as armas do império[3] e a externa as efígies da rainha Dona Maria I e de seu marido, Dom Pedro, com o dístico *"D. Maria Iª et Petrus III Brasiliae Regibus 1783"*, sendo uma rara representação, em via pública, no Brasil, da rainha de Portugal, constituindo-se assim documento histórico e confirmando os ensinamentos de Argan, que vê na materialização da obra a presença deste mesmo documento.

A preocupação com os chafarizes se dá pela visão do artista em propiciar pontos de distribuição de água, conforme veremos a seguir, em vários chafarizes que levam sua assinatura. No Passeio Público encontramos dois: Fonte dos Amores e Bica do Menino. O primeiro está associado a um mito narrado pelo folclorista Câmara Cascudo em seu livro "Contos tradicionais do Brasil". (CASCUDO, 2004) Conta a lenda que, antes da intervenção de Mestre Valentim, nas proximidades daquela área insalubre havia uma casinha bem simples, tendo ao lado uma palmeira. Ali residiam Suzana e sua avó. A moça reunia beleza e pobreza. Era noiva do auxiliar de botânica de Frei Conceição Veloso, moço honrado, mas ciumento e apaixonado. D. Luiz de Vasconcellos e Souza, que governava o Brasil naquela ocasião e que ia ao charco inóspito acompanhado de Mestre Valentim conheceu a moça. Mesmo vendo-a de longe a admirou e desejou-a. Falava com ela, sempre que possível e espreitava-a. Certa vez, ainda segundo a lenda, escondido numa touceira juntamente com o artista, ouviu a defesa que a moça fazia ao noivo ciumento, enaltecendo as qualidades do vice-rei, destacando que não se poderia desconfiar de um homem cujo coração era de ouro, era um pai para os pobres, um justiceiro e um homem valente que nunca oprimira nem perseguira ninguém. A menina aconselhou Vicente Peres, seu pretendente, a procurar D. Luiz e pedir-lhe prote-

[3] Com a República as armas do Império foram substituídas. Hoje, em seu lugar, vemos as armas da cidade do Rio de Janeiro.

ção. Este, que tudo ouvira em seu esconderijo sentiu-se enternecido. No dia seguinte mandou chamar o moço, nomeou-o secretário de Frei Veloso (que catalogava o material brasileiro da "Flora Fluminense"), projetando seu aproveitamento para um cargo na Alfândega assim que o trabalho de catalogação terminasse. Fez mais ainda, tornou-se padrinho de casamento dos noivos.

Mestre Valentim vai realizar a Fonte dos Amores cujo referencial simbólico envolve os personagens desta lenda. São amores conjugados na relação avó e neta, noivo e noiva, e admirador que abandona seu sonho de sedução por um sentimento mais nobre. Ele colocou uma palmeira de bronze junto à fonte (representava a real, que projetava sombra na casinha de Suzana e sua avó); fez três garças, também em bronze, para pisarem as pedras irregulares junto à fonte, despreocupadas do perigo. Elas simbolizavam Suzana, o noivo Vicente e a avó. Por outro lado, o perigo apontado se materializava nos jacarés de boca aberta, personificações do escultor e do vice-rei que se esconderam atrás da touceira para ouvirem a conversa. Com o passar do tempo algumas destas peças desapareceram, como as garças e a palmeira. Restaram os jacarés, que hoje ainda podemos ver, como se a cobiça e o desejo resistissem ao tempo e espreitassem os visitantes, protegidos pelo desconhecimento do mito inspirador da obra, segundo alguns estudiosos. A Fonte dos Amores ou como é comumente conhecida em nossos dias, a Fonte dos Jacarés, pelas peças que permaneceram como pretexto de uma fauna brasileira, mas longe do contexto que inspirou o artista em seu processo de criação.

Ainda no interior do jardim, situada na parte posterior da Fonte dos Amores encontramos a Bica do Menino. Trata-se de outra fonte, inicialmente esculpida em mármore. A água era lançada num barril de granito através da boca do cágado, que por sua vez estava nas mãos do menino. Uma faixa semicircular atestava a impregnação iluminista do projeto de Valentim: *"Sou útil, inda que brincando"*. Mais tarde a escultura foi substituída por uma cópia de chumbo, que não logrou boa aceitação do público, uma vez que ela foi duplicada de tamanho.

Em 1785 ele vai projetar o chafariz das Marrecas. Situava-se na esquina das ruas Belas Noites (hoje Marrecas) com Barbonos (hoje Evaristo da Veiga) e trouxe uma solução importante no que diz respeito ao abastecimento de água no centro da cidade. A Fonte das Marrecas, como também era conhecida, conjugava a utilidade da obra com a sua força poética. As esculturas de Narciso e Eco[4] que encimavam a fonte, feitas em metal teriam sido fundidas em bronze, creditando-se a Mestre Valentim este passo à frente, pois não se fazia fundição artística no Brasil. As primeiras peças fundidas teriam sido feitas na Casa do Trem, que, desde 1783 contava com uma fundição de cujos fornos passaram a sair não só o material militar, que se fazia necessário, mas, também, as obras artísticas.

A força do monumento que identificava um local importante no Rio deu nome a rua, já que o povo assim passou a identificá-la. Finalmente, o nome de "Marrecas" se deve ao fato de que a fonte se constituía por cinco bicas de onde a água jorrava, sendo cada uma delas uma marrequinha de bronze com o bico aberto, oferecendo o precioso líquido aos habitantes da cidade.

Mestre Valentim projetou outras fontes, todas levando a marca de sua identidade. É interessante como ele associa elementos nativos de nossa flora e fauna com os da mitologia pagã em obras públicas. Já vimos as marrecas, os jacarés, as garças e as palmeiras. Observamos Narciso e Eco ao alto e as marrecas como bicas.

Na construção do Chafariz do Lagarto, no caminho Mata-Cavalos, atualmente Rua Frei Caneca temos outro grande exemplo.

É possível que tenha sido a mais singela das obras do escultor. D. Luiz de Vasconcelos mandou construí-lo por intermédio do Senado. Ele era alimentado pelo aqueduto do Catumbi e beneficiava toda a região. Não se tratava de um local densamente povoado, nem de uma área nobre da cidade. Mestre Valentim encontra a medida certa para criar a tensão, projetando um paredão de alvenaria que se eleva acima

[4] As esculturas de Eco e Narciso são também identificadas como Diana a caçadora e, possivelmente Actéon, filho do rei Cadmo.

do muro, arrematando-o em arco abatido de três frisos. No centro, na parte inferior, em altura própria para a finalidade a que se destinava existe um nicho e nele a figura do lagarto que se projeta como se fosse saltar sobre aquele que se aproxima. Contido, ele apenas estabelece o contraponto entre o muro com a cimalha simples e o animal selvagem, com as mandíbulas arreganhadas, deixando jorrar a água no tanque de granito. Mais acima, num dístico também simples, mas escrito em latim, lê-se apenas: "SITIENTI POPULO SENATUS PROEUSIT AQUAS – ANNO MDCCLXXXVI" (Ao sedento povo, o Senado deu água em abundância, no ano de 1786).

Esta fonte ainda existe, mas totalmente degradada. O lagarto de bronze desapareceu. Foi feita uma cópia em ferro, mas teve sorte parecida. A cauda foi quebrada e arrancada e as paredes descascadas choram os maus tratos sofridos pelos moradores de rua. A obra foi tombada pelo Instituto do Patrimônio Histórico Artístico e Nacional, IPHAN, em 1938.

Em 1789 Mestre Valentim vai executar outro chafariz, desta vez em local nobre, o Largo do Paço, hoje Praça XV, visando atender não só a densa população, mas também servir à aguada dos navios, pois, antes dos aterros, o cais de atracação dos barcos se encontrava junto à escadaria do antigo Largo do Carmo[5]. Trata-se do Chafariz da Pirâmide.

A peça única engloba reservatório e chafariz. É sóbria, articulada verticalmente e lavrada em granito carioca. O corpo da construção nos remete às torres sineiras das igrejas e, na parte superior uma pirâmide se encaixa e aponta para o alto. A balaustrada é típica do barroco e, no corpo estrutural do chafariz, de base retangular, as arestas vivas foram substituídas por elementos cilíndricos, em relevo, que oferecem continuidade, eliminando quebras ou interrupções ao longo do perímetro do chafariz, que hoje já não faz jorrar suas águas, pois,

[5] Largo do Carmo, Praça do Carmo, Terreiro do Paço e Largo do Paço são nomes que aparecem ao longo do tempo identificando o local.

segundo alguns estudiosos elas estavam provocando uma lenta erosão das pedras, razão pela qual teria sido desligado.

Com uso mais restrito, pois foi projetado em 1795 para o pátio interno do Convento da Ajuda, encontramos o Chafariz das Saracuras, encomendado pelas irmãs clarissas e que servia para que as freiras lavassem suas roupas e a louça que era usada. O convento se localizava aonde hoje é a Praça Mahatma Gandhi [6] e lá permaneceu até 1911, quando foi demolido para a abertura da Avenida Rio Branco. O chafariz foi desmontado e oferecido à municipalidade que o levou para a Praça General Osório, Ipanema, remontando-o de acordo com o seu projeto.

O chafariz das saracuras possui planta circular e está dividido em quatro partes, com quatro tanques limitados por escadas de quatro degraus que criam as fronteiras de cada tanque. Uma pirâmide central sobre a bacia cria a verticalidade da fonte. A água jorra pelo bico de quatro saracuras e pela boca das quatro tartarugas. O chafariz é lavrado em gnaisse, pedra metamórfica que possibilita bons resultados de textura e de corte, considerado por alguns geólogos como a mais carioca das rochas. Se a pedra permanece, o mesmo não acontece com as saracuras e tartarugas de bronze, várias vezes roubadas e recolocadas através de réplicas.

A presença de Mestre Valentim não se dá, apenas, no que tange às obras públicas. Exímio entalhador e escultor ele é o autor das talhas da Capela-Mor e da Capela do Noviciato da Igreja da Ordem Terceira do Carmo e de alguns de seus altares. Encontramos, também, o altar-mor da Igreja da Ordem Terceira de São Francisco de Paula, as talhas do altar-mor e dos altares laterais da Igreja de Santa Cruz dos Militares, infelizmente danificados pelo incêndio de 1840. Alguns elementos que sobraram foram reaproveitados por Antonio de Pádua e Castro, em 1870, que os adaptou a uma nova decoração interna, alte-

[6] A Praça Mahatma Gandhi foi construída no espaço aberto pela demolição do Palácio Monroe, na Cinelândia. O chafariz que hoje lá se encontra foi trazido da Praça da Bandeira, em tempo mais recente.

rada anos mais tarde com a reforma da igreja. Segundo a historiadora Myriam Ribeiro, o que se pode afirmar é que,

> *"De autoria do Mestre é certamente a concepção geral da primorosa decoração rococó da igreja e parte da talha, que inclui três retábulos, dois púlpitos, arco-cruzeiro e coro alto. Chamamos especialmente a atenção para os painéis com a representação dos 'martírios' de Cristo nas paredes da capela-mor, nos quais os símbolos da Paixão são tratados como ornamentos de talha em originais composições". (OLIVEIRA, 2008: p. 25)*

Todas estas obras ele realizou com uma visão à frente de seu tempo e, em seu conjunto revelam a força do artista mestiço que passados duzentos anos de sua morte continua a fazer história através de sua arte. Não poderíamos fechar este artigo em homenagem aos duzentos anos de sua morte sem falar nos lampadários de prata do Mosteiro de São Bento, que pesam 227 quilos cada um. Atribui-se a Mestre Valentim a autoria de seus moldes, realizados entre 1781 e 1783.

Os dois lampadários estão colocados próximos ao arco cruzeiro e podem ser avistados por quem entra no templo, oferecendo o contraponto da luz na penumbra e silêncio do mosteiro. Suas silhuetas esbeltas são recortadas por linhas sinuosas que não diluem o objeto, antes promovem a boa continuidade da forma, a qual se estrutura pela peça em si e pelas correntes que a suspendem no ar, fixando os lampadários no teto. A luz, elemento necessário, completa a obra e a expande até aos olhos dos fiéis e visitantes do Mosteiro. Ela chega até nós, ao nosso tempo, confirmando os ensinos de Argan para quem a arte se faz no presente, aqui, agora, testemunhando nossa história e comprovando a atualidade do Mestre Valentim e de sua obra.

Referências Bibliográficas:

ARGAN, G. .C. *História da arte como história da cidade*. São Paulo: Martins Fontes, 1992.

CARVALHO, A. M. F. M. *Mestre Valentim*. São Paulo: Cosac & Naify Edições, 1999.

CASCUDO, Câmara. *Contos tradicionais do Brasil.* 13ª ed. São Paulo: Editora Global, 2004.

MACEDO, Joaquim Manuel de. *Um passeio pela cidade do Rio de Janeiro.* Rio de Janeiro: Livraria Gamier, 1991.

OLIVEIRA, Myriam Andrade Ribeiro de. *Barroco e Rococó nas igrejas do Rio de Janeiro*. Brasília, DF: Iphan /Programa Monumenta, 2008.

PEIXOTO, Gustavo Rocha. Disponível em: http://www.anparq.org.br/congressos/index.php/.../352.

PORTO ALEGRE, Araújo. Valentim da Fonseca e Silva. *Revista do IHGB*, Rio de Janeiro, t. XIX, n. 23, 1856.

TERRA, Carlos G. *O jardim no Brasil no século XIX. Glaziou revisitado.* 2ª ed. Rio de Janeiro: EBA/UFRJ, 2000.

Inventário de Valentim da Fonseca, 1813. Arquivo Nacional. Caixa 7148. Maço 464, n 8870

Sites: http://www.itaucultural.org.br/index.cfm?cd_pagina=1985

Resumo

Mestre Valentim foi um dos principais nomes da arte colonial brasileira. Ele se destacou no cenário do Rio de Janeiro como artista e técnico artesão, escultor, entalhador, paisagista e urbanista. Trabalhou com arte religiosa e laica, equilibrando um espírito clássico e nativista, impregnado da carga barroca e da fragilidade rococó. Manifestou conhecimentos avançados em seu tempo, preocupando-se com a ordem higiênica da cidade e com a solução formal de suas obras em múltiplas criações que são marcos de nossa história..

Palavras-chave: Mestre Valentim, escultor, arte colonial.

Abstract

Valentim da Fonseca e Silva, or MestreValentim as he is often referred to in Brazil, was one of the most prominent figures in Brazilian colonial art. He distinguished himself in the Rio de Janeiro scene as an artist and craftsman, sculptor, wood carver, landscaper

and town planner. He worked with both religious and secular art, balancing the classical and nativist spirits, impregnated with baroque style and rococo fragility. He demonstrated advanced knowledge for his time and was concerned with the city's hygiene and with the formal solution of its decorative works in the manifold creations that are the landmarks of our history.

Keywords: *MestreValentim, sculptor, colonial art.*

Recebido em 27 de abril de 2014. Aprovado em 03 de setembro de 2014.

JOSÉ GONÇALVES DA SILVA À NAÇÃO BRASILEIRA

Nilma Teixeira Accioli[1]

Em 1851, José Gonçalves da Silva, denunciado por tráfico de escravos em Cabo Frio, iniciava uma longa e rumorosa série de publicações, em jornais brasileiros, na tentativa de mobilizar a opinião pública contra o que, segundo ele, era uma armadilha preparada por seus inimigos. Durante 12 anos, as cartas de José Gonçalves repercutiram na cidade do Rio de Janeiro. Em 1864, documentos e cartas, com os quais tentava demonstrar a injustiça da qual foi vítima e cobrar das autoridades o ressarcimento pelos prejuízos sofridos em seu patrimônio, foram reunidos no libelo *José Gonçalves da Silva à Nação Brasileira,* publicado pela Universidade de Coimbra e distribuído no Rio de Janeiro.

A publicação do libelo é, indubitavelmente, um fato singular na história do tráfico de africanos. Partindo de sua revolta e forte determinação, durante mais de quatorze anos, José Gonçalves lutou pelo que considerava seu direito e, para isso, atacou autoridades, percorreu repartições públicas, implorou ao Imperador e pediu o apoio da nação brasileira.

No documento que publicou, José Gonçalves tentava mostrar a "injustiça sofrida", não negava seu envolvimento com o tráfico, mas afirmava ter parado as atividades após a aprovação da lei de 1850 e concentrou toda a sua revolta contra o ministro Euzébio de Queirós, o "filho da África". Segundo Gonçalves, o ministro havia preparado, junto com seus inimigos, um meio de prejudicá-lo e continuava a per-

---

[1] Doutoranda em História Comparada – UFRJ (PPGHC/IH/UFRJ) e autora de José *Gonçalves da Silva à Nação Brasileira*: O tráfico ilegal de escravos no Antigo Cabo Frio (FUNARJ/IMPRENSA OFICIAL, 2012).

seguição, evitando que recebesse o que tinha direito, após a sentença judicial tê-lo considerado inocente.

José Gonçalves fazia parte de uma nova geração de traficantes que assumiu o tráfico, após a atividade ter sido colocada na ilegalidade, com a lei de 1831, quando os ingleses intensificaram sua ação de combate. Os riscos do tráfico ilegal foram enfrentados por uma nova geração de traficantes. Aqueles que durante a legalidade mantinham o tráfico como uma vertente de suas atividades comerciais já estavam, na sua grande maioria, enriquecidos e formando a nobreza do Império, como Antonio Clemente Pinto, barão de Nova Friburgo. Os novos traficantes eram pessoas que haviam chegado ao Brasil no início do século XIX, alguns haviam atuado na África, outros vieram trabalhar muito jovens diretamente no comércio do Rio de Janeiro e buscaram no tráfico a chance de fazer fortuna.

José Gonçalves da Silva, nascido na cidade do Porto, chegou ao Brasil em 1813, com 12 anos de idade, e começou a trabalhar como caixeiro em uma casa comercial na cidade do Rio de Janeiro. O casamento com Ana Francisca Moreira da Silva, filha do comerciante João Moreira, possibilitou sua ascensão; com a doença do sogro, assumiu o controle dos negócios da família. Para jovens portugueses, que vinham para o Brasil em busca de melhoria de vida, o casamento podia representar uma forma de ascensão social e, dependendo da família para qual entravam, a possibilidade de adquirir bens e respeitabilidade.

Entretanto, a prosperidade dos negócios de José Gonçalves estava relacionada ao seu envolvimento com o tráfico ilegal. O fato de estar estabelecido na praça comercial do Rio de Janeiro, onde eram decididos todos os negócios, possibilitava-lhe ter uma ampla rede de relações pessoais e a formação de grupos, como o liderado por Manuel Pinto da Fonseca, determinante para superar os entraves da atividade ilegal. Em 1839, José Gonçalves já atuava em Cabo Frio, aonde cobrava altas quantias por negócios realizados, chegando a solicitar proteção policial para realizar viagem para aquela cidade:

Ilmo Sr. Presidente da Província do Rio de Janeiro – Diz José Gonçalves da Silva, negociante matriculado na Imperial Junta do Comércio, que tendo necessidade de continuar a ir a cidade de Cabo Frio, a fim de liquidar transações em grande escala, não só as suas, mas as que seu falecido sogro João Moreira também negociante desta praça ali tinha, e tendo mesmo o suplicante de esperar navios de longo curso destinados a descarregar em seus armazéns e trapiche, nos quais tem interesse de alta monta, e de muitas casas respeitáveis desta praça que desejam ser liquidadas naquela cidade, receia o suplicante sofrer qualquer agressão ou ataque pessoal e de propriedade, visto como tem adquirido desafetos e mesmo inimigos por causa dessas mesmas transações e dos avultados pagamentos que muitas vezes tem de exigir para solução delas. E porque, Exmo Sr., estando atualmente em risco, e crescendo os receios do suplicante na razão de impunidade com que ali se comete toda a qualidade de atentados debaixo da maligna influência das autoridades locais e mesmo por elas apadrinhados, as quais são entretanto também inimigos declarados do suplicante por não compactuar com este escandaloso procedimento; vem portanto o suplicante requerer a V.Exª se digne mandar prover sua segurança por meio de uma força policial, se necessário for, oficiando neste sentido ao chefe de polícia da comarca, para que lha preste quando o suplicante requisite.

Pede a V. Exª assim deferir-lhe.
E. R. M
Rio de Janeiro, 15 de abril de 1839.

Remeto ao Sr. Juiz de Direito, chefe de polícia de Cabo Frio, o incluso requerimento de José Gonçalves da Silva, negociante matriculado na Junta do Comércio do Rio de Janeiro, a fim de que a vista do que o suplicante alega, o mesmo Exmo Sr. Chefe de Polícia prova a sua segurança, fazendo-o mesmo acompanhar como pede, e se tanto for necessário por dois ou quatro soldados do destacamento dessa cidade.

Palácio do Governo da província, 30 de abril de 1839.
Paulino José Soares de Souza. (SILVA,1864:p. 7)

José Gonçalves realizou grande movimentação de mercadorias entre Rio de Campos, Cabo Frio e África. Tomando por base apenas a embarcação *Flor do Cabo*, no período de 1835 a 1837, temos:

Data	Embarcação	Carga
Maio de 1835	Flor do Cabo	60 caixas de açúcar, 6 pipas de aguardente e 15 de mel
Novembro de 1835	Flor do Cabo	65 sacas de açúcar, 14 pipas de aguardente e vários
Fevereiro de 1836	Flor do Cabo	66 caixas de açúcar, 12 pipas de aguardente e vários
Novembro de 1836	Flor do Cabo	66 caixas de açúcar, 10 pipas de aguardente e vários.
Maio de 1837	Flor do Cabo	68 caixas de açúcar, fechos e barricas

Entretanto, outras embarcações eram usadas no tráfico, por exemplo, o *Tejo*, que, em outubro de 1840, partiu para Goa, levando 16 pipas de aguardente e outros produtos.

O controle de José Gonçalves sobre os negócios do sogro e o fato de ele, após o falecimento de João Moreira, ter assumido como inventariante contribuíram para o seu enriquecimento, mas provocaram problemas familiares, pois seus cunhados questionaram a atuação:

> *Respondendo ao manhoso anúncio de José Gonçalves da Silva, por autonomasia, José dos Cacos, inserto no Despertador, Jornal do Comercio e Diário do Rio de Janeiro, de 11 do corrente, os abaixo assinados, herdeiros do falecido João Moreira e sua mulher, novamente protestam contra os devedores dos ditos falecidos de não pagarem dívida alguma ao anunciado, na qualidade de inventariante dos mesmos falecidos, porque os abaixo assinados o pretendem lançar fora da posse dos bens que indevidamente, e já deram princípio, visto ele não ter ainda encerrado o inventário. (O DESPERTADOR, 1840: p. 4)*

A resposta de José Gonçalves foi imediata:

> *José Gonçalves da Silva, inventariante por cabeça de sua mulher, dos bens do casal de seu finado sogro João Moreira, tendo lido o calunioso anuncio 7164 do Despertador n. 453 de quinta-feira 10 do corrente e do Jornal do Comércio n. 240 do mesmo dia preten-*

> *de chamar à responsabilidade seus autores e antes d'isso roga ao respeitável publico á suspensão do seu juízo. (DIARIO DO RIO DE JANEIRO, 1839: p. 4)*

Manuel Pinto Ribeiro de Carvalho e João Domingues Moreira, igualmente herdeiros de João Moreira e de sua mulher d. Francisca Maria da Conceição, acusavam o co-herdeiro José Gonçalves de ter se constituído inventariante do casal "furtivamente", ser falido de bens e crédito e de ter se apoderado de mais de duzentos contos de réis.

José Gonçalves apresentou, na matéria publicada, vários documentos que comprovavam ser ele inventariante judicialmente habilitado, ter sido procurador do sogro, quando esse ainda era vivo, e tutor do cunhado menor José Domingues Moreira. Em relação à acusação de falido, José Gonçalves explicou que possuía

> *certidão de concordata, que ele fez, com seus credores, por onde se vê que não é falido, pois que apresentou-se no Tribunal da Junta do Comercio, com honra e probidade de negociante, tendo um saldo a seu favor de 28:000$ rs. e essa crise porque passou o anunciante foi causada pelas circunstancias políticas daquela época (7 de abril de 1831) e não sucedido somente ao anunciante, senão também a muitos outros negociantes conhecidos e respeitados; podendo ver-se também por a concordata que ele ficou no gozo de todos os direitos, que anteriormente tinha. (DIARIO DO RIO DE JANEIRO, 1839: p.1)*

A acusação feita pelos cunhados levanta um aspecto que José Gonçalves, insistentemente, afirmava em seu Libelo: as divergências com Eusébio de Queirós, que teriam se acentuado quando do processo por tráfico de escravos, estavam relacionadas ao fato de ele ter apoiado d. Pedro I:

> *Residо no Brasil desde 1813, servi a El-Rei o Sr. D. João VI, professei a independência, acompanhei a S. M. Imperial o Sr. D. Pedro I até a última hora, mereci sempre muitas condecorações daquele augusto senhor, sou condecorado por ele, nomeado soldado de sua imperial guarda de honra, tido sempre por bom cidadão, e, depois*

> *de ter decorrido tanto tempo, é que o Sr. Euzébio entendeu que eu era infrator das leis. (SILVA,1864:p.34)*

A atuação de José Gonçalves nos acontecimentos da abdicação de d. Pedro I havia gerado várias inimizades, e seu nome constava de uma lista, enviada ao periódico *A Nova Luz Brazileira,* que pedia a expulsão de alguns portugueses:

> *Senhor- O Povo, e a Tropa do Rio de Janeiro, se acha de novo reunida para pedir a expulsão para fora do Império dos acérrimos inimigos da Nação Brasileira, que tantos males lhe hão causado, e que são incansáveis em travar solapadamente a sua ruína: convém pois, Senhor, que taes homens nocivos ao nosso bem estar, não continuem a viver no meio de nós. O Povo, e Tropa desta capital, incansável pelo bem de sua Pátria, tem a honra de apresentar a Lista dos inimigos da Nação Brasileira, sua Independência, e Constituição; e espera, que sejão quanto antes apartados para longe de nós, afim de que jamais possão perturbar nossa tranqüilidade. (A NOVA LUZ BRAZILEIRA, 1831:p.3)*

José Gonçalves foi um ferrenho defensor de d. Pedro I e, no Libelo *José Gonçalves da Silva à Nação Brasileira,* constantemente o exaltava. Nos conflitos da Noite das Garrafadas e acontecimentos posteriores, o traficante de escravos que, em 1851, seria denunciado pelo tráfico de africanos em Cabo Frio, esteve envolvido:

> *Correspondências*
> *Sr. Redator*
> *Em que terra estamos nós, em Constantinopla, ou no Brasil? Creio que em Constantinopla, porque só lá é que se pode admitir que celerados andem insultando e atacando Cidadãos pacíficos, como fazem aqui um infame Gabriel, um Camarinha, um José dos Cacos2, e outros abjetos Caramurus; até quando, Sr. Redator, estará o nosso governo, e as autoridades policiais atacadas do estupor que se nota? Espera-se por ventura, que os Cidadãos tomem a justa vingança*

---

[2] José Gonçalves foi apelidado de José dos Cacos por possuir uma loja, na Rua Direita, de venda de louças e pequenos objetos.

> *por suas mãos, o que me parece não poder tardar?(A VERDADE, 1832:p.3)*

A matéria segue cobrando uma atitude das autoridades: "poderão os Brasileiros livres continuarem a sofrer semelhantes ataques da escravatura de D. Pedro I?" (A VERDADE, 1832: p.3).

No *Aurora Fluminense*, também foi publicada carta sobre os insultos que, após o 7 de abril de 1831, os partidários de d. Pedro I faziam aos opositores do primeiro imperador do Brasil, e José Gonçalves da Silva, mais uma vez, foi citado:

> *Consta-me porém que um homem, geralmente malquisto por suas qualidades desprezíveis, e que nas noites de março se assignalara com um dos mais assanhados festeiros, e enfurecidos metropolitanos, o sr. José Gonçalves da Silva, mais conhecido pelo nome de José dos Cacos, deixando todas as considerações de prudência, que sua situação lhe prescrevia, ousou por exemplo dizer afrontas a um Brasileiro que vinha da fortaleza aonde se acha preso, responder à autoridade, e a quem o sr. José dos Cacos se atreveu a tratar de anarquista e revolucionário. (AURORA FLUMINENSE, 1831:p. 3)*

A atuação de José Gonçalves, em apoio a d. Pedro I, não passou despercebida àquele que, a partir de 1851, seria o seu principal inimigo e, segundo ele, o articulador da "injustiça" que sofreu com a acusação de tráfico de africanos: Eusébio de Queirós. Com a prisão dos implicados nas manifestações, entre os quais, Gonçalves, Euzébio de Queirós escreveu ao inspetor do Arsenal, solicitando:

> *Rogo a V.S. queira tê-los todos em boa guarda e mandar, que, ainda que apareça ordem de soltura para alguns deles, não se cumpra sem que primeiramente se me participe, para evitar que sejam soltos, ob, ou subrepticiamente.*
> *Deus Guarde a V. S. Rio de Janeiro, 4 de Dezembro de 1833- Sr. Inspetor do Arsenal da Marinha. Euzébio de Queiroz Coutinho Mattozo e Câmara. (CORREIO OFICIAL, 1834:p.3)*

Ao ser libertado da prisão, pelo envolvimento nos acontecimentos da Abdicação de D. Pedro I, José Gonçalves continuou suas atividades comerciais na Corte, estabeleceu-se em Cabo Frio, entre

1839 e 1850, formou patrimônio considerável e ampliou suas redes de ligações políticas: tinha lojas, fazenda, chácara e barracões, além de uma chácara na rua Nova do Imperador, nº 17, em São Cristóvão, na Corte. Era pessoa conhecida, e as autoridades lhe solicitavam favores.

Apesar de todas as relações que tinha com pessoas influentes, na Corte e em Cabo Frio, José Gonçalves foi denunciado por envolvimento com o tráfico de africanos. Suas propriedades em Cabo Frio foram invadidas em 20 de janeiro de 1851, por uma guarnição enviada do Rio de Janeiro, comandada pelo chefe de polícia Azambuja, que recebeu ordens, através de uma portaria reservada, do ministro Euzébio de Queirós.

É importante que seja observado que a perseguição a José Gonçalves ocorreu no momento que o governo imperial havia assumido uma postura decisiva contra o tráfico de africanos. Em 11 de julho de 1850, o Conselho do Estado Pleno, reunido em sessão, discutiu a questão do tráfico e todos os problemas por ele causados, inclusive em relação à Inglaterra. Entre os vários ministros presentes, estavam Euzébio de Queirós, Paulino José Soares de Souza e Antonio Paulino Limpo de Abreu, presididos por d. Pedro II. Na orientação das discussões, duas questões foram enfatizadas: uma urgente solução para evitar maiores constrangimentos com os ingleses e a compreensão de que a manutenção do tráfico só era interesse da burguesia mercantil portuguesa que vivia no Brasil. Havia muitos interesses que teriam que ser avaliados, para que se permitisse "reprimir o tráfico de africanos sem excitar uma revolução no país" (QUEIRÓS, 1852: p.213).

Em setembro de 1850, foi aprovada a *Lei Euzébio de Queirós* e, em 20 de janeiro de 1851, as propriedades de José Gonçalves, em Cabo Frio, foram invadidas. A perseguição estava inserida na postura adotada pelo governo, mas outros fatores contribuíram para que seu caso fosse levado até as últimas consequências. Diante de vários fatos ocorridos, como o ataque ao *Cormorant* e a ofensiva de algumas fortalezas a embarcações inglesas, o representante da Inglaterra no Brasil, mr. Hudson, enviou um longo e agressivo documento ao ministro Paulino José Soares de Souza. No documento, o representante inglês

exigia o cumprimento da lei brasileira de 1850 e declarava que, como a lei não está sendo aplicada, determinaria que os navios ingleses continuassem a perseguir os traficantes.

José Gonçalves afirmava que o governo brasileiro queria mostrar as punições para os ingleses. Na carta que publicou no Jornal do Comércio, em 1863, relatou que, em conversa com Euzébio de Queirós, esse teria confessado que sua perseguição foi exigida por mr. Hudson.

> *Estando eu doente mandei pedir ao Sr. Euzébio que se dignasse a vir a minha casa, a fim de eu verbalmente conferenciar com V. Exª e ver se ele cessava de ser meu anjo mau: com efeito acedeu ao meu convite, e teve a bondade de ouvir-me. Mas que foi o meu assombro quando o Sr. Euzébio me disse que não tinha sido a causa de minha perseguição, que nenhuma culpa tinha d'isso, porque ele não fora mais que um executor da ordem do ministro inglês, que queria a todo transe que se oferecesse ao governo britânico, em sacrifício uma vítima brasileira...!!! (SILVA, 1864:p. 13)*

O processo contra José Gonçalves, embora inserido na política de repressão ao tráfico e na tentativa de contornar a situação diante do documento encaminhado por mr. Hudson, na sua execução, atingiu proporções determinadas por situações paralelas. José Gonçalves acreditava que era vítima de uma cilada articulada por Euzébio de Queirós e da qual participara seu sócio José Antonio dos Guimarães.

Gonçalves chamava Euzébio de Queirós de "homem da África que aqui aportou em 1824 e que nunca foi 'contrabandista''(SILVA, 1864: p.17) e insinuava que o ministro se beneficiava dos acordos com a Inglaterra: "S. Exª com isso pouco se lhe importa, porque tem nos bancos de Londres muito com que passar a troco de comprometimento do Brasil". Acusava constantemente o ministro de "prepotente e ladrão" e afirmava:

> *O chefe de polícia da Corte, Azambuja, por ordem do ministro da justiça Eusébio, entregou todas as minhas propriedades, bens e escravos. Foi então que eu em quinze de fevereiro de mil oitocentos e cinquenta e um fugi e vim por terra andando de noite, por causa dos*

> *assassinos que os meus inimigos tinham posto pelas estradas, para me acabarem a vida dizendo que eram estas as ordens que tinham; a saber despesas com animais e homens para me trazerem à Praia Grande e gratificação que paguei aos mesmos oitocentos mil réis. (SILVA, 1864: p. 13)*

No tribunal do Júri de Cabo Frio, José Gonçalves da Silva foi absolvido, em 1853, da acusação de tráfico de africanos:

> *A vista da decisão do júri absolvo o réu José Gonçalves da Silva do crime de que é acusado, e condeno a municipalidade essas custas, e mando que lhe sejam entregues todas as suas propriedades e mais objetos que lhe foram apreendidos constantes dos autos de busca de folhas e folhas.*
> *O escrivão passe o alvará para ser o réu solto da prisão em que se acha, e dê-se-lhe baixa na culpa.*
> *Cidade de Cabo Frio, Sala das Sessões de Júri,*
> *15 de fevereiro de 1853.*
> *João José d'Almeida Couto.*

A ação das autoridades brasileiras, com grande fiscalização da região, e a prisão de José Gonçalves da Silva foram determinantes para que o tráfico ficasse praticamente extinto em Cabo Frio. Após ser absolvido da acusação de tráfico, José Gonçalves continuou residindo na sua chácara, na rua Nova do Imperador, 17, em São Cristóvão, no Rio de Janeiro, e manteve um escritório como procurador de causas cíveis. Recebeu comendas do Império e, em 1868, faleceu nessa chácara.

O empenho em recuperar o patrimônio confiscado pelas autoridades em 1851 foi o que levou o traficante a, em 1864, publicar o libelo *José Gonçalves da Silva á Nação Brasileira*, que, além de mostrar sua versão dos fatos, deixava para a historiografia um importante documento sobre o tráfico clandestino de africanos e suas implicações, inclusive o envolvimento e atuação de traficantes e autoridades, permitindo ou proibindo a atividade ilegal:

> *Recapitulação dos acontecimentos que se deram na cidade de Cabo Frio por ocasião do iníquo e bárbaro sequestro mandado fazer pelo*

ministro da justiça Euzébio de Queiroz Mattozo da Camara, em 1851, nos bens e propriedades de um cidadão brasileiro, pai de uma numerosa família.

Nestas páginas encontrarão os leitores nacionais e estrangeiros, tudo quanto se tem passado há 12 anos, nesta malfadada perseguição, a cuja voracidade, entregaram os mais invioláveis princípios de direito, justiça, a propriedade, o futuro, e a vida de uma família brasileira, que tem esgotado todos os meios, e todos os recursos para alcançar justiça, encontrando o escárnio e o ludibrio aos mais sagrados direitos suplicados e mendigados por um cidadão brasileiro em nome da lei, em nome da Constituição do Estado! (SILVA, 1864:p. 1)

Fontes

QUEIRÓS, Eusébio. Discurso do Conselheiro Eusébio de Queirós Mattoso Câmara, 16 de julho de 1852, Câmara de Deputados. In: MALHEIRO, Perdigão. *A escravidão no Brasil*: ensaio histórico, jurídico, social. 3ª ed. Petrópolis: Vozes, 1976, p. 201-222.

SILVA, José Gonçalves da. *José Gonçalves da Silva à Nação Brasileira*. Coimbra: Tipografia da Universidade, 1864. (Biblioteca Nacional, Divisão de Manuscritos, localização II, 32, 10, 7).

Periódicos

Aurora Fluminense, Rio de Janeiro, 2 de dezembro de 1831.

A Nova Luz Brazileira, Rio de Janeiro, 1831.

A Verdade, Rio de Janeiro, 21 de dezembro de 1832

Correio Oficial, Rio de Janeiro, 17 de janeiro de 1834.

O Despertador, Rio de Janeiro, 14 de outubro de 1839.

Diário do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 19 de maio de 1835.

Diário do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 16 de novembro de 1835.

Diário do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 6 de fevereiro de 1836.

Diário do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 15 de novembro de 1836.

Diário do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 11 de outubro de 1939.

Pharol do Império, Rio de Janeiro, 31 de maio de 1837.

Referências bibliográficas

ACCIOLI, Nilma Teixeira. *José Gonçalves da Silva à Nação Brasileira*: o tráfico ilegal de escravos no antigo Cabo Frio. Niterói: FUNARJ/ Imprensa Oficial, 2012.

_____. Campos Novos e o tráfico ilegal de escravos no litoral norte fluminense. In: MATTOS, Hebe (Org.). *Diáspora Negra e Lugares de Memória*: a história oculta das propriedades voltadas para o tráfico clandestino de escravos no Brasil imperial. Niterói: Editora da UFF, 2012. p.?

Resumo

O libelo José Gonçalves da Silva à Nação Brasileira traz a singularidade de denunciar um aspecto pouco observado em relação ao combate ao tráfico de escravos: como as questões políticas partidárias atuavam nas perseguições ou ´beneficiavam os acusados de envolvimento na atividade ilegal. José Gonçalves da Silva, com sua decisão de publicar o libelo, deixou para a historiografia um documento de grande valor sobre o tráfico ilegal de africanos.

Palavras-chave: escravidão, tráfico negreiro, memória.

Abstract

The document José Gonçalves da Silva à Nação Brasileira is singular for reporting a little noticed aspect in relation to combating trafficking slaves: how the politics issues acted in this illegal activity, helping or chasing the accused. José Gonçalves da Silva, with his decision to publish this document, left to historiography a text of great value about the illegal trafficking of Africans.

Keywords: *slavery; slave trade; memory.*

Recebido em 24 de agosto de 2014. Aprovado em 06 de outubro de 2014.

A PRESENÇA DOS ITALIANOS EM VALENÇA

Fernando Antonio Ielpo Jannuzzi Junior[1]

A Itália

Em 1861, após o "ressurgimento" – palavra utilizada para designar a luta pela libertação do domínio estrangeiro – houve a unificação parcial dos diversos estados que ocupavam a península italiana, com a proclamação do Reino da Itália, sob o domínio da Casa de Savóia, reinante na Sardenha e Piemonte. A unificação definitiva somente ocorreu em 1870, quando Roma se tornou a capital do novo Estado.

Contudo, apesar da unificação política, preservou-se a individualidade cultural que caracteriza as diversas regiões italianas, mantendo-se a língua, derivada do antigo idioma florentino, como grande fator unificador da nacionalidade.

A região sul, por exemplo, conserva uma surpreendente diversidade do resto da Itália, seja derivada de aspectos naturais, em decorrência da sua paisagem geográfica, seja da influência exercida pelos diferentes povos que a invadiram e ocuparam – inicialmente os cartagineses e os gregos, depois os sarracenos e os normandos, e finalmente os espanhóis, cujo domínio, através da Casa de Bourbon, se manteve até a unificação – e que deixaram características marcantes na arquitetura, nos dialetos, na culinária e até no aspecto físico dos seus habitantes.

Entretanto, apesar dos vários elementos positivos oriundos desta rica diversidade cultural, a região sul apresentava, à época da unificação, uma diferença marcante de prosperidade econômica em

---

[1] Advogado e genealogista, Sócio Titular do Colégio Brasileiro de Genealogia Advogado e genealogista, Sócio Titular do Colégio Brasileiro de Genealogia.

relação ao norte da Itália, sendo muito menos desenvolvida, e esta diferença ainda se nota, em algumas medidas, nos dias de hoje.

A Campânia

Na região sul da Itália está localizada a Campânia, bacia extremamente fértil, de origem e solo vulcânicos, que foi colonizada pelos gregos durante o século VII a.c. Mais tarde, caiu em poder dos etruscos, depois dos samnitas (um dos povos que habitavam a península italiana) e finalmente dos romanos.

Sob o domínio dos romanos a Campânia se destacou pela intensa produção dos seus campos – a maior de toda a península italiana, seus portos – os melhores da costa ocidental, e pelas frequentes insurreições dos seus habitantes, em sua maioria de origem grega e samnita.

Nápoles

Situada na região da Campânia está a cidade de Nápoles.

Fundada pelos gregos e ocupada sucessivamente pelos samnitas e os romanos, quando se tornou um ponto de referência para os cidadãos ricos do império, Nápoles é uma das poucas cidades da Europa que sobreviveram ao mundo antigo, sem ser totalmente destruída. Após os romanos, foi dominada pelos ostrogodos, pelos bizantinos e pelos sarracenos, até se constituir em uma república independente. Mais tarde foi conquistada pelos normandos, sendo então transformada na capital do reino das Duas Sicílias.

Em 1861, após a expulsão dos Bourbon, por opção dos seus habitantes, manifestada em um plebiscito, reuniu-se ao nascente reino da Itália.

Vista de longe Nápoles constitui uma bela unidade urbana e topográfica, que lhe angariou fama capaz de justificar o dito popular: "ver Nápoles e morrer". O seu interior, porém, composto por vários bairros, cada qual com uma individualidade peculiar, fruto das diver-

sas etnias das quais historicamente deriva a sua população, fez com que prevalecesse, a seu respeito, o epíteto não tão admirável de "cidade anárquica".

Scario

Também situada na Campânia, na província de Salerno, comuna de San Giovanni a Piro, entre as montanhas do Parque Nacional do Cileto e o Golfo de Policastro, está a pequena cidade de Scario.

Outrora habitada por agricultores e pescadores, Scario atualmente é um balneário, repleto de hotéis e restaurantes. O núcleo da cidade, entretanto, guarda ainda lembranças do passado, sobretudo nas belas construções à beira mar, dentre as quais se destaca o imponente sobrado que pertenceu a família Pentagna – no balcão central ainda estão gravadas as iniciais de Savério Pentagna.

O Brasil

Em meados do século XIX, enquanto a Itália consolidava a sua unificação, "do outro lado do mundo", o Império do Brasil, tendo à frente a Casa de Bragança, era o maior produtor e exportador mundial de café e encontrava nesta atividade econômica o principal elemento propulsor de sua prosperidade.

As vastíssimas plantações do café se concentravam então na província do Rio de Janeiro, onde também estava localizada a capital do império.

Valença

Na província do Rio de Janeiro, região do Vale do Paraíba, entre os rios Paraíba e Preto, confrontando com a província de Minas Gerais, estava situado o município de Valença, criado por Decisão Imperial de 28 de outubro de 1842.

A cidade de Valença localiza-se entre as serras Velha ou dos Mascates e a das Cabras, onde outrora havia a aldeia dos índios Co-

roados – resultado do cruzamento dos Coropós com os Goitacás, que os venceram em batalha e assimilaram – que ali se estabeleceram forçados pelas lutas constantes que lhes moviam seus parentes Puris.

Em 1789, por determinação do Vice Rei D. Luiz de Vasconcellos e Souza, iniciou-se a civilização e catequese dos Coroados, tendo à frente o Sargento Mor Ignacio de Souza Werneck, o fazendeiro José Rodrigues da Cruz e o Padre Manuel Gomes Leal. Os desbravadores penetraram pacificamente no principal aldeamento, onde ergueram modesta capela, dedicada ao culto de N. S. da Glória.

Os primeiros povoadores brancos foram portugueses emigrados para a colônia e moradores das vilas vizinhas de Sacra Família do Tinguá e Paty do Alferes, que vinham abrir suas roças e estabelecimentos comerciais nas primeiras sesmarias concedidas deste lado esquerdo do rio Paraíba para o Marquês de Baependi, o Capitão João Pinheiro de Souza, genro do Sargento Mor Werneck, dentre outros.

Não tardaram, porém, os conflitos entre brancos e índios pela posse da terra. Um cacique foi assassinado, houve reação e os brancos promoveram uma "caça ao índio". Contra as injustiças praticadas, algumas vozes se levantaram e documentos foram enviados às autoridades da Corte, tudo, porém, em vão. Desamparados, perseguidos e acometidos por epidemias, os índios foram sendo exterminados.

Por essa época já existia café plantado na região. Manuel Luiz Areias, que é considerado o primeiro cafeicultor de Valença, possuía em sua propriedade cinco mil pés. Saint Hilaire, quando por ali passou, presenciou a derrubada de grandes extensões de matas para o cultivo do "ouro negro". Foi, porém, com os Leite Ribeiro, emigrados de Minas Gerais, onde mineravam, que a cultura do café conheceu sua grandeza.

Com a criação da vila, iniciou-se o período de organização político-administrativa: em 1829 são eleitas as primeiras autoridades, em 1832 são fundados o primeiro colégio e o primeiro jornal, e em 1838 a Santa Casa de Misericórdia abria suas portas.

Pela Lei Provincial Nº 961, de 29 de setembro de 1857 a vila foi elevada à cidade.

Em 18 de maio de 1871 o Imperador D. Pedro II inaugurou a Estrada de Ferro União Valenciana, fruto da nobre iniciativa dos fazendeiros de café, que assim facilitavam o escoamento da sua produção. Iniciava-se o período áureo da história de Valença.

O comércio do município era fortíssimo, abastecido por tropas que faziam o trânsito entre Minas Gerais e a Corte. Os fazendeiros, enobrecidos pelo governo imperial, administravam suas imensas plantações habitando belíssimos palacetes que fizeram construir, importando, inclusive, material da Europa. Na cidade, advogados, médicos e engenheiros compunham uma sociedade democrática, que dançava nos animados bailes promovidos pelos clubes locais, apostava nas corridas de cavalos e lotava as frisas e camarotes do Teatro da Glória, onde se apresentaram artistas como o célebre pianista Gottschalk.

Como em todos os lugares onde a mão de obra escrava era o sustentáculo da prosperidade, em Valença as consequências da Lei Áurea foram catastróficas. A lavoura de café, abandonada no início da colheita, foi rapidamente tomada pelas queimadas e coberta pelo mato. A maior parte dos fazendeiros, sem recursos financeiros e com grandes dívidas, acabou vendendo suas propriedades a preços vis.

Na cidade, a decadência também era visível por toda parte, como magistralmente registrou o historiador Luiz Damasceno Ferreira em sua *História de Valença*.

Apesar de iniciativas admiráveis, como a fundação, em 1906, da Companhia Industrial de Valença, durante quase vinte anos o município esteve mergulhado nesta estagnação econômica.

Até que em 1908 a família Pentagna trouxe em visita a Valença o Comendador Antonio Jannuzzi, renomado construtor no Rio de Janeiro, auxiliar do prefeito Pereira Passos nas grandiosas obras de modernização do Distrito Federal; encantado pelo clima, o empresário resolveu fixar residência na cidade.

Foi então que, graças ao Comendador Jannuzzi, que era dotado de personalidade empreendedora e desfrutava de grande prestígio junto às maiores autoridades do país, que o progresso retornou a Valença.

A imigração dos italianos

Em meados do século XIX, a região sul do Reino da Itália se encontrava ainda mais empobrecida, desgastada pelas batalhas da unificação.

A única alternativa que restava para o desalento dos italianos era a imigração, mesmo que o destino fosse o "outro lado do mundo". Enquanto isso, no Império do Brasil, o governo, que já vinha, ainda que sem muito entusiasmo, promovendo a vinda de estrangeiros, buscando a colonização das vastas áreas despovoadas do país, passou a contar com o apoio de alguns fazendeiros, plantadores de café, que visavam diminuir o impacto da eminente libertação dos escravos sobre suas lavouras, contratando trabalhadores livres.

Assim, unindo a disposição e a necessidade dos italianos, com a oportunidade dada pelos brasileiros, milhares de imigrantes vieram se estabelecer no país.

A presença dos italianos em Valença começou a se destacar na década de 1870, quando por ali iniciaram suas atividades, como tropeiros, mascates ou empregados no comércio e nas fazendas de café. Seduzidos pelo excelente clima, pelo comércio intenso e pela prosperidade dos habitantes da localidade, após o acúmulo do capital necessário, os italianos acabaram se estabelecendo definitivamente na região, como proprietários, fazendeiros e negociantes – na sede do município ou nos distritos e nas grandes fazendas, onde comercializavam os chamados secos e molhados: alimentos, tecidos, utensílios domésticos, ferramentas, etc.

Dentre os primeiros imigrantes italianos radicados em Valença encontram-se as famílias Alessio, Belloti, Brandi, Capobianco, Capozzoli, Carelli, Corvino, Cosati, Demarchi, Donadio Blois, Fatoni,

Guadagny, Gioseffi, Ielpo, Iório, Jannuzzi, Lamarca, Lanzelotte, Novello, Pannain, Pentagna, Petrola, Prota, Romano, Stivanin e Vassalo. Mais tarde, também se estabeleceram na cidade as famílias Cupello, Felippe, Pellegrini, Petrillo e Savastano.

Para demonstrar o importante papel desempenhado pelos imigrantes italianos na história de Valença, destaca-se a trajetória de três famílias, os Pentagna, os Ielpo e os Jannuzzi.

A família Pentagna

Narra uma antiga e venerável tradição familiar que em meados do século XIX estabeleceu-se no sul de Minas Gerais o padre Paschoal Pentagna, originário da cidade de Scario, sul da Itália.

Em suas visitas evangelizadoras pela região, padre Paschoal travou contato com o casal Maria Nicezia e José Ribeiro de Castro, fazendeiros no distrito de S. Domingos da Bocaina, freguesia de N. S. da Conceição de Ibitipoca e pais de diversas filhas solteiras.

Ministrando o ensino religioso na propriedade dos Ribeiro de Castro, padre Paschoal vislumbrou uma excelente oportunidade para auxiliar seus parentes que então sobreviviam com dificuldades financeiras em Scario: casá-los com as moças da família!

Assim, logo vieram para a companhia de padre Paschoal seu irmão Braz Pentagna e seus sobrinhos Nicolao, Caetano e Vito, filhos de outro irmão, Savério Pentagna, casado com Giuseppina Sorrentino.

Então, Braz Pentagna casou-se com Anna Bocentina de Castro, filha ou parente do casal Ribeiro de Castro. E os irmãos Nicolao, Caetano e Vito Pentagna casaram-se com três irmãs, respectivamente, Maria Clara, Marianna Philomena e Urbana Paschoalina, filhas de Maria Nicezia e José Ribeiro de Castro.

Mais tarde, quando os três irmãos já prosperavam no comércio de Valença, dois outros vieram se juntar a eles: Concetta Pentagna, que foi casada em primeiras núpcias com José Mollenari e em

segundas núpcias com Nicolao Carelli, e Ruggero Pentagna, médico, diplomado na Itália, que se casou com a sobrinha, Alzira Adelaide de Castro Pentagna, filha de Vito Pentagna.

Um outro filho de Giuseppina e Savério Pentagna, Cesare, permaneceu na Itália, onde, a exemplo do tio Paschoal, se dedicou à vida religiosa.

Nicolao Pentagna, segundo *A Comarca de Valença*, em sua edição de 28 de outubro de 1923, chegou ao Brasil em 28 de outubro de 1863, com apenas quatorze anos, tendo casado em 02 de maio de 1870 com Maria Clara de Castro.

Em 1878 já estava residindo em Valença, como sócio da empresa "Nicolao Pentagna & Irmão".

Por sua tenacidade e capacidade como negociante, Nicolao não tardou a desfrutar do respeito e admiração da comunidade valenciana e logo se tornou sócio do português Manuel Pereira de Sampaio em um dos maiores estabelecimentos comerciais da época, a Casa Sampaio.

Em 1885 fundava a Sociedade Italiana de Beneficência, da qual foi o primeiro presidente.

Por ocasião da libertação dos escravos, visando a segurança e tranquilidade dos fazendeiros da região, organizou uma rede telefônica, ligando as fazendas à cidade.

No início do século XX se encontrava residindo no Rio de Janeiro, onde era o sócio principal da importante empresa de importação Nicolao Pentagna & Companhia.

Rico e influente, fundou o primeiro estabelecimento de crédito italiano do Brasil, o Banco Itália Brazile, com sede na rua da Alfândega, que atendia a comunidade italiana do então Distrito Federal, sacando sobre todas as localidades do Reino da Itália.

Em 1908 levou a Valença seu amigo, o Comendador Antonio Jannuzzi, que ficou tão encantando com a cidade que para lá transferiu residência.

Em Valença, Nicolao Pentagna participou, ainda, da fundação da Companhia Fiação e Tecidos Santa Rosa, da Companhia Progresso de Valença, e do Bispado, para cuja instalação despendeu vultosa soma.

Teve um único filho, Savério de Castro Pentagna, que não deixou descendência.

Caetano Pentagna se casou em 07 de agosto de 1875 com Marianna Philomena de Castro e logo depois partiu para a Itália, onde ficou por alguns anos.

Retornando ao Brasil, se estabeleceu em Valença, onde foi sócio dos irmãos em prósperos negócios e proprietário da fazenda Paraíso.

Mas, não tendo muita habilidade para o comércio, logo veio a empobrecer. Vendeu então a fazenda e a parte na casa da família em Scario, ficando somente com uma chácara em Valença, onde terminou seus dias. Deixou grande descendência.

Vito Pentagna assim que chegou ao Brasil foi tropeiro entre Minas Gerais e Rio de Janeiro. Mais tarde fixou residência em Valença, como sócio do irmão Nicolao na "Casa Sampaio".

Em 21 de maio de 1879 se casou com Urbana Paschoalina de Castro.

Dotado de admirável energia e tino financeiro, já em 1891, junto a outros cidadãos destacados de Valença, conseguiu da Câmara Municipal um terreno para a instalação da Empreza Industrial de Valença. O empreendimento, porém, não passou da construção do prédio, devido à alta do câmbio para a aquisição das máquinas na Europa.

Em 1894, em processo judicial de interdição do tio, padre Paschoal, declarou ser proprietário da chácara Belo Horizonte, com treze alqueires, de dez casas, da ½ de oito casas, da ½ da fazenda Santa Rosa e da ½ da fazenda Pau d'Alho.

Consta que um dos seus programas prediletos era percorrer a distância que ia da chácara Belo Horizonte, sua residência, até a sede da fazenda Santa Rosa, montando seu cavalo Pinga Fogo, quando se orgulhava de não ter que atravessar qualquer propriedade alheia, já que todas as terras do percurso lhe pertenciam.

No início do século XX era membro do Conselho Fiscal da Estrada de Ferro União Valenciana, tesoureiro da Sociedade Italiana de Beneficência e presidente do Club Recreativo.

Riquíssimo, sendo mesmo considerado a maior fortuna de Valença na época, pode então se dedicar ao seu antigo projeto de dotar a cidade com uma indústria.

Em 1906 participou da fundação da Companhia Industrial de Valença, sendo eleito membro do primeiro Conselho Fiscal.

Algum tempo após, como informa o jornalista Gustavo Abruzzini de Barros, em "O Poder do Sonho – História da Associação Balbina Fonseca", contratou o engenheiro Theodorico Maximiano da Fonseca e o eletricista Estanislao Nioski para promoverem estudos destinados ao aproveitamento da queda d'água existente na sua fazenda Pau d'Alho. Na ocasião visitou a propriedade o industrial William Newlands Junior, que pretendia instalar em Valença uma fábrica de tecidos de lã, em companhia de uma comissão do *Jornal do Brasil* e da *Revista da Semana*. Vito Pentagna chegou a cogitar a venda da fazenda, entretanto, diante da possibilidade da realização de seu grande sonho e da viabilização de excelentes negócios, resolveu fundar sua própria indústria de tecidos.

Em 10 de março de 1912, na fazenda Pau d'Alho, iniciava-se a construção da usina, inaugurada festivamente em 15 de setembro de 1914.

Finalmente, em janeiro de 1913 Vito Pentagna colocou, em terreno de sua propriedade no bairro do Benfica, a pedra fundamental da futura fábrica Santa Rosa. Em 07 de setembro de 1913 ocorreu a assembléia de instalação da Companhia Fiação e Tecidos Santa Rosa, sendo os primeiros diretores eleitos Vito Pentagna e José Müller, a quem caberia a responsabilidade técnica da indústria.

Vito Pentagna, entretanto, não conseguiu presenciar a concretização definitiva do seu projeto, vindo a falecer repentinamente, em 29 de setembro de 1914.

A viúva, Urbana, demonstrando admirável capacidade, auxiliada pelos filhos e cunhados, manteve-se à frente dos negócios da família.

A fábrica Santa Rosa foi inaugurada em 18 de outubro de 1915.

A fábrica da Companhia Fiação e Tecidos Santa Rosa, logo após a sua inauguração em 1914
Fonte: Acervo particular Prof. Raimundos Mattos

O casal teve diversos filhos. Nove alcançaram a maioridade, dentre os quais: Humberto de Castro Pentagna, médico diplomado pela Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro e líder político proeminente, foi vereador e prefeito de Valença, vice-presidente do Estado do Rio de Janeiro e diretor do Departamento das Municipalidades, órgão

criado para apoiar os municípios fluminenses; Savério Vito Pentagna, advogado, diplomado pela Faculdade Livre de Ciências Jurídicas e Sociais do Rio de Janeiro, exerceu a profissão em Valença. Após a morte do pai, assumiu em conjunto com o primo Savério de Castro Pentagna, a direção da Companhia Fiação e Tecidos Santa Rosa, à frente da qual esteve por mais de trinta anos. Paralelamente, participou da fundação da Diocese, e da Companhia Telefônica de Valença, sendo, ainda, delegado de Polícia, líder da UDN e secretário do Interior e Justiça do Estado do Rio de Janeiro; e Alzira Adelaide de Castro Pentagna, que após cursar o Colégio Santa Isabel, em Petrópolis, se casou com o tio, Ruggero Pentagna.

O casal Urbana Paschoalina de Castro e Vito Pentagna, com os filhos (da esquerda para a direita): Umberto, Sara, Nair, Maria Clara, Yolanda, Zilpa, Alzira, Nicezia e Savério.
Fonte: Acervo particular do autor.

O último dos irmãos Pentagna a se estabelecer no Brasil foi Ruggero.

Diplomado em medicina, na Itália clinicou em sua cidade natal, Scario. Vindo para o Brasil, esteve em Piracicaba antes de se radicar definitivamente no Rio de Janeiro. Estava, porém, frequentemente em Valença, onde era um dos diretores da Companhia Fiação de Tecidos Santa Rosa. Foi ainda Comendador da Ordem da Coroa da Itália e Vice Cônsul da Itália no Rio de Janeiro.

Do seu casamento com a sobrinha Alzira, três filhos atingiram a maioridade, dentre os quais Léa Josephina Pentagna, que completou sua instrução em viagens pela Europa, onde desenvolveu um apurado gosto pelas artes. Em suas chácaras na cidade do Rio de Janeiro – Laranjeiras e Paquetá, e em Valença, mantinha verdadeiros salões literários, acolhendo e incentivando escritores e artistas, entre os quais o famoso casal espanhol, a escritora Rosa Chacel e o pintor Timotheo Perez Rubio. Seu testamento determinou a criação da Fundação Léa Pentagna, instalada na Casa Léa Pentagna, em Valença, e que vem se revelando de inestimável contribuição à cultura desta cidade.

A família Ielpo

Pedro Ielpo, conhecido como Mestre Pedro, era o encarregado de obras na região de Scario, onde faleceu em 1903, viúvo de Anna Thereza Scaldaferri, falecida em decorrência de um parto, em agosto de 1898.

O casal teve onze filhos: Francisco Sebastião, Carmello, Nicola Maria Domenico, Antonia, Lucia Vincenza, Vicente Antônio, Alexandre, Francisca, Josephina, Maria Fidela Caetana e Benjamin

O primogênito, Francisco Sebastião Scaldaferri Ielpo, aos 15 anos deixou sua terra natal com destino ao Brasil, onde em Valença o aguardava um emprego junto à família Pentagna, sua conterrânea, em um armazém localizado estrategicamente à beira da estrada de ferro que ligava a cidade ao município de Rio das Flores, próximo a fazenda Santa Rosa. Graças a sua capacidade, logo estava à frente deste armazém. Prosperando, de empregado passou a sócio dos Pentagna na tradicional Casa Sampaio, uma das maiores da cidade, e adquiriu de Joaquim de Mello Antunes, a Casa Mingote, que mais tarde, sob a denominação Ao Preço Fixo, liderou o mercado local na comercialização de artigos finos.

Num investimento audacioso para a época, quando os carros constituíam artigo raro e caro, na década de 1920, junto ao cunhado Francisco Di Biase, fundou a Agência de Automóveis Chevrolet.

Foi ainda secretário da Sociedade Italiana de Beneficência e do Club Recreativo e membro do Conselho Fiscal da Companhia Industrial de Valença.

Apesar de sua vida ter transcorrido desde cedo numa intensa dedicação ao trabalho, possuía um espírito fino e educado, com grande inclinação para a vida em sociedade, na qual desfrutava venerável prestígio – nas querelas políticas, nas questões de família, no progresso do comércio, sua opinião era sempre solicitada e acolhida com grande respeito.

Casou-se, sucessivamente, com duas irmãs, Noemi e Marietta Dias Lopes, renomadas professoras, pertencentes à tradicional família Lopes Domingues, então proprietária da fazenda São José das Palmeiras, em Valença, e netas maternas de Carolina Julia Dadriq, que foi casada em 2ª núpcias com o artista plástico catalão José Maria Villaronga y Panella, autor de grandes e admiráveis obras em fazendas do Vale do Paraíba, das quais deixou descendência.

Francisco incentivou e patrocinou a vinda dos demais irmãos para o Brasil; na primeira década do século XX já estavam todos no país.

Nicola Maria Domenico Scaldaferri Ielpo (Nicolino Ielpo, como se naturalizou), após diplomar-se em guarda livros, esteve na intendência da marinha italiana, ingressando depois como funcionário no Banco Francês Italiano, a serviço do qual se transferiu para o Rio de Janeiro, em meados da década de 1900.

Em 1913, estava noivo de Rosa Maria Lamanna Mazzeo, filha do maior comerciante de secos e molhados do distrito de Parapeúna, Vicente Mazzeo, e neta de outro grande comerciante, Carlos Lamanna, de Rio Preto, quando foi premiado, através de um bilhete da Loteria Federal, com a pequena fortuna de 100 contos de réis. Investiu parte do dinheiro em imóveis, em Valença, adiantou o casamento e partiu para a Itália, onde permaneceu por vários meses.

O casal Rosa Maria Lamanna Mazzeo e Nicola Maria Domênico Scaldaferri Ielpo em lua-de-mel, Veneza, 1913.
Fonte: Acervo particular do autor.

Por sua integridade e competência profissional, foi convidado para integrar como sócio, e diretor da Contabilidade, a Fábrica de Rendas e Tiras Bordadas Dr. Frontin, fundada pelo Comendador Antonio Jannuzzi. Foi ainda tesoureiro da Santa Casa de Misericórdia e contador da "Agência de Automóveis Chevrolet" e do Coronel Cardoso, o último grande exportador de café da região.

Culto e amante da musica clássica, tocando inclusive o bandolim, seu programa predileto era ouvir discos de óperas e comparecer às temporadas líricas do Teatro Municipal do Rio de Janeiro, onde mantinha uma frisa reservada.

Sua residência, em Valença, era frequentada por gente da melhor sociedade da época como o fazendeiro Francisco Martins Esteves, que levava partituras de óperas para Rosa Maria Ielpo tocar ao piano; Luiz Damasceno Ferreira, que ia ler os capítulos da sua *His-*

tória de Valença; e o Comendador Nicolao Pentagna, seu vizinho e parceiro no carteado.

Faleceu prematuramente, em 1933, vítima de uma pneumonia, deixando duas filhas: Anna Thereza Mazzeo Ielpo, diplomada pela primeira turma da Escola Normal Manuel Duarte, em Valença, casada com Luiz Carlos da Costa Carvalho, advogado, professor e magistrado, que foi diretor da Faculdade de Direito de Valença; e Maria Apparecida Mazzeo Ielpo, diplomada pela segunda turma da Escola Normal Manuel Duarte, casada com Francisco Emmanuel Jannuzzi.

Lucia Vincenza Scaldaferri Ielpo casou-se, ainda em Scario, em 1907, com Francisco Di Biase.

Logo após o casamento o casal se transferiu para o Brasil, residindo inicialmente em Valença e depois em Barra do Piraí.

Foram pais, dentre outros, de Geraldo Di Biase, advogado e figura proeminente da política fluminense, foi prefeito municipal de Barra do Piraí e deputado estadual por várias legislaturas, sempre com louváveis iniciativas, dentre as quais se destacam as fundações das faculdades da Fundação Rosemar Pimentel, de Barra do Piraí, da Faculdade de Filosofia, em Volta Redonda e da Faculdade de Engenharia Civil, em Nova Iguaçu. No primeiro governo estadual de Leonel Brizola, foi secretário da Indústria e Comércio.

Benjamin Ielpo, cujo nascimento custou a vida da mãe, foi salvo graças a dedicação do médico Ruggero Pentagna. Criado pela irmã Lucia Vincenza, foram os últimos da família a imigrarem para o Brasil, onde chegaram em novembro de 1907.

Aos dez anos era empregado da Casa Mingote, em Valença, passando depois uma temporada no Rio de Janeiro.

Novamente em Valença, abriu seu próprio negócio e contraiu núpcias, em 06 de julho de 1920, com Luiza de Almeida Kirk, rica herdeira, venerada por sua erudição e bondade, que foi sempre sua incentivadora e fiel colaboradora.

Iniciou então sua ascensão social e política: tesoureiro dos Correios, 1º suplente de Juiz de Direito, delegado de Polícia, vereador, duas vezes prefeito e deputado estadual; por mais de trinta anos foi um dos líderes políticos da região.

Benjamin Ielpo e o Presidente Getúlio Vargas
Fonte: Acervo particular do autor

Mais tarde fundou a empresa Ielpo & Cia. Ltda., e com Floriano Pellegrini, o Banco de Valença S/A, procurando sempre incentivar o progresso da terra que tão bem o acolheu. Foi ainda vice provedor da Santa Casa de Misericórdia; presidente da Associação Comercial, e do Club dos Coroados; sócio benemérito da Academia Valenciana de Letras e membro da Sociedade Amigos de Valença, dentre outros.

Por sua zelosa colaboração nas causas da igreja católica, foi condecorado pelo Papa Paulo VI, com a comenda da Ordem de São Silvestre.

Não deixou descendência.

A família Jannuzzi

Na década de 1880, estabeleceu-se no comércio de Valença João Carelli, que era casado com Anna Maria Jannuzzi.

Algum tempo depois, vindos de Nápoles, berço italiano da família Jannuzzi, chegaram os parentes de Anna Maria, Francisco Jannuzzi e Luiz Jannuzzi, com as respectivas famílias.

Anna Maria Jannuzzi e João Carelli tiveram vários filhos, dentre os quais Paulina Carelli, casada com Paschoal Demarchi. Uma das filhas deste casal, Anna Maria Demarchi, se casou com Celso Chagas Gomes, diretor da Companhia Industrial Ferreira Guimarães, e deixou vasta descendência.

Francisco Jannuzzi, conhecido como Chico Pequeno, com sua confeitaria era quem garantia o pão diariamente entregue nas portas das famílias valencianas. Homem simples e bondoso, cativou os valencianos com seus gestos carinhosos.

Casado com Maria Rosa Preciosa de Camilo, também napolitana e que por seu espírito caridoso desfrutava de grande estima e respeito na sociedade de Valença, que sinceramente pranteou sua morte, ocorrida em 1912, como noticiou *O Valenciano*, em sua edição de 29 de agosto de 1912. O casal teve os filhos Paschoal, Salvador, Cyro e Raphael, este falecido na adolescência.

Paschoal Jannuzzi no início de sua vida em Valença foi auxiliar do pai na confeitaria, antes de abrir um armazém de secos e molhados. Depois esteve por um curto espaço de tempo em Rio Preto, com uma fábrica de macarrão.

Retornando a Valença, abriu a "Padaria Fluminense" e associou-se a Martinho Frank, introdutor do cinema na cidade, no Cine Pathe. Seduzido pela sétima arte, constituiu com Vicente Ielpo a empresa Jannuzzi & Ielpo, para explorar o antigo Teatro da Glória, transformando-o no moderno Cine Roma; dinâmico e com grande tino comercial, passou a exibir com sucesso os filmes americanos, em seções que

tempos depois se tornaram diárias - tamanho o interesse despertado na sociedade valenciana que lotava a platéia, as frisas e os camarotes da bela casa de espetáculos. Em 1930, num empreendimento memorável, fez de Valença a primeira cidade do interior do estado a ter filmes sonoros.

Dedicou-se também a música e ao futebol. Fundou a Sociedade Musical Euterpe Valenciana, promovendo em sua residência memoráveis saraus, quando, tocando piston ou piano, acompanhava os famosos músicos que trazia de outras localidades, como divulgado pelo *Correio de Valença*, em sua edição de 19 de julho de 1923.

Foi casado com Adelia Celina de Araújo, descendente de antigas e importantes famílias mineiras, que vieram de Andrelândia para Valença, onde fundaram o distrito de Santa Isabel do Rio Preto.

O único filho varão de Paschoal e Adélia Celina a atingir a maioridade foi Francisco Emmanuel Jannuzzi, que após diplomar-se pela Faculdade de Direito de Niterói, retornou à Valença, onde foi advogado da Prefeitura Municipal, professor da Escola Técnica de Comércio Candido Mendes e Juiz de Direito Substituto.

Francisco Emmanuel se casou com Maria Apparecida Mazzeo Ielpo, filha de Nicolino Ielpo e Rosa Maria Lamanna Mazzeo, com descendência.

Luiz Jannuzzi, casado com Maria, ao radicar-se em Valença, também fundou uma confeitaria.

No início do século XX, os filhos do casal, Lourenço, Raphael e Francisco Salvador associaram-se na empresa "Lourenço Jannuzzi & Irmãos", que exportava diariamente para o Rio de Janeiro 200 kg de café "torrado e moído", como informa uma edição do *Jornal do Brasil* da época.

Posteriormente, Lourenço Jannuzzi foi proprietário da famosa "Confeitaria Jannuzzi", onde eram vendidos doces finos feitos por

sua mulher, Emilia Domingas Maria Gioseffi, e diretor da Companhia Fiação e Tecidos Santa Rosa.

Interior da Confeitaria e Panificação Jannuzzi,
de Lourenço Jannuzzi, que é visto à esquerda.
Fonte: Acervo particular do Prof. Raimundo Mattos.

O casal teve cinco filhos, dos quais Luiz Gioseffi Jannuzzi, diplomou-se em engenharia civil no Rio de Janeiro e foi um dos maiores construtores da Capital Federal em meados do século XX.

Luiz Gioseffi Jannuzzi, apesar de sua intensa atividade profissional no país e no exterior, fez do desenvolvimento de Valença uma das metas da sua vida. Assim, numa época em que não podia ausentar-se do Rio durante o dia, seguia para lá de trem, à noite, a fim de inspecionar as obras do Hospital Geral, retornando na madrugada seguinte. Para concretizar seus planos, elegeu-se prefeito e conseguiu fazer de Valença, Município Modelo. Uma de suas maiores realizações foi sua contribuição à instalação do ensino universitário em Valença, para a qual empenhou toda sua obstinada força de vontade e prestígio.

Luiz casou-se em segundas núpcias com Ecila Assis Nogueira, descendente de antiga família valenciana, e deixou descendência.

Raphael Jannuzzi se casou com Clara Sebastiana Pannain, filha do negociante Januário Pannain, e tiveram vários filhos, dentre os

quais Carlos Luiz Jannuzzi, que foi remorado médico e político em Valença.

Referências bibliográficas:

ALCÂNTARA, Nathanael de Veras. *O Circulista.* Petrópolis: Editora Vozes Ltda., 1983.

BARROS, Gustavo Abruzzini. *O Poder do Sonho – História da Associação Balbina Fonseca.* Valença: Editora Valença, 1998.

DI BIASE, Walter. *Duas Terras.* 1ª ed., (s.l.): (s.e.), 1988.

DOSSIÊ: AGÊNCIA DE INVESTIGAÇÃO HISTÓRICA. *Coronel Benjamin Ferreira Guimarães – Tecendo Histórias.* Belo Horizonte: Livraria Del Rey Editora, 1997.

FERREIRA, Luiz Damasceno. *História de Valença*. 2ª ed., Valença: Editora Valença, 1978.

GUIA VISUAL. *Itália.* 4ª ed. São Paulo: Publifolha, 1997.

IÓRIO, José Leoni. *Valença de ontem e de hoje*. 1ª ed., Juiz de Fora: Companhia Dias Cardoso, 1953.

JANNUZZI JR, Fernando Antonio Ielpo. Valença e sua imigração. Revista Chafariz. Valença: Editora Valença, 1991, v. 1.

MCCULLOUGH, Colleen. *A Coroa de Ervas*. Rio de Janeiro: Editora Bertrand Brasil, 1995.

TAVARES, Miguel. *Páginas colhidas no tempo.* Valença: Editora Valença S/A, 1987.

Entrevistas:

Adélia Elizabeth Jannuzzi Felix, Valença, 1988.

Annita Lopes Ielpo, Rio de Janeiro, 1994.

Carlos Alberto Capobianco, Valença, 1992.

Humberto Vito Ribecco Pentagna, Valença, 1990.

José Pannain Ielpo, Valença, 1992.

Luiz Ielpo Capobianco, Valença, 1992.

Maria Apparecida Ielpo Jannuzzi, Valença, 1992.

Maria Fé Jannuzzi Cardoso, Valença, 1988.

Maria Lucy Jannuzzi Ramos, Valença, 1993.
Odette Jannuzzi da Silva Ramos, Valença, 1993.
Rosa Maria Mazzeo Ielpo, Valença, 1987.
Zilpa Pentagna Lipiani, Valença, 1990.

Resumo

Este artigo tem como objetivo abordar a presença dos italianos em Valença, destacando o início da imigração, as relações interpessoais e de parentesco, e os grandes empreendimentos. Para tanto, optou-se por utilizar a literatura disponível, bem como entrevistas realizadas com descendentes das famílias destacadas. Pelas pesquisas realizadas para este artigo, constata-se a importância fundamental dos italianos no desenvolvimento econômico e social de Valença.

Palavras-chave: Imigração, Italianos, Valença.

Abstract

This article aims to address the presence of Italians in Valença, highlighting the start of immigration, interpersonal relationships and kinship, and the great ventures. To this end, we decided to use the available literature as well as interviews with descendants of prominent families. By the research conducted for this article, it is noted the fundamental importance of the Italians in the economic and social development of Valença.

Keywords: *Immigration, Italians, Valença.*

Recebido em 06 de maio de 2014. Aprovado em 03 de setembro de 2014.

IMIGRANTES NA VILLA DE PARAHYBA DO SUL

Cinara Jorge[1]

No dia 18 de maio de 2013, o Colégio Brasileiro de Genealogia proporcionou a seus associados, familiares e amigos um passeio inesquecível à Hospedaria da Ilha das Flores em São Gonçalo. Esta Hospedaria, hoje um museu a céu aberto, foi por muitos anos um dos locais onde os imigrantes pela primeira vez tocavam o solo brasileiro. Logo ao chegar, os estrangeiros deparavam com uma placa onde se podia ler, em diversos idiomas, a seguinte frase: "Você era um estranho e o Brasil o acolheu".

A imigração no Brasil não é assunto para ser tratado apenas como um episódio, porque foi tão extensa, originada por tantos e tão diversos motivos, que mesmo se comentarmos apenas a imigração no Estado do Rio de Janeiro, ainda seria necessário fatiar em porções cada momento e cada local, para nos aproximarmos um pouco dos variados acontecimentos que envolveram toda essa grande odisseia.

Em um desses fragmentos históricos, pode-se pinçar a região que compreendia toda a antiga Villa de Parahyba do Sul que,em 1833, ano de sua criação, possuía um território de quase 3.000 km2. Para efeitos comparativos, lembramos que a cidade do Rio de Janeiro tem uma área de 1.148 km2. Paraíba do Sul naquela época compreendia, além do território do município de hoje, as atuais cidades de São José do Vale do Rio Preto, Petrópolis, Três Rios, Areal, Comendador Levy Gasparian e parte de Sapucaia.

Quando da preparação do presente trabalho, apresentado como comunicação no I Colóquio de Institutos Históricos Municipais do Estado do Rio de Janeiro, promovido pelo Instituto Histórico e

[1] Associada e Membro do Colégio Brasileiro de Genealogia – Associada Correspondente do Instituto Histórico de Petrópolis.

Geográfico do Rio de Janeiro, nossa atenção foi dirigida à definição da palavra imigrante. Pesquisando o verbo imigrar no Novo Dicionário da Língua Portuguesa, de autoria do mestre Aurélio, encontramos: "Entrar (num país estranho) para viver nele (Antôn: emigrar)" (HOLANDA FERREIRA, ano: 1975, p. 749).

Assim, foram os portugueses os primeiros imigrantes a chegar a Paraíba do Sul, solicitando sesmarias ao governo luso, tornando-se proprietários de imensas glebas de terras, que logo após eram ocupadas pelos africanos comprados nos mercados de escravos.

Desenvolve-se então na região uma considerável população também estrangeira, os negros africanos que, contudo, não devem ser examinados sob a visão *stricto sensu* do vocábulo, entre outras razões pelo seu deslocamento forçado.

A fixação dessa população negra em Paraíba do Sul não teve início com o período do Ciclo do Café, isto é, entre o princípio do século XIX e meados do século XX, porque antes disso já existia naquelas fazendas e pequenos povoados um grande número de escravos africanos e seus descendentes.

No Arquivo Nacional, no Rio de Janeiro, inúmeros requerimentos de sesmarias estão preservados e em um deles encontramos o texto:

> *...tem notícia haverem terras devolutas em matos marinhos no Sertão do Rio Preto abaixo; e porque não tem terras suficientes em que ocupe a escravatura, que ocupa e possui, pretende que V.Exª lhe faça mercê conceder-lhe por Sesmaria no lugar uma légua de terra de testada...*[2]

Paraíba do Sul faz parte da região hoje chamada de Vale do Café, e era justamente a mão de obra escrava a responsável pela imensa produção do grão, existindo naquelas terras um grande percentual de população de origem africana. No final do século XIX, os habi-

[2] Acervo Arquivo Nacional – Rio de Janeiro. Transcrito para a ortografia atual.

tantes se resumiam a nativos indígenas, europeus, incluindo os nascidos no Brasil, e africanos.

Estes eram os grupos étnicos que viviam em Parahyba do Sul até a chegada da grande leva da imigração ao final do século XIX. Mas é preciso relatar a origem do local para melhor entendimento.

Ao final do século XVII e início do XVIII, devido aos descobrimentos de ouro e pedras preciosas em Minas Gerais, Garcia Rodrigues Paes, filho do bandeirante Fernão Dias, foi encarregado pela Coroa portuguesa de abrir um caminho que facilitasse o escoamento do ouro em direção ao Rio de Janeiro. É que o antigo acesso, que começava na região aurífera de Minas Gerais e terminava em Paraty, era longo e cheio de dificuldades. Existia a possibilidade de se construir um caminho mais curto e com menos risco, quase uma linha reta de Minas Gerais para o Rio de Janeiro. O propósito do governo era diminuir a distância entre as minas e a capital. A estrada é hoje conhecida como Caminho Novo ou Estrada Real, e a antiga é chamada de Caminho Velho.

Garcia abriu o novo caminho até a metade do que fora combinado, e,em 14 de julho de 1703, enviou uma carta ao Governador do Rio de Janeiro, Álvaro da Silveira de Albuquerque, dizendo que,

> *Poderá VS.ª informar e certificar a SMg.e q' Deosg.e q' seo m.to leal e humilde vassalo Garcia Roiz Paes tem mudado sua casa e familia de Saõ Paulo sua patria p.ª esta cid.e do Rio de Janeiro só afim de facilitar o caminho q' tem principiado p.ª os campos geraes, e minas de ouro de Sabarabussú e q' por acomodar a dita sua familia, e preparar sua jornada p.ª as d.as Minas se deteve até o mez de Julho e q' por cauza de lhe fogire' quasi todos os seus escravos e por sua limitação, não tem acabado o dº Caminho e assim pertende continuallo ...e q' em Paraíba q' he o meyo da jornada... (MAGALHÃES, ano: 1935, p. 377).* [3]

[3] Originalmente o documento cita "Paraíba" e não "Parahyba" como se grafava àquela época.

Então temos que o Caminho Novo desde Sabará, a 120 quilômetros de Ouro Preto até Paraíba do Sul, foi aberto por Garcia Rodrigues que, sem escravos e com limitações financeiras, acomodou a família no local onde hoje existe o centro da cidade de Paraíba do Sul.

Na empreitada, Garcia, além de abrir a estrada, tinha recebido ordens de ir plantando roças, e isto fez com que mais tarde surgissem cidades às margens do Caminho Novo, tais como a própria Paraíba do Sul, Simão Pereira, Matias Barbosa, Juiz de Fora, Barbacena e muitas outras.

Os responsáveis pelo surgimento das fazendas e dos povoados daquela parte da Mata Atlântica, não eram em sua maioria portugueses de nascimento, mas sim seus descendentes, já nascidos no Brasil.

O movimento constante da passagem dos tropeiros e demais viajantes, que transportavam, além de suas mercadorias, principalmente as riquezas minerais do quadrilátero diamantino para o Rio de Janeiro, deu origem a pequenos aglomerados urbanos que se multiplicaram. A região era conhecida pelo nome de Paraíba Nova, mas devido ao aumento populacional, ao comércio emergente, foi elevada à condição de freguesia em 1756 e de vila em 15 de janeiro de 1833.

No princípio do século XIX, toda aquela porção do território fluminense foi dividida em sesmarias concedidas às famílias que, percorrendo o Caminho Novo, viram naquelas terras uma boa oportunidade de enriquecer com o plantio do café. Muitos sesmeiros tornaram-se os maiores proprietários da região, havendo entre eles vários agraciados com títulos, por um ou outro feito.

Assim, temos o Barão de Palmeiras, nascido em Iguaçu; o Barão da Paraíba, nascido no Rio de Janeiro; o Barão do Piabanha, nascido mesmo em Paraíba do Sul; o Marquês de São João Marcos, este sim, nascido em Portugal, mas com raízes brasileiras, já que era bisneto do Garcia Rodrigues Paes; a Condessa do Rio Novo, tida como fundadora de Três Rios, e seu marido, Visconde do Rio Novo, ambos mineiros de São João Del Rei, assim como o pai da Condessa, Barão de Entre Rios.

Ao contrário de muitas outras regiões, Paraíba do Sul não começou a receber imigrantes europeus devido à libertação dos escravos. Em 1836, algumas famílias de colonos açorianos foram contratadas para as obras da Serra da Estrela e para a construção da ponte de Paraíba do Sul. Vieram 70 famílias com cerca de 150 pessoas. No jornal O Despertador de 03.04.1839[4], vê-se um relatório do presidente da Província do Rio de Janeiro, Paulino José Soares de Souza, ao Visconde do Uruguai. O texto informa a contratação para trabalho nas obras da ponte do rio Paraíba do Sul, explicando que os pedreiros e ferreiros açorianos prestavam serviços muito mais lucrativos do que os dos escravos. Arrematando, diz que, ao término do serviço, certamente os empregados passariam a residir no local, porque estavam prosperando, edificando casas e adquirindo sítios. Pela publicação percebe-se que estes imigrantes se inseriram na sociedade sul-paraibana, passando a fazer parte do desenvolvimento da vila.

A ponte citada, projetada por Julio Frederico Koeler, ele mesmo imigrante, teve suas obras suspensas por muitos anos, só retomadas por Irineu Evangelista de Souza, o Barão de Mauá. Sua inauguração ocorreu em 1857. Nas pesquisas realizadas, é o relatório do presidente da Província do Rio de Janeiro o primeiro registro que divulga a chegada de alguma leva de imigrantes europeus para a região sul-paraibana.

Em um segundo momento, outro fluxo de imigrantes ocorre quando das obras de construção da Estrada União e Indústria em 1852. O projeto de seu construtor, Mariano Procópio Ferreira Lage, era macadamizar 144 quilômetros de estrada, de Petrópolis a Juiz de Fora. O percurso que até então demorava quase um mês, passaria a serfeito em 12 horas com diligências, na primeira estrada macadamizada de toda a América Latina.

Para a efetivação de seus objetivos, Mariano não seguiu todo o traçado do Caminho Novo. No local chamado de Pedro do Rio, o Caminho Novo seguia em direção a Secretário, Fagundes, Sebollas

[4] Acervo Biblioteca Nacional.

(hoje Inconfidência), e ao centro de Paraíba do Sul, rumando então para Monte Serrat, hoje distrito de Comendador Levy Gasparian, e só então atravessava a Ponte do Paraibuna, alcançando a Capitania de Minas Gerais. Mas uma série de problemas fez com que Mariano Procópio desprezasse o antigo percurso, seguindo a partir de Pedro do Rio uma nova direção que levaria a União e Indústria para Três Barras – primeiro nome da região hoje ocupada pelo município de Três Rios.

Optando pelo novo curso, um entrave aguardava o construtor: o rio Paraíba do Sul. Era preciso transpor as águas àquele tempo caudalosas do grande Paraíba. O obstáculo foi transposto encomendando-se da Inglaterra uma grande ponte de ferro. Composta por enormes peças apresentava mais uma dificuldade, advinda da ausência de pessoas experientes e capazes de manusear e transformar as grandes armações de metal em uma magnífica e segura estrutura. Grandes problemas exigiam grandes soluções, e na situação do momento a resposta mais conveniente era a contratação da mão de obra qualificada dos alemães, exímios artífices em madeira e metal. Esses homens viriam engrossar as fileiras dos trabalhadores na seção da estrada entre Pedro do Rio e a margem do rio Paraíba do Sul, trecho de muitas dificuldades que desafiavam o empreendimento. A rocha viva da chamada Serra do Taquaril seria cortada, o que já onerava o custo inicial da Estrada, e a ultrapassagem de algumas margens de rios só seria possível com a colocação de quatro pontes de ferro.

O contrato celebrado entre Mariano Procópio Ferreira Lage, diretor presidente da Companhia Estrada União e Indústria e o governo, foi publicado no Correio da Tarde em 21 de abril de 1858[5]. No texto divulga-se o objetivo que era o de conseguir, no prazo de três anos, dois mil colonos oriundos de Schleswig-Holstein, Alemanha.

Em obra de tal envergadura tiveram substancial importância esses alemães. Imigrantes que, ao desembarcarem no Brasil, foram alojados com suas famílias ao longo das obras da Estrada União e Indústria. Os nomes Winther, Schmidt, Bohrer, Hottum, Kling, Kopke,

[5] Acervo Biblioteca Nacional

Lahmeyer, Lutgens, Meyer, Niemeyer, Schoralick, Wiechers, Haubrick, Mahler, Flaeschen, Sarles, Eckart, Pitzer, Wogel, Thurler, Ank e muitos outros passaram a ser encontrados nos quadros de trabalhadores da obra. Alguns no distrito de Afonso Arinos e outros em Areal, muitos na antiga Três Barras, que a esta altura já se chamava Entre Rios, nome herdado da maior estação de mudas do empreendimento rodoviário: a Estação de Entre Rios.

Em 23 de junho de 1861, a família imperial inaugurava a Estrada União e Indústria e ao chegarem à cabeceira da ponte de monumental envergadura, fizeram questão de apear da carruagem e seguir a pé por ela, primeiramente chamada de Ponte do Paraíba e depois batizada de Ponte das Garças, como é conhecida até hoje. Sir Richard Burton assim conceitua a visão que teve em sua passagem por Entre Rios:

> *A obra de arte da engenharia raramente é artística, mas a ponte, feita em Birmingham, com 320 toneladas de ferro e grades pintadas de vermelho, montadas por Mr. O'Kell, constitui, sem dúvida, uma complementação da paisagem; (BURTON, ano: 1976, p.50).*

A estrada trouxe uma grande movimentação para a região, até que em 1867 uma novidade veio incrementar aquele pequeno núcleo urbano. A Ferrovia Pedro II! A Companhia Estrada União e Indústria abriu falência por causa dos privilégios à Ferrovia, mas Paraíba do Sul desenvolveu-se mais com a vinda dos trilhos. Passageiros transitavam por aquele que era um dos mais importantes centros de baldeação do Estado. O comércio florescia em rápido desenvolvimento e a região- começou a receber uma nova leva de imigrantes: os árabes.

A imigração árabe deu-se do final do século XIX até meados do século XX. Chegavam fugidos das guerras que há séculos assolavam suas terras e por isso eram premidos a deixar tudo para trás, propriedades, parentes, negócios, toda a sua história, partindo em busca de uma nova vida.

Aqui precisamos abrir um parêntese para esclarecer a sempre confusa referência a sírios, sírio-libaneses e libaneses. Há quem diga

"turco pobre, sírio remediado, libanês rico", mas não é esta a realidade. A verdade é que os árabes que vieram até 1918 eram denominados turcos, porque a Síria e o Líbano, dominados pelo império otomano, constituíam-se em um só país. Seus passaportes eram carimbados e expedidos pela Turquia, o país dominante de todos os países árabes até aquela data.

Após 1918, o Líbano se separa da Síria e passa a ser Protetorado Francês. E então os que emigraram desta época em diante eram chamados de sírio-libaneses**.** Em 1943, finalmente surge a República Libanesa. É por este motivo que começamos a ver os árabes nomeados como libaneses a partir daí. Os chamados sírios são os procedentes da República Síria que se tornou independente em 1946.

Fechando esse parêntese, retomamos a nossa história em 1867.

Lógico que a memória genética do povo árabe, tão comerciante, fazia com que viessem como mascates, e há quem diga que a primeira frase que o libanês aprendia no Brasil era "jura-bra-Deus--freguês-mim-vende-barato" (MIGUEL, 2004, p. 35). Quando melhoravam um pouco de vida, mandavam logo buscar mais um parente, mais um "brimo", porque o Líbano tão pequeno, menor do que a metade do Estado de Israel de hoje, tinha como até hoje, uma população cujas famílias sempre se entrelaçaram, e um parente chamava o outro para vir para o Brasil.

E assim, a região sul-paraibana do século XIX, passa a ser povoada por portugueses, alemães, africanos e árabes. Encontramos imigrantes de outras nacionalidades, mas em número reduzido.

No trabalho "Sírio-Libaneses de Paraíba do Sul" (ALGEBAILE, 1996, p.27), a autora em um minucioso trabalho descreve algumas dessas famílias, relacionando os nomes Abrahão, Ahun, Algebaile, Amin, Bittar, Chaim, Chede, Ibrahim, Kaliu, Elias, Estevam, Facre, Mattar, Habib, Melick, Morone, Neder, Nicolau, Saad, Salomão e Sarkis. A eles acrescentamos Auad, Aucar, Chimelli, Dib, Mansur, Miguel, Nasser, Obeica, Saar, Tafuri e Azar. São nomes que

se mantêm com a grafia original, menos Azar, que em virtude do significado da palavra em português, tornou-se Ázara. Em sua maioria, os árabes inicialmente dedicavam-se ao comércio ambulante, ou seja, eram mascates, estabelecendo-se mais tarde com lojas de miudezas, tecidos e roupas.

A cidade se povoa, espraiando-se com seus habitantes. Muitos dos descendentes dessas famílias imigrantes ainda vivem na região, expandindo-se em grande número e orgulhando-se dos antepassados.

Na macrorregião sul-paraibana na cidade de Três Rios, ressalta-se hoje a predominância de população de origem negra. Isto pode ser esclarecido pelo que escrevemos a seguir. Em 1882, faleceu em Londres, no dia 05 de junho, Mariana Claudina Pereira de Carvalho, Condessa do Rio Novo, proprietária das grandes fazendas Piracema, Rua Direita, Boa União e Cantagalo, esta a maior de todas. Seu testamento, tido como marco de fundação do atual município de Três Rios, é longo e magnânimo. Sem descendentes diretos, a Condessa legou suas fazendas, sítios, títulos públicos e demais propriedades aos sobrinhos, mas preservou a grande Fazenda do Cantagalo a seus escravos. Concedeu alforria a todos os mais de duzentos cativos que possuía e como se não bastasse, deu a cada um deles condições de sobrevivência, nomeando a Casa de Caridade de Paraíba do Sul, que ela havia ajudado a fundar, administradora da Colônia Nossa Senhora da Piedade, onde viveriam os libertos. A fazenda deveria ser dividida em lotes para os alforriados e, passados cinquenta anos da morte da Condessa, a instituição faria a emancipação da Colônia e os ex-escravos receberiam definitivamente seus lotes.

Naquela data (1882) o teor do testamento não foi totalmente divulgado pela imprensa, único meio de comunicação existente, que levou a público apenas alguns de seus itens. Pelo desconhecimento dos beneficiados e a interpretação unilateral feita pela Casa de Caridade, foi aos poucos sendo loteada e aforada toda a fazenda do Cantagalo, isto é, o local onde hoje existem o centro e alguns bairros da cidade de Três Rios. Os libertos foram alojados em pequena porção de

terra situada na extremidade do grande latifúndio, que tomou o nome de Colônia Nossa Senhora da Piedade.

Ligando este relato à imigração, o quadro físico regional da época era uma extensa fazenda onde seus moradores, em pequeno número, eram os proprietários, e o restante, escravos. Desta forma, conclui-se que a presença africana no âmbito da Fazenda do Cantagalo girava em torno de 90%. Passados cento e cinquenta anos do falecimento da Condessa do Rio Novo, os descendentes destes duzentos libertos fizeram com que a cidade de Três Rios tenha por habitante, um número considerável de afrodescendentes. De acordo com o censo do IBGE, Três Rios, a antiga Fazenda do Cantagalo, possuía em 2010 uma população de 76.558 habitantes, sendo: 42.848 negros ou pardos e 33.710 brancos. (http://www.ibge.gov.br)

Tecemos considerações sobre o reflexo de africanos, alemães, índios, árabes e portugueses no povoamento da Villa de Parahyba do Sul, mas os estudos levam a novo episódio que ilumina outra lacuna da demografia local. É sabido que o advento da Lei Áurea foi um dos poderosos instrumentos que fizeram com que as fazendas de café tivessem sua produção ameaçada. O sistema escravocrata foi rompido e a mão de obra graciosa dos cativos não mais existia. Alguns poucos libertos continuaram com seus antigos senhores, mas a grande maioria, como nos ensina a literatura existente, dispersou-se infantilmente, sem garantias de sobrevivência.

No distrito trirriense de Bemposta, àquela época zona rural pertencente a Paraíba do Sul, não foi diferente. No segundo quartel do século XIX, a grande fazenda Bemposta, fundada por José Antônio Barbosa Teixeira, o Capitão Tiramorros, já era propriedade da família Werneck, e em 1848, por disposição testamentária de Antônio Luiz dos Santos Werneck, a propriedade foi fracionada em 10 fazendas para seus descendentes. Estas herdades tinham no café seu principal produto e após a abolição tiveram seus campos esvaziados de mão de obra.

Devido a nova e desconhecida situação, os fazendeiros aderiram à contratação dos imigrantes italianos, que tangidos pela fome

vinham para o Brasil com o objetivo de amealhar recursos para uma vida melhor. Como diziam: "*fare America*" (fazer a América)!

Bemposta passou a conhecer os italianos que, em grande número, chegaram a formar uma colônia, incrementando o crescimento da população local. Contratados como trabalhadores agrícolas, estabeleceram-se nas fazendas, adaptando-se rapidamente ao novo país. Brevilato, Stephani, Pisurno, Borsato, Bonfanti, Della Cella, Del Vechio, Poncinato, Ruza, Mazza, Righi, Lazarini, Canavez, Bonato, Capponi, Beraldi, Vantini, Zanardi, Saiol, Rinaldi, Fittipaldi, Landim, para citar apenas alguns.

Na chegada dos anos 20 do século passado, com a derrocada da Bolsa de Valores dos Estados Unidos, o maior comprador de café do Brasil, ocorreu a crise do café. Apesar de todos os esforços empreendidos, o Ciclo do Café chegou ao fim. O preço internacional do grão baixou tanto que os armazéns brasileiros ficaram abarrotados. Em solução até hoje cheia de polêmicas e contestações, Getúlio Vargas mandou queimar o café estocado. Era o fim de uma era. Era o fim do "Ciclo do Ouro Negro".

As grandes fazendas do Vale do Café envolveram-se em dívidas bancárias que não tinham como saldar, o sistema de plantação comprovadamente equivocado e as famílias, consideradas nobres até pouco tempo, formaram uma nova sociedade, um conglomerado de fazendeiros arruinados.

Mas os italianos estabelecidos em Bemposta não retornaram à sua terra. Sentiam o potencial de trabalho que existia no Brasil e então se dispersaram em busca de soluções. Povo de muitas aptidões adaptaram-se ao que lhes aparecia e devido a estas múltiplas vocações, não há como especificar, como se concluiu com os árabes, a que tipo de comércio, prestação de serviço ou indústria os italianos se dedicaram.

A região da antiga Villa da Parahyba do Sul, como tantas outras regiões brasileiras, tornou-se a nova pátria de diversos povos e raças que, no decorrer dos movimentos mundiais, foi colonizada e habitada, em uma miscigenação de cores. No espaço territorial que a

Villa ocupava, existem hoje as cidades de Petrópolis, Três Rios, Areal, Comendador Levy Gasparian e a própria Paraíba do Sul. Começou a ser colonizada em 1704 com a estabilização da família de Garcia Rodrigues Paes, no local onde hoje é o centro do município, contando apenas com poucos portugueses e muitos escravos africanos e índios para habitá-la. É hoje uma região de grande valor histórico para o país.

Seria coerente se na hodierna Paraíba do Sul encontrássemos diversas placas históricas em muitos idiomas com a frase: "Você era um estranho e o Brasil o acolheu..."

Referências Bibliográficas

ALGEBAIER, Aziza. *Sírio-Libaneses em Paraíba do Sul.* Revista do Instituto Histórico e Geográfico da Parahyba do Sul. Rio de Janeiro: Companhia Brasileira de Artes Gráficas, 1996.

BURTON, Richard. *Viagem do Rio de Janeiro a Morro Velho.* São Paulo: Itatiaia, 1976.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. *Novo Dicionário Aurélio da Língua Portuguesa.* Rio de Janeiro: Positivo, 2004.

MAGALHÃES, Basílio. *Expansão Geográfica do Brasil Colonial.* São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1935.

MIGUEL, Salim. *Nur na Escuridão.* Rio de Janeiro: Topbooks, 2004.

PAMPLONA, Nelson V. *A Família Werneck.* Rio de Janeiro: Edição do Autor, 2010.

SILVA, Pedro Gomes da & PIERRE, Arnaud. *Capítulos de História de Paraíba do Sul.* Paraíba do Sul: Irmandade N. Sra. da Piedade, 1991.

Resumo

Texto base da comunicação em evento do IHGRJ. A Imigração na antiga Villa de Parahyba do Sul, do princípio do século XVIII, abertura do Caminho Novo ao final do século XIX, Lei Áurea. Imigração de portugueses, alemães, árabes e italianos.

Palavras-chave: Imigração, Paraíba do Sul, Villa de Parahyba do Sul.

Abstract

Reference text of communication in an event at IHGRJ.Immigration in the old Villa de Parahyba do Sul, from the beginning of the eighteenth century, opening of the New Passage, to the end of the nineteenth century, the Golden Law (Lei Áurea). Portuguese, German, Arab, and Italian people immigration.

Keywords: *Immigration, Paraíba do Sul, Villa de Parahyba do Sul.*

Recebido em 25 de abril de 2014. Aprovado em 03 de setembro de 2014.

PETRÓPOLIS – CIDADE DE PEDRO: CAPITAL DE VERÃO DO IMPÉRIO

Vera Lucia Cabana Andrade[1]

Os estudos sobre Patrimônio Cultural representam hoje – mais do que preservação do bem público, mais do que herança cultural, mais do que tradição reinventada, mais do que os legados materiais e/ou imateriais preservados do passado que se conservam na lembrança do tempo presente – uma reordenação histórica dos "registros de memória."

A velocidade da transformação histórica que estabelece a ordem social da lembrança dentro da modernidade gera novas formas de patrimônio cultural intangível em sua materialidade como o "lugar de memória", vivência que transborda de um momento histórico para outro, onde tempo e espaço são analisados como elaborações culturais complementares do fenômeno sempre atual da (re)construção da memória como "um elo vivido no eterno presente... em permanente evolução, aberta à dialética da lembrança e do esquecimento ... [e] se enraíza no concreto, no espaço, no gesto, na imagem e no objeto." (Nora: 1984,p. XXV-XIX).

Em sua dimensão superlativa no campo do patrimônio cultural, o Museu Imperial, em comemoração aos 50 anos de sua abertura ao público (1943-1993) e aos 150 anos de fundação da cidade de Petrópolis (1843-1993), publicou em "Número Especial do Anuário", de 1995, o volume "Cidade de Petrópolis: reedição de quatro obras raras" – com o objetivo de divulgar fontes da segunda metade do século XIX, que recuperam de maneira única, singela e original os primórdios da vida na colônia de imigrantes alemães, trazidos por D. Pedro II

[1] Professora Doutora em História Social pelo IFCS/UFRJ. Professora Aposentada da UERJ e do CP II. Sócia do IHGB, IHG de Niterói e da ANPUH.

(1843), elevada ao status de cidade (1857) e sua organização política, social e econômica.

A análise do *"documentum monumentum"* (Le Goff) possibilita ao pesquisador contemporâneo ressignificar elos de identidade em relação ao passado, uma vez que, nos registros de memória, tempo e espaço compossuíram-se em sua historicidade para construir a imagem nostálgica "da suíça [com s pequeno] brasileira eternamente verdejante e florida... essa morada da saúde e do bem estar, em uma palavra, esse paraíso terrestre a quem chamam Petrópolis." (Taunay:12 e 23).

O desenvolvimento da análise contextual, que estabelece um eixo interpretativo entre as categorias do campo do político – sociedade/cultura/educação/trabalho – segue a narrativa minuciosa dos cronistas dos oitocentos que acompanharam a Família Real em viagens às províncias:

– "*Viagem a Petrópolis. Para servir de Roteiro aos viajantes e Recordação deste ameno torrão brasileiro*" – de Carlos Augusto Taunay, Major do Corpo de Engenheiros, francês naturalizado, irmão de Felix Emílio Taunay, mestre dos mais estimados por D. Pedro II. A obra é de 1862, tendo sido editada no Rio de Janeiro por Eduardo e Henrique Laemmert, possui 144 páginas, adornadas com seis litografias de Malté, apresentando vistas da região serrana e um mapa de Petrópolis.

– "*Doze horas em diligência, guia do viajante de Petrópolis a Juiz de Fora*" – é de autoria de Revert Henry Klumb e foi publicada em 1872 pela Tipografia de J. J. Pereira Braga, no Rio de Janeiro. O fotógrafo de Suas Majestades e Altezas Imperiais dedicou seu trabalho a Imperatriz Teresa Cristina. O texto bilíngue, português/francês, é ilustrado com trinta e uma litografias: vinte e nove vistas, uma planta perfil longitudinal da Estrada União e Indústria, e um retrato do engenheiro Mariano Procópio.

– "*Petrópolis – Guia de Viagem*" foi escrito por José Nicolau Tinoco de Almeida e impresso no Rio de Janeiro, na Tipografia de

L. Winter, em 1885, com 59 páginas e sem ilustração. Na qualidade de correspondente do *Jornal do Comércio* acompanhou Suas Altezas Imperiais em viagens às províncias, e, de volta ao Rio, apresentou seu trabalho ao público como *"útil e digno de Petrópolis"*.

– "*Os Estabelecimentos Úteis de Petrópolis*" – é de autoria de Tomás Cameron, filho de ingleses nascido no Rio de Janeiro e radicado em Petrópolis. Poeta, dramaturgo, escritor trabalhou no jornal *O Mercantil*, primeiro jornal de Petrópolis (1857) e exerceu o cargo de auxiliar-bibliotecário da Câmara Municipal. Seu trabalho original foi impresso na Tipografia de Bartolomeu Pereira Sudré, oficinas do próprio jornal, em 1879, com 80 páginas sem ilustração.

Capital de Verão

A imagem paradisíaca da "Cidade de Pedro" foi construída pelos relatos dos viajantes, a partir da natureza exuberante, do clima ameno, da viagem prazerosa pelos vales e gargantas da serra da Estrela, dos habitantes laboriosos da antiga colônia alemã, da acolhida fraternal aos veranistas e, sobretudo, da caridade cristã que fazem o bem estar da vida em Petrópolis "... um terreno neutro onde todos confraternizam. As rivalidades de partidos, os preconceitos de nacionalidade, as simpatias religiosas fazem trégua". (TAUNAY:34).

Organizada segundo modelo inspirado na "Petersburgo dos Czares" a cidade foi idealizada para ser a capital de verão do império tropical e escravista. O traçado de suas ruas, avenidas, praças, construções residenciais, profissionais, religiosas e educacionais visava oferecer à Corte um espaço alternativo à efervescência política, às desordens sociais, e ao clima sufocante da Cidade do Rio de Janeiro.

O "sentimento da natureza" representa um incentivo à visitação da região, melhor expresso na descrição detalhada da viagem de ida e volta da cidade do Rio de Janeiro a Petrópolis, feita por Taunay – "o transporte a vapor pelo litoral recortado, onde o passageiro ficava estupefato diante do "vigoroso verde escuro do mar mesclado ao azul céu desnublado"; o "caminho de ferro" pela serra que descortinava o "espetáculo da variada e riquíssima vegetação"; e o passeio em ca-

leças e carruagens pela "cidade campestre improvisada de S. M. o Imperador D. Pedro II":

> *Nesta região a Família Imperial e as famílias abastadas da sociedade monárquica encontravam as condições propícias dos vales alpinos, podendo desfrutar, durante o verão tropical, do clima ameno, do frescor da vegetação à sombra dos bosques e da salubridade das águas dos córregos, em contraposição "aos ardores da canícula e dos miasmas pestilentos da Cidade do Rio de Janeiro. (TAUNAY: 27).*

No mesmo estilo romântico, Klumb oferece ao público leitor uma descrição pormenorizada da viagem que se fazia em diligências do Rio a Petrópolis e de Petrópolis a Juiz de Fora, nos primórdios da Estrada União e Indústria:

> *obra grandiosa de perseverança do finado Comendador Mariano Procópio Ferreira Lage, que conseguiu dotar o país de uma via de comunicação que desenvolve a riqueza de duas províncias e trouxe um progresso imenso que aumenta todos os dias. (KLUMB:124)*

A viagem pelas *"ramificações da Mantiqueira"*, as peculiaridades históricas e geográficas das regiões das doze estações de mudas de animais (mulas) são narradas de forma artística e pitoresca: – Ao descrever a *Estação de Correias* registra a visita de D. Pedro I, em 1830/1831, a antiga fazenda em viagem a província de Minas Gerais; *Pedro do Rio; Posse* na divisa do Município de Petrópolis; *Julioca; Luís Gama* ou Campo da Gama; *Entre- Rios; Serraria; Paraibuna; Simão Pereira; Matias, também chamada de* Matias Barbosa; *Ponte Americana*. Na *Estação de Juiz de Fora* – noticia que é onde se situava a propriedade do Sr. Lage, em estilo "renascença italiana", constituída de um castelo rodeado de parques e jardins de raras plantas, tanques de águas límpidas, viveiros de pássaros e cisnes, onde a Família Imperial se hospedou em junho de 1861. (KLUMB:129).

"O Tinoco, do jornal" como era conhecido, apresenta esboço histórico da origem da povoação, da transformação da colônia em fre-

guesia e da fundação da cidade. Critica, dentro da realidade brasileira, a idealização europeia da cidade:

> *Petrópolis escolhida por S.M. o Imperador para sua residência de verão, seria a Versalhes do Brasil se fossem melhor apreciadas e mais bem aproveitadas as condições especiais do clima e salubridade que encerra. (TINOCO: 223).*

Em termos comparativos com a Corte o cronista desenha o quadro político-administrativo da "Cidade de Pedro", que era dotada de: Câmara Municipal, Juizado de Direito e Juizado Municipal, Promotoria Pública, Tabelionato, Delegacia de Polícia; serviços de Correios, Telégrafos e Obras Públicas; Casa Imperial, Coletoria, Agencia Consular e Agente de Leilões; – de modernos serviços de transportes: Estrada União e Indústria, Estrada de Ferro Príncipe do Grão-Pará, Estrada de Ferro do Norte em seus traçados, trechos e obras de tecnologia avançada; – de produtivas casas de negócios: fábricas de tecidos da Cascatinha e da Renânia, de cigarros e charutos, de chapéus de sol; armarinhos e secos e molhados; – de serviços de terceiros: médicos, enfermeiros, advogados, modistas e fotógrafos, ourives e relojoeiros, pedreiros, marceneiros, carpinteiros, tamanqueiros; – e de organizados serviços assistenciais como os da Sociedade Portuguesa de Beneficência Comercial e Artística, Irmandade do Santíssimo Sacramento, Casa de Caridade/ Hospital de Santa Teresa e Igreja Evangélica.

Em comparação com estabelecimentos europeus Tinoco descreve os hotéis Bragança, Orleans, Inglês (ex Mac Dowall), Grão-Pará (ex Beresford), em suas instalações amplas e confortáveis, que oferecem atendimento internacional em português, inglês, francês e alemão e serviço de condução própria para passeio de seus hóspedes, à exemplo dos hotéis da Corte e da Europa.

Em matéria de atendimento sofisticado ao turista, destaca, ainda, o serviço de hidroterapia criado e dirigido por Monsieur e Madame Antoine Court, também considerado um dos mais perfeitos, modernos e caros como os de Paris:

> *O Estabelecimento Hidroterápico é freqüentado pela Família Imperial e alta roda do Rio de Janeiro que vai para Petrópolis (...) nele sendo aplicadas de oito mil a dez mil duchas diversas, de novembro a junho, no tratamento de doentes de vias respiratórias e digestivas, reumatismos, febres intermitentes, nevralgias e paralisias (...) possuindo salas de banhos, de ginástica, tanque de natação e bonito jardim. (TINOCO: 235).*

Ao historiar a construção da nova Igreja Matriz, consagrada à invocação de São Pedro de Alcântara, Tinoco divulga as contribuições reais e oficiais à vultosa obra e critica o projeto arquitetônico medieval:

> *Ora que figura vai fazer em Petrópolis um templo gótico? (...) Os sombrios templos góticos de formas angulosas, com as suas enormes massas como a desafiar as catapultas dos inimigos da fé, com as suas arestas, as suas agulhas a apontar para o céu, harmonizavam com as crenças da Idade Média. Eram templos erguidos ao Deus dos claustros, dos cenobitas e dos ascéticos que consumiam a existência inútil a humanidade; ao Deus dos exércitos, dos anátemas e das vinganças. (...) O nosso Deus é o Deus do amor e da vida, é o Deus clemente que perdoa (...) ergamos-lhe templos de formas arredondadas como o horizonte e a abóbada dos céus; risonhos, alegres e leves que nas asas do amor e da esperança ergam, elevem ao criador o espírito da criatura que adora, não o acabrunhem e esmaguem com terrores sob tenebrosas massas de granito. (...) Deixemos os monumentos góticos onde estão [em cidades velhas]... Anacronismos arquitetônicos já temos bastantes e bons nesta cidade do Rio de Janeiro; façamos para Petrópolis uma igreja de hoje. (TINOCO: 228-229).*

A mesma posição crítica, podemos observar, quando noticia que o Palácio de Cristal foi construído nas oficinas da Sociedade Anônima de Saint-Sauveurs-les-Arras, para a Associação Hortícola e Agrícola de Petrópolis e deleite da elite:

> *Foi construído no local do antigo Passeio Público. É uma estufa que ostenta as suas colunas de ferro e paredes de vidro branco coberto de vidro opaco. Se o Palácio de Cristal tem sido conveniente e útil a Petrópolis poderão dizer os freqüentadores da bela cidade que têm*

> *assistido às festas que ali têm dado. O antigo Passeio Público era um belíssimo ponto de reunião de crianças e famílias locais. (...) Inaugurou-se esse palácio – estufa no dia 2 de fevereiro de 1884, com um baile dado em benefício da Associação Hortícola, da qual é presidente S. A. o Sr Conde d' Eu. Mais tarde realizaram-se ali exposições de flores e outros produtos embora sem animação. (TINOCO: 234-235).*

Ao analisar a Superintendência do Ensino Público dá conta da existência de três escolas públicas para o sexo masculino, cinco para o sexo feminino, e uma escola municipal mista de preparação para o trabalho. Cita, também, como colégios de primeira ordem, o Colégio Paixão e a Escola de D. Adelaide dos Santos, e os educandários confessionais: o Colégio São José e o Colégio do Padre Benedito Moreira, ambos para o sexo masculino, e o Asilo/ Colégio Santa Isabel e a Escola Doméstica Nossa Senhora do Amparo, para o sexo feminino.

Nas escolas dos meninos, tanto públicas como nos educandários, os mestres ensinavam a ler, escrever, as quatro operações da aritmética, história sagrada e trabalhos manuais, sendo todo processo de ensino voltado para a "aprendizagem de ofícios", ou seja, a preparação de trabalhadores para as carpintarias, marcenarias, colchoarias, ferrarias e padarias, com especial atenção para a formação de profissionais para as fábricas de tecidos da Cascatinha e da Renânia, para as oficinas do jornal "O Mercantil" e para o atendimento internacional nos hotéis Inglês/Mac Dowell e Grão-Pará/ Beresford.

Neste contexto educacional enfatiza a importância da função da educação como elemento de regeneração e progresso social, chamando especial atenção para a educação das *"meninas deserdadas pela fortuna"* acolhidas no Asilo Santa Isabel, sustentado pelas alunas pensionistas e contribuintes do colégio anexo, e na Escola do Amparo destinada à

> *educação das meninas desvalidas sem distinção de classe, cor ou origem (...) onde a órfã abandonada ou a menina pobre tem instrução indispensável à mulher (...) onde encontrando amparo e proteção, possa viver de seu trabalho honesto (...) saindo como criadas*

> *em casas de famílias, professoras e adjuntas em colégios, e, finalmente casadas, como mães de famílias. (TINOCO: 232).*

Fundamenta sua análise detalhando o plano de ensino das educandas, que constava de estudos de doutrina cristã, leitura e escrita em língua nacional (livros piedosos), aritmética (as quatro operações), história sagrada, música de cantos (coral), trabalhos manuais de agulhas (costura, bordados, tecidos, flores, calçados de lã, chapéus), trabalhos domésticos (cozinhar e confeitar, lavar e engomar), e ensinamentos práticos de enfermaria da casa, horticultura e jardinagem. (TINOCO: 233).

Nas escolas femininas, tanto municipais como confessionais, o ensino era centrado nas "prendas domésticas": costurar e bordar, cozinhar e confeitar, lavar e engomar, fiar e tecer, e as meninas/moças eram preparadas para o trabalho nas fábricas de tecidos, colchões, chapéus de sol e arrumação e cozinha dos hotéis e casas de famílias.

Destaque especial em Petrópolis é dado por Cameron à Casa de Caridade de Santa Teresa, criada em 1855, como *"prova da solicitude de S.M. o Imperador aos enfermos da colônia de Petrópolis e suas circunvizinhanças",* com o objetivo de perpetuar na memória coletiva a *"piedade de S.M. a Imperatriz"*. Ao descrever as amplas e asseadas dependências do Hospital Santa Teresa – enfermaria masculina e feminina, farmácia, refeitório, secretaria, sala dos médicos, aposentos dos empregados e capela – Cameron elogia a competência profissional e dedicação dos médicos, enfermeiros, serventes, cozinheiros e do capelão tanto no atendimento aos enfermos dos quartos particulares como no atendimento aos pacientes das enfermarias gerais e aos escravos.

Os estabelecimentos profissionais, segundo Cameron, eram considerados como "as casas de trabalho onde o operário encontra o elemento necessário a sua vida social", sendo mostrado que a eficácia do trabalho emancipado da população local nos teares, tinturarias, oficinas das fábricas, nas tipografias e nos hotéis suntuosos, constituíram-se em elementos propulsores do desenvolvimento

sócio-econômico e do progresso das artes na cidade de Petrópolis. (CAMERON: 294).

Enfim, os relatos dos viajantes objetivavam apresentar Petrópolis, como a cidade capital de verão do Império, aparelhada para oferecer as melhores condições de vida à população local e flutuante, e, também oferecer aos turistas nacionais e estrangeiros motivos para voltarem à Cidade de Pedro.

Da análise dos impressos, tomados como fontes históricas, podemos recuperar novas possibilidades de estudos sobre as políticas públicas do Segundo Reinado que tiveram como objetivo primeiro assegurar a moralização dos indivíduos e a superação dos problemas sociais, sendo a educação e inserção social através do trabalho emancipado, colocadas como práticas e representações sociais (Chartier) – "contra a pobreza, a viciação, a imoralidade e a ociosidade" da sociedade como um todo, e, em particular das camadas populares e da *"infância desvalida"*.

A política educacional no período final do Império teve seu lugar demarcado no processo de construção da Nação a partir do modelo civilizatório europeu. A educação concebida como elemento de controle social passou a fornecer, a partir da segunda metade do século XIX, o instrumental necessário para a garantia da ordem e o caminho do progresso, não só na Cidade de Pedro, mas em toda província do Rio de Janeiro.

Referências bibliográficas:

ANUARIO DO MUSEU IMPERIAL. Número Esperial Comemorativo dos 150 Anos de Fundação da Cidade de Petrópolis: Ministério da Cultura, 1995.

BOURDIEU, Pierre. *A economia das trocas simbólicas.* São Paulo: Perspectiva, 1974.

CHARTIER, Roger. *A História Cultural.* Lisboa: Difel, 1990.

CERTEAU, Michel. *A cultura no plural*. São Paulo: Papirus, 1995.

FURET, François. *A Oficina da História*. Lisboa: Gradiva. V. 1 [s.d.]

GOODSON, Ivor. *A construção social do currículo***.** Lisboa: EDUCA, 1997.

LE GOFF, Jacques. Documento/Monumento**.** In: *Enciclopédia Einaudi*, v. 1 Memória e História**.** Porto: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1984.

_____. Memória**.** In: *Enciclopédia Einaudi*. v.1: Memória- e História. Porto: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1984.

MOACYR, Primitivo. *A instrução e o Império***:** subsídios para a história da educação no Brasil. São Paulo: Ed Nacional, i936. (Coleção Brasiliana).

NORA, Pierre. *Les Lieux de Mémoire***:** la Republique entre mémoire et histoire: la problematique des lieux. Paris: Gallimard, 1984.

Resumo

A comunicação apresenta um exercício de identificação, na construção da memória coletiva, da imagem paradisíaca da Cidade de Pedro, como capital de verão do Império, a partir da reinterpretação de registros de viajantes, acompanhantes da Família Real, que retrataram a região serrana do Rio de Janeiro. A análise dos opúsculos dos cronistas dos oitocentos, reunidos na publicação do Anuário Especial do Museu Imperial, de 1995, comemorativo do sesquicentenário da Cidade de Petrópolis, estabelece um eixo contextual entre as categorias: sociedade/cultura – educação/trabalho.

Palavras-chave: Petrópolis / Cidade de Pedro, Práticas culturais / representações culturais, Patrimônio nacional.

Abstract

This lecture presents an exercise of identification, in the construction of collective memory, of the heavenly image of the "City of Pedro", as the summer capital of the Empire, starting from the reinterpretation of accounts provided by travelers, guests of the Royal Family, who protrayed the mountain region of Rio de Janeiro. The analysis of the croniclers' opuscles in the eighteen hundreds, published together in the Special Annuary of the Imperial Museum, in 1995, celebra-

ting the 150th anniversary of Petropolis City, establishes a contextual axis between these two categories: society/culture - education/labor.

Keywords: *Petropolis / City of Pedro, Cultural practices/cultural representations, National heritage.*

Recebido em 10 de outubro de 2013. Aprovado em 05 de abril de 2014.

VULGARIZAÇÃO CIENTÍFICA PARA CIVILIZAR O PAÍS: CONFERÊNCIAS E CURSOS PÚBLICOS NO RIO DE JANEIRO (1870-1889)

Karoline Carula[1]

A capital imperial, nas décadas de 1870 e 1880, foi marcada pela realização de uma série de conferências e cursos públicos, nos quais a temática da ciência esteve amplamente presente. Nesse sentido, três grupos de preleções são aqui abordados: as Conferências Populares da Glória, os cursos públicos do Museu Nacional, e as "Avulsas", que não estavam inseridas em nenhum dos grupos anteriores. Posto isso, o objetivo do presente artigo é analisar como tais espaços públicos se caracterizaram como vulgarizadores da ciência na sociedade, com vias a alcançar a civilização.

As Conferências Populares da Glória receberam esse nome porque eram efetuadas nas escolas públicas da freguesia da Glória, localizada na Praça Duque de Caxias, atual Largo do Machado. Foram criadas em 1873 pelo conselheiro Manoel Francisco Correia, ocorriam, em seu início duas vezes por semana, depois semanalmente. As Conferências eram públicas e gratuitas, sendo apenas necessário adquirir um cartão para a entrada, entregue antecipadamente pelo conselheiro e pelo orador do dia – o que garantia a participação a todos os integrantes de uma mesma família (CARULA, 2009).

Os cursos públicos do Museu Nacional foram criados em 1876 e a sua realização servia para ratificar uma das funções desenvolvidas pelo Museu: o ensino da ciência. Os oradores eram os diretores e subdiretores das seções da instituição. O decreto n. 6116 de 9 de fevereiro de 1876, que reorganizou o Museu Nacional, normatizou a

---

[1] Doutora em História Social pela Universidade de São Paulo – USP, pós-doutoranda em História na Universidade do Estado do Rio de Janeiro – UERJ.

execução dos cursos, estabelecendo que deveriam ser públicos e gratuitos; feitos por meio de preleções, oferecidas pelos diretores e subdiretores de seção; ministrados à noite, no mínimo uma vez por semana, entre 1 de março e 31 de outubro.[2]

Já as conferências "Avulsas", em sua maioria, eram de iniciativa particular, de uma pessoa ou de um grupo. Tais preleções ocorreram em espaços da cidade utilizados fundamentalmente para outros fins (teatros, escolas, associações, etc.), os quais eram cedidos pelos seus proprietários, instituições ou associações que os dirigiam.

Ciência para civilizar

Civilização e progresso eram palavras recorrentes nas vozes dos letrados brasileiros de fins do século XIX. Em seus discursos inflamados, independente do assunto, justificavam fazer aquilo para o progresso do país, para que este se igualasse às nações civilizadas.

Em 1881, o *Diccionario contemporaneo da lingua portugueza*, de Caldas Aulete, definiu civilização como: "Grande perfeição do estado social, que se manifesta na sabedoria das leis, na brandura dos costumes, na cultura da inteligência e no apuro das artes e indústria" (1881: p. 337). Civilização aparecia como o ápice que uma determinada sociedade poderia alcançar, e se expressava por algumas categorias: grande conhecimento das leis, suavidade nos costumes, e no desenvolvimento intelectual, artístico e industrial do país. Portanto, para se atingir a civilização era essencial cumprir todos esses pré-requisitos.

Segundo o *Diccionario da lingua portugueza*, de Antonio Moraes Silva, de 1889, civilização também estava relacionada com o avanço que uma sociedade poderia lograr, porém associando isto ao progresso e ao desenvolvimento (1889: p. 471). Assim como no dicionário de 1881, para atingir a civilização se fazia necessário cumprir as mesmas exigências das leis, dos costumes e das obras materiais,

[2] Decreto n. 6116 de 9 de fevereiro de 1876. Disponível em: <http://www6.senado.gov.br/legislacao/ListaPublicacoes.action?id=69806>. Acesso: 12 jan. 2010.

que seria o desenvolvimento industrial apresentado no dicionário de Aulete. Há, contudo, um novo parâmetro, o de cultura intelectual, composta por ciências, letras e artes, contemplada isoladamente na acepção de 1881. As novidades foram letras e ciências, consideradas como condições fundamentais para uma sociedade alcançar o estado de civilização.

Com isso, além da ideia de avanço, civilização era o estágio máximo que a sociedade poderia alcançar. Ela só chegaria a esse patamar se tivesse leis satisfatórias, abrandamento dos costumes, desenvolvimentos material e cultural (ciências, artes e letras). Cabe destacar a sinonímia de civilização e progresso, dois conceitos intimamente imbricados nas falas dos letrados brasileiros do final do século XIX. Quanto à denominação de progresso, o dicionário de Aulete o definiu como: "a marcha ou movimento para diante. Adiantamento, aperfeiçoamento: O *progresso* das ciências. aumento progressivo e gradual. Movimento progressivo da civilização e das instituições políticas; tendência do gênero humano para a sua perfeição, para a felicidade" (1881: p. 1415 – grifos do original). A ideia de progresso apresentava-se dinâmica, trazia consigo a de mudança ascendente para a perfeição. Salientava-se a conexão com a palavra civilização, pois o progresso seria o descolamento crescente da civilização, algo que iria para uma condição melhor, proporcionando a felicidade do homem. Assim, a palavra já possuía uma conotação positiva, induzindo a sua aceitação, porque promoveria a felicidade da humanidade. Quando se referiu a progresso como adiantamento, o exemplo fornecido pelo dicionário foi com relação à ciência. De certa maneira isto estava vinculado à concepção de civilização, que sublinhava o desenvolvimento nas ciências como condição para tal. Os destaques fornecidos à ciência evidenciavam sua força na sociedade de fins do Oitocentos.

Outra palavra vinculada a progresso e civilização era desenvolvimento. Aulete a definiu como "Aumento, crescimento, propagação, adiantamento, progresso: O *desenvolvimento* do comércio, da instrução. Cultura intelectual, civilização" (1881: p. 500 – grifos do original). Tanto civilização quanto progresso foram apresentados como possíveis sinônimos; corroborando a relação entre os vocábulos.

Mas como eram definidos aqueles que não eram civilizados? No *Diccionario contemporaneo da lingua portugueza*, bárbaro significava "rude, grosseiro, sem civilização; selvagem [opõe-se a civilizado e culto]. Cruel, brutal, atroz. Estilo bárbaro, não polido, incorreto" (AULETE, 1881: p. 203). A mesma oposição a civilizado foi encontrada em 1889 (SILVA, 1889: p. 319). O bárbaro seria, então, o não civilizado. A definição de civilização marcava a ideia do processo pelo qual passava uma sociedade de um ponto ao outro, e também o resultado final desse processo. O estado inicial era antagônico ao final – civilização – e pode ser caracterizado como "natureza, selvageria, barbárie" (STAROBINSKI, 2001: p. 16). Mas quando se justificava os argumentos em nome da civilização, não significava dizer que o Brasil encontrava-se em estado de barbárie, e sim que ainda não havia conseguido atingir a civilização, isto é, estava em um estágio intermediário entre a civilização e a barbárie.

O idealizador das Conferências Populares da Glória, Manoel Francisco Correia, ao salientar a importância da instrução da sociedade sinalizou para o estágio civilizacional em que se encontrava o Brasil: "A instrução há de afugentar as trevas que obscurecem a inteligência de grande número de brasileiros que vivem no interior de nossas províncias, libertando-os do império de preconceitos que podem perturbar a marcha ascendente do Brasil na escala da civilização" (CORREIA, 1876b: p. 25). Somente com a instrução da população o país poderia ascender na "escala da civilização", portanto, instituir conferências públicas constituía uma maneira de contribuir para tal, posto que a função principal delas seria instruir as pessoas. Para o conselheiro havia uma gradação civilizacional, na qual o Brasil necessitava subir vários degraus. Neste mesmo discurso, defendeu a instrução enquanto promotora de benefícios para o país, ajudando-o a seguir o caminho correto para subir na escala de civilização: diminuir os crimes, manter a união física do país, fazer prosperar a indústria e o comércio (CORREIA, 1876b) apareciam como quesitos fundamentais para o crescimento e civilização de um país.

Cabe, então, analisar o conceito de instrução para melhor compreender seus significados. De acordo com Aulete, instruir era o

mesmo que ensinar, este significando: "Instruir sobre; dar preleções sobre o que os outros ignoram ou sabem mal. Dar conhecimentos (a alguém) sobre as regras e preceitos que constituem alguma ciência ou arte" (1881: p. 634). O ato de proferir preleções constituía também o de ensinar, sendo, naquele contexto, os termos preleção e conferência empregados de modos indistintos (CARULA, 2009: p. 31-36). Ensinar significava instruir alguém na ciência ou na arte, temas abordados nos cursos e conferências.

Outro vocábulo relacionado a instruir e ensinar era educar. No *Diccionario contemporaneo da lingua portugueza*, educar apareceu com a mesma definição de instruir, o qual, por sua vez, tinha o mesmo significado que ensinar: "instruir, doutrinar (as crianças); formar a inteligência, o coração e o espírito de; robustecer (os organismos) com o auxílio dos meios fornecidos pela arte: Educando na moral e na virtude, seus princípios foram os do homem honrado. (Garrett.)" (AULETE, 1881: p. 569). Portanto, instruir, educar e ensinar seriam sinônimos. Ao elaborar a inteligência, o coração e a alma a instrução promoveria o bem do indivíduo. Esse mesmo sentido encontrava-se no dicionário de Silva. Então, promover conferências representava uma maneira de educar as pessoas, torná-las melhores intelectual e espiritualmente, colaborando para o processo civilizacional, pois o desenvolvimento intelectual era um dos requisitos para este.

Segundo Starobinski, "Em comparação com a perfeição do *polido*, o bárbaro é uma espécie de criança, a criança é uma espécie de bárbaro" (STAROBINSKI, 2001: p. 28 – grifo do original). Logo, canalizar a preocupação para a educação infantil, seria uma maneira de polir esta criança e, assim, retirá-la do estado de barbárie, transformando-a em um ser civilizado. Chartier afirma que as traduções e adaptações da obra de Erasmo para as línguas vernáculas contribuíram para a incorporação do conceito de civilidade como fundamental na educação das crianças; lembrando que civilidade muitas vezes foi considerada como sinônimo de polimento na sociedade. Muitos "manuais" ensinavam as normas corretas de conduta de civilidade aos pequenos, a fim de retirá-los da barbárie (CHARTIER, 2004).

Uma leitura possível de ser feita é a relacionada à grande atenção dada à educação das crianças. Algumas conferências e cursos foram realizados no intuito de educar a mãe, para que ela fizesse o mesmo com a sua prole, e outros foram feitos tencionando discutir a importância da educação da criança, no sentido de que isto faria progredir o país. A relevância da educação não vinculava-se somente à criança. As conferências e os cursos tinham um projeto educativo, qual seja, educar a população na ciência. Acerca da notabilidade da instrução, ao inaugurar as conferências públicas na cidade de Niterói, Manoel Francisco Correia frisou: "Deveis refletir, senhores, neste juízo acerca dos benefícios da instrução, que é em verdade o mais poderoso motor do progresso dos povos, e o mais firme sustentáculo das bases morais sobre que repousa o Estado." (CORREIA, 1876b: p. 19). Na interpretação do orador, a propagação da instrução mostrava-se essencial, seria ela a força motriz para o progresso do país. No caso das Conferências da Glória, além do próprio evento ser educativo, ao propiciar a divulgação de diversas áreas do conhecimento, várias preleções tiveram a questão da educação como temática.

A leitura dos discursos proferidos nos cursos e conferências públicos mostra que o modelo de civilização seguido pelo Brasil era o europeu. Ao inaugurar as conferências públicas em Niterói, em 1874, o então diretor das Conferências da Glória, Manoel Francisco Correia, no intuito de demonstrar a importância desses tipos de eventos, elogiou as congêneres francesas e inglesas. Com relação às conferências da França, salientou que os proeminentes homens daquele país consideravam útil ocupar seu tempo proferindo conferências ao povo. A respeito da Inglaterra, afirmou estar a aristocracia empenhada em generalizar os eventos. Para ele, realizar preleções públicas seria um "*meio incessante de despertar o espírito*" (CORREIA, 1876b: p. 17 – grifos do original). Despertar aqui aparece no sentido de desenvolver, então, as conferências constituiriam uma maneira de promover o progresso e a civilização.

Ladislau Netto, diretor do Museu Nacional, abriu o primeiro número da revista *Archivos do Museu Nacional* homenageando os antigos diretores da instituição: "[...] homenagem lhes seja tributada nas

primeiras páginas dos anais com que o Museu Nacional, em sua nova e auspiciosa constituição, se prepara a vincular-se d'ora por diante aos grêmios científicos e aos congressos da civilização." (NETTO, 1876: s.p.). Com a reforma de 1876, instituída pelo decreto 6116 daquele ano, o Museu se igualaria às outras instituições congêneres do mundo civilizado, ou seja, assemelhar-se-ia aos museus europeus. O Museu Nacional, levando o nome do Brasil, poderia vincular-se de modo efetivo às associações científicas internacionais. Consoante Regina Cândida Ellero Gualtieri, a revista, na perspectiva de Ladislau Netto, seria a vitrine da produção do Museu não só dentro, mas fora do país. O diretor almejava contribuir "na construção de uma nova imagem do país que rompesse com a idéia de barbárie cultural que costumava transmitir e permitisse colocar o Brasil na marcha civilizatória da humanidade" (GUALTIERI, 2003: p. 54).

Além do tributo feito aos seus predecessores, o diretor da instituição felicitou o investimento do governo, uma vez que o Museu encontrava-se esquecido há mais de meio século. O descaso para com a instituição já havia sido sublinhado em 1870, quando, em seu relatório, o ministro da Agricultura destacou: "O apreço em que os povos civilizados têm os Museus contrasta sensivelmente com o quase abandono em tem estado o único, por assim dizer, que possui o Império" (BRASIL, 1870: p. 88). Para chegar ao nível dos países civilizados, o Brasil, neste caso o governo, deveria empenhar maiores investimentos financeiros no Museu, se assim o fizesse o país estaria mais próximo à civilização. Com tal apoio ele poderia cumprir a sua missão civilizadora, qual seja, promover o desenvolvimento da ciência no país. Por meio da reestruturação de 1876, "deixou o Museu de ser somente o repositório de muitas riquezas para se constituir também agente ativo da civilização" já podendo concorrer "para o progresso das ciências" (BRASIL, 1877: p. 79). Aqui aparecem imbricados os conceitos de civilização e progresso, este como desenvolvimento das ciências que levaria a nação a adquirir um dos requisitos indispensáveis à civilização.

Com relação à oposição entre o civilizado e o bárbaro, segundo Starobinski, alguns escritores já haviam feito tal julgamento, muitas vezes atribuindo vantagem ao último, o exemplo clássico desta

reflexão é Jean-Jacques Rousseau e sua análise sobre o bom selvagem (2001). Contudo, para os letrados brasileiros a vantagem, na maioria das vezes, estava do lado do civilizado, o que pode ser observado no modo pelo qual os índios foram retratados. Uma parcela sugeria, inclusive, a execução dos índios como maneira de civilizar o país. Outros, entretanto, optaram por sua inclusão na sociedade, civilizando-o. De uma maneira ou de outra, a cultura indígena era desvalorizada e deveria desaparecer.

Com relação ao vocábulo selvagem, o dicionário de Aulete o definiu como bárbaro, para o primeiro termo apresentou a seguinte acepção: "Que tem o que quer que seja de rude, de bárbaro (falando das qualidades morais). (Fig.) Grosseiro, rude, intratável, bruto; rústico; que vive em matos ou bosques; pessoa de costumes bárbaros; que teme o contato da gente civilizada" (1881, p. 1624). O selvagem, assim como o bárbaro, representava o contrário do civilizado. Para selvagem o verbete sublinhou a grosseria e a rudeza, a ausência de polidez, uma das características do civilizado. Além dessas propriedades, ainda sublinhou-se o temor que o selvagem sentia ao entrar em contato com as pessoas civilizadas.

Louis Couty, em 1881, nos cursos públicos do Museu Nacional, apresentou uma série de conferências acerca do funcionamento cerebral. Em sua 13ª preleção perpassou pela contraposição entre civilizado e selvagem:

> *[...] o Dr. Couty mostrou que o funcionamento do cérebro, aparentemente espontâneo, depende dos meios externos, clima, solo, alimentação, etc. Os selvagens que se ocupam exclusivamente de procurar sua alimentação, não têm tempo para educar-se. Os homens civilizados obtêm facilmente uma alimentação rica e irritante, que causa mesmo muitas vezes a loucura – o alcoolismo, etc. [...] é tão difícil fazer de um selvagem um homem civilizado, como transformar um cão de vigia em cão de caça (Jornal do Commercio, 12/11/1881).*

Assim como o significado do dicionário, para Couty o civilizado simbolizava o contrário do selvagem, sendo este o indígena e o primeiro o homem branco. Uma das características atribuídas ao

selvagem foi a de não educar-se, estando assim, por oposição, em concordância com a definição do dicionário para civilizado: "Instruído, esclarecido, que tem os sentimentos, ideias e costumes que caracterizam o estado de civilização: civil, cortês" (AULETE, 1881: p. 337). Couty concebia a possibilidade de civilizar o selvagem, leia-se aqui substituir seus costumes e valores pelos do homem branco; entretanto, evidenciou ser extremamente difícil tal transformação.

Ainda sobre a possibilidade de civilizar os bárbaros, merece destaque a análise de Manoel Francisco Correia. Ao discutir a importância da instrução para a sociedade, o conferencista citou e comentou trechos de Joseph Ernest Renan, se posicionando contrário ao escritor francês: "Não seria mais nobre missão civilizar a China sem escravizá-la?" (CORREIA, 1876a: p. 21). O orador explicitou admitir a missão civilizadora de alguns países. Ao representar os chineses como bárbaros, considerou aceitável a invasão de países imperialistas na China, pois os invasores estariam lá para ajudar. Na fala do conselheiro Correia é possível observar um substrato racialista, quando classificou os chineses como inferiores aos brancos europeus. Portanto, esta racialização estava surgindo e ao mesmo tempo sendo reinventada nas conferências.

O conselheiro também acreditava na incumbência civilizadora de determinada parcela da sociedade. Para Correia, Deus favorecera essas classes que, por sua vez, tinham direitos e obrigações maiores.

> *[...] aqueles que têm a fortuna de distinguir-se na sociedade pelos mais elevados dotes do espírito e do coração, adquirindo vantajosa posição, não se mostram suficientemente gratos a essa mercê especial da Providência se deixam de cuidar com afinco no melhoramento das classes menos favorecidas (CORREIA, 1876b: p. 21).*

Um dos deveres seria, portanto, instruir as classes menos favorecidas. De acordo com Manoel Francisco Correia, a propagação da instrução era essencial, seria ela a força motriz que faria o país progredir. Na sua concepção, a desigualdade humana se dava de maneira natural – do mesmo modo que não existiam dois gêmeos idênticos, por meio desta analogia, naturalizou a desigualdade, afirmando haver

uma diferença moral e intelectual entre as pessoas. Em sua concepção, existia uma aristocracia, estabelecida com a Constituição no Brasil, imbuída da tarefa de levar o conhecimento às classes menos privilegiadas. Para o conselheiro, todos seriam capazes de alcançar a civilização. As Conferências, na sua interpretação, também exerciam um papel civilizador: levar o conhecimento científico à camada letrada da sociedade, para que esta o repassasse aos outros estratos sociais.

Isto não significa, entretanto, que a audiência dos cursos e conferências fosse compreendida como bárbara. Havia sim a barbárie, porém circunscrita a determinadas parcelas da sociedade como, por exemplo, aos indígenas, aos negros, aos brancos pobres, às mulheres. Assim, embora o Brasil não fosse considerado um país bárbaro, ainda não era civilizado. Mas isso era algo passível de ser resolvido por meio da civilização dos mesmos. A civilização constituía o patamar mais alto que um país poderia atingir, simbolizada nos países europeus – modelos para o Brasil. Compreendia-se o progresso, conceito imbricado ao de civilização, como uma consequência de etapas ascendentes que promoveriam a elevação ao patamar de civilizado.

Vulgarização da ciência

No século XIX ocorreu uma especialização das áreas do conhecimento, trazendo consigo a introdução de um campo semântico próprio. Neste contexto surgiu a figura do vulgarizador, cujo papel seria traduzir essa linguagem técnica e específica para o público não científico. De acordo com Moema de Rezende Vergara, "o termo 'vulgarização científica' designava especificamente a ação de falar de ciência para os leigos", sendo a tradução um dos aspectos da vulgarização (VERGARA, 2008: p. 137).

Em 1881, o dicionário de Caldas Aulete assim definiu vulgarizar: "tornar notório ou mui conhecido; propagar, vulgar, divulgar; pôr ao alcance, ao conhecimento de muitos ou de todos; popularizar: Vulgarizar a ciência. Tornar comum. Abandalhar. Traduzir em vulgar. Tornar-se vulgar, tornar-se mui conhecido; popularizar-se" (1881: p. 1900). Vulgarizar seria tornar algo extremamente conhecido e tinha como sinônimos propagar, divulgar e popularizar. Entretanto, no perí-

odo abordado neste trabalho, o termo mais utilizado era vulgarização. A acepção "traduzir em vulgar" não possuía o caráter depreciativo atual, pois, de acordo com o mesmo dicionário, uma das significações de vulgar seria "divulgar, vulgarizar, fazer público, tornar conhecido pela palavra ou por escrito" (AULETE, 1881: p. 1900); sendo, desta maneira, uma sinonímia de vulgarizar. Partindo dessas concepções, vulgarizar a ciência em fins do século XIX no Brasil seria torná-la pública, muito conhecida, colocando-a ao alcance de todos ou, ao menos, de uma grande parcela da população.

A *Revista Brazileira* foi um periódico empenhado em promover a vulgarização científica, e contou com a colaboração de alguns conferencistas, por exemplo, João Baptista de Lacerda e Louis Couty, preletores dos cursos públicos do Museu Nacional. Em um artigo publicado nessa revista, acerca da importância e necessidade da implantação dos estudos experimentais no Brasil, Couty defendeu o desenvolvimento de uma ciência nacional, concebida como a melhor maneira de sanar os problemas nacionais. Ciência nacional aqui seria o desenvolvimento de práticas científicas dentro do Brasil. Para ele, era essencial apresentar à sociedade em geral os avanços científicos, não só para se ter o apoio da mesma, mas também para ajudar o país (COUTY, 1879). O médico evidenciou os artigos da imprensa brasileira que expunham descobertas científicas europeias, mas frisou a necessidade desses meios de comunicação fazerem o mesmo com as brasileiras.

Já a revista *Archivos do Museu Nacional*, considerada um meio de comunicação entre a comunidade científica e a sociedade, tinha a incumbência de difundir um saber científico (GUALTIERI, 2003). O periódico foi inaugurado em 1876, quando Ladislau Netto presidia o Museu. Para o diretor, os trabalhos realizados naquele espaço deviam ser divulgados não só no Brasil, mas em outros países, e o lançamento do periódico ajudaria o país a se inserir no caminho da civilização. Esse papel atribuído aos *Archivos* pode ser observado no Relatório Ministerial referente ao ano de 1881:

> *Continua-se este estabelecimento a prestar à ciência valiosos subsídios, [...] como vulgarizador de conhecimentos úteis, já por meio*

> *de sua revista trimestral, já pelos cursos noturnos em que o pessoal docente torna públicos os resultados que realiza ou expõe os princípios das ciências que professa (BRASIL, 1882: p. 49).*

Tanto os cursos públicos como a publicação eram concebidos como meios pelos quais o Museu vulgarizaria a ciência. A imprensa reforçava tal percepção. O *Jornal do Commercio*, em 1880, noticiou que o Museu havia recebido da Biblioteca Nacional a obra *Flora fluminense*, do frei José Mariano Conceição Velloso, visando a vulgarização da mesma na revista da instituição (*Jornal do Commercio*, 15/08/1880). Entretanto, na prática a revista não se caracterizava por ser de vulgarização, mas sim de divulgação científica, na qual se tencionava a difusão para os pares, no caso principalmente os estrangeiros (VERGARA, 2003).

Mesmo a imprensa não voltada especificamente para temas científicos oferecia espaço para expor temas relativos à ciência. O *Jornal do Commercio*, por exemplo, trazia notícias vinculadas ao assunto, ao anunciar, resumir e comentar os cursos e conferências públicos que aconteciam; e ao informar as novas aquisições e as expedições científicas do Museu Nacional.

Ao comentar a conferência feita pelo médico João Joaquim Pizarro no Museu Nacional, o *Jornal do Commercio* explicitou seu apreço com relação à existência de cursos e conferências públicos, enfatizando os benefícios auferidos aos países civilizados. Sobre a vulgarização da ciência, afirmou ser o ganho tanto para a ciência, que apresentaria as "verdades demonstradas", quanto para o povo, pois aumentaria seu "nível intelectual", uma vez que o mesmo não podia "[...] se entregar a estudos profundos que demandam sólidos preparos" (*Jornal do Commercio*, 23/10/1880). A função da vulgarização científica seria, primeiramente, aumentar a intelectualidade do povo, fazendo-o progredir. Neste sentido, os espaços dedicados à vulgarização científica também seriam dotados de uma missão civilizadora, ao promoverem o aprimoramento da sociedade na ciência. O segundo ponto do papel desempenhado pela vulgarização da ciência era o de levar o conhecimento científico àquele que não se dedicava profissionalmente ao estudo das ciências. A essência da vulgarização da ciência

estava em fazer o público crer na prática científica como importante para a sociedade, que a finalidade última da ciência era o bem comum; por exemplo, melhorando sua indústria e, com isso, ajudando o país a progredir (VERGARA, 2003).

A vulgarização científica pressupõe a tradução, transformar o discurso científico, repleto de termos e conceitos complexos, em uma linguagem mais simples, acessível ao público leigo. No entanto, Vergara alerta haver um limite nesse processo de tradução, em vista da impossibilidade de se realizar a "transmissão integral" do conteúdo científico; assim, a vulgarização também se caracterizaria como uma atividade criadora (VERGARA, 2008, p. 139). Segundo a pesquisadora, no Brasil do século XIX a vulgarização era um modo de propaganda, servindo para o cientista conseguir o apoio da sociedade em suas atividades científicas . Associar a ciência ao progresso facilitaria a aceitação do público leigo. Com isso, os cientistas conseguiam prestígio social e apoio financeiro. Além de atribuir à vulgarização um caráter mais propagandístico do que educacional. O próprio Couty, ao defender a vulgarização científica, via a mesma como um tipo de propaganda: "Quiseram meus amigos que eu começasse este trabalho declarando porque e como empreendemos realizar aqui a nova propaganda científica" (COUTY, 1879: p. 215).

Com relação à maneira de se expressar em um discurso vulgarizador, o art. 33 do regimento interno do Museu Nacional já delimitava como isso deveria ocorrer. De acordo com o regulamento, os cursos públicos deveriam ser ministrados "sob as formas mais claras e convincentes, evitando absolutamente quaisquer questões individuais".[3] Os discursos deveriam apresentar uma linguagem mais clara, de fácil apreensão, o que caracterizava a vulgarização científica.

Entretanto, não eram todos os oradores daquela instituição que seguiam essa regra. Louis Couty, em artigo publicado na *Revista Brazileira*, explicitou seu posicionamento acerca do assunto: "Enfim, em lugar de reduzir por meio da vulgarização os problemas científi-

[3] Regimento interno do Museu Nacional. 1879. Pasta 18, doc. 9A (SEMEAR).

cos a seus termos mais simples, não seria preferível conservar-lhe a sua complexidade real?" (COUTY, 1879: p. 237). Apesar de enfatizar a necessidade de se vulgarizar o conhecimento científico, o médico francês sugeriu que a complexidade do saber não deveria ser minimizada, sinalizando para a perda da precisão existente no processo de vulgarização. Para ele, não era preciso simplificar o conteúdo porque o leitor do periódico, e possivelmente o público frequentador dos cursos do Museu, tinha cabedal intelectual para entender: "Os nossos artigos serão curtos, porque desejamos que sejam lidos; entretanto, não nos esquecendo de que escreveremos para homens instruídos, não procuraremos simplificar as questões e pô-las, conforme se diz, ao alcance de todos." (COUTY, 1879: p. 238).

Embora advogasse a vulgarização científica, Couty não a via como de acesso a todos. Na *Revista Brazileira*, onde o artigo foi publicado, ele afirmou não haver simplificação dos preceitos científicos, pois o público visado constituía-se de "homens instruídos". Argumentou existir na Europa vários meios de propaganda do conhecimento científico, destinados "não já diretamente aos sábios, mas principalmente ao público ilustrado e culto" (COUTY, 1879: p. 236). O fisiologista francês explicitou a quem destinava suas palavras. É possível supor que ele partiu do mesmo princípio quando desenvolveu suas preleções nos cursos públicos do Museu.

Outro orador que ofertou preleções públicas, nas Conferências da Glória, e compactuava com a visão excludente de Couty foi o médico Joaquim José Teixeira:

> *Sei bem que nem todos os pensamentos são para o geral do povo; pois muitos se encontram tão elevados e tão metafísicos, que só os alcança inteligência cultivada. Mas é certo que um grande número deles pode ser facilmente compreendido; e eu não vejo razão para excluir o povo do conhecimento das verdades que eles encerram. Tudo quanto tende a formar o coração na família ou na cidade, deve merecer a atenção do governo, e das pessoas que se interessam pelo progresso moral do nosso povo (TEIXEIRA, 1876: p. 100).*

Para o médico, a vulgarização do conhecimento não se apresentava para todos, pois muitas vezes a complexidade era tão grande que apenas uma pequena parcela, os detentores de uma "inteligência cultivada", conseguiria compreendê-los. Teixeira não admitia a possibilidade de o saber, após traduzido por meio da vulgarização, pudesse ser apreendido por um público mais amplo. Porém, os assuntos mais simples não só podiam como deveriam ser apresentados a todos. O conferencista também destacou a importância a ser dada aos temas que pudessem trazer benefícios às famílias ou à cidade; eles promoveriam o progresso do povo e, consequentemente, do país. Neste sentido, o progresso resultava de forças atuantes tanto no espaço público quanto no privado.

Sobre a compreensão da plateia em preleções públicas, o periódico *A Bibliotheca dos Bonds* editou um artigo satirizando-a. O fictício Dr. Almondega teria sido convidado para se apresentar nas Conferências Populares da Glória, que sobre este evento ressaltou ser um local "[...] onde muito se aplaude e pouco se entende!".[4] Segundo o autor, a vulgarização científica lá realizada era, de fato, pouco eficiente, quase não se compreendia o exposto. Mesmo a audiência letrada frequentadora, não conseguia absorver o conteúdo, a princípio já vulgarizado, em sua totalidade (VERGARA, 2008).

> *[...] se o orador dirigia-se a um auditório científico a sua conferência neste ponto não teve valor algum; as ideias emitidas foram tão elementares que não era permitido a ninguém ignorar; se ao contrário o orador se dirigia a um auditório popular, a sua preleção foi brilhante pela grandeza e limpidez com que apresentou fatos em si cheios de aridez (Jornal do Commercio, 25/07/1880).*

Em 1880, Joseph Auguste Aristide Fort, médico francês recém-chegado ao Brasil, proferiu na escola da Glória[5] uma polêmica

---

[4] As conferencias populares. *A Bibliotheca dos Bonds*, Rio de Janeiro, n. 1, 1876, p. 18.

[5] Essas preleções não fizeram parte das Conferências Populares da Glória, somente foram realizadas no mesmo espaço, estão entre aquelas classificadas como "Avulsas".

série de conferências sobre a febre amarela. Um leitor do *Jornal do Commercio* expressou a sua apreciação:

Aqui é possível notar como os homens letrados compreendiam a diferença entre um discurso científico e um de vulgarização científica. No caso de conferências destinadas a um público leigo, ou "popular", o assunto deveria ser apresentado com "clareza e limpidez", ou seja, seria uma maneira de tornar mais palatáveis temas muitas vezes difíceis. Outro ponto a ser evidenciado é a simplificação do discurso científico, que, de acordo com o leitor, fora exposto de maneira bem elementar. A natureza do assunto e a grande quantidade de médicos presentes levaram o autor do artigo a crer que o público concebido por Fort era o médico, pois assistiram à conferência "quase todo o corpo docente da faculdade de medicina, muitos médicos e estudantes da mesma faculdade" (*Jornal do Commercio*, 21/07/1880). Entretanto, o modo como as ideias foram expressas parecia que era leigo. A segunda suposição é mais plausível, pois foram à referida preleção aproximadamente 300 pessoas, sendo muitas mulheres, além de representantes da imprensa, do governo, incluindo aí o próprio Imperador (*Jornal do Commercio*, 21/07/1880).

O conhecimento científico era apresentado destacando suas possíveis aplicações na sociedade. Era, portanto, fundamental mostrar ao público não científico as novidades do campo da ciência. Acerca dessa utilidade, segundo Vergara, a ciência estava "comprometida com uma ampla difusão de suas descobertas; tanto para garantir o apoio do Estado, quanto para legitimar a prática científica na sociedade" (VERGARA, 2003: p. 13). A autora acrescenta que para o vulgarizador, expor a utilidade do conhecimento científico constituía uma maneira de facilitar a compreensão do público leigo e, ademais, conseguir o seu apoio. Mostrar a aplicabilidade da ciência também representava um meio de ligar a prática científica ao progresso do país, fazendo parte, portanto, do ofício do cientista. Neste sentido, Couty ressaltou que os diversos meios de vulgarização científica foram responsáveis por despertar o gosto pelo saber científico e conhecimento de sua utilidade no Velho Mundo (COUTY, 1879). Para Vergara, essa tendência ao utilitarismo da ciência originava-se no Iluminismo, com os enciclopedistas,

mas foi no século XIX que se tornou uma das principais características da atividade científica (2003).

Louis Couty e João Baptista Lacerada coordenavam o laboratório de fisiologia do Museu Nacional, sendo que alguns dos temas lá estudados foram abordados por eles em suas preleções. Para Couty, o país precisava desenvolver pesquisas experimentais para poder progredir, e cabia ao público a fiscalização destes estudos. Porém, o público só poderia ter esse controle se tivesse habilitado para tal, o preparo viria por meio da vulgarização dos trabalhos científicos, com isso ele poderia "discutir e reconhecer os progressos" da ciência (COUTY, 1879: p. 235).

Os cursos e conferências públicas, portanto, caracterizaram-se como espaços de vulgarização científica. Mas a vulgarização não era para todos e sim para uma pequena fração da população, a camada letrada da sociedade. Essa vulgarização, na verdade, se tratava de um projeto político que excluía a maior parte da população do Rio de Janeiro. Mesmo entre essa ínfima parcela, a efetivação da vulgarização nem sempre foi atingida. Alguns assuntos não eram de fato compreendidos em sua íntegra pela plateia presente aos eventos. Uma possível explicação é que determinados oradores não se preocupavam em simplificar, traduzir, o conhecimento científico para o público leigo, muitas vezes com receio de perder a totalidade do conceito. A despeito disso, a vulgarização fazia parte da prática científica, sendo muito valorizada por mostrar a aplicação prática da ciência e por ajudar a promover a civilização do país.

O intento dos homes letrados que discursavam nos espaços públicos de vulgarização científica aqui analisados era difundir um conhecimento científico para seus pares, a fim de mostrar-lhes a necessidade de educar e civilizar os impedidores do progresso da nação, os verdadeiros bárbaros – negros, índios, brancos pobres e mulheres. Dentre os quais, apenas as mulheres, brancas e da elite, compareciam a tais eventos e, mesmo assim, em pequena quantidade. Portanto, as conferências e cursos públicos apresentavam projetos modernos civi-

lizadores, mas não atuantes de forma prática na sociedade, civilizando diretamente os considerados bárbaros.

Fontes

AULETE, Caldas. *Diccionario contemporaneo da lingua portugueza*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1881.

BRASIL. Ministério da Agricultura, Commercio e Obras Publicas. *Relatorio do anno de 1869 apresentado á Assembléa Geral Legislativa na 2ª Sessão da 14ª Legislatura*. Rio de Janeiro, 1870, pelo ministro Diogo Velho Cavalcanti de Albuquerque.

BRASIL. Ministério da Agricultura, Commercio e Obras Publicas. *Relatorio do anno de 1876 apresentado á Assembléa Geral Legislativa na 1ª Sessão da 16ª Legislatura*. Rio de Janeiro, 1877, pelo ministro José Coelho de Almeida.

BRASIL. Ministério da Agricultura, Commercio e Obras Publicas. *Relatorio do anno de 1881 apresentado á Assembléa Geral Legislativa na 1ª Sessão da 18ª Legislatura*. Rio de Janeiro, 1882, pelo ministro José Antonio Saraiva.

CORREIA, Manoel Francisco. Conferência de 21 de novembro. *Conferencias Populares*. Rio de Janeiro: Typ. Imp. e Const. de J. Villeneuve, n. 1, p. 17-26, jan. 1876a.

_____. Inauguração das Conferencias Populares em Nitheroy. *Conferencias Populares*. Rio de Janeiro: Typ. Imp. e Const. De J. Villeneuve, n. 2, p.15-26, fev. 1876b.

COUTY, Louis. Os estudos experimentais no Brasil. *Revista Brazileira*. Rio de Janeiro: Escriptorio da Revista Brazileira, Tomo II, p. 215-239, 1º de nov. 1879.

NETTO, Ladislau. Advertencia. *Archivos do Museu Nacional*. Rio de Janeiro: Imprensa Industrial, v. 1, 1876.

SILVA, Antonio de Moraes. 8. ed. *Diccionario da lingua portugueza*. Rio de Janeiro: Empreza Litteraria Fluminense, 1889.

TEIXEIRA, Joaquim José. Pensamentos. Conferencia em 8 de fevereiro de 1874. *Conferencias Populares*, Rio de Janeiro, n. 2, p. 99-108, fev. 1876.

Referências bibliográficas

CARULA, Karoline. *A tribuna da ciência*: as Conferências Populares da Glória e as discussões do darwinismo na imprensa carioca (1873-1880). São Paulo: Annablume; Fapesp, 2009.

CHARTIER, Roger. Distinção e divulgação: a civilidade e seus livros. In: *Leituras e leitores na França do Antigo Regime*. São Paulo: Editora Unesp, 2004, p. 45-89.

GUALTIERI, Regina Cândida Ellero. O evolucionismo na produção científica do Museu Nacional do Rio de Janeiro (1876-1915). In: *A recepção do darwinismo no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora da Fiocruz, 2003, 45-96.

STAROBINSKI, Jean. A palavra "civilização". In: *As máscaras da civilização*: ensaios. São Paulo: Companhia das Letras, 2001, p. 11-56.

VERGARA, Moema de Rezende. Ensaio sobre o termo "vulgarização científica" no Brasil do século XIX. *Revista Brasileira de História da Ciência*, Rio de Janeiro, v. 1, n. 2, p. 137-145, jul./dez. 2008.

_____. *A Revista Brazileira*: vulgarização científica e construção da identidade nacional na passagem da Monarquia para a República. Tese (Doutorado em História) – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2003.

Resumo

A capital imperial, nas décadas de 1870 e 1880, foi marcada pela realização de uma série de conferências públicas. As preleções aqui enfocadas tinham como características principais serem públicas e perpassarem por temas científicos. O objetivo do presente artigo é analisar como tais espaços públicos se caracterizaram como vulgarizadores da ciência na sociedade, com vias a alcançar a civilização. Inicialmente é feita uma breve apresentação desses espaços e, então, analisa-se como o conceito de civilização apareceu entre os oradores e porque tais locais podem ser considerados de vulgarização científica.

Palavras-chave: Conferências; civilização; vulgarização científica.

Abstract

The capital of Empire, in the 1870s and 1880s, was marked by the execution of a series of public conferences. The conferences focused had as their main characteristics were public and treated by scientific themes. The aim of this paper is to analyze how these public spaces were characterized as of vulgarization of science in society, with routes to reach civilization. We begin with a brief presentation of these spaces and then we analyze how the concept of civilization appeared among the speakers and why these spaces can be considered for scientific vulgarization.

Keywords: *Conferences, civilization, scientific vulgarization.*

Recebido em 30 de março de 2014. Aprovado em 22 de julho de 2014.

RIO DE JANEIRO: CIDADE-ESPETÁCULO E GRANDES EVENTOS

Ana Maria Ribeiro de Andrade[1]
Marta de Almeida[2]

Há mais de um século se apregoa que a cidade do Rio de Janeiro tem vocação para sediar grandes eventos, dada a capacidade de atrair estrangeiros e brasileiros para o turismo de várias modalidades. A premissa é recorrentemente utilizada pelos organizadores de congressos de natureza científica, técnico-profissional, política e confessional; pelos articuladores de reuniões de cunho regional, nacional ou internacional vinculadas às atividades do comércio e indústria; e pelos promotores de mega-eventos esportivos e culturais que congregam um público muito mais numeroso. Os argumentos associados à beleza natural, localização geográfica no continente e infraestrutura lideram o elenco dos pontos positivos enumerados no processo de escolha do local, que também revelam a disputa entre cidades brasileiras e mesmo entre países para sediar um evento de grande repercussão.

A decisão de realizar no Rio de Janeiro eventos científicos, técnico-profissionais e políticos no início do século XX, assim como o empenho desmesurado para organizar competições esportivas e jornadas confessionais um século depois, corresponderam à ânsia dos governantes em fazer da cidade uma vitrine do país e obter vantagens pessoais. Por isso, num século ou noutro, o processo sempre foi acompanhado de obras de remodelação de espaços públicos e de intervenção autoritária do Estado na vida dos cidadãos, que nem sempre ficaram satisfeitos e inertes.

---

[1] Doutora em História Social, respectivamente pela UFF e USP, e pesquisadoras do Museu de Astronomia e Ciências Afins - MAST/ MCTI.

[2] Doutora em História Social, respectivamente pela UFF e USP, e pesquisadoras do Museu de Astronomia e Ciências Afins - MAST/ MCTI.

Há registros de descontentamento popular na imprensa em distintas ocasiões, sob a forma de reportagens, cartas de leitores, discursos de parlamentares, notas e fotografias de manifestações públicas, além das atuais formas de mobilização contrária a eventos nas redes sociais. Em geral, são críticas às decisões autoritárias dos governantes; reclamações contra os gastos excessivos, supérfluos e preços superfaturados das obras contratadas; e protestos pela falta de sensibilidade dos governantes diante das reais necessidades da população. Os processos de decisão da candidatura ou escolha de uma cidade-sede sempre foram imperativos. Não se tem notícia de qualquer consulta popular, mesmo nos períodos de democracia.

Em 1905, ano inaugural dos eventos de caráter internacional no país, havia motivos para uma dupla comemoração na então capital federal. Em primeiro lugar, enaltecia-se o êxito da ciência aplicada na edificação da ordem republicana. Em segundo, a Terceira Reunião do Congresso Científico Latino-Americano (CCLA) contribuía para restabelecer a confiança entre os países do continente, antes receosos da política expansionista brasileira. (ANDRADE, 2002)

Aos estrangeiros e brasileiros de outros estados participantes do congresso foram exibidas as obras de engenharia que revolucionavam a paisagem urbana da cidade, o sucesso das campanhas de vacinação em massa e a utopia do progresso. Logo, enquanto se procurava atestar a vigor da civilização nos trópicos, inaugurava-se o turismo científico no Brasil, atividade que compreendia a visita aos marcos da cidade, instituições de pesquisa, repartições públicas, escolas e hospitais. (ALMEIDA, 2012: p.1) Naqueles idos, uma larga avenida começara a rasgar o antigo centro da cidade até a enseada de Botafogo, terrenos alagadiços e insalubres eram aterrados para a construção de praças e de um imenso porto, deixando à mostra o exuberante cenário marcado pela floresta tropical, o relevo das montanhas e o mar. Atualmente, esse porto comercial – constituído de diversos armazéns e de mais de três mil metros de cais – começou a se transformar em um pólo cultural. Assistiu-se então ao fechamento de ruas da região que conformava o antigo centro comercial e político à circulação de veículos e à implosão de um extenso elevado nem tão antigo. Para

compensar o caos no trânsito, rasgou-se o subsolo com túneis e novas vias, onde foram encontrados registros históricos da vida na cidade em remoto passado imperial. Num tempo e noutro, descortinou-se o cenário urbano para exibir de pano de fundo a natureza privilegiada, que ofusca as mazelas sociais ao atonizar os visitantes.

Se o congresso de 1905 foi inaugurado sob a égide do ministro das Relações Exteriores, o barão do Rio Branco, identifica-se o envolvimento de novas parcerias em outros eventos. Esses parceiros, em primeiro lugar, buscam defender seus respectivos interesses profissionais e buscar apoio financeiro; em segundo, objetivam aumentar a popularidade política ou o grau de reconhecimento de sua área de atuação na sociedade. As alianças entre empresários, cientistas, membros do governo, representantes do Estado, notadamente os diplomatas e membros do Executivo, concretizam-se para que os atores possam auferir dividendos em outras esferas. Evidentemente, a parceria nem sempre é linear e a intensidade é variável, ou segundo a expectativa dos resultados.

Por isso, o 4º Congresso Médico Latino-Americano (CMLA), realizado em 1909 não foi muito diferente: política, ciência, ensino, divulgação de práticas científicas e uma agenda repleta de atividades características do turismo científico pela cidade do Rio de Janeiro. (ALMEIDA, 2006; 2012.) Além das apresentações de trabalhos, debates, acordos e convenções sanitárias acordadas, votos e moções, os congressistas visitaram instituições científicas, dentre as quais a Faculdade de Medicina, a Diretoria Geral de Saúde Pública, hospitais, obras e prédios públicos que revelassem a *expertise* da engenharia local e a infraestrutura administrativa do país no âmbito da saúde. A grande novidade introduzida no país pelos organizadores do evento foi a realização simultânea da Exposição Internacional de Higiene. Não era original, dado que na Europa havia essa tradição e os congressos médicos latino-americanos anteriores também o fizeram. Ficou aberta ao público durante mais de um mês, assumindo as características do que, hoje, denominamos divulgação da ciência.

O alcance simbólico da precursora 3ª Reunião do Congresso Científico Latino-Americano contribuiu para cristalizar no imaginário coletivo a vocação da cidade para sediar grandes eventos internacionais, ao longo de décadas: 3ª Conferência Internacional Americana (1906); 4º Congresso Médico Latino-Americano e a Exposição Internacional de Higiene (1909); Exposição Internacional de Centenário da Independência do Brasil (1922-23); ECO-92 (1992); XV Jogos Pan-Americanos (2007); Jornada Mundial da Juventude (2013); jogos da Copa do Mundo (1950 e 2014); e os futuros Jogos Olímpicos (2016). Não podemos afirmar, no entanto, que o magnetismo do Rio de Janeiro explique a realização de incontáveis eventos científicos e técnico-profissionais de caráter internacional, e de dimensão variável, realizados da cidade nos últimos trinta anos.

A cidade

Os visitantes que chegavam à cidade a bordo de paquetes a vapor no início do século XX precisavam fazer o transbordo e ir de lancha até o Cais Pharoux. Na travessia pela baía da Guanabara, desde o largo onde as embarcações ficavam fundeadas até o embarcadouro, os recém-chegados não podiam deixar de contemplar a beleza natural da cidade do Rio de Janeiro, que se delineava diante de seus olhos emoldurada pelo Pão de Açúcar e pelo Corcovado. A harmonia da paisagem, na qual se destacava a vista da catedral barroca próxima ao mar, era quebrada quando eles avistavam as docas da Alfândega e se aproximavam das escadas do acanhado cais. Ali, a movimentação de passageiros, bagagens, carregadores e ambulantes se misturava à rotina do comércio de peixes, verduras e demais gêneros perecíveis. Era um espaço tumultuado, que destoava daquela visão paradisíaca que antes se mostrava aos visitantes.[3]

[3] O panorama sobre a cidade foi descrito em: ANDRADE, 2002, p. 21-37, com base em informações extraídas de: JORNAL DO COMMERCIO, 1905; JORNAL DO BRASIL, 1905; GAZETA DE NOTÍCIAS; CORREIO DA MANHÃ, 1905; KOSMOS, 1905; O PAÍZ, 1905; O MALHO, 1905; REVISTA DA SEMANA, 1905; ABREU, 1987; JOÃO DO RIO, 1911. Ver também: COROACY, 1955; LUIZ EDMUNDO,1957, v.1.

Mas o velho mercado, trapiches e quiosques haviam sido demolidos recentemente para dar lugar ao Mercado Municipal, acabando assim com mais uma área alagadiça e insalubre da cidade. A Praça 15 se encontrava quase pronta, afastando do mar o colonial Largo do Paço. Em breve, a ancoragem dos vapores de passageiros, embarcações de carga e armazéns seriam transferidos para o moderno porto, equipado com dezenas de guindastes elétricos. O novo cais se estenderia – ladeado por uma grande avenida – da Praça Mauá à Avenida do Mangue, que estava sendo construída. Margeado por palmeiras imperiais, o canal foi prolongado para ter acesso ao mar. O imenso aterro – projetado para atender ao crescimento das importações e do comércio de cabotagem – faria desaparecer a praia Formosa e a do Saco do Alferes, as enseadas da Gamboa e da Saúde, e terminaria no antigo Largo da Prainha, transformado na Praça Mauá. Em sentido perpendicular à praça, as obras da Avenida Central rasgaram a cidade em outra direção, margeada de edifícios projetados para adequar a capital tropical ao estilo de um elegante *boulevard*. Mantinha-se a tradição do comércio internacional sofisticado na apertada Rua do Ouvidor, porém os prédios da Avenida Central não guardavam referências arquitetônicas com o passado. Pelo contrário, imponentes, eles materializavam o sonho de romper com as amarras portuguesas e com o antigo regime, para transformar o Rio no maior centro cosmopolita da nação. Com o olhar na *Belle Époque* europeia e interpretando o ecletismo no Brasil, os engenheiros-arquitetos idealizaram espaços para abrigar amplos magazines de comércio fino e de luxo, instituições financeiras e companhias de seguros – nacionais e estrangeiras, as sedes do Jornal do Brasil, do Jornal do Comércio e do Clube de Engenharia, correios, cinemas e monumentos evocativos da cultura nacional: o Teatro Municipal, a Biblioteca Nacional e a Escola Nacional de Belas Artes. Também as associações ligadas ao esporte mais popular, o turfe, estavam negociando terrenos para erguerem, no nobre endereço, as sedes sociais do Derby e do Jockey Club. Para a estação da Avenida Central confluíam todas as linhas de bondes, nos quais se misturavam os passageiros sem muita distinção de classe social. O bonde era palco de criação anônima de novos códigos amorosos e eróticos da cidade.[4]

[4] WEID, 1999, p. 78-103.

O centro da cidade era um gigantesco canteiro de obras, empreendidas pelo prefeito nomeado, Francisco Pereira Passos, e comandadas pelos engenheiros Francisco Bicalho e Paulo de Frontin. Construía-se uma cidade vitrine para mostrar, aos que chegassem de outros países, um Brasil política e economicamente revigorado pela República e uma sociedade regenerada, sob a presidência de Francisco de Paula de Rodrigues Alves. Com o barão de Rio Branco, ministro das Relações Exteriores, fundava-se o estado-nação moderno, como o Brasil precisava ser visto no exterior. Para a maioria dos cerca de 800 mil habitantes da capital e maior cidade do país, entretanto, a reforma urbana desagradava; não mais que disfarçando as mazelas da metrópole moderna que pouco a pouco se estruturava. Ao segregar os antigos moradores, expulsando-os do centro para os morros e subúrbios ao longo da estrada de ferro Central do Brasil, mantinha-se a lógica que procurava delimitar os lugares para os agentes sociais. Buscava-se controlar a ação dos trabalhadores e marginalizados. Prisão dos vadios e delinquentes, fim da imundície, condenação dos hábitos e costumes associados à sociedade tradicional faziam parte das regras impostas pelos governantes para tornar civilizada e socialmente partida a capital federal.

Procurava-se apagar da cidade as marcas da herança colonial-escravista e as lembranças da decadência do Império, associadas com pobreza, doença, sujeira e desordem. Tudo o que dizia respeito à ordem pública no sentido da urbanidade, das boas maneiras, dos usos e costumes preocupava o prefeito Pereira Passos, para esconder o povo pobre e mal vestido do olhar civilizado. O Rio de Janeiro, capital federal, estava sendo remodelado para espelhar a imagem que os seus governantes forjavam do progresso e da ordem republicana, guardando semelhanças e tamanho com o que fora Paris, a capital francesa, cinquenta anos antes. Acompanhava-se a idealização latino-americana que emprestara a Montevidéu e Buenos Aires traços europeus, para atrair imigrantes e o capital estrangeiro.

Naquele começo de século, ideias, valores e mentalidades que permeavam a vida política e intelectual da capital eram de forte inspiração francesa, e transbordavam pelos cafés e confeitarias. No Café

Rio – ponto de exaltados "jacobinos", aos quais se atribuía o movimento contra os imigrantes portugueses – misturavam-se os grupos de estudantes da Escola Militar, da Escola Politécnica e da Faculdade de Medicina aos de boêmios, políticos, professores, jornalistas, escritores e intelectuais, no sentido amplo do termo.

Muitos intelectuais, todavia, haviam trocado a presença na política por postos diplomáticos no exterior e cargos na burocracia de Estado. Na medida em que a codificação da língua escrita se tornava um capital de troca específico, os cronistas do Rio contribuíam para a construção do ideário de uma nova ordem. Passando de republicanos militantes para o lado dos conservadores na etapa da consolidação, ou de monarquistas a liberais, cronistas da cidade e de sua fragmentada vida social deixaram evidente que as relações de força literária podem ser mediadas pelas relações de força política. Escritores, jornalistas e colaboradores de jornais ajudaram a cristalizar nas classes alta e média a repulsa coletiva aos malandros, prostitutas, vagabundos, capoeiras, vendedores de rua e biscateiros, colaborando para a repressão violenta e para sedimentar a hipocrisia social da reforma Pereira Passos. (LUIZ EDMUNDO, v.1, p. 100; BENCHIMOL, 1990)

Nesse ambiente, o visitante estrangeiro, que chegava ao Rio para participar de eventos no começo do século passado, talvez pudesse entender porque, unicamente no Brasil, o positivismo de Auguste Comte chegou a ser aplicado na esfera da organização do Estado, nas primeiras décadas da República. Esta influência europeia igualmente estava presente no ensino, nos manuais didáticos importados da França, direcionados para a formação acadêmica dos poucos que seriam considerados cientistas – e não apenas professores de ciências –, apoiados também na sólida tradição bacharelesca advinda da Universidade de Coimbra. Era o país dos bacharéis cientificistas.

A ciência e as suas aplicações respondiam lentamente às necessidades da sociedade e da economia agroexportadora. O avanço da ciência alcançado por países da Europa, ao longo dos séculos, tinha-se consolidado como padrão e os Estados Unidos começavam a despontar como modelo de desenvolvimento. Nesta perspectiva, os

governantes brasileiros somente valorizavam as aplicações da ciência. Preocupavam-se, fundamentalmente, com as inovações técnicas nas engenharias – para garantir a infraestrutura e o escoamento dos produtos de exportação – e com o controle das doenças infecciosas e parasitárias que dizimavam populações economicamente ativas. A imagem do país no exterior esteve tão comprometida que a simples ancoragem nos portos brasileiros era motivo de pânico entre os passageiros e tripulantes dos navios de bandeira estrangeira. A tuberculose, a febre amarela, a malária, a peste e a varíola grassavam na capital, sem controle, até 1904. A taxa de mortalidade, nesse ano, foi de 13,32 por mil habitantes. No ano seguinte, o mesmo índice caiu para 7,87 e a tuberculose, a gripe, a malária, a febre amarela e a varíola foram as principais *causa mortis*. A tuberculose tinha os índices mais altos, seus doentes eram isolados por inexistir tratamento, mas não era uma doença socialmente excludente. Em Paris o índice de mortalidade era muito mais alto! Já a febre amarela vitimara uma filha de Rodrigues Alves e comprometia a imigração europeia.

O reconhecimento da ação patogênica de microrganismos e de várias espécies animais que atuavam como vetores na transmissão de doenças que atingiam a população contribuiu para o processo de institucionalização da pesquisa científica no país. No período, funcionavam no Rio de Janeiro o Instituto Vacínico Municipal e o Instituto de Manguinhos. Este último, que marcaria a introdução de práticas microbiológicas de saúde pública e da ciência experimental no país, acabara de ser criado. Fundamentado no discurso científico que se construía a partir das teorias de Louis Pasteur, Robert Koch e Alphonse Laveran, Oswaldo Cruz – aquele que corporificava o avanço da ciência nos trópicos – mandava destruir pardieiros, cortiços, vielas e ruas inteiras para colocar a capital federal a salvo dos agentes, hospedeiros e vetores de doenças humanas. Para exterminar a varíola, o diretor da Saúde Pública vacinava compulsoriamente a população, em meio às revoltas e aos protestos populares em defesa da liberdade individual e contra a interferência do Poder Público na vida privada dos cidadãos.

Os atos do prefeito para impor novos códigos determinaram o fechamento da Câmara Municipal, decretando o estado de sítio. Mas a população do Rio de Janeiro reagiu contra o *bota-abaixo* e a vacina obrigatória. A Revolta da Vacina, em 1904, foi reprimida com violência e a liderança sobrevivente foi transferida para presídios na Amazônia. No combate à varíola, não havia a discussão científica para entravar a ação de Oswaldo Cruz, como a controvérsia sobre a febre amarela travada com membros da Academia Nacional de Medicina.

Em 1905, quando era comemorado o êxito das campanhas de vacinação em massa, o Rio de Janeiro serviu de altar aos devotos da ciência, do progresso e da solidariedade entre as nações da América Latina. Desde a chegada, os 43 delegados oficiais e membros estrangeiros que compareceram ao 3º CCLA foram recebidos em um ambiente de intensa cordialidade. Do Cais Pharoux, saíram lanchas com brasileiros para irem ao encontro dos delegados a bordo dos vapores, aos quais foi servido champanhe antes do transbordo. Pelas ruas em que foram conduzidos para o Hotel Metrópole, o Hotel dos Estrangeiros ou a Pensão Laranjeiras, eles puderam observar que a capital do Brasil se modernizava, sem romper com as tradições. Saudavam-se os participantes dos treze países estrangeiros representados, mostrando-lhes a construção da utopia civilizadora. Todos os detalhes da recepção haviam sido bem planejados. Afinal, estes representantes estavam sendo aguardados há quatro anos para o evento, que se realizou entre os dias 6 e 16 de agosto de 1905. (REUNIÃO, 1904; IDEM, 1905)

Os primeiros eventos internacionais

As reuniões nacionais, como a Assembleia de Naturalistas e Físicos realizada em Leipzig desde 1822, deram origem aos congressos científicos internacionais, que começaram a ser realizados na Europa, na década de 1860. Nos primórdios, os organizadores imprimiam aos encontros o caráter de acontecimentos internacionais apenas devido à presença de um convidado estrangeiro. É o caso dos congressos de astronomia que, em 1865, já se autodenominam internacionais, apesar de serem organizados pela Astronomische Gesellschaft. Na época,

somente os congressos de matemática e de ciências naturais tinham real caráter de evento científico internacional. (RASMUSSEN, 1990)

Os eventos de natureza técnico-profissional e científica tiveram um crescimento acentuado entre 1840-1914, reflexo da maior profissionalização, das necessidades das sociedades e do apoio do Estado. (LES CONGRESS, 1976) A abrangência temática e o aumento do número de participantes marcaram essa etapa do processo de configuração do campo científico e de aplicações da ciência, que foi acompanhado pelo expressivo aumento do número de publicações especializadas e de divulgação da ciência, técnica e tecnologia.

Se a participação em congressos é uma atividade inerente à produção de ciência, os governos sempre tiveram o papel fundamental de impulsionar essa modalidade de intercâmbio científico.[5] No século XIX, o reconhecimento da importância da ciência foi favorecido pela ocorrência simultânea de congressos científicos e de impactantes exposições universais. A repercussão desses grandes eventos impulsionou a realização de eventos similares nacionais e regionais na América Latina, aonde celebrar a força do capitalismo industrial efetivamente estava fora do contexto. No Brasil, os esforços do imperador Pedro II e dos primeiros presidentes da República, para que o país participasse de exposições universais e regionais, bem como tivesse representantes ou promovesse eventos científicos internacionais, foi uma estratégia de ação política que ainda perdura.

Por essa razão, autoridades do mundo da política e da ciência se colocam lado a lado, e o conhecimento científico é utilizado no discurso de projeção do potencial do país escolhido para sediar o congresso. Outras festividades, que ocorrem no transcorrer de um evento, têm por fim demonstrar aos participantes estrangeiros a valorização da cultura erudita e o respeito às tradições culturais da nação. Os congressos sempre foram acontecimentos em que os participantes vivenciam bons momentos oferecidos pelos banquetes, discursos e

[5] O papel do Estado é menos relevante nos eventos dedicados ao desenvolvimento de processos e tecnologias, nos quais o capital privado tem interesse imediato em divulgar os resultados para a comercialização.

mundanidades. Isto pode ser facilmente comprovado numa rápida leitura do programa de quaisquer congressos internacionais, inclusive os das áreas tecnológicas e consideradas mais herméticas. Independentemente da área, do local e de quando os congressos foram realizados, as ocasiões para o convívio social são importantes para as apresentações e reencontros, que podem resultar em colaborações e parcerias futuras. (SUPPO, 2003: p. 6-8)

Como comprova a programação do 3º CCLA (REUNIÃO, 2002, t. VIII - CD ROM) e do 4º CMLA – eventos que privilegiamos neste artigo –, o ritual de celebração da ciência e das práticas médicas se assemelha aos eventos ocorridos no tempo presente. Afora a maior especialização e rigor na seleção dos trabalhos, está cada vez mais claro que o território da ciência é um campo social como qualquer outro, com estratégias e mecanismos de disputas característicos de grupos de pesquisa e indivíduos, países, blocos geopolíticos e continentes.

Assim, os congressos internacionais fazem parte da política de Estado, uma vez que podem interferir no prestígio dos países dos participantes. O número de participantes por país, de trabalhos apresentados e, em especial, de trabalhos publicados é um indicador histórico do grau de desenvolvimento da ciência de diferentes localidades, enquanto que a distribuição geográfica dos congressos indica a reputação cultural da cidade escolhida e o peso na área da comunidade científica local. Disputas entre as associações nacionais que agregam os profissionais ou entre grupos da mesma área do conhecimento precedem a escolha de um país para sede de evento internacional. Os membros do comitê científico e do comitê executivo se revestem de poder, podendo obter vantagens na carreira e dividendos, principalmente quando estão em cena interesses de indústrias. A vida científica nacional é também diretamente afetada, criando um novo lugar de representação ou acirrando a luta entre instituições tradicionais e emergentes, grupos de pesquisa concorrentes e pesquisadores.

Nas notícias publicadas na imprensa e nas informações contidas nos anais da 3º CCLA e do 4º CMLA sobressaem o caráter de celebração das aplicações da ciência e o esforço político de criar uma

rede de cooperação latino-americana, com a finalidade explícita de enfrentar problemas comuns de fronteira e de integração regional. Logo, conferimos a ambos uma duplicidade de caráter: científico e político. Também não temos dúvidas de que o caráter enciclopédico das exposições-espetáculo, bem como os congressos realizados na Europa, inspiraram as reuniões científicas latino-americanas realizadas em Buenos Aires (1898), Montevidéu (1901) e Rio de Janeiro (1905), assim como os congressos médicos do continente realizados no Chile (1901), Argentina (1904), Uruguai (1907) e Brasil (1909), além das exposições de higiene realizadas simultaneamente.

Terceira Reunião do Congresso Científico Latino-Americano

Como revelam as motivações dos organizadores – em sua maioria associados do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro – e dos membros do governo que emprestaram apoio político ao 3º CCLA, as expectativas brasileiras estavam muito além do campo científico. Os resultados esperados atingiam as esferas da diplomacia (ANDRADE, SUPPO, 2012, p. 53-56) e do comércio internacional, com o propósito de fazer alianças com os países vizinhos, resolver problemas de fronteiras, alfandegários, sanitários, técnicos e humanitários, e tinham a clara intenção de dissipar os receios de uma ação expansionista do Brasil.

Quadro 1 – Trabalhos publicados no 3º Congresso Científico Latino-Americano

Área do conhecimento	Quantidade*	Percentual
Matemáticas e Engenharias	10	8,9
Ciências Físicas e Naturais	17	15.2
Ciências Médicas e Cirúrgicas	27	24.1
Medicina Pública	16	14.3
Ciências Jurídicas e Sociais	23	20.5
Ciências Antropológicas	5	4.5
Ciências Pedagógicas**	8	7.1
Agricultura e Zootecnia	6	5.4
TOTAL	112	100

Fonte: Reunião do Congresso Scientifico Latino-Americano, 3., Rio de Janeiro 1905. Relatorio Geral (...). tomos IIA, IIB, IIIA, IIIB, IIIC, IVA, IVB, V e VI. In: REUNIÃO,

2002. (CD ROM)
*Não foram publicados 17 trabalhos e há trabalhos publicados que não foram apresentados.
**Apenas nesta área houve participação de mulheres. Elas publicaram quatro trabalhos.

Ciência e relações diplomáticas se mesclaram no grande congresso de 1905, que inaugurava a participação do Brasil em caráter oficial e dava continuidade às reuniões realizadas anteriormente. Enquanto os 112 trabalhos publicados no evento podem dar uma amostra do estágio da ciência produzida no Brasil e países do continente, a força do cenário e a exuberância da paisagem do Rio de Janeiro realçaram o esforço dos organizadores para exibir aos participantes uma cidade em pleno processo de modernização. Os preparativos, as atividades e os esforços empreendidos por governantes e ministros para garantir o sucesso do congresso evidenciaram a utilização da ciência na política de relações internacionais.

Seguindo o modelo enciclopédico das exposições universais do século XIX, o Congresso de 1905 contemplou diversas áreas do conhecimento, cujo grau de institucionalização era bastante desigual. Consequentemente, a qualidade dos trabalhos refletiu a heterogeneidade do campo científico e revelou que grande parte dos 630 participantes inscritos era, na realidade, constituída por professores de ciências e médicos. Por ser a área mais institucionalizada, em decorrência das intrínsecas demandas da sociedade, a área da medicina e saúde se destacou pelo maior número de participantes inscritos – médicos generalistas, cirurgiões e farmacêuticos – e de trabalhos publicados. A grande inserção social da medicina explica a autonomia e o poder político deste campo de conhecimento no continente que, desde 1901, organizava eventos especializados. (ALMEIDA, 2006, p. 741.)

4º Congresso Médico Latino-Americano e a Exposição Internacional de Higiene

Muitas obras públicas foram concluídas antes da chegada de médicos, farmacêuticos e autoridades sanitárias para o evento de 1909. Afinal a cidade havia se preparado para receber com gala e muita diplomacia as dezoito representações governamentais de países das Américas participantes da 3ª Conferência Internacional America-

na (1906). A infraestrutura da cidade para a realização de eventos de grande porte melhorou com a construção do Palácio dos Estados, do Palácio das Indústrias e do Palácio do Distrito Federal, pavilhões que abrigaram a Exposição Nacional de 1908. Assim, no ano seguinte, as novas edificações situadas no bairro da Urca, próximo à praia Vermelha, foram cedidas pelo governo para a montagem da Exposição Internacional de Higiene, evento vinculado ao 4º CML.

Afora propiciar a maior circulação de conhecimentos, os eventos médicos latino-americanos desempenharam um papel importante para discutir e estabelecer políticas sanitárias entre os especialistas e as autoridades públicas de países da região. Tal como ocorrera no 3º CCLA, o número de brasileiros inscritos no 4º CMLA foi superior aos de outras nacionalidades. Além das distâncias e dificuldades de deslocamento, não havia órgãos governamentais de financiamento das atividades de ensino e pesquisa ou auxílio para a participação em eventos.[6]

As associações médicas brasileiras tiveram um papel fundamental na organização e promoção do congresso, desde a fase de divulgação e expedição de convites com versões em vários idiomas. Como nos outros países da América Latina que promoveram o encontro, essas sociedades tomavam para si a missão de realizar o congresso e a exposição como sinônimo do grau de "adiantamento" em que se encontrava a medicina em seu país.

Apesar de o regulamento geral para esses congressos médicos na América Latina acentuar a necessidade de adoção de medidas sanitárias comuns, os temas de cada edição eram eleitos pelas comissões organizadoras locais. Se os discursos enfatizavam que "(...) a ciência não tem pátria, sua pátria é a humanidade" (4º CONGRESSO, 1909: p. 84), a competição entre os países do continente era evidente e motor de algumas iniciativas e debates sobre controvérsias médicas. Pesava nessa dinâmica o papel político de cada país no plano das relações

[6] A concessão de bolsas e auxílios para pesquisa só começaram a ser concedidos pelo Estado após a criação do Conselho Nacional de Pesquisas, o CNPq, em 1951. ANDRADE, 1999, p. 118-125.

internacionais, como o histórico expansionista do Brasil, as disputas entre Argentina, Uruguai e Chile, a rivalidade entre Cuba e Estados Unidos.

Entretanto, ao examinar a proposta de cooperação entre os países latino-americanos ao final do 4º CMLA o sentimento de solidariedade prevaleceu. A proposta privilegiou, por exemplo, o estabelecimento de ligas e associações contra a ancilostomíase; a constituição de sociedades contra a tuberculose; a profilaxia oficial contra a endemia filódica (malária); as comissões e associações para o estudo do cancro (câncer) e reformas do ensino médico.

Para o clima de congraçamento as festividades desempenharam um papel determinante. O turismo científico, empreendimento para além das fronteiras acadêmicas, representou um complemento inerente das atividades dos congressos científicos e técnico-profissionais daquele período. As visitas e passeios eram planejados pelos organizadores, que também garantiam as condições de acesso, e tinham por finalidade: exibir ao estrangeiro a cidade e suas instituições de saúde pública – repartições, hospitais e faculdades; entreter os menos afeitos às sessões científicas, conferências e debates; e reforçar as iniciativas bem sucedidas. O 4º CMLA representou uma oportunidade singular para as autoridades brasileiras reconstruírem a imagem do país, desgastada com o problema de insalubridade na capital federal, que chegou a ser considerado o principal foco epidêmico do contorno do Atlântico da América do Sul. Por isso, a comissão organizadora registrou nos anais que as visitas promovidas às instituições chamaram a atenção dos visitantes pela "boa ordem e o asseio". Porém, o ponto alto das visitas foi o Instituto de Manguinhos, onde os participantes do congresso foram recebidos por Oswaldo Cruz, ícone nacional mitificado em vida. (ALMEIDA, 2012)

Já a Exposição Internacional de Higiene de 1909 foi precursora dos futuros eventos de popularização da ciência, pois tinha por finalidade despertar o interesse da população para as questões afins com a saúde pública ou coletiva, e mesmo aprimorar o conhecimento sobre as noções de higiene pessoal e coletiva. De um lado, apresentou-se

ao público registros e informações das atividades médico-sanitárias, dentre as quais instrumentos médicos, publicações, imagens, experimentos e maquetes relativas ao universo da medicina e ciências complementares: química, climatologia, farmácia, botânica, odontologia e engenharia sanitária. Também havia espaço para a exibição de produtos industrializados, alimentos e certamente pitorescos utensílios domésticos. De outro lado, e distante da preocupação em divulgar as práticas médicas, encontrava-se o que atraía o público leigo: diversões circenses, teatros, carrosséis, competições esportivas. Um verdadeiro parque de diversões com até queima de fogos. Para os idealizadores, a exposição era uma ocasião impar e prática para se ensinar e tratar de uma questão central, a saúde pública, razão pela qual era importante adotar estratégias motivadoras.

Conclusão

Lugar de debate, encontros e reencontros, os congressos científicos são importantes para o progresso da ciência. Mas nem sempre a qualidade dos trabalhos apresentados correspondeu às expectativas da maioria dos presentes ou, inversamente, muitas vezes as intervenções dos participantes não estavam à altura da coerência e complexidade das questões em debate. Há mais de um século os critérios científicos não eram determinantes para a composição das delegações e a fronteira entre a agenda científica e a promoção das relações internacionais era muito tênue.

Se o número de participantes, trabalhos apresentados e publicados por país pode sugerir o estágio de desenvolvimento das áreas de conhecimento, a distribuição geográfica dos congressos poderia ser um indicador da reputação cultural da cidade escolhida ou da importância da comunidade científica local. No caso dos congressos examinados, não há dúvida de que o Rio de Janeiro deixou perplexo os visitantes pela beleza do cenário.

Os incontáveis discursos, os banquetes oferecidos pelos ministros de Estado, as efusivas saudações e brindes retrataram os usos e costumes do início do século XX, bem como revelaram a grande presença de pessoas distantes dos temas dos eventos. As cerimônias

oficiais, que contavam com a presença do presidente da República, prefeito e ministros, foram exercícios de cordialidade para promover a política externa do Brasil, pautada pela necessidade de aproximação dos países vizinhos.

Algumas generalizações podem ser feitas ao comparar as características desses dois congressos latino-americanos realizados no Rio de Janeiro e os eventos recentes. Enquanto a especialização e a profissionalização substituíram a multiplicidade de temas e a profusão de participantes com interesses muito distintos, muitas áreas mantêm a tradição de organizar um grande congresso internacional a cada quadriênio na cidade eleita na reunião anterior, em que é também escolhida a futura comissão organizadora. Instituições de pesquisa igualmente conseguiram firmar a tradição de organizar colóquios regulares, sempre na mesma cidade, e para os quais atraem a participação de importantes pesquisadores estrangeiros.

O ritual acadêmico e a forma de organização permanecem praticamente inalterados, muito embora sejam mais rarefeita a presença de representantes do Estado e mais restritas as solenidades para projeção do potencial do país anfitrião. Se, na transição para o século XX, a produção de conhecimento nos países da América Latina e Caribe se encontrava em um patamar muito distante da Europa, onde o desenvolvimento do capitalismo havia promovido profundas mudanças econômicas e sociais que trouxeram com elas a crença no valor da ciência e da tecnologia, a distância encurtou. O apoio do Estado por intermédio de agências de fomento contribuiu para aumentar de maneira surpreendente o número de congressos, de pesquisadores e a produção científica.

O destaque e a qualidade das matérias publicadas nos jornais e revistas deixaram claro que os eventos centenários interferiram positivamente na imagem da cidade do Rio de Janeiro. A imprensa aclamou o sucesso dos congressos, teceu elogios aos benefícios que os eventos proporcionariam ao país no futuro e recorreu principalmente a charges e caricaturas para apontar as falhas. A primeira década do

século XX despertou a vocação da cidade para a realização de eventos de toda sorte, predisposição que vigora até os dias de hoje.

Referências bibliográficas

ABREU, Maurício de A. *Evolução urbana do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: IPLANRIO, Zahar, 1987.

ALMEIDA, Marta de. Circuito aberto: ideias e intercâmbios médico-científicos na América Latina nos primórdios do século XX. *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*. Rio de Janeiro, v. 13, n. 3, p. 733-57, jul./set. 2006.

ALMEIDA, Marta de. Turismo científico e vivências culturais no Rio de Janeiro e em Lima no início do século XX. In: *Encontro Internacional da ANPHLAC, 10*; anais eletrônicos. São Paulo, 2012. 12 p.

ANDRADE, Ana Maria Ribeiro de. *Físicos, mésons e política:* a dinâmica da ciência na sociedade. São Paulo/ Rio de Janeiro: Hucitec, 1999.

ANDRADE, Ana Maria Ribeiro de. O Congresso sob muitos ângulos. In: ANDRADE, Ana Maria Ribeiro de (Org.). *A Terceira Reunião do Congresso Scientifico Latino-Americano*: ciência e política. Brasília/ Rio de Janeiro: CGEE/ MAST, 2002. p. 21-57 [Inclui CD-ROM].

ANDRADE, Ana Maria Ribeiro de, SUPPO, Hugo Rogélio. O significado do Congresso. In: ANDRADE, Ana M. Ribeiro de (Org.). *A Terceira Reunião do Congresso Scientifico Latino-Americano*: ciência e política. Brasília/ Rio de Janeiro: CGEE/ MAST, 2002. p. 59-126. [Inclui CD-ROM].

ANDRADE, Ana Maria Ribeiro de, SUPPO, Hugo Rogélio. O lugar da ciência na diplomacia do barão do Rio Branco. In: BRIGAGÃO, Clovis; FERNANDES, Fernanda (Org.). *Diplomacia brasileira para a paz*. Brasília: FUNAG, 2012.

BENCHIMOL, Jaime L. *Pereira Passos, um Haussmann tropical*. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, Turismo e Esportes, 1990.

CONGRESSO MÉDICO LATINO-AMERICANO, 4., 1909, Rio de Janeiro. *Actas e trabalhos*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1909.

COSTA, Nelson. *O Rio de ontem e de hoje*. Rio de Janeiro: Leo Editores, 1958.

CRULS, Gastão. *Aparência do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: J. Olympio, 1949.

CORREIO DA MANHÃ. Rio de Janeiro, 1-17 ago. 1905.

GAZETA DE NOTÍCIAS. Rio de Janeiro, 30 jul. - 21 ago. 1905.

JOÃO DO RIO. *Vida vertiginosa*. Rio de Janeiro / Paris: H. Garnier, 1911.

JORNAL DO BRASIL. Rio de Janeiro, 1 jul. - 23 ago. 1905.

JORNAL DO COMMERCIO. Rio de Janeiro, 1-22 ago. 1905.

KOSMOS. Rio de Janeiro, jul. - set. 1905.

LES CONGRÈS internationaux de 1900 a 1919. Bruxelas: Union des Associations Internationales apud TAPIA, Claude; TAIEB, Jacques. Conférences et congrès internationaux de 1815 à 1915. *Les relations internationales* (Diplomatie secrète et diplomatie ouverte), Paris, n. 5, p. 12, primavera 1976.

LUIZ EDMUNDO. *O Rio de Janeiro do meu tempo*. 2. ed. Rio de Janeiro: Conquista, 1957.

O MALHO. Rio de Janeiro, jul.- ago. 1905.

O PAÍZ. Rio de Janeiro, 6-21 ago. 1905.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. *Exposições Universais*. Espetáculos da modernidade do século XIX. São Paulo: Hucitec, 1997.

RASMUSSEN, Anne. Jalons pour une histoire des congrès internationaux au XIXe siècle: regulation scientifique et propaganda intellectuelle. IN: *Les relations internationales* (Les congrès cientifiques internationaux), Paris, n. 62, p. 123-124, verão 1990.

REUNIÃO DO CONGRESSO SCIENTIFICO LATINO-AMERICANO, 3. 1905, Rio de Janeiro. Coordenação de Ana Maria Ribeiro de Andrade e Luiz Felipe Vieira Ferrão. Ed. fac. sim. Brasília/ Rio de Janeiro: CGEE, MAST, 2002. 1 CD-ROM.

REUNIÃO DO CONGRESSO SCIENTIFICO LATINO-AMERICANO, 3., 1905, Rio de Janeiro. *1º Boletim*. Trabalhos Preparatórios até 31 de dezembro de 1903. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1904.

REUNIÃO DO CONGRESSO SCIENTIFICO LATINO-AMERICANO, 3., 1905, Rio de Janeiro. *2º Boletim*. Trabalhos Preparatórios até 31 de dezembro de 1904. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1905.

REVISTA DA SEMANA. Rio de Janeiro, jul. - set. 1905.

STEPAN, Nancy. *Gênese e evolução da ciência brasileira*: Oswaldo Cruz e a política de investigação científica e médica. Rio de Janeiro: Artenova, 1976.

SUPPO, Hugo Rogélio. Ciência e relações internacionais. *Revista da Sociedade Brasileira de História da Ciência*. Rio de Janeiro, v. 1, n. 1 [nova série], p. 6-20, jan./jun. 2003.

WEID, Elisabeth von der. O bonde como elemento de expansão urbana no Rio de Janeiro. *Revista Siglo XIX*, México, n. 16, jul.- dez. 1994, p. 78-103.

SCHROEDDER-GUDEHUS, Brigitte. Avant-propos. *Les relations internationales* (Les congrès cientifique internationaux), Paris, n. 62, verão 1990.

Resumo

Este artigo analisa o significado de congressos científicos internacionais realizados na cidade do Rio de Janeiro. O 3º Congresso Científico Latino-Americano (1905) mostra a apropriação da ciência com objetivos geopolíticos e de propaganda pelo governo. No 4º Congresso Médico Latino-Americano (1909) buscava-se difundir ideias e organizar o campo da medicina no continente. Além da apresentação de trabalhos e debates, os participantes dos dois eventos tiveram a agenda repleta de atividades pela cidade características do turismo científico.

Palavras-chave: Congresso científico; relações internacionais; turismo científico.

Abstract

This paper discusses the role of international scientific congress in the city of Rio de Janeiro. The 3rd Latin American Scienti-

fic Congress (1905) shows the Brazilian government's interest to use science for geopolitical aims and propaganda. The 4th Latin American Medical Congress (1909) also aimed to propagate ideas and organize the professional field of medicine in the continent. Beyond the paper sessions and assemblies, both had a full schedule of activities around town characteristics of scientific tourism.

Keywords: *Scientific congress; international relations; scientific tourism.*

Recebido em 14 de agosto de 2014. Aprovado em 10 de novembro de 2014.

"BONDES METAMORFOSEADOS EM GÔNDOLAS" E UM RIO DE JANEIRO TRANSFORMADO EM VENEZA: BREVES REFLEXÕES SOBRE AS ENCHENTES NA PRIMEIRA REPÚBLICA

Andrea Casa Nova Maia[1]

> *"A chuva torrencial se despenhou do céu, afugentando os últimos calores, lavando a cidade, – e além desse grande serviço higiênico, dando-nos o regalo de um espetáculo raro: as ruas transformadas em rios, as praças mudadas em lagoas, os bondes metamorfoseados em gôndolas, – e homens e cachorros nadando, como peixes, pela vasta extensão das águas derramadas." (Olavo Bilac, 1904: p.1)*

Problematizar a história das enchentes da Primeira República que emergem das páginas das revistas e jornais da Belle Époque carioca é necessariamente refletir sobre a tentativa de transformação do Rio de Janeiro em uma capital que espelhasse a "ordem e o progresso" desejados pelos novos governantes.

Era preciso transformar rapidamente o Rio de Janeiro em cidade com assumes de civilização. E isso implicava num processo de mobilização de agentes disciplinadores que, não sem resistência, procuraram reconstruir a paisagem urbana e moldar "as almas encantadoras" de seus cidadãos, de maneira, em larga medida, autoritária e excludente. E a natureza parece ter, irônica e tragicamente, "ajudado" na empreitada das elites, na destruição da cidade velha, no arrasamen-

---

[1] Doutora em História Social pela UFF e Professora de História do Brasil Republicano e da Arte na Universidade Federal do Rio de Janeiro. Agradeço a contribuição na formatação do Bolsista de Iniciação Científica Vitor Lemos de Santana (PIBIC-UFRJ).

to de morros e cortiços, para que uma nova cidade, "limpa" em todos os sentidos e *nova*, pudesse nascer.

Pensando em como as águas pluviais tornam-se um problema social que o novo sistema político passa a tentar resolver, partimos aqui de uma apresentação mais geral do contexto dos primeiros anos do século XX, procurando destacar os movimentos sociais e os conflitos gerados pelos paradoxos de uma República e de uma cidade que se queria moderna, civilizada e, no entanto, padecia, quase que anualmente, de tragédias decorrentes das inundações. Para tanto, recordemos um pouco o que a historiografia mais recente nos esclarece sobre o tema e a história do Rio de Janeiro naqueles anos, para depois analisarmos alguns desses eventos que se configuraram em verdadeiras catástrofes urbanas.

Jaime Benchimol, em seu livro: *Pereira Passos*: *Um Haussman tropical,* de 1982, procurou se ater à reconstrução da cidade do Rio de Janeiro analisando aspectos sociais e materiais desde a "cidade escravista" até os anos após a Reforma Passos, dedicando um capítulo a este período: "Os deserdados da urbe renovada". Observando a cidade sob a luz da história econômica, Benchimol destacou os males para a classe trabalhadora, acarretado pelas "obras de melhoramento" destinadas a modernização da capital e ao atendimento da necessidade das classes abastadas. Ao discutir o problema habitacional, o autor abordou a área central do Rio de Janeiro como epicentro da crise de moradias, notada pela elevada concentração demográfica, intensificada tanto pela abolição do trabalho escravo quanto pela proclamação da República.

Mais recentemente, Benchimol, em seu artigo "*Reforma urbana e Revolta da Vacina na cidade do Rio de Janeiro",* amplia suas pesquisas e traz novas contribuições para a historiografia sobre o tema. Para o autor, no alvorecer do século XX, o Rio de Janeiro sofreu, de fato, uma intervenção que alterou profundamente sua fisionomia e estrutura, e que repercutiu como um terremoto nas condições de vida da população, dando origem a uma paisagem nova, que reproduzia vários

traços daquela cunhada por Georges Eugene Haussmann, em Paris, três décadas antes.

O Rio de Janeiro que emergiu dos escombros da Cidade Velha e da conflagração social que ardeu em meio a eles – a chamada Revolta da Vacina – era diferente. Não como imaginaram os apologistas da Reforma, pois a política "racional", que se propôs a corrigir os erros de sua gestação "espontânea", engendrou novas contradições e agravaram muitas das que já existiam.

A República colocou a Ciência a seu serviço e, em nome do *progresso* e da *civilização*, iniciou um processo de "limpeza" da cidade, através do trabalho de seus higienistas. Destaca-se aqui o papel de Oswaldo Cruz durante a prefeitura de Pereira Passos, nosso "Haussmann tropical". Pereira Passos havia estudado na *École de Ponts e Chaussées* e permaneceu em Paris entre 1957 e fins de 1860, tendo assistido a reforma executada por Haussmann. Oswaldo Cruz também bebera na fonte francesa: em 1896 viajou a França para se aperfeiçoar no Instituto Pasteur, em pleno momento das descobertas de microorganismos patogênicos e das novas possibilidades não somente das vacinas, mas também de soroterapias variadas. O encontro dos dois, no Rio de Janeiro, propiciou um projeto moralizador e autoritário ao extremo: ao Estado cabia transformar, obrigatoriamente, a multidão indisciplinada de "pés descalços" em cidadãos talhados segundo os estereótipos que serviam à burguesia europeia para o exercício de sua dominação.

Lia de Aquino Carvalho em *Habitações populares,* lançado em 1986, sublinhou a consolidação das obras da cidade como um projeto exclusivo para burguesia. Para Carvalho "*A valorização do espaço urbano, decorrente da concentração e acumulação de capital, incidira diretamente sobre as habitações populares agravando sua problemática."* Segundo a autora a nova política de urbanização para a cidade refletia as relações sociais estabelecidas com a nova ordem econômica, uma vez que as classes dominantes possuíam controle da polícia e das administrações locais. Oswaldo Porto Rocha, seguindo a mesma linha, insistiu na hipótese de que a organização do espaço seria

um mecanismo de controle socioeconômico empregado pela burguesia. Do mesmo modo que Carvalho apontou para ausência do Estado em relação à "obras de melhoramento", onde as companhias de carris foram responsabilizadas pela drenagem dos pântanos, alargamentos de ruas, melhoramentos de túneis, entre outras obras que deveriam ser realizados pelo poder público. Partilhando do mesmo aporte teórico, essas análises apontam para uma cirurgia da cidade conduzida pelo Estado dominado exclusivamente pelos interesses econômicos, aspecto que só será modificado pela historiografia a partir dos anos 90, com exceção dos trabalhos anteriores de Nicolau Sevcenko (1982) e José Murilo de Carvalho (1987).

A modernização iniciada em 1904 consistiu na edificação de um cais corrido com 3.500m de extensão que implicou na demolição dos fervilhantes quarteirões marítimos e o aterro de suas numerosas enseadas com o entulho proveniente do arrasamento do morro do Senado. O segundo eixo da remodelação urbana foi a Avenida Central. Milhares de pessoas ficaram desabrigadas e tiveram seu quadro cotidiano de existência pulverizado pelas obras, e pelas normas e proibições que foram instituídas concomitantemente.

Quer pelas questões econômicas, sócio-políticas e/ou culturais nas quais a historiografia recente procurou as razões para a Revolta da Vacina, por exemplo, que ocorreu nesta época e que já foi imensamente analisada e não será objeto deste artigo, quer por outros motins contra a reforma urbana e seu "despotismo sanitarista", é inegável que a primeira iniciativa de destruição do espaço de moradia do pobre já na República foi a reforma urbana de Pereira Passos, ainda na primeira década do século XX. Por meio desta reforma, os cortiços foram destruídos e aos pobres restou construir moradias em regiões não valorizadas, no caso morros e encostas, outra forma de resistência a tentativa de segregação, para além da Revolta da Vacina, mas em locais de maior risco e vulnerabilidade em época de grandes temporais e enchentes.

Um outro Bota-abaixo: as inundações de 1905 e 1906

No governo Rodrigues Alves e durante a gestão do prefeito Pereira Passos (1902 - 1906), o conjunto de obras que foi realizado transformou a fisionomia da cidade, várias delas com implicações para o tema das inundações. Ao lado de imagens e textos que propagandeavam a Reforma urbana e os empreendimentos dos engenheiros, arquitetos e sanitaristas, as páginas das revistas e de outros periódicos, traziam "ecos" das inundações ocorridas naqueles anos em meio às obras de "melhoramento" da cidade.

De princípios do século XX datam as recomendações de Saturnino de Brito que, em 1905, indica o estudo, por meio de observações pluviométricas, do regime das chuvas caídas em curto período na capital. Acreditava ele que, só desta forma poderia ser resolvido de uma vez por todas o problema das inundações. Talvez porque o pioneiro da engenharia sanitária e ambiental no Brasil tivesse se assustado com as fortes chuvas e inundação ocorrida naquele ano no Rio de Janeiro.

Em meio às tão propaladas reformas urbanas de Pereira Passos, a pretensa transformação da cidade em vitrine da modernidade e da civilização do recém proclamado governo republicano ia literalmente "por água abaixo" e nem a principal obra de melhoramento da cidade que se tornaria o cartão postal do prefeito, a Avenida Central, através das lentes do fotógrafo da Prefeitura – Augusto Malta, ficaria livre de sofrer com a força das águas que chegavam junto com o calor do verão carioca.

Os jornais noticiavam o descompasso entre a pretensa modernidade, com as obras de abertura de largas avenidas e a destruição provocada pelas inundações. Na coluna "Notas de um vadio", assinada pelo articulista Braz Silva, registra-se uma das mais precisas ironias acerca daquela que seria a mais lembrada, fotografada e comentada avenida da remodelação realizada pelo então prefeito Pereira Passos:

> *"Ninguém imagina o desejo que eu tenho de ver pronta a Avenida Central. Ainda ontem, estive imaginando o que será aquilo*

> *para nós, pobres infelizes a quem a sorte só tem feito caretas. Não é que esteja pensando em palacetes de fachadas premiadas, nem na largura da rua, toda calçada de paralelepípedos feitos especialmente para esse fim, por um processo novo que, com certeza, há de aparecer. No que eu penso, verdadeiramente, é nas noites de enchente: como vai ser bonito aquele rio caudaloso, com grandes árvores em vários pontos, recebendo água de diversos afluentes. Será o Amazonas do Rio de Janeiro?" (Correio da Manhã, Rio de Janeiro, 9 de abril de 1904)*

É fartamente documentado que as chuvas quase anuais e as enchentes e inundações por elas ocasionadas castigavam o Rio de Janeiro, sobretudo no verão, vitimavam com muita assiduidade a população mais pobre da cidade, mas também atingiam as classes mais abastadas, ainda que em menor escala. Casos de desabamentos seguidos de mortes, assim como de destruição de edificações também do poder público, em função dos temporais, eram comuns e amplamente noticiados pela imprensa local. Mas causa espanto saber que, como Braz Silva narra em sua crônica acima citada, até a Avenida Central, cartão postal da "Paris Tropical", do Rio de Janeiro propagandeado nas Revistas ilustradas, seria objeto de semelhante desgraça, quando parte de seu calçamento foi danificado pelas chuvas torrenciais que caíram sobre a cidade, em mais uma manifestação da natureza e de suas fortes tempestades tropicais.

A Gazeta de Notícias de 20 de fevereiro de 1905 noticiava mais uma enchente no Rio de Janeiro:

> *"Não perdera ainda a sua fama de cidade que se inunda a uma chuvarada mais forte, o Rio de Janeiro. A violenta chuva que caiu durante a noite de sábado para domingo, nos preparou as cenas aquáticas a que já estamos habituados. O mangue transbordou, encheram quase todas as ruas que lhe são adjacentes. Da rua Senador Euzébio, no trecho compreendido entre a fabrica de gás e o entreposto de S. Diogo, a agua chegava a mais de meio metro de altura. Do largo do Matadouro até grande extensão das ruas Mariz e Barros e Mattoso, chegava quase um metro. Os bondes que ai passavam tinham os soalhos lavados, obrigando os passageiros a treparem-se nos bancos. Os burros levavam agua até o peito. Não houve peque-*

> *no pé d'agua que se não arrogasse importâncias de rio caudaloso. As obras do canal do Mangue ficaram completamente alagadas. No Rio Comprido e Estácio de Sá, poucas oram as ruas que não se encheram. (...)_Todas as ruas da Cidade Nova, principalmente as transversais do canal do Mangue, ficaram cheias até grande altura, invadindo a agua inúmeras casas." (Gazeta de Notícias, Rio de Janeiro, 20 de fevereiro de 1905)*

Ao lado das enchentes de 1905 está a grande inundação de 1906, uma das maiores na história do Rio de Janeiro e a mais calamitosa da Primeira República. Naquela ocasião, choveu das 11 horas e 45 minutos da manhã da sexta-feira dia 16 às 5 horas da manhã do sábado dia 17 de março, com períodos alternados de maior e menor intensidade, totalizando 150 m/m, sendo o período mais intenso das 18 horas às 19 horas e 30 minutos, com 40m/m de volume d'água[2]. Esta era a quarta ou quinta inundação por que passava a cidade naquele verão, e embora o volume da chuva não tenha sido dos maiores (em comparação com as duas maiores inundações anteriores, foram 233 m/m em 1883 e 216,6m/m em 1897[3]), a inundação tomou proporções agigantadas pela nova configuração sócio-espacial resultante do crescimento urbano de das obras do Bota-abaixo.

A inundação de 1906 é emblemática. Naquele que era o último ano da administração Pereira Passos, grande parte das obras da reforma urbana já estava concluída e a cidade estava transformada, era uma nova cidade. Com a abertura de novas avenidas, o alargamento de diversas ruas, a modernização do porto, as novas construções arquitetônicas, ela parecia finalmente se livrar do passado colonial. Não se esperava, todavia, que em tão pouco tempo os ares de cidade civili-

---

[2] Os dados são do Observatório Nacional, divulgados em diversos periódicos. Ver Jornal do Commercio. 19 de março de 1906. p3; Jornal do Brasil. 19 de março de 1906 p.2; Correio da Manhã. 19 de março de 1906 p.2; O Paiz. 19 de março de 1906 p.2.

[3] Os dados são do Observatório Nacional, divulgados em diversos veículos da imprensa da época. Ver Jornal do Commercio. 19 de março de 1906. p3; Jornal do Brasil. 19 de março de 1906, p.2; Correio da Manhã. 19 de março de 1906, p.2; O Paiz. 19 de março de 1906, p.2.

zada desapareceriam com uma inundação de proporções nunca vistas anteriormente, e que deixou a cidade em verdadeiro estado de caos.

Cobranças e críticas foram feitas ao Estado, lembranças de que as obras da remodelação não contemplaram os verdadeiros problemas da cidade e afirmações sobre a inoperância da administração pública. Todas as reações parecem apontar para a percepção de que a inundação, mais do que um problema ocasionado pela natureza, era um fato que tinha suas raízes não só na escolha do lugar de fundação da cidade que cresceu aterrando e drenando lagos e manguezais, mas também tinha como estopins questões políticas e sociais, que iam desde a omissão do Estado, passando pela baixa qualidade técnica empregada nas obras na cidade, bem como a localização de habitações em regiões de maior vulnerabilidade face às catástrofes urbanas resultantes das tempestades que atingiam a cidade durante o verão.

As enchentes de 1908, 1909 e 1910: A Paris Tropical enche, mas a Paris verdadeira também!

O Rio de Janeiro não foi a única cidade a ser atingida por fortes temporais que levaram a três grandes inundações na década de 1910. Também o modelo de civilização e cosmopolitismo de nossos governantes e da elite cultural carioca, Paris, sucumbiu com uma grande inundação terrível que causou muita destruição e morte.

No verão de 1909, Paris enfrentara uma estação diferente das usuais, especialmente permeada por fortes tempestades e, logo no inverno seguinte, a cidade seria castigada por chuvas fortes e nevascas difíceis que encheram a terra e fizeram com que o Sena elevasse seu nível até transbordar.

As terríveis tempestades tiveram início no dia 18 de janeiro provocando o transbordamento do Sena e seus afluentes, e inundando toda a cidade de Paris, onde o nível do rio subiu 8,50m, segundo foi noticiado nos jornais da época para o dia 28 de janeiro.

A água invadiu toda a rede de esgotos e túneis dos metrôs, alguns ainda em construção, particularmente o trecho da linha norte-

-sul e correu num antigo braço abaixo do Sena, que antes passava na então Gare Saint-Lázare, onde, mesmo longe do Sena, um verdadeiro lago foi formado pelas águas pluviais. Também as estações ao longo da Orsay e Invalides ficaram completamente inundadas. As águas chegaram mesmo a submergir uma das locomotivas e seus carros na Estação d'Orsay. A inundação de 1910 seria a pior do século, tendo sido considerada a segunda maior da história da cidade, depois da de 1658, que atingiu 8,81m.

Já no caso carioca, as enchentes tenderam a repetir o mesmo "modus operandi", alagando os mesmos locais de sempre, fazendo sua destruição em outros tantos bairros e derrubando casas e demais construções nas encostas dos morros, nas proximidades dos rios, nos espaços onde antes havia manguezais ou os rios corriam soltos. Como as histórias de cada ano possuem pouco de singular, vou citar brevemente uma descrição de uma dessas enchentes, a de 1910.

Para o caso carioca de 1910, basta dizer que em 11 de fevereiro de 1910 os jornais estampavam manchetes sobre "O temporal", a "inundação" com "paralisação do tráfego dos bondes" e a "invasão das águas" por toda a cidade. Era mais uma inundação que começava no verão carioca: "*A tarde, começou a formar o temporal, que não parecia ser tão grande, e que desabou ao cair da noite, formidável, chovendo torrencialmente durante quatro horas, sem parar."* (Gazeta de Notícias, 11 de fevereiro de 1910)

E, mais uma vez, os trechos já conhecidos de certas ruas, que sempre enchiam, voltaram a inundar como de costume: "*os bondes ainda assim, trafegavam, embora com irregularidade. Mais tarde, porém, esses mesmos trechos passavam dos limites e as águas, em grossas e fortes enxurradas, invadiam extensões enormes de ruas*". O periódico destacava a paralisação dos bondes da Light:

> *"A inundação foi completa, em ruas inteiras, e assim, o tráfego dos comboios elétricos da Light ficou interrompido também completamente, em todas as linhas da praça Onze de Junho para cima.*

> *Depois das 9 horas da noite, na impossibilidade de transpor o largo do Matadouro, que já é chamado de lago do Matadouro, os bondes das linhas que por ai passam, entraram pela rua Machado Coelho, a ver se conseguiam subir pela rua Haddock Lobo, via Andaraí, mas tiveram que estacionar naquelas ruas, à beira dos grandes lagos formados nos baixios." (Gazeta de Notícias, 11 de fevereiro de 1910)*

A Praça da Bandeira, ainda chamada de Largo do Matadouro pela Gazeta de Notícias, era sempre invadida pelas águas, como até hoje o é e, por isso, a população já fazia piada com a situação, chamando-a de "lago", posto que a região virava um verdadeiro lago, impedindo o tráfego de bondes e mesmo a pé era perigoso trafegar por ali, tendo em vista a possibilidade de desaparecer no meio da água turva. Sem falar nos riscos de doenças.

> *"Na rua Machado Coelho formava uma extensa linha de bondes. Na rua Haddock Lobo, também, vendo-se ali parados bondes das linhas de Vila Isabel, Andaraí, Engenho de Dentro, etc. Na Fábrica das Chitas também os bondes estacionavam no largo da Fábrica, esquina da rua Desembargador Izidro." (Gazeta de Notícias, 11 de fevereiro de 1910)*

Toda a região da Tijuca fora atingida e, como narra a reportagem, a água atrapalhava o transporte urbano e o ir e vir de seus cidadãos:

> *"Na Usina, na Tijuca, os bondes não desciam. Em outros muitos pontos, enfim, os bondes elétricos formavam linhas refletindo as suas luzes nas águas vermelhas dos lagos, oferecendo bizarros aspectos. Aqui era como uma ilha, ali era como um desses transatlânticos, carregados de passageiros, debruçados no tombadilho, curiosos, observando o movimento do porto. Desesperados a seguir viagem, muitos passageiros estiraram-se nos bancos a dormir sossegadamente, como se estivessem numa "cabine" do Cap Blanco". (Gazeta de Notícias, 11 de fevereiro de 1910)*

Era como o jornal descrevia aqueles cidadãos que permaneciam presos, nos bondes, tentando chegar em casa. Ainda falando da

Tijuca, sem dúvida, um dos bairros mais atingidos, o periódico afirma que:

> *"No largo da Segunda Feria, as águas invadiram quase todas as casas comerciais, causando danos. Na rua Haddock Lobo, esquina da de Aristides Lobo, também. O mesmo sucedeu na Avenida Salvador de Sá. No Largo do Matadouro, na rua Mariz e Barros, na Rua do Mattoso, as águas subiram a grande altura, e invadiram não só as casas comerciais como as de família". (Gazeta de Notícias, 11 de fevereiro de 1910)*

Vemos aqui o quando a inundação prejudicava o comércio da cidade e daquela região, mas também fazia estragos nas casas e nos automóveis, nos meios de transporte em geral.

> *"Foi grande o movimento de carros e tilburys durante toda a noite. Os automóveis, pelo mesmo motivo que os bondes, não puderam funcionar, não atravessando os lagos, para não exporem os seus motores. Do alto da Tijuca, desceu o bonde 321, às 8 ½ da noite, isso devido a correnteza das águas, a violência das enxurradas, sobre as linhas e ainda a queda de árvores e corridas de pedras, tudo isso interceptando a passagem dos carros." (Gazeta de Notícias, 11 de fevereiro de 1910)*

A reportagem conta que o prefeito ficou preso na Usina, que pelos bares do centro muita gente permaneceu até muito tarde, mas o que chama atenção é que a tragédia ocorre sempre nos mesmos pontos da cidade:

> *"Como sempre, as enxurradas do morro de Santo Antônio, trouxeram para a rua Treze de Maio, largo da Carioca e adjacências, um enorme lençol de lama vermelha, que foi causa de não pequeno numero de tombos de incautos transeuntes apressados." (Gazeta de Notícias, 11 de fevereiro de 1910)*

A reportagem fazia menção ainda aos automóveis que permaneciam estacionados pelas águas, junto dos lagos criados pelas águas e pelo transbordamento dos pequenos rios: "*diversos automóveis, com*

os seus faróis acessos, como monstros, surpreendidos pelas águas", é a imagem que surge nas páginas do noticiário.

Para concluir a matéria daquele dia fatídico, a Gazeta ainda dá outras notas, contando como na rua vinte e Quatro de Maio, por exemplo, entre as ruas Diamantina e Carolina, a água havia arrebentado um bueiro e impedira imediatamente qualquer comunicação, o que impedira o trafego dos bondes. E a mesma coisa teria acontecido em outros locais, como na Rua Bom Retiro, esquina com Rua D. Romana. Também a zona sul era atingida com as chuvas daquele verão de 1910.

Isso era somente mais um dia em mais uma inundação que acontecia em mais um verão de calor escaldante.

As águas de março fechando o verão de 1911,1916 e 1918

> *"As chuvaradas de verão, quase todos os anos, causam no nosso Rio de Janeiro, inundações desastrosas. De há muito que a nossa engenharia municipal se devia ter compenetrado do dever de evitar tais acidentes urbanos. Uma arte tão ousada e quase tão perfeita, como é a engenharia, não deve julgar irresolvível tão simples problema. O Rio de Janeiro, da Avenida, dos squares, dos freios elétricos, não pode estar à mercê de chuvaradas, mais ou menos violentas, para viver a sua vida integral. Como está acontecendo atualmente, ele é função da chuva. Uma vergonha! Não sei nada de engenharia, mas, pelo que me dizem os entendidos, o problema não é tão difícil de resolver como parece fazerem constar os engenheiros municipais, procrastinando a solução da questão. O prefeito Passos, que tanto se interessou pelo embelezamento da cidade, descurou completamente de solucionar esse defeito do nosso Rio. Infelizmente (...) nos preocupamos muito com os aspectos externos, com fachadas, e não com o que há de essencial nos problemas da nossa vida urbana, econômica, financeira e social." (BARRETO, 1915: p. 15)*

Lima Barreto estava certo. As reformas urbanas de Pereira Passos não tinham se preocupado com as consequências ambientais de tantos novos aterros, avenidas e construções que dificultavam ainda mais o escoamento da água das chuvas e sua chegada ao mar. Destruindo tantos manguezais e cobrindo-o de novas construções, o prefeito,

o Ministro da Viação, e o presidente Rodrigues Alves, tinham sim contribuído para a piora dos resultados das fortes chuvas tropicais. Mas as inundações pareciam preocupações secundárias nos rumos do urbanismo carioca naquele momento. E o próprio prefeito, em entrevista dada poucos anos depois, em plena enchente de 1911, confessava ter sido preocupação secundária resolver o problema das inundações na cidade. A entrevista que analiso a seguir discorre sobre vários aspectos pertinentes às hipóteses de nosso trabalho, como poderá ser visto. Antes, porém, falemos um pouco sobre o que aconteceu na inundação que, como poderá ser facilmente percebido, não foi muito diferente das outras enchentes acima relatadas, com pouca ou nenhuma singularidade em sua destruição.

A enchente de 1911 e a interpretação do ex-prefeito Pereira Passos

Em 14 de fevereiro de 1911 a Gazeta de Notícias publicou grande reportagem sobre o temporal que, ocorrido no dia anterior, teria causado muitos estragos materiais, deixando mais uma vez a cidade inundada e, por consequência, o trafego interrompido e com vários danos no mar:

> *"A cidade foi afinal varrida ontem pelo temporal longamente prenunciado e profetizado por toda a gente. (...) Desde os pingos de chuva da noite de sábado, cousas anormais se passavam pela atmosfera, com a lua elegantemente envolvida numa "echarpe" de seda creme e com umas mudanças bruscas de temperatura trazidas por ventos misteriosos". (Gazeta de Notícias, Rio de Janeiro, 14 de fevereiro de 1911.)*

O jornal vai poeticamente revelando os momentos que antecederam as chuvas que de fracas começaram a cair mais fortemente, provocando correrias e confusão no centro da cidade:

> *"...durante o dia de ontem, ninguém previu para a tarde a grande carga d'água, que às 4 horas pairou ameaçadoramente sobre as nossas cabeças. Escurecendo os ares como á boca da noite, e caindo logo, mais branda primeiro. E depois fartamente, vergastada por uma ventania violenta e desordenada, sob surdos rumores celestes". (Gazeta de Notícias, Rio de Janeiro, 14 de fevereiro de 1911)*

A reportagem da Gazeta de Notícias dá detalhes de quanto tempo a chuva caiu e de que forma:

> *"A tempestade durou quase duas horas, continuando, porém, a chuva miúda, até cerca de 8 horas da noite. Previa-se para o avançar da noite a queda de mais água, para abrandar a temperatura relativamente alta e limpar o céu enegrecido por grossos volumes de nuvens". (Gazeta de Notícias, Rio de Janeiro, 14 de fevereiro de 1911)*

E a confusão do centro, o corre-corre também é bem relatado, sendo que na narrativa, destaca-se o perigo da queda de postes da Light, que poderia causar morte nos transeuntes, principalmente os incultos que poderiam não saber a possibilidade de morrer eletrocutado:

> *"Imagina-se facilmente o que houve de confusão pelo centro da cidade com a queda súbita do grande temporal: houve correrias, pelas ruas, assalto a bondes, gente, principalmente senhora, retida nas lojas, que em sua maioria cerraram as portas evitando a invasão das águas pela forte ventania, e as interrupções de trafego na Light, as enchentes fatais de logradouros públicos, atraso nos subúrbios, noticias alarmantes do mar... e tudo mais que a nossa reportagem colheu e que será registrado em seguida". (Gazeta de Notícias, Rio de Janeiro, 14 de fevereiro de 1911)*

Então vejamos os principais estragos causados pela inundação daquele ano. Inicialmente chama atenção a queda dos postes da Light e a falta de condução:

> *"A Light sempre que chove e seus carros ficam reduzidos a estafermos desculpa-se com as enchentes. Ontem, porém, os postes da Light deram para cair, num perigo terrível para esta incauta população. Foram por terra três postes na rua Visconde de Itaúna, três na rua Senador Euzébio, dois na rua Formosa e outros de que daremos noticia mais adiante. Escusado dizer que devido a isso esteve longamente interrompido o trafego das linhas dependentes dessas ruas, algumas das quais foram mais tardes restabelecidas, fazendo longos rodeios." (Gazeta de Notícias, Rio de Janeiro, 14 de fevereiro de 1911)*

O periódico noticiou ainda a quantidade de ruas e praças alagadas, sobretudo nos arredores da Praça da Bandeira, mas também no centro, onde várias ruas ficaram intransitáveis, atrapalhando o comércio e outras atividades comuns àquela região:

> *"Com o temporal de ontem foram inundadas: diversos trechos das ruas Riachuelo, Inválidos, Haddock Lobo, Mariz e Barros, Avenida Gomes Freire, da praça da Republica, da rua Treze de Maio, Vinte e Quatro de Maio, Avenida Central, do lado par, entre as ruas S. José e Sete de Setembro, praça do Alto da Boa Vista, Praia Formosa, etc., etc. (...) Em quase todos esses lugares compareceu o pessoal da Limpeza Publica, cujo super-intendente, o Sr. Major Souza e Silva foi incansável em providencias". (Gazeta de Notícias, Rio de Janeiro, 14 de fevereiro de 1911)*

Aqui é interessante notar como há ajuda com a limpeza por parte das autoridades logo após a queda das chuvas. Por outro lado, a chuva continuou e a Gazeta de Notícias de 24 de março, mais de um mês depois, publicou outras matérias relevantes para obtermos informações sobre o cotidiano das enchentes e todos os danos e mortes causados nesses momentos de crise urbana. Várias manchetes chamam nossa atenção para os fatos: "A enchente continua"; "Horrível desabamento"; "uma família sob os escombros":

> *"Mais um dia e uma noite de chuva incessante tivemos ontem. A cidade continuou a sentir os efeitos e as consequências deploráveis de uma inundação completa. (...) Cessou o vento tão necessário e as nuvens imóveis descarregaram, mas descarregaram a água. (...) As ruas que se tinham esvaziado retomavam o aspecto de verdadeiros rios, caudalosos, impedindo todo e qualquer transito, ainda mesmo os munidos de rodas altas." (Gazeta de Notícias, Rio de Janeiro, 14 de fevereiro de 1911)*

O jornal ainda nos conta que as inúmeras famílias que foram expulsas de casa pela invasão das águas "aquela hora, acariciavam a esperança de se retirarem dos lugares onde se achavam refugiadas, viram-se inibidas de o fazerem por terem as águas se avolumado novamente.

O primeiro bonde parou, no largo do Matadouro (antigo nome da Praça da Bandeira). Para variar, lá estava ela, a Praça da Bandeira, cheia, como ficaria todos os anos até a última enchente ocorrida recentemente:

> *"Eram quase 6 horas da manhã, quando foi comunicada a interrupção do tráfego á companhia. Novos bondes tentaram fazer a travessia mas nenhum deles conseguia passar, retrocedendo do caminho para não ficarem encalhados. E todas as ruas retomaram o aspecto triste e desolado da véspera. De novo as famílias trepadas as janelas esperavam pelos socorros que lhes podiam prestar os caminhões do Corpo de bombeiros, da Limpeza Publica e da própria Light. Era de novo a terrível enchente que tinha retomado o seu aspecto e se alastrava por todas as ruas, todas as ruas que mais sofrem as suas terríveis consequências." (Gazeta de Notícias, Rio de Janeiro, 14 de fevereiro de 1911)*

Mas talvez o momento mais rico e com inúmeras possibilidades de análise seja justamente aquele em que a Gazeta de Notícias, de 27 de Março de 1911 foi até a casa do ex-prefeito Pereira Passos para uma entrevista sobre o excesso de água, procurando uma resposta plausível por parte do ex-prefeito do Bota-abaixo que deveria explicar para o periódico "como evitar as enchentes". Entrevista que, pela riqueza da fonte descoberta, merece nossa especial atenção, pois como engenheiro, o prefeito procura explicar o que deveria ser feito para solucionar o problema da enchente e as soluções que não funcionariam, bem como assume que não teve essa preocupação quando estava na frente da administração da cidade:

> Segundo o Dr. Francisco Pereira Passos:
>
> *"A causa geral das lamentáveis inundações do Rio é a insuficiência dos atuais ralos das ruas para escoamento das águas pluviais. Esses ralos devem ser substituídos e aumentados.*
>
> *Para convencê-lo do que digo, basta lembrar um fato. Nos dias consecutivos de grandes chuvas, aqui no Rio, as grandes inundações somente se verificam nos primeiros dias. Por que? O motivo é simples. As grandes chuvas, quando inundam a cidade, são acompa-*

nhadas e mesmo precedidas de grandes ventanias. A nessa cidade já é muito arborizada. De modo que as folhas das arvores, reunidas aos muitos detritos que a ventania vai arrancando na sua passagem, se apressam a entupir os pequenos ralos das ruas. E ai tem o senhor a razão por que as inundações são comuns e crescem em poucas horas de chuva. Mas apenas a Limpeza Publica desobstrui os ralos, embora continue a chuva por dias seguidos, são se repetem as inundações. Pelo menos, as novas águas não sobem com a violência do primeiro dia.

Como lhe disse, esses ralos atuais das ruas precisam de ser substituídos por outros ralos abertos, colocados debaixo do meio-fio. Além disso, é preciso aumentar o numero dos ralos. A quantidade atual é também insuficiente. E, assim, dei-lhe a causa geral das inundações e lembrei o remédio, a meu ver." (Gazeta de Notícias, de 27 de Março de 1911)

De forma simplória, o ex-prefeito culpa a falta de bueiros! Interessante notar como o administrador justifica o fato de não ter conseguido resolver o problema na sua gestão simplesmente por falta de tempo e dá várias soluções para o problema, além de apresentar uma breve história das obras de engenharia já realizadas nesse sentido, inclusive durante a sua gestão:

"(...) Quando estive na Prefeitura, não tive tempo de ocupar-me detidamente do assunto, nem de o resolver. Continuei, porém, e pude concluir o serviço parcial que estava reclamando o bairro das Laranjeiras por uma galeria fechada, que se fosse lançar no Flamengo. Foi mais que uma experiência esse serviço, que teve completo êxito. Nas grandes inundações, por exemplo, em frente á minha casa, a água subia dou metros acima do nível da rua. Em 1886, morreu um homem afogado. Com a galeria fechada, as águas nunca subiram mais de uma polegada acima daquele nível.

Não lhe expliquei a necessidade da substituição do leito do rio pela galeria fechada. Era outro grave motivo das inundações. Aquele rio era atravessado por uma série de encanamentos de água, esgoto, gás, etc. Esses canos, que já obstruíam parcialmente as águas, ligados aos galhos de arvores e outros detritos, formavam verdadeiras represas. E assim, a inundação do bairro das Laranjeiras era ine-

vitável. A galeria fechada, passando por baixo de todos os encanamentos, evitou tudo. As águas do rio e as que caem nelas, correm livres de qualquer obstrução, livres daquelas represas.

O mesmo que fiz com o rio Laranjeiras, quis fazer com o rio Banana Podre, da rua Voluntários da Pátria. Iniciei uma nova galeria fechada, substituindo o leito do rio. Não sei se continuaram e completaram esse serviço. O resultado seria o mesmo.

O caso antigo do rio Laranjeiras é o caso atual dos outros rios da cidade, como por exemplo, dos que descem da Tijuca para São Cristovão, Andaraí Rio Comprido, etc. O remédio é o mesmo: as galerias fechadas, por baixo de todos os encanamentos. Lá, entretanto, o problema é muito mais complexo, por que há terrenos muito baixos." (grifo nosso). (Gazeta de Notícias, de 27 de Março de 1911)

O prefeito acaba por se contradizer afirmando da complexidade do problema, tendo em vista a forma com que os rios foram cobertos e como foram feitas galerias substituindo o leito dos rios. No caso da zona norte, em particular a área da Tijuca e entorno, ele mesmo salienta a questão de que os terrenos são muito baixos, o que ainda complica ainda mais a situação:

" Todos esses rios têm uma série de represas formadas pelos canos de gás, esgotos, água, etc., atravessados no leito em que correm as águas. E com os canos, troncos de arvores, galhos, detritos, lama, um horror. O Rio é a única cidade do mundo em que se vê tal cousa: permitir-se a cada um desses serviços oficiais ou particulares que obstruam os rios da cidade, provocando assim as inundações. Que se arranje qualquer outro meio, mas atravessar assim um rio, nunca. E' preciso que o governo regule energicamente esse estado de cousas.

Entretanto os abusos não se contam. Basta dizer-lhe que os encanamentos não se limitaram a atravessar o leito dos rios: um cano de 60 centímetros, condutor de águas potável ao morro da Viúva, cortou a galeria fechada do rio Laranjeiras no Flamengo!" (Gazeta de Notícias, de 27 de Março de 1911)

Perceber a visão do administrador e engenheiro Pereira Passos torna-se ainda mais instigante na medida em que ele, além de recordar as obras de contenção dos rios, problematiza os conflitos de interesses e descompromisso dos diferentes órgãos encarregados da gestão do município, quando, por exemplo, relata de que ele sequer chegou a divulgar o relatório do Dr. Américo Rangel por ser um verdadeiro "libelo contra o desleixo dos poderes públicos", que na confusão da gestão da cidade, acabaram por transformar esses escoamentos de água num caos entre encanamentos e leitos de rios, o que também gerava a tragédia das enchentes quase todo ano:

> *"Acho desnecessária como obra de primeira necessidade a grande vala na orla das montanhas. Nada mais tenho a dizer-lhe. As minhas opiniões não de hoje que as defendo. Já as possuía, quando o Dr. Américo Rangel, diretor da Carta Cadastral, na Prefeitura me apresentou um relatório onde confirmava com provas a causa geral que apontei, da insuficiência dos ralos: onde resumiu o caso dos canos que atravessam e obstruem os rios, represando-lhes as águas. Mandei imprimir esse relatório. Não o distribui, porém: era um libelo contra o desleixo dos poderes públicos, permitindo esse conflito entre encanamentos e leitos de rios, causadores das inundações de muitos bairros da cidade.*
>
> *Ha providencias particulares, que eu poderia lembrar, mas em outra ocasião, com documentos. Lembro-me, porém, do ralo grande ali do Cosme Velho, que recebe as águas pluviais de todas aquelas alturas circunvizinhas. Qualquer chuva de algumas horas, agora, é inundação certa. Por que? Porque o ralo recebe galhos de arvores e outros detritos suficientes para a formação de uma represa logo no começo da chuva.(...)". (Gazeta de Notícias, Rio de Janeiro, 27 de março de 1911)*

Sem dúvida, trata-se de uma entrevista muito esclarecedora dos caminhos das águas e da política municipal de princípios da República brasileira e da então capital federal.

À guisa de conclusão

> *"Apesar da frequência com que aconteciam, esses fenômenos parecem não ter sido enfrentados com a urgência necessária. Muitos anos mais tarde, em março de 1930, o tema das enchentes e inundações no Rio de Janeiro voltava a preocupar as autoridades, pela sua intensidade e pelo risco que trazia para a população. Foi o engenheiro Alfredo da Costa Moreira, membro do Conselho Diretor do Clube de Engenharia, quem se encarregou de trazer o debate para dentro da instituição. Naquele final de verão, o excesso de chuvas causou grandes estrados sobretudo nos bairros de Laranjeiras, Catete e Praça da Bandeira, e mereceu destaque nas reuniões do grupo, tendo em vista os estudos para solucionar o grave problema". (MOREIRA, 1931, pp. 311-317, apud CURY, 1990,p. 6.)* [4]

A história das enchentes não termina por aqui. Ainda na Primeira República teríamos uma grande inundação em abril de 1924 e outra em fevereiro de 1928... Uma outra história, não muito diferente das acima relatadas.

Referências bibliográficas

BENCHIMOL, Jaime L. *Pereira Passos: um Haussmann tropical*. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, Turismo e Esportes-DGDIC, 1982. (Biblioteca Carioca).

_____. Reforma urbana e Revolta da Vacina na cidade do Rio de Janeiro. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. *O Brasil republicano*: o tempo do liberalismo excludente; da Proclamação da República à Revolução de 1930. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

[4] "Ao comentar as observações do orador, Paulo de Frontin, então presidente da instituição, levantou dois pontos que, a seu ver, deveriam ser considerados nessa questão: o aumento notável da área edificada na cidade, provocando um escoamento superficial em escala muito menor, e o aterro dos cursos d'água da região, extinguindo alguns dos escoadouros naturais preexistentes mais importantes. As discussões em torno do tema ocupariam ainda diversas sessões do Conselho Diretor da entidade até o mês de junho daquele ano." (CURY, 1990: p.6)

CARVALHO, Lia de Aquino. *Habitações populares*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, Turismo e Esportes-DGDIC, 1995. (Biblioteca Carioca).

CARVALHO, José Murilo de. *Os bestializados*: Rio de Janeiro e a República que não foi. São Paulo, Companhia das Letras, 1987.

CURY, Vania Maria. O Clube de Engenharia no contexto histórico de nascimento do Moderno Urbanismo Brasileiro, 1880-1930. In: *Anais do Seminário de História da Cidade e do Urbanismo*, 1990.

MOREIRA, Alfredo da Costa. Comunicação sobre as inundações no Rio de Janeiro, *Revista do Clube de Engenharia*. Rio de Janeiro, Typ. do Jornal do Commercio, 1931, pp. 311-317.

SEVCENKO, Nicolau. *A revolta da vacina*: mentes insanas em corpos rebeldes. São Paulo: Editora Scipione, 1992.

Resumo

O objetivo do artigo é problematizar a relação entre a história da reforma urbana ocorrida na gestão Pereira Passos no Rio de Janeiro e a ocorrência de grandes inundações. A história das enchentes que emerge das páginas da imprensa carioca é analisada. Encontramos literatos, engenheiros e o próprio ex-prefeito apresentando seus olhares sobre os eventos catastróficos que tinham suas raízes não só na força da natureza, mas sobretudo na própria forma como a urbanização da cidade criou áreas de vulnerabilidade em que os mais atingidos acabaram sendo os cidadãos das classes pobres. Nossa hipótese para a Primeira República, que tentamos demonstrar neste artigo, é que as tempestades e inundações acabaram por contribuir para a reconfiguração urbana arquitetada pelas elites em seus ideais de "limpeza" urbana visando uma capital ordenada e "civilizada".

Palavras-chave: Rio de Janeiro; Inundações; Primeira República; História Urbana; Imprensa; Pereira Passos.

Abstract

This article aims to problematize the relationship between the occurance of major floods and the history of the urban reforms that

were undertaken during the mayoral administration of Pereira Passos in Rio de Janeiro. Analyzing the history of flooding that emerges from the pages of Rio's daily press, one encounters literary figures, engineers, and even the former mayor presenting their views on the floods. These catastrophic events were the result not only of natural forces but, above all, of the way in which the urbanization of Brazil's capital city created areas of vulnerability in which the poorer classes were the most deeply affected by natural events. This article hypothesizes that, in the First Republic, storms and floods ended up contributing to the elite classes' reconfiguration of urban architecture, enabling the ruling classes' use of urban "cleansing" to attain an ordered and "civilized" city

Keywords: *Rio de Janeiro; floods, First Republic; urban history; press; Pereira Passos.*

Recebido em 28 de agosto de 2014. Aprovado em 10 de novembro de 2014.

O ZICARTOLA

Neusa Fernandes[1]

No dia 5 de setembro de 1963, no Rio de Janeiro, a música popular brasileira ganhou um espaço pra lá de excelente: o Zicartola, restaurante criado pelo compositor e sambista Angenor de Oliveira, o Cartola, e sua mulher Euzébia Silva do Nascimento, a Dona Zica. A inauguração do Zicartola ocorreu quando o local já era conhecido mas a sua festa de lançamento foi um sucesso. Financiado por empresários boêmios, seu primeiro contrato foi assinado pelos sócios Eugênio Agostini Netto, seus primos Renato e Fábio Agostini Xavier e Dona Zica. O estabelecimento funcionava no centro da cidade, no segundo nível de um sobrado de três andares, onde também moravam, no terceiro pavimento, Cartola e Zica. Antes, o casal mangueirense que se uniu em 1953 passara um grande aperto na vida. Zica, boa quituteira, que já tinha sido cozinheira de uma sociedade carnavalesca, a Embaixada do Sossego e do tradicional Clube Cordão do Bola Preta, aproveitou todo seu talento na culinária para ganhar a vida e passou a cozinhar e vender marmitas para os motoristas de ônibus na Praça Mauá. E Cartola, fundador, em 1925, juntamente com *Carlos Cachaça, do Bloco dos Arengueiros*, que seria o embrião da Estação Primeira de Mangueira, criada em 1925, estava desempregado e afastado de sua Escola de Samba, desde 1961, quando perdeu o concurso de samba-enredo. Sem nenhum dinheiro, passou a viver de favor, até que aceitou o cargo que lhe foi oferecido pelo diretor do Departamento de Turismo da Prefeitura, para ser zelador da sede da Associação das Escolas de Samba, na Rua dos Andradas, onde passou a morar. A sede era frequentada por jornalistas, artistas e empresários que ficavam curtindo o samba de Cartola e a comida de Dona Zica. Quando acabava a bebida, a festa também acabava, porque não havia local para abastecer. Assim, os frequentadores da casa tiveram a ideia de montar

[1] Pós Doutora. Sócia efetiva IHGRJ.

um local onde Zica cozinhasse, Cartola tocasse violão e a geladeira estivesse sempre abastecida. Dona Zica queria que o local escolhido fosse no centro da cidade, em função da boa clientela já conquistada. Foi escolhido um sobrado na Rua da Carioca, 53, batizado de Zicartola, para onde se transferiram todos os artistas e frequentadores da sede da Rua dos Andradas.

O Zicartola se tornou o *point* carioca nos anos 60.

Cartola – Acervo particular.

Em seus primeiros meses, o Zicartola apenas servia refeições. Ao fim da tarde, era ponto de encontro de sambistas de destaque na cultura brasileira, como Elton Medeiros, Nelson Cavaquinho, Ismael Silva e Aracy de Almeida, e grandes nomes da bossa nova como Carlos Lyra e Nara Leão. Também foi palco do lançamento de Paulinho da Viola, na época desconhecido. O então bancário Paulo César Batista de Faria foi levado ao Zicartola pelo poeta Hermínio Bello de Carvalho, e passou a integrar o conjunto que acompanhava os cantores, tocando violão e cavaquinho. Com seu sucesso, o jornalista Sérgio Cabral, também frequentador da casa, apresentou o novo sambista em sua coluna no *Jornal do Brasil* e o batizou de "Paulinho da Viola", alegando que "Paulo César" não era nome de sambista.

Da esquerda para a direita: Elton Medeiros, Clementina de Jesus, Ismael Silva, Nelson Cavaquinho e Hermínio Bello de Carvalho. Acervo particular

Um dos mais assíduos frequntadores do Zicartola era o cantor e compositor Zé Keti, entusiasmado divulgador da casa. Zé Keti e o poeta Hermínio Bello de Carvalho fundaram no Zicartola a "Ordem do Cartola Dourada", um reconhecimento aos grandes nomes da música popular brasileira. Os homenageados tinham seus rostos representados em quadros colocados nas paredes do restaurante: Tom Jobim, Dorival Caymmi, Elizeth Cardoso e Ciro Monteiro foram algumas dessas personalidades.

Muitos intelelectuais eram também assíduos frequentadores da casa como o advogado Helio Saboya, o poeta Ferreira Gullar, os escritores e jornalistas Sergio Porto, Lucio Rangel, Jota Efegê, Sérgio Cabral, Eneida, Fernando Pamplona e empresários como Eugênio Agostini. Eram eles os responsáveis pela promoção de eventos culturais como lançamentos de livros. Viriato Corrêa foi um dos autores prestigiados nesses lançamentos.

Ocorrendo o golpe militar no Brasil, em 1964, o Zicartola foi local de reuniões de pessoas contrárias ao regime. Reduto de resistência na defesa da democracia, vez por outra, se ouviam inflamados discursos contra os militares. Além disso, também havia a defesa cultural

da música popular brasileira, que, segundo os frequentadores, estava ameaçada pela música estrangeira, sobretudo a americana.

Com muitas dívidas, muitos devedores, muitos problemas administrativos, Cartola e Zica não conseguiram levar avante o empreendimento. O Zicartola fechou as portas em maio de 1965, vinte meses após sua abertura. Eugênio Agostini e seus primos saíram da sociedade, deixando todas as suas quotas para Dona Zica. O casal passou o sobrado para Jackson do Pandeiro, que tentou fazer um restaurante nos mesmos moldes, com a diferença de que ofereceria forró e comida nordestina. Não obteve êxito e o local foi fechado em pouco tempo.

Dona Zica – Acervo particular.

Em março desse ano de 1965, o poeta Hermínio Bello de Carvalho reuniu os sambistas do Zicartola, Paulinho da Viola e Elton Medeiros, mais Nelson Sargento, Nescarzinho do Salgueiro e a consagrada cantora Aracy Cortes no espetáculo Rosa de Ouro que foi um absoluto sucesso. Esse espetáculo lançou a novata Clementina de Jesus e ficou dois anos em cartaz no Teatro Jovem, em Botafogo.

Em março de 2011, no desfile carnavalesco das Escolas de Samba no Sambódromo, a Estação Primeira de Mangueira homenageou o compositor Nelson Cavaquinho com o enredo *O Filho Fiel, sempre Mangueira*. Significativa presença teve o restaurante Zicartola

nesse enredo, representado por um belo carro alegórico e citado na letra do samba-enredo, de autoria de Aílton Nunes, Cesinha Maluco, Alemão do Cavaco, Xavier, Rifai e Pe Baianinho.

Resumo

O restaurante Zicartola, de propriedade do compositor Cartola e sua mulher Zica foi na cidade do Rio de Janeiro na década de 60, um ponto de atração e de encontro de compositores, sambistas e intelectuais.

Palavras-chave: Restaurante; Sambistas; Intelectuais.

Abstract

El restaurante Zicartola, propriedad del compositor Cartola et sa mujer Zica, fué, en la ciudad de Rio de Janeiro, en la década de 60, un punto de atracción et de encuentro de sambistas, compositores et intelectuales.

Keywords: *Restaurante; Sambistas; Intelectuales.*

Recebido em 16 de outubro de 2014. Aprovado em 20 de novembro de 2014.

THALITA DE OLIVEIRA CASADEI (1921-2014)

Salvador Mata e Silva[1]

Foi professora, pesquisadora, historiadora, historiógrafa, geógrafa, cronista, articulista (em jornal e revista), sócia do IHGRJ e do IHGB, tendo sido fundadora de vários institutos históricos municipais fluminenses. Filha do juiz de direito e desembargador dr. Aderbal de Oliveira (patrono do fórum de São João de Meriti) e da profa. Osíris Rangel de Oliveira; nasceu no Município de Campos dos Goitacazes (RJ), no dia 12 de novembro de 1921 e faleceu no Município de Niterói (RJ), no dia 19 de setembro de 2014. Foi sepultada no Cemitério da Confraria de Nossa Senhora da Conceição no Maruí, Barreto, Niterói (RJ). Casou-se com o advogado Antônio Casadei (mineiro da Campanha) em 1967 e ficou viúva em 1997, não teve filhos.

Nascida em Campos, com dois anos e meio foi morar em Cambuci (RJ), onde seu pai advogou. Aos três anos, residiu em Parati (RJ), onde seu pai instalou a comarca, permanecendo até aos seis anos. Jamais se esqueceu dos anos ali passados. Morou ainda em Angra dos Reis, Rio Claro e Barra Mansa. Aos sete anos, veio para Niterói (RJ), onde viveu até o seu falecimento, em 2014.

Estudou as primeiras letras com sua mãe, profa. Osíris Rangel de Oliveira (formada na Escola Normal de Campos, porém, nunca

---

[1] Professor, historiador e jornalista. Sócio do IHGRJ.

exerceu o magistério, a não ser alfabetizando a própria filha). Estudou depois com professoras particulares e foi preparada para ingressar no Liceu de Humanidades Nilo Peçanha (Niterói – RJ), em 1932, terminando o Ginásio e o Curso Normal em 1938. Ingressou na Universidade do Distrito Federal (UDF) em 1939, no Curso de Geografia. Com o término da UDF, passou para a Faculdade Nacional de Filosofia (FNF) da Universidade do Brasil (UB), atual UFRJ, e o curso de Geografia passou a ser de Geografia e História, terminando a faculdade no ano de 1942. Portanto, Bacharel e Licenciada em Geografia e História.

Segundo entrevista dada à profa. Sulamita Castro Azevedo e Silva, na inauguração da Sala Thalita Casadei, na sede do Instituto Histórico e Geográfico de Niterói, no ano de 2003, Thalita informava ainda que os professores da faculdade onde estudara eram homens de grande cultura. Josué de Castro, professor de Geografia Humana, foi precursor de trabalhos como *A Geografia da Fome*, obra jamais superada. Na Antropologia Física e Cultural, Professor Artur Ramos explicou, em aulas bem planejadas e executadas, as primeiras noções de raça e povo, além de estudos sobre indígenas e negros. A História do Brasil foi revelada pelo Professor Hélio Vianna que deixou a segurança de nomes e datas. Ao ilustre Professor Silvio Júlio, devia as informações sobre a literatura hispano–americana que, de outra forma, não teria tido conhecimento. Disse mais: "A guerra de 39/45 trouxe para o Brasil professores franceses que lecionavam em sua língua materna: Mr. Antoine Bonn, de História Antiga, Mr. Victor Lucien Tapie, de História Moderna e Contemporânea, Mr. Gilbert, de Geografia".

Exerceu suas atividades docentes e culturais no Distrito Federal, depois Estado da Guanabara. Foi professora nos colégios estaduais do antigo Estado da Guanabara, José Accioli, Marechal Hermes e Paulo de Frontin, na Tijuca. Ingressou no Liceu Nilo Peçanha, em Niterói, no ano de 1943, como substituta do professor de História Paulo Aquiles até ser efetivada, permanecendo até a sua aposentadoria. São seus ex-alunos vários professores, médicos, engenheiros, advogados, políticos e outros. Foi professora de História nos primeiros anos da Universidade Federal Fluminense. Depois de aposentada, começou a pesquisar e escrever sobre a História Fluminense, tornando-se a pes-

quisadora e historiadora nº 1 do Estado do Rio de Janeiro. Pesquisou e escreveu sobre a cidade de Campanha (MG), juntamente com seu marido, Antônio Casadei, nascido naquela cidade mineira. Daí ter recebido o título de Cidadã Campanhense e já tendo o título de Cidadã Niteroiense. Foi agraciada ainda com as medalhas "Vital Brasil", de Campanha (MG), "Martim Afonso de Souza", do Instituto Histórico e Geográfico de Guarujá – Bertioga, além de outras medalhas.

Durante a sua vida de pesquisadora, historiadora e geógrafa, depois de se aposentar no magistério, passou a frequentar para pesquisas o Arquivo Nacional, o Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro (Biblioteca Estadual de Niterói), o Arquivo da Câmara Municipal de Niterói, o Arquivo Municipal de Petrópolis, o Arquivo do Grão Pará, ambos com documentação de D. Pedro de Orleans e Bragança (dizia a profa. Thalita: "é dessa fase, quando vivia descobrindo documentos, que tenho mais saudades"), além dos arquivos das faculdades da UFF e o Arquivo da Imperial Irmandade de São Vicente de Paulo (foi a primeira pessoa a organizar o arquivo, que possui uma farta documentação sobre a Irmandade, Niterói, Província Fluminense e Estado do Rio de Janeiro, desde 1854, data da sua fundação).

Sua pesquisa foi voltada para a História Fluminense. Depois do casamento com Antônio Casadei, natural de Campanha (MG), resultou o interesse de Thalita Casadei por Campanha, Minas Gerais, e, como consequência, sobre suas pesquisas naquela cidade publicou: "Aspectos Históricos da Cidade da Campanha", trabalho que teve a participação do seu marido. É quando se tem notícia de que renomado sábio, internacionalmente conhecido, Vital Brazil, nascera em Campanha. E que Euclides da Cunha e Silvio Romero também viveram uma temporada em Campanha (MG). Cada qual trouxe de lá um filho...

Nas suas pesquisas sobre a História Fluminense, raro é o assunto que não tenha sido explorado pela profa. Thalita Casadei. Começou com um manual de "Exercícios de Geografia e História para o Curso de Admissão". Escreveu vários artigos para revistas especializadas como: a Notícia Bibliográfica e Mensário de Campinas; Cadernos do Instituto Histórico e Geográfico de Niterói; Memórias do

Arquivo Nacional; e muitos outros. Seguiram-se vários livros como: "Estudos de História Fluminense", apresentado por Raul Lima que, sobre Thalita, diz:

> *O mérito especial do trabalho de Thalita no Arquivo Nacional é que suas pesquisas vão ao material ainda não catalogado. Ela não se limita a apresentar ao público o que o arquivista já sabia, mas sim, realmente, o que estava ignorado ainda nos maços, nas pacotilhas, nas caixas, nos códices, conteúdo variado e mesmo imprescindível. De modo que o encontro do fortemente significativo da revelação ou do pitoresco é tudo fruto de seu esforço pessoal, das horas de sacrifício do seu lazer, é o empenho onde entra boa dose de espírito cívico, além de amor às velhas letras e de servir a nossa cultura histórica.*

Às atuais gerações, impõe-se conhecer o trabalho da professora e pesquisadora que dedicou toda sua vida ao levantamento da História Fluminense.

Sua personalidade foi plena de modéstia, de simplicidade, avessa a bajulações. O seu mérito intelectual se projetava independente de alardes para melhor aparecer.

Bem lhe cabe a máxima francesa: *Pour être heureux, il faut se cacher*, ou seja, para ser feliz é preciso se esconder.

Foi a profa. Thalita de Oliveira Casadei, a idealizadora, fundadora do Instituto Histórico de Niterói (31/07/1973) e sua primeira presidente (1973-1975). Nossa biografada foi fundadora ainda de outras instituições socioculturais e além de sócia do IHGRJ pertenceu aos Institutos Históricos de Niterói, Parati, Campos, Petrópolis, Minas Gerais, Campanha, além do Brasileiro, (eleita em 1976, ascendeu à categoria de Emérita), além de Academias de Letras Fluminense, Sul de Minas. Foi empossada no IHGB pelo historiador Pedro Calmon. Cabe um destaque: Thalita ali se apresentou com o colar tradicional do Instituto. Calmon o retirou e, num gesto solene, tornou a colocá-lo no pescoço da nova sócia.

Concluindo: A professora, historiadora, pesquisadora e geográfa Thalita de Oliveira Casadei é um orgulho que a historiografia fluminense pode ostentar. Aqui desenvolveu seu trabalho, atuou no magistério e construiu um ambiente de respeito e amor à cultura histórica do nosso Estado do Rio de Janeiro.

Livros publicados:

1) Exercícios de História e Geografia para o Admissão – 1953; 2) *Páginas de História Fluminense* – 1971; 3) *Estudos da História Fluminense* – 1975; 4) *Aspectos Históricos de Petrópolis* – 1983; 5) *D. Pedro II na Planície Goitacá* -1985; 6) *A Imperial Cidade de Nictheroy* – 1988; 7) *Aspectos Históricos da Cidade de Campanha* – 1989; 8) *Petrópolis: Relatos Históricos* – 1991; 9) *Niterói: A Terra e o Homem* – 1997; 10) *Paraty* – 1998; 11) *Os Escravos na Terra Fluminense* – 2000; 12) *Um Sonho de Trinta Anos* – 1997.

Publicações em Revistas:

1) "Notas sobre uma figura da Conjuração Mineira – Bárbara Heliodora". *Jornal do Instituto Histórico de Niterói*, n. 1, 1976.; 2) "Documentos Históricos sobre Niterói". *Cadernos do Instituto Histórico de Niterói*, n. 1, 1978; 3) "D. João VI em São Domingos". *Cadernos do Instituto Histórico de Niterói*, n.2, out. 1984.; 4) "A Princesa Imperial Dona Isabel e as Câmaras Fluminenses". *Revista Notícia Bibliográfica e Histórica;* da Pontifícia Universidade Católica de Campinas, Abril/Junho, 1997.; 5) Centenas de artigos e crônicas publicados em jornais e revistas.

Profª e Historiadora Thalita de Oliveira Casadei, no dia
da fundação do Instituto Histórico de Niterói, 31 de Julho de 1973.

Resumo

O artigo apresenta um perfil biográfico da historiadora Thalita de Oliveira Casadei, sócia do IHGRJ, falecida recentemente neste ano de 2014

Palavras-chave: Thalita de Oliveira Casadei; Biografia; IHGRJ.

Abstract

The paper shows a biografycal profile of the historian Thalita de Oliveira Casadei, member of the IHGRJ, that passed away recently in this year of 2014.

Keywords: *Thalita de Oliveira Casadei; Biography; IHGRJ.*

Recebido em 10 de outubro de 2014. Aprovado em 20 de novembro de 2014.

REVISTA do INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DO RIO DE JANEIRO
ano 21, número 21, 2014

SAUDAÇÕES E DISCURSOS

SAUDANDO MARY DEL PRIORE*

Cybelle de Ipanema[2]

Exmo. Senhor Presidente Paulo Knauss

Senhores membros da Mesa

Confrades

Senhoras e Senhores

Profª Dra. Mary Lucy Murray Del Priore, distintíssima dama da História.

Honra, muito grande; responsabilidade imensurável, de saudar uma professora, pesquisadora, escritora, profissional da História, orientadora de jovens que almejam ascender à profissão, detentora de currículo esmagador – avassalador –, desafiante ao confrade, no selecionar, com vistas às amarras de tempo e espaço, para traçar perfil aproximado da realidade.

Mary, uma carioca, bem talhada para o Instituto Histórico e Geográfico do Rio de Janeiro que privilegia, em seus objetivos, "pesquisar, estudar e difundir a História e a Geografia da Cidade e do Estado do Rio de Janeiro". Indicada pela então 1ª Secretária do Instituto, Rogéria de Ipanema, quando promovíamos suprir vagas no Quadro Social, em 2010.

---

* Discurso de Saudação na Sessão Solene de Posse de Mary del Priore no Instituto Histórico e Geográfico do Rio de Janeiro, em 08.08.2013.

[2] Livre Docente e Doutora pela Universidade Federal do Rio de Janeiro e Sócia Benemérita do Instituto Histórico e Geográfico do Rio de Janeiro.

A dedo, também, o patrono que lhe designou, o *doublé* de escritor e historiador, Joaquim Manuel de Macedo, por perlustrarem ambos trajetos, por exemplo, da cidade.

Sua posse, prevista para o ano de 2011, não se realizou, porque a data conflitaria com o convite à empossanda de hoje, para acompanhar sua excelência, a sra. presidente da República, na abertura da Exposição Brasil, na Europália, em Bruxelas, onde também estaria presente livro seu, em coautoria, *Brazil, Brasil*.

Intelectual de intensa e extensa atividade, em caráter superlativo.

Mary encaixa-se no perfil de Peter Burke, de "testemunha ocular". A temática do historiador inglês nessa obra, quer privilegiar a imagem, em associação íntima de história e representação. (Aliás, "uma imagem vale mais que mil palavras" é a epígrafe com que se abre a Introdução).

O que associamos a Mary é ser uma "testemunha ocular", através das fontes que não negligencia. O que escreve, o que divulga é rigorosamente haurido no que falam os documentos, textuais ou não.

A formação básica foi no Colégio Notre Dame de Sion, no Rio, e os idiomas estrangeiros, francês e inglês, aperfeiçoou-os no Instituto *Le Mesnil*, em Montreux, na Suíça, com domínio completo, na compreensão, fala, leitura e escrita. Para o italiano, fica a restrição, de que "escreve razoavelmente" ..., embora a completude nos outros aspectos.

O nível superior entrou em suas cogitações no período 1980-1983, quando se graduou em História pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Doutorou-se em História Social, pela USP, obtendo, em 1990, a nota 10 (dez) com distinção, ao defender a Tese "Ao sul do corpo: condição feminina, maternidade e mentalidades no Brasil Colônia", sob a orientação de Maria Luiza Marcílio.

Um Curso de Especialização em Ciências Sociais, na França, na *École des Hautes Études en Sciences Sociales*, cumpriu-o pouco depois, para fechar com um Pós-doutorado, na mesma *École des Hautes Études en Sciences Sociales*, em 1996.

Cursos e Estágios no exterior, antes e depois, constam de seu currículo, com os professores Roger Chartier e Catherine Vellay-Valentin, e como professora convidada e pesquisadora, junto ao prof. Serge Grudzinski e Nathan Wachtel, um deles no *Centre d´Études et Recherches sur les Mondes Americains*, vinculado à Escola de Altos Estudos.

Sua formação a levaria à carreira docente, na ministração de aulas e desenvolvimento de pesquisas, desde 1989. É aquela legítima representante do espírito-síntese da Universidade: local de produção do conhecimento.

Na Universidade de São Paulo – USP, na Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (Departamento de História), um de seus atuais vínculos institucionais, tem elegido como linhas de pesquisa "O terremoto de Lisboa de 1755: um episódio de História Cultural" e "Cultura e mentalidades no mundo iberoamericano", trabalho com apoio do CNPq.

Na PUC do Rio de Janeiro, como Professora Visitante, afora aulas nos Cursos de Graduação e Pós-graduação, organizou Seminários especiais sobre "Mulheres no Brasil Colonial" e "História do corpo".

Ainda, professora na Universidade Salgado de Oliveira – UNIVERSO, no Curso de Pós-graduação, onde aborda, por exemplo, "Cultura, mentalidade e vida social no Rio de Janeiro do século XIX", "Os corpos e suas histórias" e "História dos homens no Brasil".

Curioso, que o movimento feminista lutou pela inserção da mulher, na preocupação administrativa, cultural e social, gerando, nas últimas décadas, o seu estudo e enquadramento, incluindo a categoria – gênero –, de onde os numerosos livros e abordagens sobre a Histó-

ria das mulheres, porém Mary, com outros, não deixa à margem uma História dos homens... É, aliás, a coordenadora de um projeto coletivo em andamento, sobre o gênero masculino "a partir de variadas óticas, abordagens e concepções teóricas".

Paralelamente ao magistério, foi Coordenadora Geral de Pesquisa, Divulgação e Acesso à Informação Documental do Arquivo Nacional, como Assessora Científica da Fundação Carlos Chagas, Parecerista de Editoras, tal a Scipione, e Bolsista da FAPESP, no Projeto "A relação França e Brasil no século XVI".

Pesquisas para embasar seus conhecimentos, realizou-as em entidades nacionais e internacionais. Em Paris, a Biblioteca Nacional, o Museu Guimet e o Quai D´Orsay, por exemplo, o ministério dos Negócios Estrangeiros da França. No Brasil, em São Paulo, os Arquivos da Cúria Metropolitana, o do mais que centenário *O Estado de S. Paulo* e o do Instituto de Estudos Brasileiros, da USP. Não se descartaria a opulentíssima Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro e, também como exemplo, para a elaboração do já grande sucesso, o penúltimo livro, *A carne e o sangue* – "a história do Brasil em ritmo de romance", segundo a mídia –, correspondências inéditas do Arquivo do Museu Imperial, de Petrópolis.

Tem, Mary Del Priore participado de Bancas de Dissertações de Mestrado, de Teses de Doutorado, de Qualificação para o Mestrado e o Doutorado e Concurso de Seleção de professor, em número superior a 100 (cem).

Ver-se em letra-de-forma é o sonho óbvio de quem escreve. Para quem se escreve? Emissor-receptor são as pontas da comunicação.

Em muito se avantaja sua produção bibliográfica, ao se analisarem os itens *Artigos completos publicados em periódicos, Capítulos de livros, Textos em jornais de notícias/revistas, Trabalhos completos em Anais de Congressos* (deixamos os Livros para registro à parte) que alcançam a impressionante cifra de mais de seis centenas!

Numerosíssima, a relação de periódicos que têm acolhido seus textos: *Revista da Academia Brasileira de Letras*, *Nossa História* (São Paulo), *História e Ensino* (Universidade de Londrina), *Ciência e Trópico*, *Revista Trimestral de Scienze e Estória* (Roma), *Revista do Instituto de Filosofia, Artes e Cultura*, de Ouro Preto, e outros e outros.

Em Capítulos de livros, entre muitos, "Cotidiano, permanências e rupturas no Rio de Janeiro à época da chegada da família real, in *D. João e a Cidade do Rio de Janeiro 1808-2008*, organizado por Rogéria de Ipanema, produto do Curso homônimo, por esta planejado.

Não esquecer Resenhas e Prefácios, no primeiro caso, *A outra Independência*, de Evaldo Cabral de Mello, *O pecado e o medo no ocidente cristão*, de Jean Delumeau, ou *Vermelho Brasil*, de Jean-Christophe Rufin.

Nos Prefácios, *A terra dos Brasis* – a natureza da América portuguesa vista pelos primeiros jesuítas (1549-1596), de Paulo de Assunção.

Ainda lhe resta tempo para atividades ligadas à produção editorial: membro de Conselhos Editoriais (*Revista Cadernos de História Social*), Conselhos Consultivos (*Revista do Arquivo Público do Distrito Federal*), Comissões Executivas (*Revista de História da FFLCH/USP*)...

De igual modo, a Traduções e Revisões.

A observação de sua metralhadora giratória não poderia marginalizar a participação em Congressos, Simpósios, Mesas Redondas, Encontros e afins, no Rio, Recife, Belo Horizonte, São Paulo e exterior: "I Jornada gaúcha Corpo e relações de gênero na contemporaneidade", "Africanidades brasileiras: a diversidade cultural na educação", "Encontro sobre Memória e História dos afro-brasileiros e afronorteamericanos", "A moda no corpo e o corpo na moda"...

Enfocando os temas dos livros, da copiosa produção impressa mencionada e dos tratados por examinandos nas Bancas em que funcionou e dos orientandos, atingimos a uma extraordinária gama de assuntos. Incluídos, sim, os de avaliação e orientação – só se ensina o que se sabe; só se cobra o que se domina –, pois constituem o universo maior em que se desloca essa estudiosa multiantenada e multiengajada.

Das dezenas, não nos furtaríamos de algumas séries (poucas), pelo imperativo da relação empossando-saudador-público, no dia de hoje. Exemplificando pelo alto:

– cultura, sociedade, mentalidades

– mulheres, homens, amor, sexo, ligações amorosas, casamento, mães, filhos, crianças, parto, aborto, esterilidade, família, prostituição, demografia, concubinato

– religião, religiosidade, cristianismo, pecado

– etnias, escravidão, tráfico

– colonização, vida rural

– meio ambiente, preservação

– corrupção, violência, crminalidade

Nota-se sua bastante afinidade com Gilberto Freyre, tratado em muitos textos, e familiaridade com autores contemporâneos, como Roger Chartier, Peter Burke, Jacques Le Goff.

Com essa extensa bagagem de conhecimento, ela faz, tanto história factual – *Uma breve história do Brasil* (2010), *A história das crianças no Brasil* (1999), *Histórias íntimas*: erotismo e sexualidade na história do Brasil (2011), *Ancestrais*: uma introdução à história da África Atlântica (2003) –, como biografia: *Visconde de Taunay* (2011), *A carne e o sangue*: a imperatriz d. Leopoldina, d. Pedro I e

Domitila, a marquesa de Santos (2012) e em 2013, *Castelo de papel*, sobre a princesa Isabel e o conde d´Eu, "estourando nas paradas de sucesso" (dos mais vendidos), embasado em documentação fantástica.

Estamos falando agora, de livros. Entre os de autoria única, e os em coautoria e edições organizadas, somam-se 36, vários além da 1ª edição.

Livros de Mary são premiados (21) ou indicados a prêmio; figuram *n* vezes nos levantamentos dos mais vendidos, segundo o Caderno "Prosa & Verso", de *O Globo*, e avaliações em outros periódicos. Registrem-se alguns dos laureados: *A história das mulheres no Brasil* (1997) – Prêmios "Jabuti" (a maior distinção do país) e "Casa Grande e Senzala", da Fundação Joaquim Nabuco, do Recife; *História das crianças no Brasil* (1999) – também da Fundação Joaquim Nabuco; *Condessa de Barral*: a paixão do imperador (2008) – Prêmio "Sérgio Buarque de Holanda", da Biblioteca Nacional; *Matar para não morrer*: a morte de Euclides da Cunha e a noite sem fim de Dilermando de Assis (2009) – Prêmio da Fundação Nacional do Livro Infantil e Juvenil, e *O príncipe maldito*: uma história de traição e loucura na família imperial (2007) (Melhor livro de não ficção da Associação de Críticos de Arte de São Paulo). Desse último, lembre-se também que, quando da Bienal do Livro do Rio de Janeiro, em 2007, eram postes e postes, a caminho do Riocentro, com o galhardete divulgando o mais novo livro de Mary Del Priore.

O "Jabuti" foi, igualmente conquistado pela *História da vida privada no Brasil*, onde é coautora, importante visão do que se observava no país, desde o período colonial, paralelo à *História da vida privada* no mundo, em vários volumes, ambas as coleções. *História da vida privada* ainda é detentora do Prêmio Manuel Bomfim, do governo do Distrito Federal (1998).

Em 1992 fez Mary jus ao Prêmio do Ministério dos Negócios Estrangeiros do Governo da França e da Organização dos Estados Americanos – OEA, para as Américas – 1º lugar. Em 2008, Prêmio Ars Latina por ensaísmo no campo da História.

Mais: livro de Mary vira filme (como se informa sobre o *Histórias íntimas*), peças teatrais e espetáculos de balé.

Pertence a várias instituições ligadas à História, como à mais antiga, o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, onde é Sócia Titular.

Pena, deixar tanta coisa de fora, dessa brilhante trajetória de uma representante em grande, da cidade do Rio de Janeiro!

Querida consocia que nos dá a oportunidade honrosa de participar do entrelaçamento entre você – arguta observadora da vida de nossa terra – e aquele cronista de ontem, em claros painéis desaparecidos, deixando-nos caminhos a trilhar.

Não tome por ousadia, mas pedimos vênia para encaixar algumas vivências pessoais de/com Joaquim Manuel de Macedo.

A obra dele, *O ano biográfico brasileiro*, preparada para figurar na Exposição Internacional de 1876, nos Estados Unidos, em três volumes e um Suplemento, não apresenta índice, senão umas sequências cronológicas *sui-generis* em cada um.

Por sugestão de Marcello de Ipanema, orientamos nosso filho José Marcello a elaborar um, geral, de onde emergiu o *Índice alfabético e remissivo do "Ano Biográfico Brasileiro", de Joaquim Manuel de Macedo*, editado pelo Arquivo Nacional em 1965 e 1968, por acolhida de José Gabriel da Costa Pinto, ao tempo da direção de Pedro Moniz de Aragão.

Há pequena apresentação nossa e prefácio do mestre Hélio Viana. Lançado festivamente no Arquivo, em 1965, com tarde de autógrafos, contanto o autor... 12 anos de idade. Assistiram os colegas do ginasiano, vindos da Ilha do Governador, em ônibus especial, fretado (para surpresa e alegria nossas).

Outras duas vivências também nos ligam a Macedo, no seu centenário de morte. A cidade de Itaboraí, berço natal em 1820, come-

morou com romaria ao túmulo, no cemitério local, em 1982, a efeméride. Fomos presença.

Pela mesma razão, a Prefeitura Municipal instituiu um Concurso sobre o grande literato. Tivemos a distinção do convite para participação no júri.

O universo romântico de Joaquim Manuel de Macedo foi o título vencedor, com prêmio em dinheiro e publicação pelo poder público local que organizou festividades, bastante divulgadas nos dois órgãos da cidade: *Folha de Itaboraí* e *O Itaborahyense*.

Essas intromissões não comprometem, cremos, a verdade enunciada: da historiadora Mary Del Priore nos vem a análise de obras sobre as ruas cariocas, detectando o historiador em Macedo. Não prolonguemos a ansiedade de confrades e convidados.

Mary, você é uma legítima historiadora, comprovada por seu currículo, a ocupar uma cadeira que não deve esperar, pois é benvinda como os que mais o sejam, neste já cinquentenário Instituto Histórico e Geográfico do Rio de Janeiro, com anos de serviços prestados à cultura fluminense/carioca.

Sua presença e colaboração justificarão e ampliarão o conceito: é sua a Casa, "par droit de conquête". Entre!

POR QUE ESCREVER A CIDADE? MACEDO: UM LETRADO NO RIO DE JANEIRO

Mary Lucy Murray del Priore[1]

Um longo caminho: tempo de caminhar sem pressa de se recolher. Percorrer ruas, dédalos, corredores, vielas. Caminhar, mantendo os olhos abertos. Perceber o espaço vibrante à volta. Saber onde fixar o olhar. Dar um sentido à caminhada. Caminhar com as palavras. Descrever as velhas pedras, o jogo entre a natureza e a mão do homem que construiu e mudou a fisionomia da cidade. Contar e encantar, fazendo história. A esse passeio pelo Rio de Janeiro, quem nos convida é Joaquim Manuel de Macedo.

Guardião preocupado, intelectual inclinado a sacralizar o passado, defensor das antigas fachadas e igrejas? Sim, mas não só. Macedo nos mostra a fluidez da cidade; ele aponta o que os historiadores chamam de lugares de memória; ele nos ajuda a refletir sobre o que era a capital do Império, parecendo se perguntar: qual seria a sua identidade? Sabemos: uma paisagem patrimonial e familiar que cada um tem prazer em admirar e ver permanecer. Mas ela é também narrativa, como a que Macedo faz em seu *"Um passeio pela cidade do Rio de Janeiro",* – reunião de artigos publicados no *Jornal do Commércio* entre 1862 e 1863. Ali, ele nos incita a mergulhar na atmosfera de outros tempos e parece nos dizer: a memória é aquilo que nos assegura que somos quem somos. Cada vez que esquecemos, temos certeza de que não somos mais o que fomos.

E sobre essa cidade que se vai esquecendo, quem escreve é o cronista, nessa época, ele mesmo olvidado. O escritor melancólico, romancista deslembrado, que recorda a cidade para que se recordem dele. Cronista que lembra a cidade, para imortalizar um autor então

---

[1] Sócia Efetiva do Instituto Histórico e Geográfico do Rio de Janeiro – IHGRJ.

decadente. Ele registra, para que a história não os esqueça, nem a um nem a outro.

Mas por que Macedo e seu *Passeio...*? E cidades são hoje tema caro aos pesquisadores de história. Mas também a história das cidades tem sua própria história. Pioneiramente, ela conheceu uma fortuna crescente na França ao longo do século XVIII, momento de manuais, edições e reedições sobre o tema. A princípio, confundidos ao seu próprio objeto de estudo, autores de textos encomiásticos, pouco a pouco se afirmaram como críticos do passado, invocando a opinião pública e usando a história das cidades para criticar autoridades e a carência de melhorias no espaço urbano. Do romance patriótico sobre o desenvolvimento urbano, eles se tornaram, ao longo dos séculos XVIII e XIX, autores de uma filosofia de vida a serviço da utilidade pública. Caso das "*Lettres Persanes*" de Montesquieu e sua descrição de Paris.

Posteriormente, nessa linha, pensadores como Georg Simmel, com seu *A metrópole e a vida mental* e Werner Sombart com *O apogeu do capitalismo* foram pioneiros em explorar o universo da cidade moderna, nascida da segunda revolução industrial e a focar seus traços específicos: a personalidade e o comportamento dos cidadãos, sua relação com o consumo, a pressa e a corrida contra o tempo, as particularidades da vida cotidiana, os efeitos da moda, as relações interpessoais.

No Brasil, a moda do estudo das cidades ganhou força por influência de autores franceses, em particular Pierre Goubert, Bernard Lepetit e Marcel Roncayuolo e teve em Sandra Pesavento sua mais brilhante seguidora e a quem hoje aproveito para homenagear postumamente.

E é ela quem pergunta:

> *Mas como chegar às cidades visíveis do passado, ou às cidades invisíveis, quando o passado sonhava o seu futuro, senão a partir das marcas de historicidade deixadas, que funcionam como pegadas ou rastros para o historiador do presente? Nesse domínio, estamos diante de um vasto material, à disposição de um olhar e de uma*

questão a ser formulada pelo historiador para que eles – os rastros – se tornem detentores de significados e sejam elevados à categoria de fontes.

Principiemos, talvez, por aquelas formas de representação mais íntimas ao trabalho do historiador: o discurso traduzido em texto. (Discurso de Macedo em Passeio....)

As cidades foram desde há muito, objeto de variadas escritas, desde aquelas que se intitulavam histórias ou crônicas de uma urbe e que, portanto, tinham estatuto de veracidade, por construírem uma narrativa do acontecido, de um passado ou de um presente de uma cidade, até as obras de caráter literário, a celebrarem ou condenarem o urbano em prosa e verso. Ao historiador do urbano cabe criar sobre tais narrativas as filigranas de sua análise, exercendo sobre elas uma atitude hermenêutica e resgatando a riqueza da intriga construída e do poder metafórico das palavras empregadas. Ou, ainda, cabe divisar os artifícios da ficção, justo naquela narrativa que se arvora em termos de veracidade, a mostrar que todo discurso sobre a cidade é uma recriação de tempo e espaço dotada de sentido. Mesmo proclamando ciência, o discurso histórico contém uma poética e se vale de recursos literários. E, nesse sentido, as fronteiras entre as narrativas histórica e literária se revelam mais porosas ou tênues, o que sem dúvida enriquece a leitura de uma cidade...". Fronteiras que Macedo, encarnando o historiador do urbano, nos convida a palmilhar.

Ele teve contemporâneos: afinal, quem duvidaria, – prossegue Pesavento – da capacidade de um Balzac, Zola, Maupassant, Eça de Queirós, Charles Dickens, Lima Barreto ou Machado de Assis para falar de suas cidades pela via literária? As tramas são imaginadas, os personagens são fictícios, mas o universo do social e a sensibilidade de uma época se revelam diante do leitor de maneira verossímil, convincente. Uma explicação da realidade, realista ou cifrada, se realiza em comunhão entre o mundo da escrita e o da leitura. [...] Mas para a recuperação de uma cidade há que ter em conta, ainda, essas narrativas de fronteira entre o documental e a ficção que são, por exemplo, as crônicas de jornal que falam do urbano. Ou as memórias que re-

compõem, no tempo presente, reminiscências e experiências passadas, contando as cidades do passado que as cidades de hoje encerram.

Sentir a cidade: sentir aquela de que Macedo irá nos falar é experiência singular. No início do século XIX, graças à urbanização crescente, ela ganhou novos olhares. O Rio de Janeiro se tornou o centro do Império. E centro onde os indivíduos começavam a ganhar individualidade. O formigueiro humano se tornou um labirinto onde destinos se cruzaram e encontros se fizeram segundo as leis do acaso ou os caprichos de uma obscura vontade. A escrita romanesca, por meio de descrições, discursos, imagens, lhe deu vida. Representações das mais variadas, lhe comunicaram rupturas ou permanências. Na cidade ou na narrativa sobre ela, os indivíduos mergulharam num mundo que lhes era ora conhecido ora enigmático.

"Fazei de conta... Imaginai tudo isso... Sentemo-nos nesses bancos de azulejos...Lembremos antes o passado", insiste Macedo a olhar para trás por meio do artifício encantatório de historiador. E nesse passado cabem as pequenas histórias dentro da grande, como, por exemplo, os amores do governador Luiz de Vasconcellos com a jovem Suzana, moradora pobre na lagoa do Boqueirão. O passo a passo da construção do Passeio Público com mestre Valentim e Xavier das Conchas. Os nomes que se foram; Rua Bela, Caminho do Desterro, Chácara da Bica, Mata-Cavalos. O som das modinhas e lundus. O cheiro da baunilha no convento de Santa Teresa – sua *madeleine*. O Dia de Reis com seus cantos às portas das casas.

Macedo não se encontra na posição de viajante ou de turista na cidade, mas de morador. Seu discurso sobre o Rio de Janeiro em *Um passeio... Memórias da Rua do Ouvidor ou Labirinto* é aquele que se tece sobre lugares conhecidos que são também, cenários familiares. Pioneiramente, ele vai resgatar o patrimônio histórico, sua preservação, suas paisagens e a trajetória daqueles protagonistas da história que lhes percorreu: igrejas, conventos e palácios, com seus bispos e governadores e até o príncipe estrangeiro que levou o lenço ao nariz ao cruzar o Passeio Público Ao mesmo tempo em que sua narrativa revela o fascínio pela capital da Corte, suas grandezas e as-

pectos "civilizados", não lhe escapa o que vivia em suas ruas, "a gente de pouco", os pequenos, "*le menu peuple*" como diria Braudel, enfim, a história vista de baixo: "pretos das irmandades", padres anônimos, o sacrílego Correa, oficial de pintura que insultou o Cristo morto da igreja de Santa Cruz dos Militares, ladrões que esvaziaram a igreja de São Sebastião no morro do Castelo, o oficial do corpo dos Henriques, conhecido Bitú, alcoólatra que inspirou o "Vem cá, Bitu, vem cá!", a adúltera, Ana Campista, incendiária do Recolhimento de N. S. do Parto, o rosto de cada professor do colégio Pedro II. É como morador, quase um vizinho, que ele os descreve.

Se a apreensão da cidade é específica de seu tempo, as representações que dela constrói Macedo estão subsumidas a uma experiência íntima, vivida em momento em que a estagnação de certos bairros convivia com a modernização de outros. Em que velho & novo se davam as mãos. Em que a cidade do passado se escondia sob a maquilagem da presente. "Talvez alguém haja que me lance ao rosto o haver misturado a narração de fatos autênticos nas nossas memórias históricas...tradições populares... mas as tradições abundam na credulidade dos povos", se explicava Macedo.

Enquanto a fotografia, recém-chegada ao Brasil, capturava por meio tecnológico as visíveis faces da rua, a "*petite histoire*", passada de boca em boca, fixava na memória o invisível: a aparição da cabeça de Santo Antônio, de forma sobrenatural, na porta do convento, a visão de mortos que davam avisos ou os mistérios nos subterrâneos do Colégio Jesuíta. Em lugar da bulimia da lente e do olhar, que tudo captava e esquecia, a vontade de Macedo de recolher, desempoeirar e guardar.

O ofício de encantar parece ter sido sua especialidade. Macedo visita a história, tornando-a cúmplice de sua vontade de contar **e**stórias. Em textos marcados pela sensibilidade à atmosfera do tempo, o autor ilumina capítulos do cotidiano de brasileiros do século XIX, amparado na utilização de maneiras de falar, nos pronomes de tratamento, no vocabulário: "filho de má mulher de ladrão de cachorro" era insulto corrente, conta ele. Ou, "Olha o Recolhimento do Parto!",

ameaça que calava esposas desobedientes. Na sua pena, figuras de antanho, saltam das páginas como se ansiassem por alguns instantes de vida: "O pretinho que passava pela rua gritando li!", para vender água, produto raro e caro.

Macedo é o cronista do velho-novo Rio de Janeiro. Sua narrativa não é apenas uma forma de ressuscitar o ausente, fazendo crer ao seu leitor que não está sonhando, mas, de petrificar a realidade de um tempo ou de um momento histórico. E que traduz sua récita pela escolha das palavras certas que dão aos encontros, às vozes e as paisagens, o frescor local e nativo e os contornos precisos que teriam então aos seus olhos.

E Macedo empregou vários dos procedimentos caros à disciplina histórica: a relativização dos heróis – o governador Vasconcellos era feito de carne e osso. A busca da memória histórica, num povo que já não a cultivava. A proximidade com o que os teóricos chamam de história compreensiva: aquela que visa à reconstituição de um universo mental, que analisa os fatos tais como foram vividos e sentidos pelos personagens. Ele não apenas os salva do esquecimento como os questiona, ajudando-nos a compreender seu papel. Cruzando fatos ele reconstituiu o que deve ter acontecido e os insere num conjunto coerente. Com a diferença de que Macedo "faz história fazendo memória", ou seja, mergulhando suas informações no afeto. Instalando sua lembrança num espaço mágico, sagrado. Mas, ele também faz, como qualquer historiador, a crítica – uma crítica bem humorada – de suas fontes. Veja-se ao narrar o incêndio do Recolhimento do Parto, quando matiza o testemunho recolhido: "estou convencido de que esse meu respeitável informante arranja de vez em quando, e apesar de ser padre, suas petas, muito honradamente". E ele vai atrás de "algumas verdades que convém indicar".

Flora Sussekind lembra que Macedo costumava inserir tais notas autocríticas nos textos narrados em primeira pessoa. A todo momento, ele registra seus muitos desvios de percurso e critica brincando a extensão de suas próprias digressões: "Talvez cansados e aborreci-

dos de acompanhar-me", os cinco passeios ao convento de São Francisco, "devem parecer demais" – se auto-criticava.

Quem foi o historiador do urbano? Nascido em Itaboraí, a 24 de junho de 1820, filho e irmão de pequenos políticos, formou-se em medicina aos 24 anos. Tinha mãe analfabeta o que não o impediu de aos onze anos, publicar o primeiro poema, "O sete de abril". Aos vinte e quatro anos se consagra com *A moreninha*, considerado o primeiro romance escrito no Brasil. Em agosto de 1844, destaca-se com a tese de medicina, "Considerações sobre a nostalgia". A melancolia estava na moda e sua análise coincide com a construção do primeiro hospício no país. Inspirado em Esquirol, analisa o que chamou de "tufão do infortúnio", sobretudo de seu impacto sobre a nostalgia e o "banzo" dos escravos. Em bom escravocrata – dizia que a vida dos cativos era melhor do que a dos operários europeus -, interessou-se pelo bom estado e pela saúde mental dos plantéis. No mesmo ano, aproximou-se de D. Pedro II.

Em 1845, seu nome é proposto como sócio do IHGB, ao mesmo tempo em que tem início seu trabalho como médico em Itaboraí, depois Porto de Caxias. Seus poemas se lêem no *Ostensor Brasileiro* quando ele recebe o título de cavaleiro da Ordem da Rosa. Em 1848, muda-se para o Rio de Janeiro. E em seguida é nomeado professor de História e Geografia do Colégio Pedro II, com salário de um conto e duzentos mil réis. Sua atividade literária se intensifica com a publicação de poemas, fascículos de romances na revista *Guanabara*, relatórios para o IHGB e artigos políticos em *A Nação*, bissemanário cuja tipografia funcionava em sua própria casa. Seu nome figurou em dezessete periódicos diferentes, com múltiplas colaborações. Secretário e orador do IHGB, na casa teve participação ativa durante trinta e seis anos. Amigo da família imperial, era membro do partido liberal para o qual tentou atrair o Conde d´Eu, depois da volta do príncipe da Guerra do Paraguai.

Vale sublinhar sua preocupação especial com as mulheres. Macedo que fora professor de história do Brasil das princesas Isabel e Leopoldina, demonstrou interesse pela formação feminina. Em 1878

publicou *Mulheres célebres*, obra encomendada pelo Império para as escolas de instrução primária do sexo feminino. Vale lembrar que a heroína de *A Moreninha*, luta pela independência da mulher, pois era uma leitora de Mary Wollstonecraft. Em 1876, endivida-se para ajudar o amigo Henrique Fleuiss a salvar a *Semana Ilustrada* que editava. Seus bens são arrestados em maio de 1879, e, em fevereiro de 1880 tem que se defender de acusações de imoralidade por sua comédia *Antonica da Silva*. Macedo se apaga: vai pouco ao IHGB e ausenta-se das sessões da Assembléia. A 11 de abril de 1882 e aos sessenta e dois anos incompletos, falece, sem recursos. Dizem alguns estudiosos que o fim foi precedido por uma série de distúrbios mentais. Sua viúva, por interferência de D. Pedro II, passou a receber uma pensão oficial. Segundo Sílvio Romero, "Macedo fazia parte do grupo mais íntimo do monarca (...) brincalhão, conversador, despretensioso e simples, facilmente se tornou popular (...) Por trinta anos seguidos, de 1844, data da *Moreninha*, a 1873, data de *Cincinato quebra-louça*, fez rir a esse Rio de Janeiro, que tão depressa o olvidou, e foi o mais lido, o mais espalhado de todos os escritores nacionais".

Esse esquecimento, fruto da rotulação romântica permaneceria até Antônio Cândido. Pelos erros freqüentes percebe-se que a maior parte dos críticos sequer leu os últimos livros de Macedo, ignorando, por exemplo, sua ironia sobre a sociedade. Antônio Cândido o vincula ao que chama de pequeno realismo. Em resumida citação o autor demonstra um grande desconhecimento da obra tardia de Macedo, quando o descreve tão superficialmente:

> *Foi bem o Macedinho da tradição carinhosa, bom pai e bom cidadão, fiel ao imperador e aos correligionários, conformista e comedido, tão comodista que recusou a pasta de ministro porque ardeu o ambicioso Alencar. Professor dos filhos da Princesa Isabel, homem representativo da ala conservadora do Partido Liberal, intermediário entre o Paço e os políticos, é possível, todavia, não ter experimentado outra ambição que a literária. Nunca utilizou a carta de médico, e parece que aceitou várias deputações como emprego pouco trabalhoso.*

Na contramão dessa leitura, sabemos que entre 1855 e 68, Macedo produziu inúmeros artigos de jornal e obras satíricas que tinham como objetivo ironizar a política. Muitos estudiosos o consideram um pré-realista. Mais do que simplesmente fazer rir, ele "pintava a Corte" – como disse Aderaldo Castello – palco de personagens de grande representatividade, onde repercutiam interesses políticos, administrativos, econômicos, onde crescia a pequena burguesia e se formava a classe média brasileira – seu público preferencial. Corte que era "síntese de um Brasil seduzido pelos reflexos da cultura e civilização européias, principalmente a francesa". Em *O Forasteiro* (1855) *A Carteira de Meu Tio* (1855) e *Memórias do sobrinho de meu tio* (1867-68), fustiga sem dó as convenções sociais e o carreirismo político:

> *Vi um grilo.(...) Não julgueis que é insignificante o maléfico; perturba o sono, gasta a paciência, arranha os ouvidos, ofende os nervos e impede o sossego. (...) Felizmente, para mim os grilos são mais freqüentes nas assembléias legislativas do que no meu sótão (em Lanterna Mágica).*

Em 1869, seu olhar tornou-se mais realista, ele muda seu estilo e busca entender as relações sociais propostas em seus romances, inclusive a violência que as permeia. *Vítimas algozes* é um retrato contundente sobre os males que a escravidão produzia, sobretudo, a violência moral. Mas crítica que buscava corrigir mancebias, ilegitimidade e assassinatos entre senhores e escravos, não servia para dirimir, mas, para aprimorar o sistema escravista. Maltratando o cativo, só se obteriam, criminosos. Melhor tratá-los bem... Detalhe: obra de leitura proibida para senhoras bem casadas como a Princesa Isabel por falar em relações extra-conjugais. É a voz do liberal conservador que acreditava que a abolição levaria ao fim do Império.

O terceiro momento, com *Noções de corografia do Brasil* (1873), *Efeméride histórica do Brasil* (1877) e *Passeio* e depois, *Memórias da Rua do Ouvidor* (1878), ele sublinha características de investigação historiográfica fazendo jus à sua ligação com IHGB. São dele as palavras:

> *Queremos agora contar-vos em alguns romances histórias verdadeiras que todos vós sabeis, sendo certo que em as já saberes é que pode consistir o único merecimento que porventura tenha este trabalho; porque na vossa ciência e na vossa consciência se hão de firmar as verdades que vamos dizer.*

A preocupação com a verdade, sendo uma das preocupações da escola positivista de Auguste Comte e da escola metódica de Gabriel Monod e Jules Michelet a serviço do ensino patriótico.

Mas, hoje, qual a importância de Macedo para os historiadores? E como história e literatura podem se dar as mãos? Se a memória é um absoluto e a história o relativo, Macedo pode ser tanto objeto quanto fonte de pesquisa. Explico-me: durante sua atuação como professor, ele escreveu dois manuais de história do Brasil: *Lições de História do Brasil para uso dos alunos do Imperial Colégio de Pedro II* (vol 1.1861, vol 2 1863) e *Lições de História do Brasil para uso dos alunos das escolas de Instrução Primária* (1865) – que além de serem adotados no Colégio passaram a ser recomendados para as demais instituições de ensino secundário. A adoção desses manuais marcou uma mudança já que, até então, os manuais adotados, como os de Abreu e Lima, usados desde 1854, não eram considerados adequados. Apresentavam, apenas, uma cronologia dos fatos históricos ou eram simples resumos de obras estrangeiras e incompletas. Nesse sentindo seus manuais vieram responder à necessidade daqueles "adequados" para o ensino da chamada então "História Pátria", permitindo aos historiadores observar como a identidade nacional estava sendo construída e difundida. Sem contar, como já vimos, seu retrato de uma Corte mergulhada no patriarcalismo, no racismo e no escravismo que marcaram o II Reinado.

No caso de suas obras sobre a cidade, Macedo foi – no meu entender – um autor especial: contador de histórias, colecionador de pequenas informações, etnógrafo *avant-la-lettre*, amoroso do seu tempo, demonstrando dons e interesses tão diversos que não sabemos por onde tomá-lo pela mão. Entre tantas outras características, era um escritor que sabia reconciliar maravilhosamente a espontaneidade, as grandes leituras, a invenção e a tradição de que tanto gostava. Ele não

hesitou em adotar os artifícios do contador de histórias para abraçar e incorporar o máximo de realidades possíveis, estabelecendo entre o passado e o presente – o seu – redes bem entretecidas de relações e conivências, que, pouco a pouco, fizeram que a cidade inteira fosse presa do mel de sua linguagem. Um apaixonado pela disciplina histórica, alguém que compreendeu que ela seria o pilar da transmissão de valores nacionais, Macedo encantou, viveu e deu vida ao passado e o seu passeio.

Macedo escreveu sobre o Rio para que não esquecessem a cidade, nem seu cronista. Num momento em que seu passado se tornava opaco, ele encarnou a memória do urbano. Se *Passeio...* ajudou a construir as referências e a reminiscência de seus leitores, consolidou, igualmente seu papel de mediador entre tempos, construindo uma consciência, quando o presente era nebuloso. Nebuloso, pois, momento do ocaso do Império: da emergência do republicanismo, do abolicionismo, do positivismo. Momento, sobretudo de desejo de um mundo novo. Momento em que o desejo de uma cidade nova, matava o cenário daquela antiga, enterrando com ela, seus personagens entre os quais o próprio escritor.

Caminhar sem pressa na cidade ou entre documentos, dando um sentido as palavras, contando e encantando é a lição que nos deixa Macedo. Sua "*madeleine*" não tinha gosto de chá e manteiga, mas de preocupação em conhecer. E a preocupação em conhecer está no coração da arte de lembrar. A memória é a matéria mesma este passeio que o autor esperava que se prolongasse em cada leitura, em cada leitor. Ele dizia sim, à história e à cidade. E, não, ao esquecimento. A memória, já disse o filósofo Henri Bergson guarda as lembranças. E as lembranças só emergem quando tudo se acaba. Num Rio de Janeiro em ruínas que celebra seu centenário, não haveria melhor hora para celebrar a memória e as memórias de Joaquim Manuel de Macedo. E sobre esse singelo passeio com o autor, faço minhas as palavras de Roland Barthes: dele, – o passeio – senhoras e senhores, peço que guardem "nenhum poder, pouco saber e muito sabor".

Muito obrigada.

REVISTA do INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DO RIO DE JANEIRO
ano 21, número 21, 2014

INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DO RIO DE JANEIRO

REVISTA do INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DO RIO DE JANEIRO

ano 21, número 21, 2014

SESSÃO MAGNA – 55 ANOS

HISTORIOGRAFIA FLUMINENSE: A CONTRIBUIÇÃO DO IHGRJ*

Paulo Knauss [2]

Prezados confrades e confreiras, prezados amigos do IHGRJ,

Em nosso II Colóquio dos Institutos Históricos Municipais do Estado do Rio de Janeiro, realizado em 2012, a plenária aprovou a proposta apresentada pela nossa confreira Neusa Fernandes, sócia do IHGRJ e do IHGVassouras, de organização de um repertório bibliográfico de referência sobre a história dos municípios do Estado do Rio de Janeiro. Assumi esta tarefa delegada pela plenária, incentivado e acompanhado por nosso confrade Victorino Chermont de Miranda. A tarefa contou com a participação de vários colaboradores e se apoiou basicamente na consulta aos sócios do nosso IHGRJ e das outras instituições congêneres fluminenses. O processo de trabalho teve ainda como inspiração o levantamento bibliográfico realizado por Marcelo e Cybelle de Ipanema e publicado na Revista do IHGRJ n. 1, do ano

---

[1] Discurso apresentado na Sessão Magna dos 55 anos do IHGRJ, de 19 de dezembro de 2012.

[2] Presidente do Instituto Histórico e Geográfico do Rio de Janeiro (Biênio 2014-2015).

de 1987. O resultado do levantamento bibliográfico realizado permite uma consideração geral sobre a historiografia fluminense.

A primeira constatação resultante indica a proliferação da produção historiográfica sobre a história local dos municípios fluminenses, especialmente a partir do fim da década de 1970 e que se afirma ao longo da década de 1980 até os dias de hoje. A produção é farta e variada e de alcance alargado, com base no trabalho editorial de autores, editoras privadas e por iniciativas do poder municipal. Fica evidente a ausência de uma participação mais constante do governo estadual, à exceção do Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro que se destaca como um editor constante desde os anos de 1990 e de algumas publicações de cunho mais de divulgação do estado feitas pelo próprio governo. Não há como deixar de constatar que esta rica produção de historiografia municipal está condicionada pela conjuntura política estadual definida pela criação do novo estado do Rio de Janeiro, em 15 de março de 1975, resultado da fusão dos antigos estados da Guanabara e do Rio de Janeiro. Mas há que se considerar também o contexto de afirmação do poder municipal que se consolida no processo de construção da democracia brasileira e que se expressa na Constituição de 1988. Todo este período é marcado por uma sucessão de criação de novos municípios resultantes do desmembramento de outros antigos municípios. Este fator histórico condiciona em certa medida a historiografia fluminense deste período.

Deste quadro se constata a força da historiografia fluminense a partir da década de 1970 que se baseia no estudo e pesquisa da história local municipal. Esta conjuntura também se relaciona com o processo de criação de novos Institutos Históricos e Academias de História no estado do Rio de Janeiro. Não há risco em afirmar que a historiografia fluminense é marcada nesse momento pelo enfoque municipal e local, e que se contrapõe a presença de uma produção de historiografia estadual de épocas anteriores.

Não se pode propriamente falar de uma tradição historiográfica regional. Não há como negar que na comparação com outros estados e culturas regionais, o estado do Rio de Janeiro não é marcado

pela afirmação de um ideário ou historiografia regional. Nos falta a imagem do gaúcho, do caipira, do sertanejo, do pantaneiro ou do caboclo que marca a imaginário regional no Brasil. Há condições históricas específica que certamente podem explicar isso pela situação de passagem que caracteriza o Rio de Janeiro, mas fortemente a presença da sede do governo nacional durante muito eclipsou a possibilidade de uma projeção regionalista.

De um modo geral, pode-se tomar como um marco de referência inaugural para a historiografia fluminense a publicação, em 1888, do livro *Apontamentos para a história da capitania de São Tomé*, de autoria de Augusto e Carvalho. Evidentemente que antes disso há textos emblemáticos que recolhem dados históricos sobre a história regional, como a famosa crônica de Monsenhor José Pizarro e Araújo do inicio do século XIX, intitulada *Memórias históricas do Rio de Janeiro*. Há que se mencionar ainda outras obras de referência quase contemporâneas de Pizarro e Araújo, como a do Visconde de Araruama, José Carneiro da Silva, a *Memória Topográfica e Histórica sobre os Campos dos Goytacazes*, que servem antes para contrastar formas de abordagem do passado para fins diversos.

Na década de 1920, assiste-se à produção historiográfica sistemática sobre a história do antigo estado do Rio, afirmando as sínteses históricas no quadro do estudo da história regional. Em 1924, Escragnolle Dória publica Terra Fluminense, em 1924, apresentando um resumo histórico de todos os municípios do estado à época. O livro de Clodomiro Rodrigues de Vasconcelos, *O Estado do Rio de Janeiro*, de 1928, destaca-se pelo seu sentido didático. Essa obra é seguida pela publicação de *Os fluminenses na história do Brasil* (1928) de Antonio Figueira de Almeida, e *História fluminense* (1929), que são contemporâneos também do livro de Manoel Leite Bastos, *O estado do Rio de Janeiro e seus homens* (1928). No conjunto de publicações da mesma época, porém, a obra que se tornou a mais conhecida foi o livro de José Matoso Maia Forte, *O estado do Rio de Janeiro: ensaio para o estudo da história* (1928). Essa historiografia se insere no esforço intelectual de época para afirmar uma identidade fluminense, diante da hegemonia cultural da capital federal, projetando o

estado do Rio de Janeiro. Essa época conhecida como período da Renascença Fluminense coincide com a época política de Nilo Peçanha, duas vezes governador do estado e presidente da República, e de seu colaborador com quem depois romperia, Feliciano Sodré, prefeito de Niterói e depois governador do estado. A mais conhecida expressão deste movimento intelectual se realizou no conjunto escultórico de *Triunfo da República*, na Praça da República, no Centro da cidade de Niterói. Nesta época também se funda o primeiro Instituto Histórico e Geográfico do Estado do Rio de Janeiro, estudado por Carlos Wehrs, nosso confrade, e que antecedeu em muitos anos nosso atual IHGRJ.

Não se pode deixar de citar ainda, que nesta mesma época a partir de seu Solar dos Airises, em Campos dos Goytacazes, Alberto Frederico de Morais Lamego inicia, em 1913, a publicação monumental de sua *Terra Goitacá à luz de documentos inéditos*, afirmando o terreno da erudição e o enfoque monográfico, que resultaria ainda em obras importantes do mesmo autor, como *Verdadeira notícia do aparecimento da milagrosa imagem de N. S. da Conceição que se venera na cidade de Cabo Frio* (1919) e *Mentiras históricas: verdadeira história da fundação da matriz de São Salvador e de seus párocos de 1652 a 1925* (1925). Esse mesmo compromisso erudito marca o lançamento de *Homens e coisas do café na terra fluminense*, 1939, de Afonso d´Escragnole Taunay, confirmando o terreno para o estudo monográfico documentado da história regional. Ambas as obras se caracterizam também pelo enfoque subregional que marca a abordagem do estado do Rio de Janeiro, sem enfatizar suas conexões.

Nessa altura, da década de 1920 e 1930, o governo também patrocina um olhar abrangente de fundo histórico sobre o estado do Rio de Janeiro a partir da produção de álbuns oficiais, como, por exemplo, o *Álbum do estado do Rio de Janeiro*, de Clodomiro Rodrigues de Vasconcelos, datado de 1922 e preparado para os festejos do centenário da Independência do Brasil; e o livro atribuído ao interventor Ari Parreiras, *O governo do estado do Rio e de suas municipalidades durante o ano de 1933*, publicado neste mesmo ano. Ambos os livros podem ser caracterizados como relatórios de governo e documentos de época, mais do que propriamente obras historiográficas,

mas pela sua importância histórica e mirada regional valem a pena serem mencionadas.

Entre 1944 e 1963, Alberto Ribeiro Lamego, filho do pai quase homônimo, destaca-se como autor na bibliografia fluminense pela criação da maior obra de síntese sobre o estado, empreendida em quatro volumes, cada um dedicado a uma região estadual – *O homem e o brejo; O homem e a restinga; O homem e a Guanabara; O homem e a serra*. O enfoque parte da geografia que conduz ao conhecimento da história. A tetralogia marca época, mas segue insuperável na sua abrangência.

Tal esforço monumental só será aproximado com a publicação *de O homem fluminense*, organizado por Vera Vives. Trata-se de obra que resulta do trabalho da Comissão de Folclore Fluminense, um inventário rico e valioso para o estudo da história de saber etnográfico e que antecipa os rumos da historiografia favorecendo a abordagem localista. O momento de seu lançamento se relaciona com o contexto da fusão e a necessidade de se discutir os rumos e a identidade do novo estado surgido em 1975.

Do ponto de vista disciplinar, portanto, a história estadual se desdobra em enfoques diversos, que dialogam com as tradições da própria historiografia, mas igualmente do diálogo interdisciplinar. Por outro lado, não há como deixar de negar que o contexto republicano afirma os rumos da abordagem da história fluminense e que a política conduz em grande medida o lugar social da produção historiográfica.

De todo modo, a partir do levantamento bibliográfico realizado é possível apontar que dos 92 municípios atuais do estado, apenas 75 apresentam referência a obras de história municipal. Vários deles são municípios criados recentemente, outros são marcados por uma abordagem histórica que trata a história local do ponto de vista de sua participação na região que integra. Este enfoque predomina especialmente em relação à Baixada Fluminense e no Vale do Paraíba, o que obrigou o levantamento realizado a incluir esse recorte abrangente, além de justificar porque certos títulos aparecem mais de uma vez na listagem relativos a diferentes municípios. Certamente, encontra-

-se nestas razões a explicação de porque a listagem não abarcar 17 municípios.

Por outro lado, a análise do levantamento destaca 10 municípios com mais 30 títulos ou mais: Petrópolis, Niterói, Vassouras, Nova Friburgo, Campos dos Goytacazes, Resende, Angra dos Reis, Macaé, Duque de Caxias, São Gonçalo. Interessante notar que oito destes municípios correspondem aos com maior PIB do estado na atualidade. Além disso, cinco deles possuem origens coloniais, anteriores à Independência, estando entre os mais antigos do estado, e os outros três foram criados no período imperial e dois criados no período republicano, como desdobramento de municípios antigos – é o caso de São Gonçalo, desmembrado de Niterói, e Duque de Caxias de Nova Iguaçu. O fato é que seguramente é em torno destes 10 municípios listados que se pode apontar claramente onde uma tradição historiográfica local se consolidou.

Contudo, se de um lado o levantamento aponta para municípios com uma historiografia potente, por outro lado, contrasta o número de municípios com escassa historiografia. Do total, 20 municípios apresentam apenas um título, enquanto 12 municípios apresentam somente dois títulos, totalizando um conjunto de 32 municípios. Somados aos 17 municípios sem títulos, podemos dizer que há uma variação e uma grande desproporção na historiografia municipal estadual. Disso resulta o fato de que seguramente se pode indicar que ao lado dos municípios de tradição historiográfica, há outros em que a valorização da leitura histórica do município não se constitui como uma chave de conhecimento da sociedade local.

Do levantamento bibliográfico realizado é possível também destacar a presença de alguns autores cuja produção se destaca na historiografia local e regional. Mais do que apontar números, gostaria de exemplificar esta questão da afirmação autoral indicando o fato de que há autores que se dedicam exclusivamente ao estudo da história de um município. Antonio Álvares Parada, por exemplo, desponta como um autor de vários títulos sobre a história de Macaé, assim como Hilton Massa, sobre Cabo Frio, Alípio Mendes, sobre Angra dos Reis, entre

outros autores de outros municípios. Gostaria, porém, de valorizar a presença de autores que se dedicam à história de mais de um município, como J. B. Athayde, que aparece no levantamento realizado com 12 títulos referentes a Volta Redonda, Cantagalo, Barra Mansa, Pinheral, Piraí e Santa Maria Madalena. Nesse conjunto de autores, desponta a presença dos sócios do IHGRJ e cito ao menos Thalita Casadei (Campos, Niterói, Paraty, Teresópolis, e Geral), Marcelo e Cybelle de Ipanema (Angra dos Reis, Niterói, Paraíba do Sul, e Geral), Salvador da Mata e Silva (Niterói, São Gonçalo, Itaboraí, Santa Maria Madalena e Geral), Francisco Vasconcellos (Petrópolis, Cantagalo, Campos, Geral) e Cláudio Moreira Bento (Resende, Itatiaia e Vale do Paraíba).

O que gostaria de ressaltar, a título de conclusão, é que não há dúvida de que certo olhar abrangente sobre a história dos diversos municípios do estado do Rio de Janeiro se define como marca do trabalho de pesquisa de história regional que se reúne em torno do IHGRJ. Certamente, esta constatação não pode deixar de servir de inspiração para a nossa entidade, mas mais do que isso permite projetar uma abordagem da história regional que se constrói no âmbito do IHGRJ. Esta abordagem certamente não se resume ao localismo ou ao regionalismo, nem permite compreender os municípios como ilhas da história, mas antes propõe tratá-los como elementos dinâmicos de uma história com diferentes escalas e dimensões que se condicionam mutuamente. Em resumo, há um ponto de vista que singulariza a história regional desenvolvida no IHGRJ que cabe ser valorizada.

RELATÓRIO DAS ATIVIDADES
ANO DE 2014

PROGRAMAÇÃO CULTURAL

SESSÕES ORDINÁRIAS

Março

Ata da Sessão Solene de Posse da Diretoria do IHGRJ e de Abertura do Ano Social de 2014

Às quinze horas do dia 13 de março de2014, realizou-se na sala Pedro Calmon, do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, a seção ordinária do Instituto Histórico e Geográfico do Rio de Janeiro (IHGRJ), sob a presidência do Professor Doutor Paulo Knauss de Mendonça e secretariado pelo Professor Doutor Roberto Schmidt de Almeida. Ao iniciar os trabalhos o residente chamou para compor a mesa as seguintes autoridades, o Presidente do IHGB, Professor Doutor Arno Wheling, a Presidente do Colégio Brasileiro de Genealogia, Sra Regina Cascão e o Embaixador Vasco Mariz, como o conferencista da sessão. Em seguida passou a Às quinze horas do dia 13 de março de 2014, realizou-se na sala Pedro Calmon, do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, a seção ordinária do Instituto Histórico e Geográfico do Rio de Janeiro (IHGRJ), sob a presidência do Professor Doutor Paulo Knauss de Mendonça e secretariado pelo Professor Doutor Roberto Schmidt de Almeida. Ao iniciar os trabalhos o residente chamou para compor a mesa as seguintes autoridades, o Presidente do IHGB, Professor Doutor Arno Wheling, a Presidente do Colégio Brasileiro de Genealogia, Sra Regina Cascão e o Embaixador Vasco Mariz, como o conferencista da sessão. Em seguida passou a palavra ao primeiro secretário para a leitura das efemérides de Roberto Macedo referente ao dia 13 de março. Dando continuidade convidou os diretores e

membros das comissões a assinarem o termo de posse. Em seguida fez uso da palavra para explanar as principais atividades do biênio que se encerrou e expor os principais planos para o biênio que se inicia. Em seguida passou a palavra ao conferencista, Embaixador Vasco Mariz que descreveu a polêmica que envolveu o processo de ocupação das terras cariocas pelos franceses até a campanha militar desenvolvida pelos portugueses, que culminou com a expulsão dos franceses e a fundação da cidade do Rio de Janeiro em 1565. A principal questão levantada pelo Embaixador Vasco Mariz focalizou a polêmica sobre a existência ou não de Henriville, aglomeração urbana que ocupou a franja da atual Praia do Flamengo na qual, segundo o conferencista, habitavam cerca de 600 europeus, além dos indígenas que se aliaram aos franceses. Essa aglomeração dava suporte logístico à construção do Forte Colligny, situado na ilha de Serigipe, atual Villegaingnon, onde está a Escola Naval. O Embaixador discorreu sobre os principais pesquisadores franceses, portugueses e brasileiros que se posicionaram pró ou contra a existência dessa aglomeração, principalmente no que toca ao reconhecimento da primazia de fundação de uma cidade francesa nos trópicos. Segundo o conferencista, os problemas decorrentes da luta religiosa entre católicos e protestantes na França serviram para minar o ânimo dos gauleses nas terras da Guanabara e contribuiu para a vitória dos portugueses liderados por Mem de Sá e Estácio de Sá, estabelecidos inicialmente nos contrafortes no morro Cara de Cão, entre as praias da Urca e de Fora. Contrariando a tradição de não se abrir debates em conferências, o presidente Paulo Knauss colocou o assunto em discussão, gerando uma acalorada troca de opiniões entre os presentes, o conferencista e os participantes da mesa. Ao encerrar a sessão o presidente convidou a todos para a confraternização no terraço. E eu Roberto Schmidt de Almeida, lavrei essa Ata que assino com o presidente.

POSSE, EM 13 DE MARÇO DE 2014, DA DIRETORIA, CONSELHO FISCAL E COMISSÕES ESPECIAIS, ELEITOS EM 19 DE DEZEMBRO DE 2013, PARA O BIÊNIO 2014 – 2015 do IHGRJ.

Diretoria e Comissões Qualificação

Diretoria Executiva

Presidente: Paulo Knauss de Mendonça
Vice-Presidente: Esther Caldas Bertoletti
1º Secretário: Roberto Schmidt de Almeida
2ª Secretária: Miridan Britto Falci
1º Tesoureiro: Fernando Tasso Fragoso Pires
2º Tesoureiro: Alex Nicolaeff

Conselho Fiscal

Efetivos

Eliana Rezende Furtado de Mendonça
Lucia Helena Pereira da Silva
Roberto Guião de Souza Lima

Suplentes

Marcus Antônio Monteiro Nogueira
Mary Lucy Murray Del Priore
Salvador Mata e Silva

Comissões Especiais

Admissão e Exclusão de Sócios

Lucia Maria Paschoal Guimarães
José Antônio Duque Estrada de Barros
Victorino Coutinho Chermont de Miranda

Comissões Especiais

História, Geografia e Cartografia

Arno Wehling
Maria de Lourdes Viana Lyra
Nelson de Castro Senra

Ciências Auxiliares da História
Jaime Antunes da Silva
Ondemar Ferreira Dias Junior
Vera Lúcia Botrel Tostes

Redação da Revista e/ou Anuário
Ângela de Azevedo Baloussier Ancora da Luz
Marco Aurélio Martins Santos
Surama Conde Sá Pinto

Abril

Ata da Sessão Ordinária de 24 de abril de 2014

Às quinze horas do dia 24 de abril de 2014, realizou-se na sala CEPHAS, do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, a seção ordinária do Instituto Histórico e Geográfico do Rio de Janeiro (IHGRJ), sob a presidência do Professor Doutor Paulo Knauss de Mendonça e secretariado pela Vice-Presidente Professora Doutora Esther Caldas Bertoletti para tratar do tema História e Geografia do vale do Paraíba. O presidente Paulo Knauss ao abrir os trabalhos, dedicou essa sessão à memória da Professora Alda Bernardes. Em seguida passou a palavra a Vice-Presidente Esther Bertoletti para a leitura das efemérides cariocas de Roberto Macedo referentes ao dia 24 de abril. O presidente então passou a palavra aos organizadores do livro História e Geografia do Vale do Paraíba, Professora Neusa Fernandes e Olínio Gomes Coelho, que explicaram todo o processo de edição da obra, resultado das 41 contribuições técnicas do Primeiro Congresso de História e Geografia do Vale do Paraíba, realizado em Vassouras, entre os dias 18 e 21 de maio de 2011 e teceram considerações sobre os artigos do livro. Em seguida o presidente passou a palavra á Professora Cybelle de Ipanema que fez sua conferência sobre o centenário do livro, editado em 1904, em Vassouras, pelo poeta Casimiro Cunha, autor do livro "Singelo". Homem órfão, pobre e cego, mas com grande sensibilidade para a poesia. Casimiro foi um dos colaboradores dos jornais O Príncipe e O Vassourense, primeiros órgãos de imprensa do município. Para a professora Cybelle "Singelos" é uma obra dedicada à religião espírita de cunho Kardecista, que apresenta importância por ser de um dos precursores da imprensa do Vale do Paraíba Fluminense. Durante os debates também foi lembrada sua importância como patrimônio

cultural local, que deve ser preservada pelos órgãos que garantem e protegem os patrimônios físicos e imateriais do vale do Paraíba Fluminense. Ao encerrar a sessão o presidente teceu algumas considerações sobre as próximas ações do IHGRJ em 2014, e convidou a todos para a confraternização no terraço, com a venda do livro História de Geografia do Vale do Paraíba. E eu, Esther Caldas Bertoletti, lavrei essa Ata que assino com o presidente.

Maio

Ata da Sessão Ordinária de 08 de maio de 2014

Às quinze horas do dia 08 de maio de 2014, realizou-se na sala CEPHAS, do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, a seção ordinária do Instituto Histórico e Geográfico do Rio de Janeiro (IHGRJ), sob a presidência do Professor Doutor Paulo Knauss de Mendonça e secretariado pelo Primeiro Secretário, Professor Doutor Roberto Schmidt de Almeida para tratar do tema História Política do Rio de Janeiro. O presidente Paulo Knauss ao abrir os trabalhos, dedicou essa sessão à memória do político fluminense Badger da Silveira, que governou o então Estado do Rio de Janeiro, anterior à fusão, de 1962 a 1964, quando foi cassado pelo Ato Institucional nº 1 e anistiado em 1979. Faleceu em Niterói no dia 09 de maio de 1999. Em seguida passou a palavra ao Primeiro Secretário Roberto Schmidt de Almeida para a leitura das efemérides cariocas de Roberto Macedo referentes ao dia 08 de maio. O presidente então apresentou as duas expositoras, Alzira Abreu e Marieta Ferreira, ambas as pesquisadoras do CPDOC/FGV especialistas em História Política do RJ. Em seguida passou a palavra à pesquisadora Alzira Abreu, que explicou o processo de organização do Dicionário da Política Republicana do Rio de Janeiro, coordenado por ela e por Denise Jalles de Paula editado pela FGV e FAPRJ em 2014. Obra organizada nos mesmos moldes do Dicionário histórico-biográfico brasileiro: 1930-1983, também organizado por Alzira Abreu e Isabel Beloch. Para a coordenadora, o Dicionário visou apresentar um amplo painel informativo sobre a história política, econômica e cultural do estado e da cidade do Rio de Janeiro a partir da Proclamação da República, em 15 de novembro de 1889 até o início do século XXI. A expositora teceu considerações sobre a amplitude dos temas e o perigo da arbitrariedade no processo de "o que entra ou não entra na obra" assumindo a responsabilidade sobre

isso, apesar das inúmeras reuniões com a equipe técnica do CPDOC. Além das biografias dos principais personagens políticos do legislativo e executivo, a obra cobriu todos os partidos políticos, os principais membros do judiciário, a imprensa de modo geral, as instituições culturais e personagens que foram destaque nos diferentes campos que abrangeram o estado e as cidades do Rio de Janeiro. Em seguida o presidente passou a palavra à pesquisadora Marieta Ferreira que tratou de um tema bem específico no espectro político das esquerdas oposicionistas entre 1970 e 1982. A atuação parlamentar de políticos que militaram nos movimentos da esquerda formal visando à ampliação dos espaços políticos de oposição ao regime militar e a restituição dos direitos políticos dos cassados. Personagens como Lysâneas Maciel, Eloneida Sudart, Modesto da Silveira, Raimundo de Oliveira, Francisco Amaral e outros foram objeto de contatos pela pesquisadora e fizeram depoimentos sobre suas atuações políticas, parlamentares ou não, no período estudado. Marieta observou que o período de projeção política desse grupo se deu até a chegada de Leonel Brizola ao governo de RJ em 1991, pois todos não foram reeleitos em 1992. Os debates objetivaram dois componentes, o primeiro enaltecendo as duas pesquisas e o segundo gerando lembranças e discussões sobre personagens, bibliografia e fatos ocorridos no período pré e pós-golpe militar. Ao encerrar a sessão o presidente teceu algumas considerações sobre as próximas ações do IHGRJ em 2014, e convidou a todos para a confraternização no terraço. E eu Roberto Schmidt de Almeida, lavrei essa Ata que assino com o presidente.

Junho

Ata da Sessão Ordinária de 05 de junho de 2014

Às quinze horas do dia 05 de junho de 2014, realizou-se na sala CEPHAS, do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, a seção ordinária do Instituto Histórico e Geográfico do Rio de Janeiro (IHGRJ), sob a presidência do Professor Doutor Paulo Knauss de Mendonça e secretariado pelo Primeiro Secretário, Professor Doutor Roberto Schmidt de Almeida para tratar do tema Educação no Rio de Janeiro. O presidente Paulo Knauss ao abrir os trabalhos, alertou aos presentes a possível modificação de data da sessão do mês de julho, ou sua não realização, em função dos jogos da Copa Mundial de Futebol que será realizada no Brasil. Em seguida passou a palavra ao Primeiro

Secretário Roberto Schmidt de Almeida para a leitura das efemérides cariocas de Roberto Macedo referentes ao dia 05 de junho. Retomando a palavra o presidente detalhou duas viagens representando o IHGRJ, a primeira, no dia 15 de maio a Aracajú, SE no Instituto Histórico e geográfico de Sergipe e a segunda, no dia 02 de junho à Itatiaia na homenagem do Instituto Municipal á Professora Alda Bernardes. O presidente então apresentou a primeira apresentadora da tarde a professora Vera Cabana para apresentar a palestra "Delgado de Carvalho e a opção pela educação brasileira". A palestrante explicou o objetivo de seu estudo a partir da pesquisa no arquivo pessoal do Professor Delgado de Carvalho no IHGB. Esse arquivo está acondicionado em 19 latas, totalizando 1239 documentos que abarcam a vida profissional de Delgado de Carvalho, um dos maiores geógrafos do Brasil na primeira metade do século XX. Delgado nasceu na França em 1884, de pais brasileiros, seu pai era diplomata, secretariando a Legação Imperial Brasileira em Paris. Bacharelou-se em Letras em Lion, Estudou Direito na Universidade de Lausane, na Suíça, Ciências Políticas na Universidade de Paris, onde se dedicou ao estudo da Diplomacia e concluiu sua educação formal na Escola de Economia e Política de Londres. Delgado foi, sem dúvida alguma, a figura perfeita que combinava o conhecimento de pesquisador e o talento para o ensino. Em 1906 veio ao Brasil para organizar suas pesquisas sobre "O Brasil Meridional" sua tese de doutoramento. Nos anos 20 do século passado Delgado trabalhou na organização da Sociedade Geográfica do Rio de Janeiro (1926) e na década de 30 em diante, no Conselho Nacional de Geografia. Sua atuação no magistério está ligada a grandes instituições: Universidade do Brasil, Colégio D. Pedro II, Escola Normal do DF e Instituto Rio Branco. Além disso, foi sócio de instituições como o IHGB e Academia Brasileira de Ciências. Nos últimos anos de sua produção acadêmica foi um entusiasta dos Estudos Sociais, produzindo grandes obras sobre a metodologia de ensino dessa cadeira. Em seguida o presidente Paulo Knauss apresentou sobre a arquitetura escolar da Cidade do Rio de Janeiro, focando os trabalhos escultóricos de algumas escolas cariocas. Sua pesquisa abordou tópicos como o mistério da estátua de mármore do Colégio André Cavalcanti, no Largo do Machado, a riqueza arquitetônica e a estatuária da Escola da Gamboa, hoje transformada em Centro Cultural. Analisou também as

políticas governamentais que garantem a conservação do patrimônio arquitetural e escultórico da cidade.

Ao encerrar a sessão o presidente teceu algumas considerações sobre as próximas ações do IHGRJ em 2014, e convidou a todos para a confraternização no terraço. E eu Roberto Schmidt de Almeida, lavrei essa Ata que assino com o presidente.

Agosto
II Colóquio de Institutos Históricosdo Estado do Rio de Janeiro
Tema: *Cidade, Memória e Patrimônio Cultural*
Data: 14 de agosto de 2014
Local: Sala Pedro Calmon, IHGB
Promoção: IHGRJ
Apoio: IHGB

8h30m – Recepção e Inscrições
9h – Abertura
9h30m – Mesa 1 – Coordenação: Esther Bertoletti (IHGRJ)
O Rio de Janeiro da Imperatriz Leopoldina: lugares de memória
Maria de Lourdes Vianna Lyra (Instituto Histórico e Geográfico do Rio de Janeiro)
Petrópolis e a memória imperial
Luiz Carlos Gomes (Instituto Histórico e Geográfico de Petrópolis)
10h30m – Pausa
10h45m – Mesa 2 – Coordenação: Alex Nicolaeff (IHGRJ)
Entre o rural e o urbano: o patrimônio cultural da região de Niterói e São Gonçalo
Marcos Vinícius Macedo Varella (Instituto Histórico e Geográfico de Niterói e Instituto Histórico e Geográfico de São Gonçalo)
Memória edificada: as três fundações da Vila de São Salvador dos Campos
Carlos Freitas (Instituto Histórico e Geográfico de Campos dos Goytacazes)
Duque de Caxias e seu Patrimônio: lembrar ou esquecer?
Tania Amaro (Instituto Histórico e Geográfico de Duque de Caxias)
12h15 – Almoço
14h – Mesa 3 – Coordenação: Tasso Fragoso (IHGRJ)
Criação do Espaço Vassouras: Memória

Olínio Gomes Paschoal Coelho (Instituto Histórico e Geográfico de Vassouras)
A fazenda Luis Correia da Rocha: lugar de memória de Bom Jardim
Descio Luiz Freire (Instituto Histórico e Geográfico de Bom Jardim)
Símbolos da cidade: Patrimônio Cultural em Parahyba do Sul
Ricardo Wendling (Instituto Histórico e Geográfico da Parahyba do Sul)
15h30m – Pausa
16h – Mesa 4 – Coordenação: Miridan Brito Falci (IHGRJ)
Instituto Campo Bello – Reerguendo a Antiga Estalagem
Marcos Cotrim de Barcellos (Academia Resendense de História)
A Chácara Pequenina e o projeto do Museu Histórico do Café e de Itatiaia
Edna Mara Maia Gouvêa Keller (Academia Itatiaiense de História)
17h – Encerramento
Apresentação do Projeto Guia dos Institutos Históricos e Academias de História dos municípios do Estado do Rio de Janeiro
Eliana de Rezende Furtado de Mendonça (Instituto Histórico e Geográfico do Rio de Janeiro)
17h30m – Vinho de honra e Lançamento de Bibliografia Fluminense: história dos municípios.

Setembro

Ata da Sessão Ordinária de 11 de setembro de 2014

Às quinze horas do dia 1 de setembro de 2014, realizou-se na sala CEPHAS, do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, a seção ordinária do Instituto Histórico e Geográfico do Rio de Janeiro (IHGRJ), sob a presidência do Professor Doutor Paulo Knauss de Mendonça e secretariado pelo Primeiro Secretário, Professor Doutor Roberto Schmidt de Almeida para tratar do tema Meio Ambiente no Rio de Janeiro. O presidente Paulo Knauss ao abrir os trabalhos, comentou do sucesso do III Colóquio dos Institutos Históricos e Geográficos Municipais realizado em agosto. Em seguida passou a palavra ao Primeiro Secretário Roberto Schmidt de Almeida para a leitura das efemérides cariocas de Roberto Macedo referentes ao dia 11 de setembro. O presidente então apresentou o primeiro apresentador da tarde, o professor Rogério de Oliveira, da PUC - RJ para apresentar a palestra "Carvão e carvoeiros: a matriz energética da cidade do Rio

de Janeiro no século XIX". O palestrante explicou o objetivo de seu estudo a partir das pesquisas em gabinete e em campo. Mostrar a importância da extração de carvão vegetal em áreas de matas na cidade do Rio de Janeiro para sustentar uma matriz energética que focava o uso do fogo derivado da queima de carvão vegetal em cozinhas, padarias, indústrias de metalurgia, oficinas de desbaste de rochas para uso em cantaria e estruturas de edificações. Seus cálculos indicaram uma grande participação do carvão vegetal na economia urbana do Rio de Janeiro no século XIX. A segunda parte da pesquisa se baseou na localização dos fornos de fabricação de carvão, principalmente na área do atual Parque Estadual da Pedra Branca em Jacarepaguá. O professor Rogério de sua equipe localizou inúmeros fornos e ruínas de habitações dos carvoeiros produtores. Áreas de antigos Quilombos que se especializaram na produção de carvão vegetal para suprir a demanda da cidade. O pesquisador aponta para o desconhecimento da população urbana do Rio de Janeiro da importância desse ator que garantiu o suprimento de carvão para as várias atividades da cidade. Para o carioca médio o carvoeiro era o "português" que vendia carvão e querosene em praticamente todos os bairros da cidade, sem se aperceber que eles eram apenas os distribuidores finais (varejistas) de uma cadeia logística que começava com o desmatamento da Mata Atlântica carioca que se apoiava nos antigos escravos, agora libertos, mas sem condições financeiras de se localizarem em outras áreas da cidade. Em seguida o presidente Paulo Knauss apresentou o segundo palestrante o administrador André Ilha, que chefiou o Departamento de Unidades de Conservação do INEA do Estado do Rio de Janeiro, que historiou a política de ampliação das Unidades de Conservação do RJ, entre os governos de Benedita da Silva até o segundo mandato de Sergio Cabral. Utilizando uma excelente coleção de fotos e dados, André apresentou uma ampla visão da política de conservação da Mata Atlântica fluminense e historiou os grandes embates ocorridos entre o INEA e os diferentes agentes da sociedade fluminense que disputaram os espaços que deveriam ser protegidos. Ao encerrar a sessão o presidente teceu algumas considerações sobre as próximas ações do IHGRJ em 2014, e convidou a todos para a confraternização no terraço. E eu Roberto Schmidt de Almeida, lavrei essa Ata que assino com o presidente.

Outubro

Ata da Sessão Ordinária de 09 de outubro de 2014

Às quinze horas do dia 09 de outubro de 2014, realizou-se no auditório do Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro, a seção itinerante do Instituto Histórico e Geográfico do Rio de Janeiro (IHGRJ), sob a presidência do Professor Doutor Paulo Knauss de Mendonça e secretariado pelo Primeiro Secretário, Professor Doutor Roberto Schmidt de Almeida para tratar do tema História da Escravidão em Terras Fluminenses. O presidente Paulo Knauss ao abrir os trabalhos, comentou sobre o falecimento da sócia Talita Casadei e dedicou a sessão a ela. Também agradeceu a acolhida da Diretoria em exercício do Arquivo Geral da Cidade em ceder seu auditório para a realização dessa sessão, em seguida passou a palavra ao Primeiro Secretário Roberto Schmidt de Almeida para a leitura das efemérides cariocas de Roberto Macedo referentes ao dia 09 de outubro e a ata da sessão de 11 de setembro. Em seguida foi passado um vídeo institucional do AGCRJ e o presidente passou à palavra a diretora em exercício do arquivo Sandra Horta que expôs as boas relações entre o AGCRJ e o IHGRJ e colocou sua instituição ao dispor do IHGRJ para futuras coligações. Em seguida o presidente Paulo Knauss passou a palavra ao professor Walter Luiz Carneiro M. Teixeira, da UFF de Campos dos Goitacazes que expôs sua pesquisa, ainda em andamento, sobre os aspectos econômicos da escravidão no norte fluminense, contrapondo a área de cana de açúcar do município de Campos, com a cultura do café nas fronteiras do Rio de Janeiro com o Espírito Santo e com Minas Gerais. Explicou também como os traficantes do período organizavam linhas de tráfico entre o litoral norte fluminense e as áreas capixaba e mineira, nos últimos anos do período escravocrata do Brasil.

Em seguida o presidente passou a palavra ao pesquisador Eduardo Schnoor que tratou de outra área do Estado do Rio de Janeiro, a Baía da Ilha Grande, quanto ao processo de tráfico de escravos entre o litoral sul fluminense e as áreas do Vale do Paraíba. O relevo recortado e a existência de boas enseadas escondidas facilitaram o surgimento de uma estrutura de tráfico que garantia a produção cafeeira do Vale, além de outras fontes de produção aos fazendeiros do litoral sul fluminense, além de estabelecer caminhos entre o litoral e o vale.

Ao encerrar a sessão o presidente teceu algumas considerações sobre as próximas ações do IHGRJ em 2014, e convidou a todos para a confraternização no hall do Arquivo Geral da Cidade. E eu Roberto Schmidt de Almeida, lavrei essa Ata que assino com o presidente.

Novembro

Ata da Sessão Ordinária de 13 de novembro de 2014

Às quinze horas do dia 13 de novembro de 2014, realizou-se na Sala Pedro Calmon do IHGB a sessão ordinária do Instituto Histórico e Geográfico do Rio de Janeiro (IHGRJ), sob a presidência do Professor Doutor Paulo Knauss de Mendonça e secretariado pelo Primeiro Secretário, Professor Doutor Roberto Schmidt de Almeida para tratar do tema Personalidades. O presidente Paulo Knauss ao abrir os trabalhos, passou a palavra ao Primeiro Secretário Roberto Schmidt de Almeida para a leitura das efemérides cariocas de Roberto Macedo referentes ao dia 13 de novembro e a ata da sessão de 09 de outubro. Em seguida o presidente Paulo Knauss passou a palavra a professora Ângela Ancora da Luz, que proferiu a palestra sobre a vida e a obra da pintora Djanira. A palestrante explicou a diferentes fases da produção pictórica de Djanira, desde seu começo em São Paulo, sua vinda para o Rio de Janeiro, sua convivência com os principais pintores, como Vieira da Silva, Milton da Costa e Emeric Marcier no bairro de Santa Tereza, sua ida, nos anos 40, para New York e a descoberta de pintores icônicos como Bruegel, Miró e Chagall. Seu retorno ao Brasil, sua participação na luta contra a proibição da importação de tintas de qualidade. Em seguida Ângela mostrou alguns quadros da artista em ordem cronológica para mostrar a evolução de sua pintura. Em seguida o presidente passou a palavra ao pesquisador Orlando de Barros que tratou da obra do maestro e arranjador Guerra Peixe. Orlando explicou que, por conta de sua tese sobre o arranjador Custódio Mesquita, conseguiu o depoimento de Guerra Peixe através da historia-dora Luitigarde Oliveira Cavalcanti Barros, que organizou um jantar para esse encontro, pois era amiga dileta do maestro. Orlando também mostrou fotos inéditas, partituras e arquivos sonoros de Guerra Peixe.

Ao encerrar a sessão o presidente teceu algumas considerações sobre a sessão magna de encerramento do ano, em dezembro,

e convidou a todos para a confraternização no terraço. E eu Roberto Schmidt de Almeida, lavrei essa Ata que assino com o presidente.

Dezembro

Ata da sessão magna de encerramento do ano de 2014, em 11 de dezembro de 2014

As quinze horas do dia 11 de dezembro de 2014, realizou-se na Sala Pedro Calmon do IHGB a sessão magna de encerramento do ano de 2014 do IHGRJ sob a presidência do Professor Doutor Paulo Knauss de Mendonça e secretariado pelo Primeiro Secretário, Professor Doutor Roberto Schmidt de Almeida. Primeiramente o Presidente chamou para compor a mesa a professora Cybele de Ipanema, representando o IHGB e o arquiteto Olínio Coelho, representado o IHGV e a professora e pesquisadora Maria da Conceição Beltrão que iria proferir a conferência magna. Em seguida o presidente passou a palavra ao primeiro secretário para a leitura das efemérides cariocas de Roberto Macedo referente ao dia 11 de dezembro. Ao abrir os trabalhos o presidente expos as realizações do IHGRJ no ano que terminava e agradeceu o apoio de todos os sócios e amigos do instituto. Em seguida passou a palavra a professora Maria Beltrão que expôs os resultados de duas de suas pesquisas na área de Itaboraí, município da Região Metropolitana do Rio de Janeiro. O primeiro, sobre descobertas paleontológicas num terreno elevado junto a uma antiga área de mineração e o segundo sobre a recuperação arqueológica da Vila de Santo Antônio de Sá e o Convento São Boaventura, junto as terras do COMPERJ, nova refinaria da Petrobrás. A pesquisadora expos sucintamente o trabalho de paleontologia e em seguida trabalhou com o auxílio de imagens o processo de recuperação arqueológica da vila e do convento, que resultou num livro que foi distribuído aos presentes ao final dos trabalhos.

Ao encerrar a sessão o presidente agradeceu a presença de todos, desejou um Feliz Natal e convidou a todos para a confraternização no terraço, informando que o livro de Heráldica "Brasões de Armas" organizado pelo nosso sócio Christóvão de Avila também será distribuído para os presentes no terraço. E eu Roberto Schmidt de Almeida, lavrei essa Ata que assino com o presidente.

PROGRAMAÇÃO ADMINISTRATIVA
REUNIÕES DE DIRETORIA

Maio

Ata da Assembleia Geral Ordinária para apreciação do Balanço e das Demonstrações Financeiras do Exercício de 2013, encerrado em 31.12.2013, e definição da anuidade social para o biênio 2014/2015.

Aos 24 dias do mês de abril de 2014, às 14 horas em segunda e última convocação, reuniram-se os sócios efetivos e beneméritos do Instituto Histórico e Geográfico do Rio de Janeiro em Assembleia Geral Ordinária para deliberarem sobre a seguinte pauta:

– Apreciação do Balanço e das Demonstrações Financeiras do Exercício de 2013, encerrado em 31.12.2013.

– Definição da anuidade social do IHGRJ para o biênio 2014/2015.

O senhor presidente do IHGRJ, professor doutor Paulo Knauss de Mendonça, abriu a Assembleia convidando o sócio Roberto Guião de Souza Lima, na qualidade de membro e representante do Conselho Fiscal (CF) do IHGRJ, para comentar o Balanço e as Demonstrações Financeiras do exercício de 2013, bem como para apresentar o Parecer do CF sobre as referidas peças contábeis, registrando que o CF é composto por ele e pelas confreiras Eliana Rezende Furtado de Mendonça e Lucia Helena Pereira da Silva. Após rápida explanação sobre os números contábeis/financeiros do exercício de 2013, foi comentado o mencionado parecer que ressalva não estarem contempladas no Balanço e nas Demonstrações Financeiras em 31.12.2013, despesas com serviços contábeis e assessoria financeira/administrativa no valor de R$2.590,00 e o saldo em aberto, do exercício de 2012, de R$4.500,00 aportados pelo diretor 1º secretário, conforme ressalva do Conselho Fiscal em Parecer referente ao exercício encerrado em 31.12.2012 e datado de 15.08.2013. Os aspectos ressalvados pelo CF decorrem da insuficiência de caixa do IGHRJ -- que tem sua origem basicamente na receita de anuidades -- fazendo com que sejam necessários complementos de recursos, como já aconteceu também em anos anteriores, que são supridos por membros da diretoria. Por fim, informou que a

expectativa é que os valores aportados sejam posteriormente reembolsados à medida que o IHGRJ tenha suficientes recursos financeiros. Após as explicações do representante do CF e as complementações ao tema feitas pelo presidente, o Balanço e as Demonstrações Financeiras do exercício de 2013, encerrado em 31.12.2013, foram aprovadas por unanimidade. A seguir, o presidente fez uma análise das despesas correntes do biênio anterior que, inclusive, deram origem às ressalvas feitas pelo CF, e abriu os debates do segundo item da pauta, definição do valor da anuidade social para o biênio 2014/2015. Com base no orçamento de despesas para o período, o presidente propôs o valor anual de R$250,00 (duzentos e cinquenta reais), acrescido da taxa bancária de R$2,45 cobrada pelo BRADESCO, totalizando R$252,45 (duzentos e cinquenta e dois reais e quarenta e cinco centavos), valor este que foi aprovado por unanimidade. Ficou também aprovada a recomendação do CF de enviar para os sócios o boleto bancário a ser pago no BRADESCO, para permitir um controle mais efetivo dos recebimentos feitos. Não havendo mais assuntos a tratar o presidente agradeceu aos presentes e convidou a todos a assistirem a sessão temática de 8 de maio p.v. que tratará do tema "História Política do Estado do Rio de Janeiro". Eu, Roberto Guião de Souza Lima, em nome do diretor 1º secretário, professor doutor Roberto Schmidt de Almeida, ausente por motivo de viagem, lavrei a presente ata que assino com o presidente.

Aquisição de Equipamentos e Serviços

Compras:

– Uma Impressora HP Laserjet P1102 para cobrir com economia os trabalhos em preto e branco e auxiliar a antiga HP Photosmart C 4680 de jato de tinta, que agora opera com o material colorido, além de ser scanner do IHGRJ. R$ 330,00.

– Um HD Flash de 120 GB que substituiu o antigo HD Samsung do PC de mesa de apresentou defeito e teve de ser recuperado. R$ 225,00.

– Uma recuperação de dados de um HD que apresentou defeito e compra de um HD externo portátil da Samsung de 1 TB para Backup dos arquivos eletrônicos do IHGRJ. R$ 2.390,00.

Doações:

De Roberto Schmidt de Almeida:

– Um computador portátil ASUS Eee PC Seashell, com processador ATLON N550 Dual Core, com 2GB de memória RAM e HD de 500 GB para apresentações de data show nas reuniões acadêmicas do IHGRJ. R$ 850,00.

– Um projetor de Data Show LCD, com entradas de VGA e de HDMI para ser conectado ao ASUS. R$ 1.200,00

De Nelson de Castro Senra:

– Dois DVDs da Enciclopédia dos Municípios Brasileiros. (IBGE)

– Um volume do livro "História das Estatísticas Brasileiras" (IBGE)

De Christóvão de Avila:

– 100 livros "Brasões de Armas" pelo projeto Armorial Histórico da Casa da Torre de Garcia d' Avila.

REVISTA do INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DO RIO DE JANEIRO

Edição da Revista do IHGRJ ano 20, nº 20 de 2013 (ISSN 1519-5678)

No dia 13/03/2014, por ocasião da Sessão Solene de Posse da Diretoria do IHGRJ para o biênio 2014/2015, foi distribuída ao sócios e convidados presentes a edição da Revista do IHGRJ do ano de 2013 (nº20). O sumário destacou, além da apresentação da Professora doutora Miridan Britto Falci, 17 artigos de autoria de Claudia Mesquita, Ruth Levy, Paula Silveira de Paoli, Vinck Vitório Ribeiro de Carvalho, Mônica da Silva Ribeiro, Nelson Ferreira Marques Júnior, Sirlene de Andrade Rocha, Isabela Torres de Castro Innocencio, Carlos Eduardo Alves Barbosa, Roberto Schmidt de Almeida, Marco Santos, Miridan Britto Falci, Marcelo Verzoni, Salvador Mata e Silva, Neusa Fernandes, Beatriz Kushnir e Nelso de Castro Senra. Uma saudação a nova sócia, professora doutora Maria da Conceição Beltrão feita pela

professora doutora Rogéria de Ipanema e respectivo discurso de posse pela homenageada Maria Beltrão. Uma avaliação do documento "Posse da Primeira Câmara da Vila de São Salvador, Campos dos Goytacazes" feita pelas pesquisadoras Larissa Manhães e Rafaela Machado. Uma resenha dupla comparativa escrita por Roberto Schmidt de Almeida denominada "Rio de Janeiro: os olhares no passado e no presente" dos livros "Geografia Histórica do Rio de Janeiro:1502-1700" de Maurício de Almeida Abreu e a coletânea de artigos organizada por Armando Castelar e Fernando Veloso, do Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas "Rio de Janeiro: um estado em transição", comparando duas fases da economia fluminense, uma primitiva e outra atual. A revista também publicou o discurso de posse do presidente do IHGRJ Paulo Knauss de Mendonça, além do relatório de atividades anterior, a relação do quadro social e de seus fundadores.

NOTAS DE FALECIMENTO

Em 2014 tivemos três sócios que saíram de nosso convívio:

Ronaldo Rogério de Freitas Mourão – Um dos mais renomados astrônomos do país, principal divulgador da Astronomia para o grande público, autor de numerosos artigos sobre o assunto nas principais revistas especializadas e na revista do IHGRJ, do qual era um sistemático colaborador.

Humberto de Moraes Franceschi – Importante crítico e pesquisador da música popular brasileira, colecionador de uma infinidade de arquivos sonoros, tanto em discos antigos, quanto em meio digital.

Talita Casadei – Uma pesquisadora da imigração no RJ e orientadora de várias gerações de pesquisadores fluminenses.

Paulo Knauss de Mendonça
Presidente
do Instituto Histórico e Geográfico do Rio de Janeiro
(Biênio 2013-2014)

Roberto Schmidt de Almeida

Paulo Knauss de Mendonça
Roberto Schmidt de Almeida

1ª Secretário
do Instituto Histórico e Geográfico do Rio de Janeiro
(Biênio 2013-2014)

INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DO RIO DE JANEIRO

QUADRO SOCIAL
1º janeiro 2014

SÓCIOS EFETIVOS (por ordem alfanumérica)

		Patronos
01	Alex Nicolaeff	23
02	Angela Ancora da Luz	12
03	Arno Wehling	48
04	Christóvão Dias de Ávila Pires Jr.	37
05	Cláudio Moreira Bento	13
06	Eliana Rezende Furtado de Mendonça	14
07	Esther Caldas Bertoletti	45
08	Fernando Tasso Fragoso Pires	18
09	Francisco de Vasconcellos	44
10	Guilherme de Andréa Frota	20
11	Jaime Antunes da Silva	21
12	João Maurício de Araújo Pinho	49
13	José Antônio Nonato Duque Estrada de Barros	07
14	Lucia Helena Pereira da Silva	22
15	Lucia Maria Paschoal Guimarães	24
16	Marco Aurélio Martins Santos	36
17	Marcus Antônio Monteiro Nogueira	35
18	Maria da Conceição de Moraes Coutinho Beltrão	47
19	Maria de Lourdes Viana Lyra	30
20	Mary Lucy Murray del Priore	25
21	Nelson de Castro Senra	38
22	Neusa Fernandes	06
23	Ney Oscar Ribeiro de Carvalho	11
24	Olinio Gomes Paschoal Coelho	32

25	Ondemar Ferreira Dias Júnior	17
26	Paulo Knauss de Mendonça	05
27	Rachel Esther Figner Sisson	16
28	Roberto Guião de Souza Lima	09
29	Roberto Schmidt de Almeida	28
30	Rogéria Moreira de Ipanema	10
31	Salvador Mata e Silva	39
32	Stelio Emmanuel de Alencar Roxo	29
33	Stella Leonardos	26
34	Surama Conde Sá Pinto	08
35	Vera Lúcia Bottrel Tostes	01
36	Victorino Coutinho Chermont de Miranda	02

CADEIRAS E PATRONOS (por ordem numérica)

Cadeiras

01 Júlio Afrânio Peixoto
02 Alberto Frederico de Morais Lamego
03 Manuel Tomás Alves Nogueira
04 José de Anchieta
05 Manuel de Araújo Porto Alegre, barão de Santo Ângelo
06 Ariosto Espinheira
07 Baltazar da Silva Lisboa
08 José Maria da Silva Paranhos Júnior, barão do Rio Branco
09 José Barbosa Rodrigues
10 Basílio de Magalhães
11 Batista Caetano de Almeida Nogueira
12 Benevenuto Berna
13 João Capistrano de Abreu
14 João da Costa Ferreira
15 D. Pedro II
16 Luís Gastão d'Escrangnolle Dória
17 Everardo Bachheuser
18 Augusto Fausto de Souza
19 Felisbello Firmo de Oliveira Freire
20 Frei José Mariano da Conceição Veloso
21 Frei Vicente do Salvador

22 Frederico Hermeto Pereira Lima
23 Cónego Januário da Cunha Barbosa
24 João Batista Ribeiro de Andrade
25 Joaquim Manuel de Macedo
26 Joaquim Norberto de Souza Silva
27 José Cândido Guilhobel
28 Luís Gonçalves dos Santos
29 Armando Magalhães Correia
30 Max Fleiuss
31 Alexandre José de Melo Morais
32 Alexandre José de Melo Morais Filho
33 Cândido Mendes de Almeida
34 Monsenhor José de Sousa Azevedo Pizarro e Araújo
35 Manuel Duarte Moreira de Azevedo
36 Alfredo Moreira Pinto
37 Manuel da Nóbrega
38 Francisco Agenor de Noronha Santos
39 Olavo Freire
40 Manuel de Oliveira Lima
41 Otelo de Souza
42 João Pandiá Calógeras
43 Benjamim Franklin de Ramiz Galvão
44 José Francisco da Rocha Pombo
45 Rodolfo Augusto Amorim Garcia
46 Edgar Roquette Pinto
47 Teodoro Fernandes Sampaio
48 Francisco Adolfo de Varnhagen, visc. de Porto Seguro
49 José Vieira Fazenda
50 Virgílio dos Reis Várzea

SÓCIOS BENEMÉRITOS

01 Carlos Wehrs
02 Cybelle Moreira de Ipanema
03 Miridan Britto Falci

SÓCIOS EMÉRITOS

01 Luiz de Castro Souza

SÓCIOS HONORÁRIOS

01 Guarany Nunes de Carvalho

SÓCIOS CORRESPONDENTES BRASILEIROS
(por unidade da federação)

ALAGOAS (IHGAL)
01 Jayme Lustosa de Altavila

AMAZONAS (IGHA)
02 José Geraldo Xavier dos Anjos

BAHIA (IGHB)
03 Consuelo Pondé de Sena

CEARÁ (Instituto do Ceará)
04 José Augusto Bezerra

DISTRITO FEDERAL (IHGDF)
05 Adirson Vasconcelos
06 Affonso Heliodoro dos Santos

ESPÍRITO SANTO (IHGES)
07 Gabriel Augusto de Mello Bittencourt
08 Getúlio Marcos Pereira Neves

GOIÁS (IHGG)
09 Aidenor Aires
10 José Mendonça Teles

MARANHÃO (IHGM)
11 Telma Bonifácio Reinaldo dos Santos

MINAS GERAIS (IHGMG)
12 Francisco Augusto Xavier Brandão
13 Celso Falabella Figueiredo Castro

PARANÁ (IHGPR)
14 Ernani Costa Straube

PERNAMBUCO (IAHGP)

15 George Félix Cabral de Souza
16 Reinaldo José carneiro Leão

PIAUÍ

17 José Elmar de Mello Carvalho

RIO GRANDE DO NORTE (IHGRN)

18 Jurandyr Navarro da Costa

RIO GRANDE DO SUL (IHGRGS)

19 Luis Alberto Cibilis
20 Miguel Frederico do Espírito Santo

SÃO PAULO (IHGSP)

21 Adilson Cezar
22 Geraldo Barbosa Tomanik
23 Hernâni Donato
24 Nelly Martins Ferreira Candeias

SÓCIOS CORRESPONDENTES ESTRANGEIROS

ITÁLIA

01 Giulio Sanmartini

INSTITUTOS HISTÓRICOS E GEOGRÁFICOS ESTADUAIS
(por unidade da federação)

01 Instituto Histórico e Geográfico de Alagoas (IHGAL)
02 Instituto Geográfico e Histórico do Amazonas (IGHA)
03 Instituto Geográfico e Histórico da Bahia (IGHB)
04 Instituto do Ceará (Histórico, Geográfico e Antropológico)
05 Instituto Histórico e Geográfico do Distrito Federal (IHGDF)
06 Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo (IHGES)
07 Instituto Histórico e Geográfico de Goiás (IHGG)
08 Instituto Histórico e Geográfico do Maranhão (IHGM)
09 Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso (IHGMT)
10 Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso do Sul (IHGMS)
11 Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais (IHGMG)
12 Instituto Histórico e Geográfico do Pará (IHGPA)
13 Instituto Histórico e Geográfico Paraibano (IHGP)
14 Instituto Histórico e Geográfico do Paraná (IHGPR)

15 Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano (IAHGP)
16 Instituto Histórico e Geográfico do Piauí (IHGPI)
17 Instituto Histórico e Geográfico do Rio de Janeiro (IHGRJ)
18 Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte (IHGRN)
19 Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul (IHGRGS)
20 Instituto Histórico e Geográfico de Rondônia (IHGRO)
21 Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina (IHGSC)
22 Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo (IHGSP)
23 Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe (IHGSE)

INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DO RIO DE JANEIRO

FUNDADORES

Afonso Várzea

"Almirante" (Henrique Foreis Domingues)

Antonio Carneiro Leão

Ariosto Berna

Augusto Maurício Queirós Ferreira

Douglas Sidney Amora Levier

Eduardo Tourinho

João Batista de Matos

Manuel Paulo Teles de Matos Filho

Mário da Veiga Cabral

Nelson Costa

Odorico Pires Pinto

Pedro Calmon Monis de Bittencourt

Sílvio Salema Garção Ribeiro

REVISTA do INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DO RIO DE JANEIRO
ano 21, número 21, 2014

NORMAS DE PUBLICAÇÃO

REVISTA DO
INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DO RIO DE JANEIRO

NORMAS DE PUBLICAÇÃO

1. Os textos deverão ser entregues em uma cópia impressa em formato A4, no endereço do Instituto Histórico e Geográfico do Rio de Janeiro e em um arquivo pelo e-mail: ihgrj@ihgrj.org.br.
2. Os arquivos devem ser salvos na extensão "doc" ou "rtf", digitados em programa de editor de texto no padrão Microsoft Office Word, edição 98 ou superior.
3. Utilizar a Fonte Times New Roman, corpo 12, espaçamento 1,5 e alinhamento justificado.
4. Os textos devem conter no máximo 15 (quinze) laudas (ou até 35.000 caracteres com espaços).
5. Os textos devem começar na altura da 8ª linha da página depois da linha do autor, de forma contínua, sem pular nenhuma linha e não deverão conter tabulação, colunas e separação de sílabas hifenizadas.
6. Somente os parágrafos devem iniciar-se com 1,5 cm de recuo.
7. Margens: superior 3 cm, inferior 2 cm, esquerda 3 cm e direita 2 cm.
8. As páginas devem ser numeradas, com exceção da primeira, na margem superior direita.
9. O título do trabalho deve ser apresentado em letra maiúscula, negrito e centrado, na primeira linha da página. Quando houver subtítulo, este deve ser em letra minúscula, separado do título por dois pontos, (ex. TÍTULO: subtítulo)
10. A autoria deve vir abaixo do título, em itálico, separado por uma linha em branco, alinhado pela direita e acompanhado da nota de rodapé - número 1 (um). Nesta nota, deve conter a titulação máxima do autor, mais 1 (uma) informação sobre o cargo ou função que exerça em uma instituição em que trabalhe ou a que pertença. Se o autor for sócio do IHGRJ, incluir ainda no fim, antecedido por vírgula, a categoria: Sócio Efetivo, Emérito, Correspondente... do Instituto Histórico e Geográfico do Rio de Janeiro – IHGRJ.
11. As notas devem vir no rodapé, na fonte Times New Roman, em corpo 10 e espaçamento simples. Devem ter apenas o caráter explicativo/complementar e ser numeradas em algarismos arábicos sequenciais. (Ex.: 1,2, 3 etc.)

12. Evitar palavras, expressões ou frases em itálico, negrito ou sublinhado.
13. As palavras estrangeiras devem vir obrigatoriamente em itálico.
14. Caso o trabalho contenha imagens, estas deverão ser escaneadas em 300 "dpi" no formato TIF ou JPG, dimensionadas no formato aproximadamente, de no máximo 8 x 8 cm, contendo legenda e fonte, e na quantidade máxima de 5 (cinco) imagens, inseridas no próprio documento, na posição correta, como também reunidas em arquivo separado.
15. As tabelas devem ser digitadas seguindo a formatação padrão de tabela do programa editor de texto.
16. As citações até 3 (três) linhas devem constar entre aspas, no corpo do texto, com o mesmo tipo e tamanho de fonte do texto normal. As referências devem indicar entre parênteses, o último sobrenome do autor em letras maiúsculas, o ano de publicação e o número da página ou das páginas, antecedido da letra p. : (SOBRENOME, ano: p. número da página).
17. As citações a partir de 4 (quatro) linhas devem estar em fonte Times New Roman, corpo 10, itálico, espaço simples, com recuo esquerdo de 4 cm. As referências das mesmas devem constar no final do texto recuado, entre parênteses, como no exemplo acima.
18. As Fontes e as Referências bibliográficas deverão ser colocadas no final do texto, precedidas da palavra correspondente em negrito (ex.: Fontes (em primeiro, quando houver, e Referências bibliográficas) e deverão respeitar as regras da ABNT, dispostas em ordem alfabética por autor, como nos exemplos:

. Livro no todo:

SOBRENOME, Nome. Título em itálico: subtítulo em normal (quando houver). Cidade: Editora, ano.

Quando se tratar de segunda ou mais edições, referendar depois do título (ex.: 2 ed., 3 ed.).

. Capítulo em livro:

SOBRENOME, Nome. Título do capítulo. In: Título da obra em itálico. Cidade: Editora, ano. p. .... - ..... .

. Artigo em revista:

SOBRENOME, Nome. Título do artigo. Título da revista. Cidade: Editora, a., v. , n. , p. ..... - ....., data/ano. (quando for o caso de trimestre ou bimestre, abreviar os meses (exemplo: jul./set. 2009.)

. Artigo em jornal:

SOBRENOME, Nome. Título do artigo. Título do jornal. Cidade, nome do caderno ou coluna (quando houver), p. ... - ..., data. (exemplo: 05 jan. 2009).

19. Após as Referências bibliográficas, que encerram os textos, incluir, no alinhamento justificado, Resumo e Abstract ou Resumé ou Resumen com até 6 (seis) linhas cada, acompanhados de 3 (três) Palavras-chave e 3 (três) Key-words ou Mots-clés ou Palabras-clave respectivamente, separados por ponto e vírgula. Exemplo:

Resumo

(texto)
Palavras-chave: ..... ; ..... ;.....

Abstract ou Resumé ou Resumen
(texto)
Key-words ou mots-clés ou palabras-clave: ..... ; ..... ;.....

O Conselho Editorial reserva-se o direito de recusar os trabalhos, que não atendam às normas estabelecidas ou que não correspondam aos objetivos e interesses da Revista.

Os trabalhos não aceitos pelo Conselho Editorial deverão ser retirados na Instituição com agendamento prévio pelo e-mail: ihgrj@ ihgrj.org.br

Os textos devem ser entregues ou remetidos para:

Instituto Histórico e Geográfico do Rio de Janeiro
Miridan Britto Falci (Editora)
Av. Augusto Severo, n. 8 – 12° andar – Glória
20021-040 – Rio de Janeiro – RJ

Visite a nossa página: www.ihgrj.org.br

REVISTA do INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DO RIO DE JANEIRO
ano 21, número 21, 2014

Capa: Rogéria de Ipanema
Diagramação: Leandro S. Lima

A impressão da nova fase da *Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio de Janeiro* é realizada pela Imprensa Oficial do Estado do Rio de Janeiro, uma parceria iniciada pela publicação do número 17, do ano de 2010.

REVISTA do INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DO RIO DE JANEIRO
ano 21, número 21, 2014

Textos de:

Vasco Mariz

Maria Beltrão

Angela Ancora da Luz

Nilma Teixeira Accioli

Fernando Antonio Ielpo Jannuzzi Junior

Cinara Jorge

Vera Lucia Cabana Andrade

Karoline Carula

Ana Maria Ribeiro de Andrade

Marta de Almeida

Andrea Casa Nova Maia

Neusa Fernandes

Salvador Mata e Silva

Cybelle de Ipanema

Mary Lucy Murray del Priore

Paulo Knauss

NOVA Imprensa Oficial
DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

ISSN 1519-5678
9 771519 567001